

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**CAMILA HORST TOIGO**

**POBREZA, VULNERABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO  
RURAL ZONA SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**Porto Alegre**

**2016**

CAMILA HORST TOIGO

POBREZA, VULNERABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO RURAL  
ZONA SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como quesito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Marcelo Antonio Conterato

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Toigo, Camila Horst  
Pobreza, vulnerabilidade e desenvolvimento no  
Território Rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do  
Sul / Camila Horst Toigo. -- 2016.  
209 f.

Orientador: Marcelo Antonio Conterato.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,  
Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Desenvolvimento humano. 2. Pobreza. 3.  
Vulnerabilidade. 4. Ruralidade. I. Conterato,  
Marcelo Antonio, orient. II. Título.

**CAMILA HORST TOIGO**

**POBREZA, VULNERABILIDADE E DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO  
RURAL ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-  
Graduação em Desenvolvimento Rural da  
Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS,  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 20 de janeiro de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato – Orientador  
UFRGS

---

Profa. Dra. Anelise Graciele Rambo  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil  
UFRGS

---

Prof. Dr. Ely José de Mattos  
PUCRS

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico todos os dias, horas, minutos e segundos dos dois anos que estive como discente no PGDR para os três maiores amores da minha vida: José Augusto, Gilson e Cristhiane. Obrigada por todo o apoio nas conquistas e nas derrotas. Obrigada por darem sentido ao verdadeiro significado de família.

Amo vocês.

## RESUMO

Inspirado em alguns aspectos da Abordagem das Capacitações e da Abordagem dos Meios de vida, o Índice de Condições de Vida (ICV) tornou-se a ferramenta de análise principal desta pesquisa. A partir da sua aplicabilidade no Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul buscou-se responder se a posse de distintos capitais refletiu em diferenças na composição do conjunto capacitário e nas percepções de vida das famílias residentes em domicílios rurais no território. Ainda, buscou-se concluir sobre possíveis situações de vulnerabilidade e pobreza no território. Com fins a tornar a resposta exequível, foram feitas comparações dos resultados do ICV entre domicílios com produção agropecuária e domicílios sem produção; domicílios de agricultura familiar e domicílios de agricultura não familiar; e entre as três instâncias (fatores, características e efeitos do desenvolvimento). Os principais resultados da pesquisa indicaram que em termos de funcionamentos realizados e tendo por base as próprias percepções das famílias rurais dos domicílios estudados, essas não se mostraram expostas às situações críticas de vulnerabilidade e de pobreza rural, embora outros indicadores sociais afirmassem tal cenário. No Território Rural Zona Sul as situações de privações corroboradas pelos resultados fragilizaram e impediram que certos meios contribuíssem para o alcance de melhores e maiores rendas e oportunidades. Todavia, a própria percepção das famílias não indicou uma situação perversa, o que muito pode estar relacionado com as capacidades de agência destes indivíduos em, sobretudo, combinar capitais para lidar com situações adversas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento humano. Pobreza. Vulnerabilidade. Ruralidade.

## ABSTRACT

Inspired by some aspects of the Capability Approach and Livelihoods Approach, the Living Conditions Index (LCI) became the main analysis tool of this research. From its applicability in the Território Rural Zona Sul of Rio Grande do Sul sought to answer if the possession of distinct capitals reflected in differences in capabilities set and rural households families' perceptions of life living in the territory. Also, sought to conclude about possible situations of vulnerability and poverty in the territory. With purpose to make feasible the response, comparisons of the results were made between households with agricultural production and households without production; family farming households and non-family farming households; and between the three instances (factors, features and effects of the development). The main results of the research indicated that in terms of functionings performed and based on own perceptions of rural families, these were not exposed to critical situations of vulnerability and rural poverty, while other social indicators affirm such a scenario. In the Território Rural Zona Sul, situations of deprivation corroborated by results weakened and prevented certain means (resources, opportunities, capitals) to contribute to the achievement of better and higher incomes and opportunities. However, the own perception of the families did not indicate a perverse situation, that can be related to the agency capabilities of these individuals, mainly, to combine capitals to deal with adverse situations.

**Keywords:** Human development. Poverty. Vulnerability. Rurality.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - A diversidade dos meios de vida .....	72
<b>Figura 2</b> - Ferramenta para a análise de políticas macro dos meios de vida rurais .....	73
<b>Figura 3</b> - Relação entre fatores, características e efeitos do desenvolvimento com a Abordagem das Capacitações .....	79
<b>Figura 4</b> – Exemplo do Biograma com 8 eixos, um para cada indicador .....	124
<b>Figura 5</b> – Exemplo do Biograma com três eixos, um para cada instância .....	124
<b>Figura 6</b> – Biograma da Instância 1 .....	137
<b>Figura 7</b> – Biograma da Instância 2 .....	146
<b>Figura 8</b> – Biograma da Instância 3 .....	154
<b>Figura 9</b> – Biograma da Instância 1 dos domicílios de agricultura familiar e não familiar.....	167
<b>Figura 10</b> – Biograma da Instância 2 dos domicílios de agricultura familiar e não familiar.....	169
<b>Figura 11</b> – Biograma da Instância 3 dos domicílios de agricultura familiar e não familiar.....	174
<b>Figura 12</b> – Biograma do ICV final .....	181



## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Taxa de urbanização do TZS - 1991, 2000 e 2010 .....	96
<b>Gráfico 2</b> – Evolução da população urbana, rural e total do TZS .....	96
<b>Gráfico 3</b> – Evolução do IDHM por municípios do TZS .....	110
<b>Gráfico 4</b> – Percentual de pessoas pobres por município do TZS nas décadas de 1991 e 2010.....	114
<b>Gráfico 5</b> – Faixa etária dos entrevistados do TZS .....	131
<b>Gráfico 6</b> – Caracterização dos domicílios da amostra por produção e tipo (familiar ou não familiar) .....	132
<b>Gráfico 7</b> – Destino da produção dos domicílios da amostra .....	133

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Território Rural Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul .....	92
<b>Mapa 2</b> – Saldo populacional rural do TZS entre os anos de 1991 e 2010 .....	97
<b>Mapa 3</b> – Distribuição das famílias assentadas da reforma agrária nos municípios do TZS..	99
<b>Mapa 4</b> – Saldo populacional urbano do TZS entre os anos de 1991 e 2010 .....	100
<b>Mapa 5</b> – Razão líquida entre a população rural e urbana por município do TZS entre os anos de 1991 e 2010 .....	101
<b>Mapa 6</b> – Distribuição das famílias assentadas no Rio Grande do Sul para o ano de 2010..	204

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Definições Normativas Oficiais para países americanos .....	39
<b>Quadro 2</b> – Definições Normativas Oficiais para países cidentais europeus .....	40
<b>Quadro 3</b> – O processo de produção agrícola: modernização <i>versus</i> desenvolvimento rural.47	
<b>Quadro 4</b> - Instâncias do Índice de Condição de Vida .....	78
<b>Quadro 5</b> – Setores Censitários, domicílios e amostra total para o Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul .....	120
<b>Quadro 6</b> – Exemplo da média dos indicadores da instância 1 .....	121
<b>Quadro 7</b> – Exemplo da média dos indicadores das instâncias 1, 2 e 3 .....	122
<b>Quadro 8</b> – Capitais e seus respectivos indicadores .....	126
<b>Quadro 9</b> – Variação de cada categoria conforme instância e indicador .....	135
<b>Quadro 10</b> – Melhores e piores indicadores por instância e por tipo de domicílio .....	181

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Participação da população feminina e masculina entre os anos 1970 e 2010 no TZS .....	95
<b>Tabela 2</b> – Valores da produção e representatividade no TZS para as principais culturas ..	103
<b>Tabela 3</b> – Número de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar e valor da produção para as culturas de arroz, fumo e soja .....	104
<b>Tabela 4</b> – Número de estabelecimentos e valor da produção da pecuária dos estabelecimentos familiares e não familiares produtoras de leite no TZS .....	104
<b>Tabela 5</b> – Quantidade produzida e valor da produção da produção de leite e representatividade desta em relação ao TZS e ao estado .....	105
<b>Tabela 6</b> – Produto interno bruto a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações para os anos de 2000 e 2010.....	106
<b>Tabela 7</b> – Evolução do IDHM Educação, Longevidade e Renda por município do TZS...	111
<b>Tabela 8</b> – Evolução do percentual de pessoas pobres no TZS e no Rio Grande do Sul.....	114
<b>Tabela 9</b> – Perfil dos indivíduos entrevistados nos 10 Setores Censitários.....	129
<b>Tabela 10</b> – Número de membros por domicílio – TZS .....	130
<b>Tabela 11</b> – Índice de Condição de Vida e frequências – Instância 1 e indicadores.....	137
<b>Tabela 12</b> – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 1.....	138
<b>Tabela 13</b> – Índice de Condição de Vida e frequências – Instância 2 e indicadores.....	145
<b>Tabela 14</b> – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 2.....	145
<b>Tabela 15</b> – Fontes de rendas e número de domicílios que as contemplam na renda total familiar.....	147
<b>Tabela 16</b> – Índice de Condição de Vida e frequências – Instância 3 e indicadores.....	153
<b>Tabela 17</b> – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 3.....	153
<b>Tabela 18</b> – ICV da Instância 3 e frequência por grupos de domicílios.....	161

<b>Tabela 19</b> – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 3 para o Grupo CP .....	162
<b>Tabela 20</b> – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 3 para o Grupo SP.....	162
<b>Tabela 21</b> – Moda e escala dos indicadores da Instância 3, por grupo.....	163
<b>Tabela 22</b> – ICV da Instância 1 e frequência para domicílios de agricultura familiar e não familiar .....	166
<b>Tabela 23</b> – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 1 para os domicílios de agricultura familiar .....	167
<b>Tabela 24</b> – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 1 para os domicílios de agricultura não familiar .....	168
<b>Tabela 25</b> – ICV da Instância 2 e frequência para domicílios de agricultura familiar e não familiar .....	169
<b>Tabela 26</b> – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 2 para os domicílios de agricultura familiar .....	170
<b>Tabela 27</b> – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 2 para os domicílios de agricultura não familiar.....	170
<b>Tabela 28</b> – Fontes de renda e número de domicílios familiares e não familiares que abrangiam cada uma delas.....	171
<b>Tabela 29</b> – ICV da Instância 3 e frequência para domicílios de agricultura familiar e não familiar.....	172
<b>Tabela 30</b> – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 3 para os domicílios de agricultura familiar .....	173
<b>Tabela 31</b> – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 3 para os domicílios de agricultura não familiar .....	173
<b>Tabela 32</b> – Resultado e critério avaliativo do IVC geral e por instância .....	178
<b>Tabela 33</b> – Número de famílias assentadas da reforma agrária por município do TZS .....	204

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>AS MÚLTIPLAS FACETAS DO DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>24</b>
2.1	DA VISÃO MONETÁRIA À VISÃO HUMANA .....	25
2.2	O MUNDO RURAL NAS SOCIEDADES MODERNAS: DO AGRÍCOLA AO ESPAÇO DE VIDA .....	36
2.2	TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO .....	48
<b>3</b>	<b>ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA (ICV): BASE TEÓRICA .....</b>	<b>58</b>
3.1	A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E A MULTIDIMENSIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO.....	60
3.2	A ABORDAGEM DOS MEIOS DE VIDA COMO ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAÇÃO E DE REPRODUÇÃO SOCIAL.....	66
3.3	MULTIDIMENSÕES E MULTICAPITAIS.....	74
3.4	A PERCEPÇÃO COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL .....	79
<b>4</b>	<b>O TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL (TZS): DAS ORIGENS AO ESTADO ATUAL.....</b>	<b>84</b>
4.1	TERRITÓRIO E SOCIEDADE: FORMAÇÃO HISTÓRICA RIO-GRANDENSE E DO TZS.....	84
4.2	O TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL HOJE.....	91
4.3	PROCESSO SOCIAIS E DINÂMICAS DEMOGRÁFICA.....	94
4.4	BASE ECONÔMICA PRODUTIVA: A FACE RURAL DO DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL.....	102
4.5	SOCIEDADE E ECONOMIA NO TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL: UMA REFLEXÃO SOBRE VULNERABILIDADE E POBREZA .....	108
<b>5</b>	<b>ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA (ICV): ASPECTOS METODOLÓGICOS...116</b>	
5.1	COLETA DE DADOS E CONSTRUÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....	116
5.2	OPERACIONALIZAÇÃO DO ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA.....	117
5.3	INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	124

<b>6</b>	<b>TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL: CONDIÇÕES DE VIDA E DESENVOLVIMENTO HUMANO.....</b>	<b>128</b>
6.1	CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA.....	129
6.2	ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA: RESULTADOS GERAIS DO TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL.....	134
<b>7</b>	<b>VULNERABILIDADE, POBREZA E CONDIÇÕES DE VIDA: UMA ANÁLISE POR TIPO DE DOMICÍLIO.....</b>	<b>159</b>
7.1	ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA PARA OS DOMICÍLIOS COM PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SEM PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA.....	160
7.2	ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA PARA OS DOMICÍLIOS DE AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR.....	164
7.3	ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS.....	177
<b>8</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>183</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>190</b>
	<b>APÊNDICE A – COMPLEMENTAÇÕES.....</b>	<b>204</b>
	<b>ANEXO A – QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>205</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O debate que se cria em torno da definição de desenvolvimento é vasto e denso. Entre o aparecimento deste conceito – e, sobretudo, da história da ideia do progresso – e o seu entendimento na atualidade, diversas perspectivas foram desenvolvidas por diferentes linhas de pensamento. A abundância de estudos direcionados a esse tema explica-se em virtude das novas concepções (as quais aparecem nas obras de Amartya Sen e Mahbub ul Haq em contraponto à autores clássicos como Adam Smith e David Ricardo) que se posicionam de maneira antagônica à compreensão de desenvolvimento como sinônimo de riqueza monetária e desenvolvimento econômico.

Por muito tempo perpetuou-se a crença de que o elemento primordial que viabilizava o alcance do desenvolvimento era a condição do progresso – este como fruto do crescimento econômico. O progresso, em suas mais variadas ramificações – da tecnologia, das comunicações, dos transportes, da ciência –, trouxe consigo a perspectiva de que o acúmulo incessante de riqueza e, conseqüentemente, de poder, sempre seria o melhor caminho a ser aspirado. Conforme aponta Nisbet (1985), a ideia do progresso que atingiu primordialmente a Europa Ocidental entre os séculos XVIII e XX foi transformada de forma hegemônica no contexto do desenvolvimento, se sobressaindo, até mesmo, perante as ideias de justiça social, igualdade e soberania popular.

Dos teóricos críticos do desenvolvimento, Dupas (2007, p. 73) é um dos que criticam o progresso como sinônimo desse conceito. Para ele o progresso é um mito trazido pela globalização e sustentado por uma ideologia dominante que “tenta convencer que a história tem um destino certo e glorioso” e cuja premissa é produzir mais de forma a não cessar o crescimento.

Para Navarro (2001), há mais de meio século a ideia de “desenvolvimento” tem sido introduzida como uma “ideia-força” que generaliza interesses, direciona programas governamentais e políticas públicas, instiga intensos debates científicos-acadêmicos e fomenta distintos e numerosos grupos e organizações sociais interessados nos benefícios providos e intrínseco a esse conceito. Em dois momentos históricos essa ideia passou a ser o centro do debate político e socioeconômico: pós Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 70 – com a conjuntura econômica e social de forte crescimento e elevação das condições de vida – em que a ideia de desenvolvimento econômico passou a ser o elemento primordial buscado pelas economias desenvolvidas; e um momento mais recente demarcado a partir da década de 1990. Destarte, após a intensa redução da regulação do Estado no período



neoliberal nos anos 1980, que desprezou o debate a respeito do desenvolvimento deixando-o quase no esquecimento, a década seguinte revitalizou os interesses concernentes à essa discussão, especialmente assentando-se nas inquietações sociais e políticas sobre as “impossibilidades do desenvolvimento” e suas “dificuldades de materialização” (NAVARRO, 2001, p. 85).

Desde o período pós-guerra a ideia de desenvolvimento voltado para o meio rural se constituía em um “subtema” da ideia geral de desenvolvimento tornando-se, também, “um dos grandes motores das políticas governamentais e dos interesses sociais” como frisa Navarro (2001, p. 84). O desenvolvimento rural nesse momento foi, portanto, arquitetado com base nos valores da época.

Conforme Ellis e Biggs (2001), da década de 1950 até 1990 o desenvolvimento rural foi caracterizado e pensado a partir de diversos temas que se tornaram dominantes em alguns momentos e secundário em outros. Perpassando as ideias de modernização, modelo econômico dual e camponeses preguiçosos nos anos 1950, de transferência de tecnologia, mecanização e racionalização dos camponeses nos anos 1960, de redistribuição com crescimento, desenvolvimento rural integrado e inovação induzida nos anos 1970, privatização, retirada do estado e alívio da pobreza nos anos 1980, de diagnóstico rural participativo, meio ambiente e redução da pobreza nos anos 1990 e de modo de vida sustentável, descentralização e erradicação da pobreza nos anos 2000, pode-se observar as transformações teóricas que difundiram-se com os diversos paradigmas estabelecidos sobre o rural.

Em razão da interrogação a partir dos anos 2000 a respeito do direcionamento teórico e prático dos paradigmas e temas existentes, o debate sobre o desenvolvimento rural passou a considerar a necessidade de articular novas abordagens, incluindo esforços eficazes para a redução da pobreza rural (ELLIS; BIGGS, 2001).

No Brasil, Veiga et al. (2001) apontam que o desafio passou a assentar-se na proposição de estratégias que pudessem reduzir a distância entre o discurso que ressaltava a ideia de um desenvolvimento local e a importância do espaço rural para além do agrícola e as ações de fato tomadas/implementadas pelos governos federais, estaduais e municipais. Graziano da Silva, Von der Weid e Bianchini (2001, p. 07), em resposta, argumentaram que, em primeiro lugar, não seria coerente reduzir a ideia de desenvolvimento às subcategorias como local, regional, rural, urbano, agrícola. Nas palavras dos autores,

Qualquer outra palavra só atrapalha a noção de um processo amplo que vise, acima de tudo, à criação de novas oportunidades. Mas, concordo que às vezes é bom enfatizar as coisas sob pena de ser redundante: embora não se possa falar de um desenvolvimento apenas rural, nesse caso o adjetivo pode ser aceito para dar mais ênfase, desde que não se preste para excluir o urbano, seu espaço contíguo e, cada vez mais, fonte de seu dinamismo.

Assim, na efervescência desse debate e visto a complexibilidade e dualidade de tais ideias, compreender o desenvolvimento como um processo, uma situação ou uma condição que proporciona melhorias nas condições de vida para as sociedades se manifestava, portanto, como o mais adequado (SCHNEIDER; FREITAS, 2013). A partir disso, temas referentes às condições de vida, à pobreza, à vulnerabilidade, aos meios de sobrevivência, aos meios de vida, à liberdade e aos direitos começaram a ganhar espaço mais solidamente nas pautas políticas e nos estudos dentro da academia. Ainda, novas noções e conceitos, como território, rural, urbano, pobreza e, sobretudo, desenvolvimento, foram recriados e/ou repensados, trazendo novas questões e questionamentos tanto do ponto de vista conceitual quanto operacional e normativo, em virtude das novas perspectivas que emergiram a respeito da realidade social. Esta que foi marcada por intensa miséria, acentuação da pobreza rural e da fome, falta de oportunidades, precárias condições de saúde e educação pública que se consolidava nos países, sobretudo, em desenvolvimento.

Nas últimas décadas acentuou-se o número de novas reflexões que direcionaram as questões relacionadas ao meio rural e ao bem-estar para o interior de uma nova discussão. A emergência das novas ruralidades, a partir da revitalização do rural e da evolução do próprio conceito como espaço não mais associado aos campos e como unidade produtiva de bens primários (KAGEYAMA, 2008; FAVARETO 2006), consolidou-se paralelamente com o novo debate que (re)surgia a respeito do desenvolvimento rural.

Diversos estudos recentes sobre a pobreza rural têm ocasionado impactos favoráveis no reconhecimento político e institucional sobre a necessidade de se propor medidas urgentes para contornar essa situação, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil. O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) publicou em 2010 uma série de livros que tratam do tema da pobreza. O principal projeto denominado “A nova cara da pobreza rural no Brasil: transformações, perfil e desafios para as políticas públicas” teve como objetivo primordial propor novas políticas e instrumentos para enfrentar a pobreza rural no país focando de maneira apropriada e diferenciada de modo a permitir a consideração das particularidades e potencialidades das distintas partes da população rural expostas à pobreza e à vulnerabilidade (IICA, 2010).

Depreende-se, portanto, que entender o desenvolvimento é mais complexo do que uma simples análise dos níveis de renda dos indivíduos, principalmente em virtude do seu caráter multidimensional. Estudos que possibilitem a observância dos funcionamentos, das capacitações, da capacidade de agência dos atores sociais e a forma pela qual estes conseguem aprimorar suas condições de vida tornam-se fundamentais para os estudiosos do meio rural, visto que estar vulnerável significa muito mais do que apresentar-se abaixo da linha da pobreza – esta que, para muitos autores, se compõe como a principal referência do que é ser ou estar pobre (SCHNEDIER; FREITAS, 2013).

Dentre as abordagens contemporâneas que favoreceram a expansão dessas novas percepções, duas tornam-se essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa: a Abordagem das Capacitações do economista indiano Amartya Sen, que incorporou aos estudos do desenvolvimento – destacando a multidimensionalidade e a multifuncionalidade desse conceito – a importância da dimensão “humana” e do bem-estar coletivo e individual *vis-à-vis* à teoria clássica estritamente fundamentada no nível de renda; e a Abordagem dos Meios de Vida (*Livelihoods Approach*) liderada por Frank Ellis que destaca, baseando-se na posse de distintos capitais (físico, humano, social, natural e financeiro), a diversificação dos meios de vida como estratégia das unidades familiares rurais para obterem auto segurança, autonomia e reproduzir-se, sobretudo, em meio ao ambiente hostil que muitas vezes caracterizam as regiões rurais mais empobrecidas. Ambas abordagens possibilitam que o debate acadêmico e científico sobre desenvolvimento no meio rural se direcione para o estudo e para a arquitetura de novas estratégias, planos e ações que garantam a reprodução dessas populações.

Ressalta-se que a inserção de novos índices ou ferramentas quantitativas dentro destas novas abordagens e concepções adquire um papel que ultrapassa a carente e limitadora análise econômica assentada em indicadores como o Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Interno Bruto (PIB). Por isso a contribuição da abordagem de Sen e de Ellis na construção de novos índices de desenvolvimento social e humano é indispensável para o estudo que circunda a problemática da redução das vulnerabilidades como obstáculo inexorável ao desenvolvimento (SCHNEIDER; FREITAS, 2013).

Essas novas proposições impulsionaram novos estudos, formulações e implementações de políticas de desenvolvimento. A partir daí iniciou-se “uma nova fase de estudos e referências que buscaram reorientar as ações e as concepções” deste conceito (PERONDI; SCHNEIDER, 2012, p. 118).

Ao indagar, portanto, o modelo que propõe o desenvolvimento com olhares voltados para indicadores essencialmente econômicos arquiteta-se um questionamento, o qual é o pilar

da obra de Sen: “qual é a validade de um modelo de desenvolvimento, baseado na riqueza econômica, que não se reflete nas condições objetivas de vida das populações?” (RAMBO et al., 2012, p. 7). Assim, inspirado em alguns aspectos da Abordagem das Capacitações e da Abordagem dos Meios de Vida foi criado o Índice de Condições de Vida (ICV) pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com apoio da professora Angela Kageyama da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), após uma demanda da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir do documento “Território da Cidadania: acompanhamento, monitoramento e avaliação”.

O ICV abrange três esferas:

- a) os intitamentos, os meios;
- b) os elementos de conversão dos meios para os fins e
- c) as capacitações e funcionamentos.

Permitindo uma análise multidimensional do desenvolvimento ele foi aplicado para o Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul com o intuito de acompanhar as condições de vida das famílias rurais nele residentes com base nas percepções dos próprios agentes.

Por meados de 2003, conjuntamente com a criação da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA), o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) foi implementado tendo como base para a sua execução a criação dos diversos territórios. O Território Rural Zona Sul (TZS) do estado do Rio Grande do Sul surgiu como território rural com o Programa Territórios da Cidadania (PTC) promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Assim como o PRONAT, o PTC possuía o desígnio de, primordialmente, fortalecer os atores sociais a partir da potencialização de processos e incrementos que dessem empoderamento às comunidades, sobretudo no processo de gestão do desenvolvimento territorial, e lhes concedessem maior autonomia em um ambiente de convergência entre a esfera vertical (municípios, território, estado e país) e horizontal (diferentes órgãos e entidades). O intuito, portanto, era atender os territórios rurais cujo “acesso a serviços básicos, índice de estagnação na geração de renda, e carência de políticas integradas e sustentáveis para autonomia econômica” apresentassem níveis baixos, como o TZS (RAMBO et al., 2013, p. 108).

Conforme Sabourin (2009, p. 22-23), a iniciativa da construção de projetos territoriais objetivava a implementação de mecanismos que semeassem interações entre as ações públicas

e as ações coletivas dos agentes sociais rurais. Ainda, essa proposta buscava estruturar bases para o desenvolvimento econômico que fossem mais humanas, sobretudo fundamentada em valores de justiça, respeito da diversidade, valores éticos de equidade, co-responsabilidade e o reconhecimento da multifuncionalidade dos espaços rurais.

Os Territórios Rurais, como o Território Zona Sul, na perspectiva no Pronat, são caracterizados por um conjunto de municípios que possuem semelhanças quanto ao perfil econômico e ambiental, quanto à identidade e à cultura e são a base do Território da Cidadania. Refere-se a um ambiente natural pouco modificado ou dedicado às atividades agropecuárias, cuja predominância é a baixa densidade demográfica (menor que 80 habitantes/km<sup>2</sup> e população média de até 50 mil habitantes por município) e bases econômicas assentadas na produção primária. Incluem não só espaços rurais, mas, sobretudo, espaços urbanizados compostos por cidades, vilas e povoados. Ainda, são caracterizados pela presença de atores sociais ligados aos assentamentos, à agricultura familiar, aos grupos tradicionais (quilombolas e indígenas) e à piscicultura (BRASIL, 2003).

Conforme a Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) do MDA, os critérios de identificação e construção dos Territórios Rurais da Cidadania pautaram-se em aspectos sociais e econômicos. Quanto aos primeiros, levaram-se em conta os municípios que apresentaram o menor IDH e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDB), a maior concentração de assentados e agricultores familiares, bem como quilombolas e indígenas, o maior número de beneficiários de programas governamentais, sobretudo aqueles de transferência de renda e elevada participação social. Quanto ao segundo, levou-se em conta a presença de um número elevado de municípios com baixo dinamismo econômico (BRASIL, 2005c).

Em razão da necessidade de dispor um melhor acompanhamento dos territórios e de suas dinâmicas, a SDT “articulou-se institucionalmente e operacionalmente com 27 universidades e 37 territórios rurais” (RAMBO et al., 2012, p. 5) para desenvolver processos e ferramentas de acompanhamento, avaliação e informação dos territórios, como o ICV. Essa nova proposta teve como base a experiência do PGDR na validação do projeto do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), elaborado pela professora Angela Kageyama, e do Biograma como instrumento para análise comparativa de mensuração e representação a partir de múltiplas dimensões dos processos de desenvolvimento territorial (BRASIL, 2007).

Foi em virtude das limitações do IDS, cuja principal se pautou na dependência da disponibilidade e da atualização dos dados secundários, que a SDT demandou esta complementação. Assim, a partir da arquitetura teórica, conceitual e metodológica do ICV, a

ideia foi acompanhar diretamente as condições de vida das populações rurais pretendendo inferir sobre as ações integradas promovidas nos territórios e apontar seus resultados. Conforme o “Relatório com a proposição do Índice de Condição de Vida” elaborado pelo grupo de pesquisadores em nome da SDT, a demanda por um ICV foi em busca de um indicador que representasse as mudanças percebidas no e pelo público-alvo (BRASIL, 2007, p. 3).

Assim, as percepções dos indivíduos, as quais buscaram ser captadas pelo ICV, possuíam o intento de, baseando-se na abordagem das Representações Sociais de Moscovici (2003), apontar o pensamento social em relação ao individual de forma que explicasse a pluralidade de pensamentos dos atores sociais envolvidos na pesquisa. Visto que para Moscovici (2003) a diversidade de ideias reflete a heterogeneidade das sociedades modernas no que diz respeito às representações, a forma como o conhecimento é apropriado pelos indivíduos e organizado em atitudes e opiniões também não é homogêneo. Assim, o objetivo do índice em assentar-se nas percepções foi avaliar essa diversidade de opiniões, valores, atitudes e pensamentos no que diz respeito as condições de vida dos pesquisados de forma a inferir como o desenvolvimento se articula para essas pessoas e dentro do TZS.

Isso posto, o problema de pesquisa que busca ser estudado e esclarecido a partir da associação de fatos concretos e da tentativa de compreender os mesmos pode ser traduzido no seguinte questionamento: a posse de distintos capitais (social, financeiro, natural, humano e físico) reflete em diferenças na composição do conjunto capacitário e na percepção sobre as condições de vida dos indivíduos residentes em domicílios rurais no Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul?

A motivação para a execução desta pesquisa se dá por diversos motivos. Primeiramente por um aspecto metodológico, que intenta operacionalizar a Abordagem das Capacitações e dos Meios de Vida a partir de bases de dados primários. Ainda, há uma relevância de caráter teórico visto que a pesquisa busca analisar, sob um olhar multidimensional e diferente de muitos estudos contemporâneos, problemas sociais importantes para a sociedade (como pobreza, vulnerabilidade e condições de vida) que estão assentados em temas cuja Economia vêm despendendo esforços em novos estudos.

Adicionalmente, há outras motivações relacionadas aos indicadores sociais e de desenvolvimento já existentes. Visto que a expressão “qualidade de vida” foi popularizando-se mais energicamente desde a última década e foi associada, essencialmente, ao desenvolvimento humano e ao bem-estar individual e coletivo – com o objetivo de tentar operacionalizar um conceito tão abstrato – indicadores quantitativos com dotações

essencialmente sociais foram surgindo em maior número e com certa urgência dentro dos estudos econômicos (BRASIL, 2007).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por exemplo, permite refletir sobre o bem-estar e desenvolvimento, embora não se componha como um índice de qualidade de vida como o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), organizado pela Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE). O intento de ambos é convergente: mensurar os níveis de desenvolvimento, embora o segundo não priorize o enfoque global (o país). Todavia, ambos carregam em sua bagagem metodológica e teórica algumas limitações concernentes à sua elaboração e à sua composição.

As propostas metodológicas desses dois índices clássicos de desenvolvimento, bem como grande parte das ferramentas analíticas que possuem o mesmo escopo, como o Índice de Qualidade de Vida (IQV) e Índice de Nível de Vida (INIVI), por exemplo, não consideram os fatores, as características e os efeitos do próprio desenvolvimento, como o ICV o faz. Ainda, seus resultados não permitem aprofundar o debate sobre o nível de vulnerabilidade de uma população, sobretudo por não incluírem variáveis que dizem respeito a posse de distintos capitais que permitem reduzir ou evitar a exposição e a permanência dos indivíduos dessa população às incertezas e aos riscos relacionados aos mercados, aos processos produtivos, à saúde, à pobreza, às condições sanitárias. E mesmo se o faz, as análises são geralmente baseadas a partir de dados secundários que dependem da atualização (cuja periodicidade nem sempre é a desejada) e da disponibilidade dos dados utilizados (BRASIL, 2007). Por isso, o ICV prioriza o uso de fontes de dados primários gerados a partir de questionários aplicados junto aos grupos ou amostras da população observada, além de permitir captar as percepções sobre as condições de vida nos Territórios Rurais.

Também, apesar de alguns desses índices possuírem uma proposta multidimensional, não conseguem avançar para uma análise mais profunda sobre os intitamentos, as capacitações e os funcionamentos, segundo a perspectiva seniana. Isto impede, portanto, a construção de um debate mais completo sobre desenvolvimento na escala humana.

Ainda, o ICV direciona seu estudo para unidades de investigação que pouquíssimas ferramentas analíticas se propuseram mensurar e analisar com veemência: as regiões e populações rurais empobrecidas. O recorte geográfico do ICV não possui um caráter urbano e é o que diferencia dos demais índices já existentes.

Frisa-se, portanto, que em virtude do excesso de análises pautadas em indicadores estritamente econômicos e indicadores sociais limitados às dimensões que pouco avançam

sobre o nível de desenvolvimento das regiões (principalmente rurais), faz-se essencial a criação de ferramentas como o ICV que possibilitam uma análise mais multidimensional e multifacetada. Ao que foi dito, complementa-se que são escassos os estudos que avaliam as implicações das políticas territoriais sobre os indivíduos e suas condições de vida.

Segundo BRASIL (2007), as avaliações referentes à eficácia dessas políticas focalizam estritamente na análise dos investimentos e dispêndios de recursos financeiros destinados à infraestrutura. Pouco se fala, portanto, da qualidade de vida e do desenvolvimento humano das populações rurais.

Assim, a importância de buscar o conhecimento acerca do problema de pesquisa proposto nesse trabalho se configura em virtude da também relevância de se incorporar as dimensões de bem-estar social e qualidade de vida como elementos definidores e referências do desenvolvimento humano das regiões rurais do estado do Rio Grande do Sul. Por isto, o objetivo finalístico desta pesquisa é, com base teórica nas abordagens de Ellis e de Sen e a partir da resposta do problema de pesquisa, analisar o desenvolvimento humano, a pobreza e a vulnerabilidade por meio de múltiplas dimensões e com base nas percepções das condições de vida dos próprios indivíduos, expressas pelo Índice de Condição de Vida, do Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul. Esta dissertação assenta-se no uso de métodos quantitativos e de base de dados secundários elaborada por um grupo de pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no ano de 2010, a partir da coleta de dados via questionários para a construção do ICV.

Para garantir a exequibilidade do objetivo primordial, apresentar-se-á a construção do Índice de Condição de Vida (o qual é cerne desta pesquisa), a partir da percepção dos próprios indivíduos; comparar-se-ão os resultados entre distintos grupos (os quais são, domicílios totais com produção; domicílios com produção familiar; domicílios com produção não familiar; e domicílios sem produção), obtidos a partir dos questionários e da análise final do índice, analisando se a posse de distintos capitais (financeiro, natural, físico, humano e social) reflete em percepções distintas a respeito das condições de vida; analisar-se-ão os resultados, também, por indicadores e, por fim, verificar-se-á se a percepção dos indivíduos está relacionada à existência de alguma possível situação de vulnerabilidade.

Por conseguinte, para nortear a execução de tais objetivos e a análise dos dados, a estrutura teórica e metodológica desta pesquisa está estruturada, além desta introdução (1.0), por mais seis capítulos. No capítulo 2, de cunho inteiramente teórico, será discorrido a respeito das multifacetadas do desenvolvimento. O debate será iniciado destacando os primórdios do conceito de desenvolvimento que lhe vinculam as noções de progresso e



riqueza, perpassando, posteriormente, as novas e velhas perspectivas concernentes ao desenvolvimento humano, rural e territorial. No terceiro capítulo (3), a base teórica do ICV, composta pela Abordagem das Capacitações e pela Abordagem dos Meios de Vida, será expressa. Neste capítulo será exposto não apenas como a multidimensionalidade e a existência de múltiplos capitais moldam conceitualmente o índice, mas, também, como a percepção se torna um elemento distintivo na construção e na interpretação dos resultados.

O quarto capítulo (4), de caráter histórico e empírico, descreverá a caracterização do Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul e apresentará indicadores diversos e importantes a respeito do mesmo. O capítulo 5, de caráter metodológico, irá expor estatística e teoricamente a construção do ICV, discorrendo sobre os cálculos e procedimentos utilizados, bem como a inferência e interpretação dos dados e os resultados gerados. Os dois últimos capítulos (6 e 7) abrangerão os resultados finais do ICV para o total da amostra, os resultados por tipo de domicílio e os resultados por instâncias.

Nestes capítulos finais, portanto, o problema de pesquisa será evidentemente respondido e a pesquisa irá ao encontro dos objetivos propostos. Assim, será possível concluir sobre os conceitos-chaves dessa pesquisa: vulnerabilidade e pobreza no TZS; acesso ao capitais, recursos e oportunidades; liberdades, funcionamentos e capacidades.

## 2 AS MÚLTIPLAS FACETAS DO DESENVOLVIMENTO

A Era Moderna, permeando os séculos XVII e XVIII, foi promissora de grandes cientistas que mapearam o campo teórico esboçando minuciosamente teorias e paradigmas que possuíam o desígnio de explicar a realidade, principalmente econômica e social, da época que vivenciavam. Em sua bagagem histórica, grandes cientistas pioneiros das Ciências Sociais e Aplicadas, como Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, apropriaram-se das premissas positivistas do Século das Luzes para arquitetarem suas visões sobre o mundo.

Embora a teoria clássica tenha cristalizado uma compreensão acerca do que é “desenvolvimento” e “ser desenvolvido” que, de certo modo, perdura há séculos, o qual o cerne das questões tem estado assentado no crescimento econômico como objetivo primordial a ser alcançado por uma nação, nas últimas décadas surgiram novas reflexões que direcionam diversas e distintas questões para o interior deste debate, em que, essencialmente, a acumulação de riqueza não era o principal desígnio. Esse contexto se tornou propício fundamentalmente após o fim da Segunda Guerra Mundial quando as divergências atinentes aos caminhos “ideais” para se alcançar o desenvolvimento intensificaram-se e reflexões a respeito da qualidade de vida das sociedades tornaram-se, paralelamente a outros demais assuntos de cunho social – como pobreza, vulnerabilidade e bem-estar – parte da pauta política e das negociações entre diversas organizações, instituições e Estados.

Foi, portanto, no final do século XX que o conceito de desenvolvimento ganhou outras faces que lhe desassociou, em certa medida, da noção de acumulação e produção de riqueza e lhe aproximou da dimensão humana, social e ambiental. Embora ainda não tenha se consolidado um consenso concernente ao real significado do termo “desenvolvimento” – e se este realmente existe e ainda se legitima – e embora as distintas formas de mensurá-lo ainda sejam temas de debates controversos, o número de estudos que o obtém como cerne é bem expressivo e vem cada vez mais se ramificando dentro de distintas disciplinas.

À vista disto, este capítulo terá como objetivo elementar apontar as inúmeras facetas que caracterizam o conceito de desenvolvimento ressaltando como essa ideia vem sendo reconhecida em domínio científico, normativo e político. Frisa-se que a intenção deste primeiro capítulo não é avançar no problema de pesquisa proposto, mas, sim, construir um aporte teórico a partir de um debate mais completo sobre as principais ideias, conceitos e noções que estão na essência do Índice de Condição de Vida. Por esta razão o capítulo dois terá sua estrutura dividida em três partes e destacará três abordagens de desenvolvimento que

são inerentes à construção do ICV: a abordagem do desenvolvimento humano, do desenvolvimento rural e do desenvolvimento territorial.

A seção 2.1 iniciará destacando o debate que sucedeu os teóricos liberais e positivistas. Será realçado as visões contemporâneas das ideias de “desenvolvimento” após a popularização das abordagens que salientaram a multidimensionalidade e a multifuncionalidade deste conceito e que permitiram a normatização do termo “desenvolvimento humano”. Na seção que a sucede (2.2), os paradigmas do desenvolvimento rural serão destacados com vistas a apontar as ideias dos principais teóricos especialistas nos temas da ruralidade, além de abordar como esse paradigma vem tentando se sobrepor ao da modernização. Ainda, será destacado como as noções de rural têm sido repensadas e (re)compreendidas normativa e cientificamente a partir das reconfigurações surtidas no final do século XX que propiciaram a emergência das “novas ruralidades”.

A última face do desenvolvimento que esta pesquisa explorará, o desenvolvimento territorial, é a mais recente em comparação com as demais aqui consideradas e será evidenciada na seção 2.3, por fim. O intuito desta seção é trazer abordagens que denotam o território como um ambiente muito mais complexo do que a Geografia determinou durante os séculos XIX e XX, apontando que as regiões passaram a ser entendidas também como promotoras e planejadoras do seu próprio desenvolvimento, especialmente a partir da ação coesa de múltiplos atores (especialmente da sociedade civil ao Estado).

## 2.1 DA VISÃO MONETÁRIA À VISÃO HUMANA

Ao contemplar o século XX e as grandes conquistas consequentes do progresso – avanço da tecnologia, da física, da microbiologia, da genética e, sobretudo, do conhecimento – e, também, seus grandes passivos sociais e ambientais – guerras, miséria, fome, danos (irreparáveis) na natureza – Dupas (2007, p. 73) traz um questionamento interessante a respeito desta conjuntura que ainda irradia-se pelo século XXI: “somos, por conta desse tipo de desenvolvimento, mais sensatos e mais felizes?”. A chave para esta resposta não está em negar a efetividade do progresso, e Dupas (2007) deixa claro que seria uma insensatez o fazer. Mas, sim, desmembrar a inexorabilidade desta palavra à humanidade, isto é, além de compreender o que significa, sobretudo dentro do discurso hegemônico, apontar, essencialmente, à quem ela serve e à quem ela dá o poder e a legitimação.

A nova lógica global – alimentada pelo processo acelerado da globalização – torna o capital cosmopolita. Ou seja, “sua pátria é onde ele pode render bem” (DUPAS, 2007, p. 78).

No livro “O longo século XX”, Giovanni Arrighi (1995, p.56) argumenta que “o dono do dinheiro encontra-se como o dono não da força de trabalho mas do poder político”. Isto porque o sistema capitalista passou a ser caracterizado por redes de acumulação inseridas e subordinadas a redes de poder que foram seguidas por períodos de expansão material e financeira (ARRIGHI, 1995).

Esse divergente debate que se iniciou por meados dos anos 1950 acirrou, de certa forma, a discussão a respeito do real conceito de desenvolvimento, bem como de suas reais finalidades, causas e consequências. Uma das principais confusões a respeito desse termo – e que, de certo modo, ainda permanece – foi relativa à sua dimensionalidade.

Durante um bom tempo perdurou a crença de que desenvolvimento e crescimento eram ideias análogas. Desenvolvimento dado apenas a partir de uma análise unidimensional: econômica (de cunho monetário e viés crescimentista).

Frisa-se que o desenvolvimento econômico é apenas uma das diversas faces do desenvolvimento. Segundo Bresser-Pereira (2006, p. 1),

[...] É um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizaram sua Revolução Capitalista [...]. É o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade.

Porém, com as transformações advindas após a segunda guerra mundial e com os inexoráveis e permanentes problemas sociais que não demandavam soluções via aumento do nível de renda per capita e da produção interna de bens e serviços, novas percepções começaram a circundar os debates e os estudos a respeito desse tema. Da mesma forma, outros demais temas importantes como pobreza, vulnerabilidade, condições, qualidade e meios de vida e meio ambiente começaram a ser incorporados à ideia de desenvolvimento, à pauta do debate acadêmico-científico e, essencialmente a partir da metade do século XX, às pautas governamentais.

Em 1954, foi lançado pelas Nações Unidas o “Relatório do comitê de especialistas sobre a definição e mensuração internacional dos padrões e níveis de vida”<sup>1</sup> em cooperação com a Organização Internacional do Trabalho, cujo intuito era desenvolver um estudo que dispusesse de métodos mais aceitáveis e satisfatórios de medição dos níveis de vida das populações nacionais. Este relatório destacou a relevância da incorporação de componentes

---

<sup>1</sup> No original: “*The Report of a Committee of Experts on the International Definition and Measurement of Standards and Levels of Living*”.

básicos, como saúde, emprego, alimentação, moradia, segurança social, recreação e liberdade humana, nos indicadores e métricas quantitativas, sobretudo na contabilidade dos indicadores econômicos mais tradicionais da época (PIB e PNB). A intenção era aprimorar a compreensão a respeito do desenvolvimento e tentar desassociá-lo da noção de crescimento econômico (UNITED NATIONS, 1961).

Em meio a complexibilidade deste debate, as críticas à limitada e dominante utilização do PIB como indicador do nível de desenvolvimento acentuaram-se. Foi somente em meados da década de 1960 que se intensificou a discussão concernente à importância do uso de novos indicadores socioeconômicos que obtivessem o mesmo propósito. A partir deste contexto que aflorou, substancialmente, no ambiente científico, uma gama de pesquisas emergiu desenvolvendo indicadores quantitativos e qualitativos que serviram como pilares para estudos relacionados ao desenvolvimento das regiões do globo.

Com a aproximação do século XXI, a percepção de que as pessoas eram a real riqueza das nações<sup>2</sup> foi se difundindo. Em paralelo, a concordância de que o desenvolvimento era caracterizado pela multidimensionalidade foi ganhando força. Sendo multifacetada, a ideia do desenvolvimento não poderia corretamente ser relacionado à uma única esfera.

Neste período, após a maçante modernização conservadora ocorrida nos países em desenvolvimento, motivada pela ânsia do progresso e do crescimento econômico, as consequências sociais e ambientais deste processo foram intensamente questionadas. Novos autores – dentre eles brasileiros como Furtado (1983), com a perspectiva do centro-periferia, e Fernando Henrique Cardoso (1970), com a teoria da dependência – dedicaram-se a formularem proposições sobre o desenvolvimento das economias “periféricas”/“subdesenvolvidas”/“em atraso”<sup>3</sup>.

O debate principal dos teóricos do desenvolvimento nesta época circundava alguns pontos centrais: quais as características e determinantes das economias hegemônicas que as tornavam “desenvolvidas”; as causas das economias “subdesenvolvidas” não conseguirem alcançar determinado patamar; as consequências sociais de tais processos e, principalmente, o que era, então, o desenvolvimento: um processo, uma etapa ou uma fase?

Segundo Furtado (1983, p. 90),

[...] O conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a. Com efeito: ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa.

<sup>2</sup> No original: “*People are the real wealth of a nations*”. *Human Development Report*, p. 9, 1990 (*United Nations for Development Programme*). Analogia feita a partir da obra de Adam Smith “*A riqueza das nações*”.

<sup>3</sup> Termos usados pelos autores desse período para designar as economias hoje denominadas como “em desenvolvimento”.

Essa complexidade estrutural não é uma questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas [...].

Porém, com a aproximação das ideias neoliberais em meados dos anos 1970 após a recessão das economias imperialistas – as quais, segundo Harvey (2008), culparam a crise do sistema capitalista aos sindicatos trabalhistas que provocaram uma queda da lucratividade das empresas em razão da busca pelos direitos sociais e humanos –, o Estado reduziu seus gastos com questões de cunho sociais e retirou-se da regulação da economia. Conforme Dupas (1998, p. 132), foi a partir do “vácuo teórico e a incapacidade de gestão dos Estados nacionais” que os defensores do Estado mínimo encontraram espaço para conduzir o discurso.

O neoliberalismo sustenta alguns pressupostos da teoria liberal: direitos individuais, direito à propriedade privada, mercado com livre funcionamento, o livre comércio, o estímulo à inovação e mudanças na tecnologia, a privatização de ativos e a criação de riquezas. Para os adeptos à essa ideologia, a “eliminação da pobreza (no plano doméstico e mundial) pode ser mais bem garantida através dos livres mercados e do livre comércio” (HARVEY, 2008, p. 75).

Assim,

O bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados (HARVEY, 2008, p.12).

Percebe-se, portanto, uma grande proximidade das ideias neoliberais com as perspectivas do progresso anteriormente mencionadas. Isto é, propulsor tanto da liberdade – caracterizada pelo direito da propriedade privada, auto regulação do mercado, livre comércio – como do poder, visto que o Estado deixa de exercer seu papel regulador.

Após a década de 1980, quando se intensificaram os movimentos sociais e as críticas ao modelo neoliberal, o número de pesquisas e estudos domésticos e internacionais a respeito dos problemas sociais consequentes desta conjuntura (bem-estar, desigualdade socioeconômica, pobreza) expandiram-se consideravelmente. A partir desse período de intensa transformação, os países demonstraram caminhos sistematicamente distintos em busca do desenvolvimento em razão dos distintos papéis desempenhados pelos governos, do padrão de acumulação buscado e do padrão de interação entre as instituições sociais, políticas e econômicas (ADELMAN, 2002).

Segundo Ul Haq (2008), apesar da expansão econômica de muitos países, a década de 1980 mostrou que ainda perdia-se muito no quesito “vida humana”. Isto é, embora muitas nações estivessem evidenciando uma melhora na qualidade de vida, outras (inclusive nações ricas) apresentavam problemas, como o aumento das taxas de criminalidade, das taxas de poluição, da contaminação do vírus HIV, que, de certo modo, ocasionavam um “enfraquecimento do tecido social” (UL HAQ, 2008, p. 70) e que não poderiam ser ignorados.

Além disso, muitas destas sociedades que obtinham capital financeiro em abundância, passaram a mostrar-se inaptas para desenvolver (UL HAQ, 1995). Isto tornou evidente que um nível alto de renda não representava um escudo contra as diversas privações que se elevavam e que altas taxas de crescimento não geravam, necessariamente, melhoras na qualidade de vida das populações.

Também nesse período aumentou o número de autores críticos aos paradigmas do desenvolvimento. Conforme Adelman (2002) as Teorias do Desenvolvimento são as que mais sofreram mudanças de paradigmas. Resumidamente, as causas de tais mudanças derivaram-se da mudança no ambiente internacional, de mudanças ideológicas (sobretudo em decorrência das mudanças de poder político, do processo de aprendizagem, da cultura disciplinar em detrimento da interdisciplinar) e das mudanças nas instituições.

Argumenta, ainda, a existência de três falácias:

- a) a crença de que o atraso ou o subdesenvolvimento tem uma única causa;
- b) a utilização de apenas um único critério avaliador do desempenho do desenvolvimento; e
- c) a crença de que o desenvolvimento é um processo log-linear. A primeira falácia está relacionada à privação ou insuficiência de um determinado fator, o qual é foco de obsessão, o capital.

Conforme a autora, o desenvolvimento não é unidimensional e, muito menos, unicausal. Isto posto, não existiria um modelo único que explicasse uma única forma de alcance ao desenvolvimento para todos os países (ADELMAN, 2002).

A segunda falácia refere-se ao caráter multidimensional do desenvolvimento. Baseando-se nisto, não poderia ser possível mensurá-lo ou medi-lo apenas a partir de indicadores unidimensionais como o PIB.

A terceira falácia, por fim, faz atinência ao modelo do economista americano Robert Solow. Para este, o desenvolvimento é um processo linear em virtude da função de produção única assumida por todos os países. Isto é, é a função que presume a oferta de insumos, de

capital, de recursos naturais e de mão de obra. Todavia, diversos estudos empíricos evidenciaram que países se desenvolveram às taxas distintas em razão de suas diferentes características, tornando, pois, o desenvolvimento um processo não-linear. Ainda, os caminhos do desenvolvimento não seriam homogêneos, podendo ser autônomos, induzidos ou até mesmo assistidos pelos governos.

Em meados da década de 1990, portanto, os desafios do desenvolvimento foram reestruturados. Após as piores acusações recebidas a respeito das políticas neoliberais – essencialmente àquelas de livre mercado – as experiências da década de 1950 foram lembradas e novas abordagens e orientações tornaram-se a guia das ações do século que estava por vir (ADELMAN, 2002).

Nesta década, o debate sobre desenvolvimento foi motivado e reapareceu em razão das percepções que se consagravam sobre “a aparente impossibilidade do desenvolvimento ou, pelo menos, suas imensas dificuldades de materialização” (NAVARRO, 2001, p. 85). Para o autor esta situação emergiu em virtude da inquietude social e da desesperança a respeito do futuro.

Destarte, a certeza de que o progresso material era necessário para o bem-estar social foi perdendo forças, embora não tenha sido substituída. A análise unidimensional com viés monetário foi cedendo lugar para questões mais complexas.

Ao final da década de 1980 os questionamentos sobre o lado humano das políticas e dos programas governamentais aceleraram-se. De acordo com Ul Haq (1995), depois de anos, o óbvio foi redescoberto: que as pessoas eram os meios e os fins do desenvolvimento.

No início dos anos 1990, a preocupação central, portanto, passou a ser a dimensão humana. A questão que estava em jogo não era mais “quanto estava produzindo uma nação?”, mas, sim, “como o povo está vivendo?” (UL HAQ, 2008, p. 71). Isto porque reconheceu-se que o objetivo primordial do desenvolvimento era a ampliação das escolhas e oportunidade dos indivíduos, enquanto a renda – embora indispensável – não representava o cerne da vida humana (UL HAQ, 2008).

No dia 24 de Maio de 1990 em Londres o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano foi publicado pela editora da Universidade de Oxford. A parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com Mahbub ul Haq emergiu de um clima favorável que visava tornar um relatório anual de desenvolvimento humano de alcance global, o qual explorava a relação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano destacando a educação, a saúde, a liberdade, os direitos, o ambiente físico como aspectos tão importantes quanto a renda (UL HAQ, 2008; 2005).



O Relatório de Desenvolvimento Humano (1990) trouxe a ideia de que as pessoas eram “a real riqueza das nações”<sup>4</sup>. Assim, contrapôs o pensamento hegemônico de que uma sociedade deveria ser julgada pela riqueza acumulada ou pela renda per capita (UNDP, 1990) e passou a olhar para além do PIB e do PNB (UL HAQ, 1995).

O objetivo, pois, era “desafiar”, nas palavras de Ul Haq, alguns pressupostos da teoria convencional – de cunho monetário e viés crescentista – com o intuito de “desconstruir alguns mitos” como “o processo de desenvolvimento falhou na maioria dos países em desenvolvimento”, “o desenvolvimento humano prescinde do crescimento econômico”, “a redução da pobreza como um objetivo distinto do desenvolvimento humano”, “países em desenvolvimento não possuem recursos suficientes para administrar seus planos de desenvolvimento humano”, “apenas os mercados podem produzir padrões equilibrados de crescimento econômico e de desenvolvimento humano” (UL HAQ, 2008, p. 71-73).

Os relatórios posteriores possibilitaram a arquitetura de novas análises e conclusões. Assim, percebeu-se que o desenvolvimento estava associado ao bem-estar das pessoas, à sua qualidade de vida e ao ambiente natural (UL HAQ, 2005, 2008). Percebeu-se, também, que a verdadeira importância intrínseca estava na vida que as pessoas levavam e valorizavam e, não, nos recursos e rendas sobre as quais se apropriavam (ANAND; SEN, 1994).

A característica multidimensional do desenvolvimento trouxe a necessidade de elaborar um novo indicador que pudesse, de certo modo, melhor mensurá-lo. Em 1990 os economistas Amartya Sen e Sudhir Anand, também em cooperação com o PNUD, apresentaram o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que passou a integrar aspectos qualitativos da realidade social. Esse índice veio com o intuito de contrapor o principal indicador que retratava o cenário socioeconômico das nações, o PIB.

Ressalta-se, todavia, conforme aponta Streeten (1995), que existiam algumas controvérsias em relação ao IDH. A principal delas assentava no entendimento de que o conceito de desenvolvimento humano que era mais abrangente e mais rico do que o que o índice poderia captar a partir de um conjunto de indicadores.

Como já mencionado, com a extensão do termo “desenvolvimento” para a dimensão humana, o bem-estar social dos indivíduos, e não o capital e a produção de bens, começou a se compor como centro dos estudos contemporâneos sobre o desenvolvimento. Este, passou a estar centrado na melhoria e no aumento das atividades, liberdades e capacidades humanas (ANAND; SEN, 1994).

---

<sup>4</sup>No original: “*People are the real wealth of a nation*”.

O paradigma do desenvolvimento humano solidificou a reflexão de que o “desenvolvimento” incluía aspectos diversos como parte de um todo, envolvendo, pois, toda a complexidade inerente às sociedades (UL HAQ, 2008). Passou a ser entendido como “um processo de alargamento das escolhas das pessoas”<sup>5</sup> (UNDP, 1990, p. 1). Tais escolhas (possuir uma vida longa e saudável, ser educado e escolarizado, possuir acesso aos recursos necessários para uma vida adequada, ter liberdade política, ter os direitos humanos garantidos, adquirir respeito próprio) deveriam ser permitidas e garantidas pelo desenvolvimento (UNDP, 1990).

É claro que

Ninguém pode garantir a felicidade humana, e as escolhas que as pessoas fazem são a sua própria preocupação. Mas o processo de desenvolvimento deve, pelo menos, criar um ambiente conducente para as pessoas, individual e coletivamente, para desenvolver seu completo potencial e ter uma chance razoável de conduzir vidas produtivas e criativas de acordo com suas necessidades e seus interesses (UNDP, 1990, p. 1)<sup>6</sup>.

A partir desta perspectiva, desenvolvimento referia-se, sobretudo, à remoção das privações e obstáculos (como analfabetismo, saúde precária, falta de acesso a recursos importantes, falta de liberdades políticas ou civis) para que uma pessoa pudesse viver a vida que desejava (FUKUDA-PARR, 2003). Depois de ter sido obscurecida durante décadas por outras visões e técnicas, a perspectiva do desenvolvimento humano veio à tona para botar as pessoas no centro do palco (STREETEN, 1995).

Segundo Ul Haq (2008, p. 66) o desenvolvimento humano abrangia “o crescimento econômico ou comércio exterior, déficits orçamentários ou política fiscal, poupança, investimento ou tecnologia, serviços sociais básicos ou redes de proteção social para a população carente”. Porém, seu núcleo se estabeleceu na ampliação das escolhas das pessoas como motor de suas vidas. Destarte, as pessoas – e não a riqueza – passaram a ser o centro do debate e o desenvolvimento passou a ser analisado em função dos indivíduos, os quais começaram a ser compreendidos como fins do desenvolvimento (UL HAQ, 2008; SEN, 2010; ANAND; SEN, 1994).

Segundo Fukuda-Parr (2003), a perspectiva do desenvolvimento humano não era/é uma prescrição de políticas públicas com ingredientes prontos e destinações pré-estabelecidas.

---

<sup>5</sup> No original: “*Human development is a process of enlarging people's choices*”.

<sup>6</sup> No original: “*No one can guarantee human happiness, and the choices people make are their own concern. But the process of development should at least create a conducive environment for people, individually and collectively, to develop their full potential and to have a reasonable chance of leading productive and creative lives in accord with their needs and interests*”.

Mas, sim, um paradigma robusto que pode ser usado ao longo do tempo e na comparação entre países com fins a refletir sobre desafios e prioridades a respeito das mudanças do desenvolvimento. Além disso, conforme Streeten (1995), pode ser visto como um caminho para olhar o bem-estar e lembrar a necessidade de direcionar atenção para as prioridades humanas.

Também, nessa década (1990), elevaram-se os estudos referentes à pobreza. Segundo Dupas (1998), os níveis de exclusão social, de pobreza de desemprego mostraram a necessidade de rever algumas características socioeconômicas. Assim, com a percepção de que o crescimento era importante para nações empobrecidas mas que sua qualidade era mais importante do que sua quantidade (UL HAQ, 2008), ganhou importância e destaque a arquitetura de políticas públicas mais conscientes que fossem capazes de levar esse “crescimento” até as pessoas em estado de maiores vulnerabilidades.

Consoante com Comim e Bagolin (2002), as distintas abordagens sobre a pobreza basearam-se em uma variedade de conceitos e entendimentos a respeito do que é ser pobre que abrangeram delineamentos diversos. Nos últimos 20 anos, a pobreza passou a ser compreendida de maneiras distintas e a partir de perspectivas diferentes, sendo representada por:

- a) insuficiência de renda, cujas ações de combate a pobreza direcionaram-se à elevação da renda per capita e a redução da proporção dos pobres;
- b) privação das necessidades básicas, cuja unidade de análise passou a ser os domicílios e não mais os indivíduos, buscando verificar os níveis de alimento, vestuário e a qualidade da habitação baseando-se nas linhas de pobreza e nos custos das necessidades básicas;
- c) exclusão social, na qual a pobreza passou a ser entendida como “falta de recursos necessários aos indivíduos para que [pudessem] participar em atividades sociais ou usufruir de padrões usuais de determinada sociedade” (COMIM; BAGOLIN, 2002, p. 473), essencialmente a falta de acesso aos bens e serviços públicos; e
- d) privação das capacitações, baseada no paradigma no desenvolvimento humano, que compreendeu a pobreza como “falta de certas capacitações” (COMIM; BAGOLIN, 2002, p. 474).

Apesar da diversidade de produções científicas nessa área, a abordagem tradicional da pobreza, assentada na visão monetária, continua a apresentar maior respaldo não apenas dos pesquisadores, mas, especialmente, dos formuladores de políticas públicas (MATTOS;

WAQUIL, 2008). Entretanto, associar à pobreza apenas (ou essencialmente) à insuficiência de renda traz análises imperfeitas e não auxilia na compreensão dessa complexa situação social (KUHN et al., 2006).

As medidas de desigualdade e pobreza convencionais que foram construídas até o século vigente basearam-se nos preceitos de utilidade, renda e necessidades básicas. As linhas da pobreza, por exemplo, compartilharam de muitos dos elementos da abordagem monetária e utilitarista, a qual tem sido a teoria dominante, principalmente na formulação de políticas brasileiras de combate à pobreza. Tanto a “abordagem das necessidades básicas” como o “método *food-ratio*”, a “questão da renda mínima” ou a “abordagem da fração da renda média” assentaram-se na estimativa do nível de renda e da utilidade como medidas de pobreza (MATTOS, 2006), dado um pacote de mercadoria denominado elementar para a vida de uma pessoa, de forma que ela não sucumba a pobreza extrema (SEN, 2010).

Porém, conforme Kuhn (2008), as linhas da pobreza e abordagens semelhantes existentes não são capazes de avaliar e, muito menos, garantir aos “pobres” questões sociais relevantes, como proteção contra violências diversas e doenças evitáveis a partir do acesso aos serviços de saúde. Sendo assim, “é preciso considerar a pobreza como uma situação social que abrange múltiplas dimensões, e não apenas a renda” (KUHN, 2008, p. 33) e relacioná-la à falta de oportunidades e escolhas diversas.

Essas conclusões vão ao encontro da última compreensão da pobreza mencionada anteriormente por Comim e Bagolin (2002). A pobreza como privação das capacitações intenta medir os meios e não os fins, estando em consonância com as ideias de Ul Haq e Sen.

A operacionalização desta perspectiva pode ser dada por meio de estudos participativos tendo por base a metodologia qualitativa e estudos participativos, como entrevistas abertas, técnicas visuais (observação). Este processo permite captar a percepção dos indivíduos pobres a respeito de suas próprias condições de vida propiciando o pesquisador inferir o que constitui a pobreza. Não obstante, esses estudos facilitam que diversas dimensões referentes a pobreza – como crimes, vulnerabilidade, fome, violência, exposição ao risco – sejam observadas de tal forma que a análise não fique atrelada aos níveis de renda per capita e às linhas de pobreza (COMIM; BAGOLIN, 2002).

Para Sen (2010) a pobreza representa uma privação das capacidades mais básicas dos indivíduos e não apenas uma baixa renda (critério tradicional de análise da pobreza). Tal privação pode ocasionar subnutrição, morte prematura, morbidez persistente, analfabetismo, dentre outras severas consequências. O autor deixa explícito que embora a falta de renda seja uma das principais causas da pobreza outras influências devem receber semelhante atenção.

Torna-se claro, portanto, que nas últimas décadas o debate a respeito do desenvolvimento tem se ramificado para temas diversos e complexos, como desigualdade (não apenas de renda), pobreza (não apenas urbana), vulnerabilidade (sobretudo rural), direitos humanos (e dos animais também), meio ambiente. Parece estar evidente o entendimento de que o que está em jogo é uma abordagem e não mais uma definição. No debate vigente não se espera mais compreender o que é desenvolvimento, mas, sobretudo, emancipar uma visão de mundo que esteja atrelado ao processo multifacetado que abrange o que, até agora, entende-se como “desenvolvimento”.

Para Sen (2010, p. 52),

Busca-se uma visão adequadamente ampla do desenvolvimento com o intuito de enfocar o exame avaliatório de coisas que de fato importam e, em particular, de evitar que sejam negligenciados assuntos decisivamente importantes.

Assim, há determinados elementos na vida das pessoas que são valiosas por si mesmas e, por esta razão, a riqueza não diz tudo sobre seu bem-estar (SEN, 2008). O mesmo vale para os países: “um país pode ser muito rico em termos econômicos convencionais (isto é, em termos do valor das mercadorias produzidas per capita) e, mesmo assim, ser muito pobre na qualidade de vida dos seus habitantes” (SEN, 1993, p.3).

Sen (1993) utiliza-se das palavras de Aristóteles para corroborar que a renda nem sempre é capaz de assegurar as capacidades individuais e, por esta razão, não garante a exequibilidade da realização de certas ações, aspirações e desejos que promoverão aos indivíduos melhores condições de vida e aumento do seu bem-estar. Assim, reflete:

A vida dedicada a ganhar dinheiro”, disse Aristóteles, “é vivida sob compulsão, e a riqueza não é evidentemente o que buscamos, pois a riqueza é meramente útil na consecução de outros bens”. A tarefa consiste em avaliar as várias efetivações na vida humana, superando o que, num contexto diferente, embora relacionado, Marx denominou “fetichismo da mercadoria”. As efetivações terão, elas próprias, de ser examinadas e a capacidade da pessoa de realizá-las terá de ser apropriadamente avaliada (SEN, 1993, p. 16).

A abrangência de todas essas questões discutidas requer atenção e deve ser avaliada com sensibilidade enaltecendo o processo democrático que caracteriza o desenvolvimento (SEN, 2010). Os fins e os meios do desenvolvimento devem ser colocados no centro do palco. Os indivíduos devem ser vistos como protagonistas. O bem-estar como condição essencial, como base de sustentação. A renda é apenas um figurino dentro de milhares. Apenas deste modo a recompensa vai muito além da melhora na qualidade de vida.

Existem outras dimensões que ao longo dos anos foram sendo incorporadas na noção de desenvolvimento. No fim do século XX o desenvolvimento rural passou a ser normativo nas pautas políticas e permeou muitos debates científicos gerando uma vasta literatura contemporânea. Na seção que sucede, o caráter multidimensional e multifacetado do desenvolvimento será explicitado a partir das velhas e novas noções a respeito do rural. A relevância da seção a seguir se configura uma vez que o ICV se direciona para o estudo das famílias rurais, além de analisar, de certo modo, a eficiência das ações públicas na promoção do desenvolvimento rural no território.

## 2.2 O MUNDO RURAL NAS SOCIEDADES MODERNAS: DO AGRÍCOLA AO ESPAÇO DE VIDA

No século XIX, sobretudo em um período anterior à Revolução Industrial, uma área rural possuía como pilar de sua economia as atividades agrícolas especializadas, isto é, produção pouco ou quase nada diversificada. As cidades e os vilarejos eram preponderantemente pequenos e os custos de transportes entre um lugar e outro eram demasiadamente elevados (WIGGINS; PROCTOR, 2001).

Com a emergente demanda sobre determinados bens alimentícios como sal, que apenas poderia ser produzido em específicos locais – adjacente às áreas mineradoras –, as negociações tornaram-se imprescindíveis. Tendo estas de serem “cara a cara” em virtude das trocas físicas de mercadorias, os mercados surgiram como centro de convergência entre os comerciantes, provocando, assim, a redução dos custos de transportes e de distribuição para os consumidores (WIGGINS; PROCTOR, 2001).

Foi assim que o mercado se tornou permanente, permitindo o estabelecimento de serviços adjacentes, como alojamento, armazenagem e transporte. Considerados os pontos mais convenientes para acessar serviços, obter informações a respeito do mercado e das novas tecnologias, contratar mão de obra e adquirir insumos diversos, os mercados tornaram-se centros das cidades (WIGGINS; PROCTOR, 2001).

Para os economistas e adeptos da “teoria da localização”, como Von Thünen, o “rural” era compreendido com base na essência geográfica e na distância relativa. Isto é, um lugar afastado e/ou relativamente isolado dos centros comerciais cujo vetor de distância era estimado em função dos custos de transporte. Assim, quanto maior fosse o vetor – o afastamento –, maiores seriam os custos e, portanto, mais essencialmente rural compor-se-ia o espaço (HADDAD et al., 1989; KAGEYAMA, 2008).

Para os estudiosos que argumentavam via “natureza locacional” (KAGEYAMA, 2008, p. 20) e eram adeptos à teoria de Thünen, como Hoover e Giarrantani (1984), uma “boa localização” se constituía naquela cujos custos, o tempo e o dinheiro podiam ser minimizados. Isto concebia uma “vantagem de aproximação física”<sup>7</sup> extremamente expressiva para diversas atividades exercidas, o que tornava os centros urbanos (em detrimentos dos rurais) mais atrativos em termos de maior acessibilidade, contato, movimento de pessoas, custos e tempo (HOOVER; GIARRANTANI, 1984, p. 77).

Consoante à Wiggins e Proctor (2001), uma definição conceitual e empírica pontual a respeito do rural não existe. Apesar disso, os autores associam esta noção às coisas do campo uma vez que este se “constitui no espaço onde assentamentos humanos e infraestrutura ocupam apenas pequenas manchas da paisagem, as quais a maioria é dominada por campos e pastagens, matas e florestas, água, montanha e deserto”<sup>8</sup> (WIGGINS; PROCTOR, 2001, p. 428).

Para esses autores, ainda, os espaços rurais seriam demarcados por três características: a abundância relativa de terra e de recursos naturais; as distâncias significativas tanto entre as localidades rurais quanto entre estas e os centros urbanos – o que encareceria os custos de transporte e os custos finais dos bens de consumo e dificultaria determinados fluxos de comunicação; e a predominância de situações de pobreza, sobretudo em função da baixa renda per capita em comparação aos níveis urbanos. Destarte, os espaços rurais apresentariam aspectos mais deficitários em razão da diferença de acesso aos capitais financeiros, humano, físico e social em comparação aos espaços urbanos (WIGGINS; PROCTOR, 2000).

Esta visão reducionista consolidou a dicotomia entre o “tradicional” (o campo) e o “moderno” (os centros urbanos) e solidificou, por muitos anos, as noções de rural como um espaço essencialmente afastado, isolado, com baixa densidade populacional e com altos níveis de pobreza (KAGEYAMA, 2008). Não obstante, a compreensão do rural também como análoga à noção de agrário e agrícola materializou-se gerando, assim, um senso comum que se propagou não apenas em domínio cívico, mas, também, no campo científico.

O reconhecimento e a conceituação dos espaços rurais diferenciam-se entre países, fundamentalmente em razão da evolução histórica, das formas de ocupação territorial e das ideias predominantes próprias de cada um deles. Do mesmo modo, diferentes convenções e métricas foram (e ainda são) utilizadas para determinar os, então, limites entre o rural e o

<sup>7</sup> No original: “*Advantage of physical proximity*”.

<sup>8</sup> No original: “*They constitute the space where human settlement and infrastructure occupy only small patches of the landscape, most of which is dominated by fields and pastures, woods and forest, water, mountain, and desert*”.

urbano, sendo a taxa/grau de urbanização o indicador mais comumente utilizado pelos países (WANDERLEY, 2009; BLUME, 2004).

No artigo que recebeu o nome de “Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos”, por exemplo, Veiga (2007, p. 5) expõe algumas abordagens surgidas nos países “desenvolvidos” a respeito dos critérios que caracterizam os espaços rurais e urbanos. Nos Estado Unidos, por exemplo, existem duas classificações. A primeira delas é a classificação oficial do *U.S. Census Bureau* a qual considera que

[...] as áreas urbanas são as mais adensadas [...] e podem ser de dois tipos: áreas urbanizadas ou ‘clusters’ urbanos. Numa área urbanizada deve haver mais de 50 mil pessoas (mesmo que não haja uma cidade específica com esse número de habitantes), e um núcleo (“*core*”) com densidade superior a 386 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km<sup>2</sup>), podendo ter uma zona adjacente com um mínimo de metade dessa densidade (193 hab/km<sup>2</sup>). Já os ‘clusters’ urbanos - noção adotada somente a partir do censo de 2000 – são localidades com população inferior (entre 50 mil e 2,5 mil), mas que atinjam os mesmos níveis de densidade demográfica. Assim, para o Census Bureau, a população rural é a que está fora, tanto de áreas urbanizadas, quanto de ‘clusters’ urbanos. Em 2000, 68% da população americana vivia em 452 áreas urbanizadas, 11% em 3.158 ‘clusters’ urbanos, e os restantes 21% viviam nas imensas áreas rurais (59 milhões) (VEIGA, 2007, p.5).

A segunda classificação, da *Office of Management and Budget* (OMB),

É de ordem político-administrativa, e separa essencialmente condados metropolitanos (“*metro*”) e não-metropolitanos (“*nonmetro*”). Um condado é considerado economicamente ligado a uma aglomeração metropolitana se 25% dos trabalhadores residentes estiverem ocupados nos condados centrais, ou se 25% de seus empregados fizerem o movimento pendular inverso (“*reverse commuting pattern*”). Além disso, os condados “*nonmetro*” são agora subdivididos em duas categorias: as “*micropolitan áreas*”, centradas em núcleos urbanos com mais de 10 mil habitantes, e “*noncore*” para o restante dos condados (VEIGA, 2007, p.5).

Veiga (2007) argumenta, então, que tais classificações substituem a dicotomia urbano-rural ao trazer uma pluralidade de conceitos e divisões que se apresentam quase como opostos, como “áreas urbanizadas”, “cluster urbanos”, “áreas rurais”, “condados metropolitanos”.

Fora essas classificações, uma outra delimitação entre o rural e o urbano baseada na abordagem do desenvolvimento territorial proposta pela OCDE no início dos anos 1990 foi criada. A ideia desta nova concepção leva em conta o território para além de uma simples base física: possui relações sociais diversas entre seus membros, os quais constituem um tecido social e uma organização em níveis complexos, e possui laços que se estendem aos atributos físicos, de transporte e comunicações. Desta forma, nas palavras do autor (2000, p. 28), “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações



políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 2000b).

Abramovay (2000b) aponta que a classificação da OCDE não cobre apenas as áreas/espços rurais, mas, sim, todo o território dos países estudados. Com isso, foram classificados três tipos de áreas rurais: as essencialmente rurais (mais de 50% da população regional<sup>9</sup> habitam em áreas rurais); as relativamente rurais (entre 15% e 50%); e as essencialmente urbanizadas (menos de 15% da população regional habita em áreas rurais). O limite escolhido pela OCDE para delimitar as áreas rurais

Considera [...] as localidades que tenham densidade populacional inferior a 150 hab/km<sup>2</sup> (ou, no caso específico do Japão, 500 hab/km<sup>2</sup>). Conforme esta definição, cerca de um terço (35%) da população da OCDE vive em espaços rurais que cobrem mais de 90% de seu território (VEIGA, 2007, p. 5).

Algumas convenções também foram sintetizadas por Blume (2004), nos quadros 1 e 2, trazendo exemplos de países da América Latina e Central e da Europa Ocidental<sup>10</sup>.

Quadro 1 – Definições Normativas Oficiais para países americanos

Critério	País	Particularidade
Delimitação Legal, Administrativa e Governamental	Brasil, Equador, Guatemala, El Salvador e República Dominicana	A definição ocorre a partir do local do domicílio: dentro do município, da cidade = população urbana, fora população = rural. É valorizado o aspecto estrutural (aparelhos e serviços urbanos).
	Costa Rica, Haiti e Uruguai	São rurais as localidades com características não urbanas.
Patamar populacional	Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua, Panamá	Limite populacional varia entre 1.000 e 2.500 para a definição de população rural.
Patamar populacional combinado a outras características	Chile	Localidades urbanas mais de 50% dos habitantes envolvidos com atividades secundárias e patamar de 1.500 habitantes.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Blume (2004, p. 58).

<sup>9</sup> Conforme Abramovay (2000b), a OCDE dividiu os dados em dois níveis hierárquicos: regional e local. Ver: OCDE (1994).

<sup>10</sup> Para melhores detalhes, ver capítulo 2 do livro “Pesquisa em Desenvolvimento Rural: técnicas, bases de dados e estatística aplicadas aos estudos rurais (Vol. 2) escrito por Blume e Schneider (2015).

Quadro 2 – Definições Normativas Oficiais para países ocidentais europeus

Critério	País	Particularidade
Delimitação Legal, Administrativa e Governamental	Inglaterra e Gales	São urbanas as áreas classificadas como urbanas por objetivos do governo local, i.e, burgos de comarcas, distritos municipais e distritos urbanos.
	Irlanda do Norte	São urbanas os burgos, os municípios administrativos, burgos municipais e distritos urbanos.
	Escócia	São urbanas as cidades e todos os burgos.
Patamar populacional	Dinamarca	São urbanas aglomerações de 200 ou mais habitantes.
	Suiça	São rurais as comunas com menos de 10.000 habitantes, incluindo os subúrbios.
	Áustria	Comunas com mais de 50.000 habitantes são urbanas.
	Portugal, Grécia, Itália e Espanha	São rurais as aglomerações que reúnem habitações contínuas de até 10.000 habitantes e que resguardam uma certa distância dos centros metropolitanos.
	Irlanda	Os distritos são rurais quando apresentam até 100 habitantes. Acima deste número populacional, os distritos são classificados como urbanos.
Patamar populacional combinado a outras características	Alemanha	Possui uma tipologia territorial que leva em conta índices econômicos, números de habitantes e a densidade da população, sendo que se distinguem regiões por sua vocação agrícola.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Blume (2004, p. 59).

Embora as métricas sejam diferentes todas abarcam um ponto em comum para delimitar e reconhecer as áreas rurais: a densidade populacional. Isso demonstra uma forte limitação reducionista e equivocada que reflete a herança do passado.

Por muitos anos o meio rural paralelamente ao meio urbano foi visto como um espaço que permeavam relações opostas e, de certo modo, isoladas. Deste modo,

O meio rural era identificado ao “meio natural”, lugar por excelência da agricultura e da vida social camponesa, distinto, portanto, da cidade, considerada como um “meio técnico”. Cada um da sua maneira, os autores “clássicos” das Ciências Sociais [e Aplicadas] assim consideraram as relações entre o mundo rural e o mundo urbano (WANDERLEY, 2009, p. 207).

Conforme Duby (1973), durante séculos o impulsor das economias sempre foi o mundo rural, visto que as cidades prosperavam com dependência ao dinamismo econômico procedido do campo. Ao mesmo tempo, no entanto, as cidades buscavam exaltar-se sob a perspectiva de dominação do meio rural. No decorrer dos séculos, esse predomínio se intensificou: as cidades passaram a ter o controle econômico enquanto os campos tornaram-se, apenas, subordinados.

Esse contexto tornou propícia a situação de intensas mudanças e transformações nas sociedades rurais mais tradicionais que afetaram aspectos de ordem econômica e da vida social (WANDERLEY, 2009). Sob o pretexto da necessidade de modernização para romper

com as raízes tradicionais e ultrapassadas inerentes ao setor agrícola, um padrão tecnológico foi materializado e implantado transformando a racionalidade produtiva das famílias rurais e “mercantilizando gradualmente a vida social” (NAVARRO, 2001, p. 84).

Em tal contexto, a transformação social e econômica – e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres – foi entendida como o resultado “natural” do processo de mudança produtiva na agricultura. Este último foi meramente identificado como a absorção das novas tecnologias do padrão tecnológico então difundido, acarretando aumentos da produção e da produtividade e, assim, uma suposta e virtuosa associação com aumentos de renda familiar, portanto, “desenvolvimento rural (NAVARRO, 2001, p. 84).

Com o fomento da expansão industrial e da modernização da agricultura, as sociedades tradicionais foram perdendo, substancialmente, sua autonomia. Ainda, a inserção do meio rural no modelo de sociedade dominante, isto é, urbanizada e industrializada foi exacerbada. Não obstante, essas transformações impulsionaram mudanças significativas no modo tradicional de produzir suscitando, pois, em uma intensa integração com outros demais setores e mercados (WANDERLEY, 2009).

Este período que abrangeu as décadas de 1950 até 1970 foi demarcado pela intensa necessidade de implementação e expansão do progresso técnico em prol do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo no que diz respeito à inserção do capital no setor agrícola. O projeto de industrialização e de modernização da agricultura aprofundou a dependência do setor agrícola com os demais setores e, assentando-se no modelo de desenvolvimento da época, reforçou a exequibilidade da sua principal função: garantir o abastecimento alimentar e a produção de *commodities* para o mercado externo (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

No Brasil, cujo dualismo entre o rural e o urbano e entre o agrícola e o industrial acentuou-se já no início do século XX, com a transição de um país essencialmente rural e agrícola para um cenário principiante de urbanização e de industrialização, os governos da época conduziram o meio rural brasileiro para que este cumprisse suas funções para com o desenvolvimento econômico capitalista do país, para atender a economia mundial e as necessidades do meio urbano. Não obstante, as políticas adotadas objetivaram, conforme Wanderley (2009, p. 210), priorizar a intensificação produtiva do setor agrícola a partir do aumento de sua eficiência “que se expressou na implementação do modelo produtivista de modernização agrícola”.

No entanto, em meados da década de 1980 – em uma conjuntura de crise fiscal acentuando-se e democratização política retornando –, o modelo produtivista iniciou seu

declínio, embora saiba-se que, de fato, nunca foi extinguido ou substituído. Paralelamente à intensificação dos movimentos sociais e sindicatos dos trabalhadores rurais que clamavam por mudanças e por maior participação cívica na política, a crise do modelo de modernização vigente possibilitou a emergência de uma nova percepção a respeito da realidade rural.

Conforme Gómez (2001), a industrialização e a urbanização nas atividades rurais eliminaram, de certa forma, a visão tradicional da ruralidade (pautada, segundo Kageyama (2008), em duas noções gerais: a essência geográfica e o grau de distanciamento dos centros urbanos), todavia, não a ruralidade em si. Essa nova realidade/ruralidade, porém, não se configurou tão nova quanto pareceu. Embora tivesse emergido há várias décadas, o que havia de novo era que fatos e fatores antes ignorados por todos começaram a ser ressaltados com veemência.

Para Veiga (2004) as hipóteses referentes ao desaparecimento ou renascimento da ruralidade, referenciadas respectivamente por Henri Lefebvre e Bernard Kayser, são facilmente refutáveis. Em conformidade com o autor, a ruralidade não desapareceu e nem renasceu. Tratou-se, pois, de “um fenômeno inteiramente novo” (VEIGA, 2004, p. 64); de uma “nova ruralidade”.

A revitalização do rural, que desassociou a noção dos campos como unidade produtiva de bens primários (FAVARETO, 2006), e a ampliação do seu entendimento nos estudos científicos e acadêmico emergiu da evolução do próprio rural como espaço, o qual deixou de ser exclusivamente agrícola consolidando-se em um “tecido econômico e social diversificado” (KAGEYAMA, 2008, p. 28). Assim, percebe-se no rural de hoje uma diversificação social que o torna mais atrativo, também em razão do fortalecimento de relações de complementaridades com o meio urbano (WANDERLEY, 2009). Veiga (2004) corrobora esta ideia argumentando a existência de um mosaico de atividades, valores e percepções ligadas, sobretudo, à paisagem, que serve de interface entre a sociedade e o meio ambiente.

Esta nova visão concernente ao espaço rural trouxe como consequência uma considerável redução do nível de migração para a cidade. Ainda, a valorização do patrimônio rural, natural e cultural conjuntamente com os novos papéis ensejados para os produtores agrícolas e comunidades rurais levou à tona questões relacionadas com a qualidade de vida e com a promoção de um desenvolvimento autônomo, moderno e sustentável (WANDERLEY, 2009; KAGEYAMA, 2008; VEIGA, 2004).

Deste modo, Carneiro (1997, p. 47) argumenta que

Não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas, também, do consumo pela sociedade urbano-industrial de bens simbólicos e materiais [...] e de práticas culturais que são reconhecidos como próprios do chamado mundo rural. Nesse sentido importa mais do que tentarmos redefinir as fronteiras entre o “rural” e o “urbano”, ou simplesmente ignorar as diferenças culturais contidas nessas representações sociais, buscar, a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como nos grandes centros urbanos.

Foi por meados da década de 1990 que o debate em torno das novas características da ruralidade consolidou-se paralelamente à discussão do desenvolvimento dos espaços rurais. Também, foi neste período que a temática da agricultura familiar ganhou fomento e reconhecimento em domínio normativo e institucional.

Haja vista as ultrapassadas compreensões acerca do meio rural já acentuadas anteriormente, o entendimento a respeito do “desenvolvimento rural” como um descompasso manifestado entre a oposição espacial do rural e do urbano também se configurou de maneira errônea. Fez-se necessário, contudo, considerar o “desenvolvimento enquanto processo e enquanto objetivo de políticas públicas governamentais” (VEIGA, 1997, p. 2). Para Favareto (2006, p. 79), o desenvolvimento rural se compôs em uma ideia que envolvia “a manifestação de um processo de características mais gerais, o desenvolvimento, em um domínio específico, neste caso o rural”.

Navarro (2001) realça dois momentos históricos que tornaram o tema do desenvolvimento, incluindo o rural, em um campo singular de estudo e de observância: o período pós Segunda Guerra Mundial e a década de 1990. O primeiro deles – datando de 1950 até meados de 1970 – sustentava-se sob uma conjuntura econômica e política demarcada pela polarização da Guerra Fria, pelo elevado nível de crescimento econômico da época e pela materialização de “um padrão civilizatório dominante” (NAVARRO, 2001, p.83). Nesta época o desenvolvimento rural se configurava em um subtema de políticas governamentais ensaiadas dentro do modelo e dos valores da época, os quais eram enaltecidos pela crença da rápida busca pelo crescimento econômico e da modernização e industrialização avassaladora. O segundo referia-se a um momento mais recente demarcado após a intensa redução da regulação do Estado no período neoliberal que desprezou o debate a respeito do desenvolvimento deixando-o quase no esquecimento.

Conforme Green (2013) e fazendo atinência ao primeiro período considerado por Navarro (2001), os programas e políticas de desenvolvimento direcionados às áreas e populações rurais enfocavam, primeiramente, no aumento da produtividade agrícola sob a perspectiva de que assim as rendas individuais elevar-se-iam levando à melhores

oportunidades econômicas para as unidades familiares. Visto que o setor agrícola neste período era compreendido como um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo e da expansão da indústria, a perspectiva do progresso estendeu-se ao domínio rural como chave para o desenvolvimento.

Uma vez que grandes parcelas da população mundial ainda viviam e/ou envolviam-se em atividades agrícolas e que o peso econômico deste setor nas contas nacionais ainda era deveras representativo, uma nova compreensão a respeito do rural e da produtividade agrícola foi tornando-se paulatinamente hegemônica, conforme Navarro (2001). Tal compreensão não atingiu apenas o campo científico e acadêmico; inseriu-se, sobretudo, nos sistemas agrícolas. Referia-se, pois, ao progresso técnico e à expansão da modernização.

Nos anos 1960-1970, desenvolvimento rural denotava a inclusão de insumos modernos e a propagação do progresso tecnológico com o escopo de elevar rápida e intensamente a produtividade. O objetivo primordial esperado era a elevação da renda do produtor agrícola como principal fruto do desenvolvimento (NAVARRO, 2001).

Conforme Schneider (2007), o debate referente ao desenvolvimento rural no Brasil, bem como a agenda do desenvolvimento rural, emergiu apenas na década de 1990 e com propósitos distintos aos da discussão das políticas compensatórias direcionadas ao meio rural na década de 1970, pautadas na teoria da modernização. Este contexto consolidou-se em virtude da preconização das ações orientadas de caráter social e compensatório direcionadas para as populações e regiões que não conseguiram adquirir tecnologia suficiente para se modernizar e se integrar aos demais setores da economia.

Em concordância com o segundo período anteriormente assinalado por Navarro (2001), no período anterior à década de 1990 a temática do desenvolvimento rural manteve-se ausente, vinculada a perspectivas de mudanças fundiárias ou produtivas, ou referenciadas a partir de duas únicas visões: a marxista e suas vertentes, articulada assentando-se na teoria da diferenciação social de Lênin; e a de estudos centrados nos modos de vida, nas estratégias de reprodução e na identidade social de comunidades rurais, populações tradicionais, pequenos agricultores e camponeses. As alterações no enfoque e na compreensão sobre o desenvolvimento rural no Brasil apenas se principiou após as transformações no domínio do Estado – que passou a ter um papel mais ativo nas ações direcionadas à agricultura familiar, à reforma agrária e à segurança alimentar –, sobretudo com a mudança de posição da elite agrária que era contrária às mudanças e ações de caráter social e compensatório e com a introdução do debate referente à polarização entre as formas familiar e patronal de produção (SCHNEIDER, 2007).

Veiga (2002) atribui a redemocratização como o fator de amadurecimento deste debate. Segundo o autor, a partir dos anos 1980 dois projetos direcionados ao campo tornaram-se vigentes no Brasil: o primeiro, representado pelo agronegócio (*agribusiness*) e formado por indústrias de transformação, atacadistas, redes de varejo e exportadores, possuía um caráter fundamentalmente setorial e um escopo de minimização de custos de produção e corrida tecnológica. O segundo, por sua vez, possuía o intento de otimizar o desenvolvimento humano em todas as regiões do país, essencialmente nas microrregiões rurais. Ao segundo projeto, Veiga (2002) atribui as características do desenvolvimento rural.

Para Navarro (2001) o reaparecimento deste debate decorreu dos processos sociais e econômicos da globalização que alterou a estrutura de muitas sociedades e, influenciando no modelo tradicional de interpretação do desenvolvimento, interviu na composição das ações governamentais e políticas públicas direcionadas ao domínio social. Foi nesse contexto de grandes e rápidas mudanças que o tema do desenvolvimento rural retornou e tornou-se o núcleo de muitas disputas sociais e políticas.

Cabe realçar, também, outro fator importante que contribuiu para reestimular os estudos concernentes ao desenvolvimento rural na década de 1990: o enrobustecimento dos debates em torno da agricultura familiar como categoria social institucionalmente legitimada e fortemente representada nos sindicatos dos trabalhadores rurais. O Estado também adquiriu um papel importante para tal circunstância fundamentalmente em razão das crescentes políticas públicas direcionadas ao meio rural, como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), ações para a reforma agrária, estratégias para garantir a segurança alimentar, entre outras (SCHNEIDER, 2007). Todos esses temas se constituíam, pois, na questão agrária da época.

No anseio de encontrar, com certo grau de possibilidade, uma ideia mais concisa a respeito do conceito “desenvolvimento rural”, Van der Ploeg et al. (2000, p. 391) o propuseram, portanto, como “um processo multi-nível enraizado em tradições históricas”<sup>11</sup>, além de multifacetado. Quanto ao primeiro, consideraram-se cinco níveis elementares:

- a) nível global, que envolve as novas (inter) relações entre a sociedade e agricultura, a partir de novas demandas e papéis sobre o espaço rural, bem como as mudanças nos padrões de interação entre a sociedade e as firmas, com a substituição das economias de escala e das integrações verticais;

---

<sup>11</sup> No original: “(...) *multi-level process rooted in historical traditions*”.

- b) nível intermediário, no qual emergiu o novo padrão agrícola e criaram-se novas e importantes sinergias que “[pareceu] incorporar um modelo de desenvolvimento agrícola fundamentalmente diferente do paradigma da modernização”<sup>12</sup> (VAN DER PLOEG et al., 2000, p. 303);
- c) nível da firma individual, em que se criaram novas estratégias, identidades, práticas, inter-relações e redes de trabalho, destacando-se a pluriatividade como nova forma de alocação do trabalho familiar;
- d) o nível da região rural e de seus atores (econômicos), destacando que o campo não era mais monopólio dos agricultores; e, por fim,
- e) o nível das políticas e das instituições, as quais possuíam um papel essencial para a viabilização do desenvolvimento rural, seja a partir de programas e políticas públicas, seja a partir da expansão de recursos diversos.

Quanto ao segundo, o processo de desenvolvimento rural abrangeu uma gama de (novas) práticas variadas que se interligaram e que lhe deram a característica de multifacetado. Dentre elas, a administração/gestão da paisagem, a conservação de novo valores naturais, o agroturismo, a agricultura orgânica e a produção de produtos de alta qualidade e regionais (VAN DER PLOEG et al., 2000)

Assim, este novo paradigma emergiu em resposta ao ultrapassado paradigma da modernização e visou o substituir. Portanto, em contraponto ao processo de produção agrícola dirigido pela ideologia modernizadora –, o qual possuía como premissas o aumento de escala, a especialização da produção orientada para o mercado exportador, a intensificação do uso de insumos – o desenvolvimento rural propôs a inclusão de novas atividades que possibilitassem o melhor uso dos recursos internos à unidade produtiva, o que, conseqüentemente, influiu na redução da dependência do mercado de insumos e reduziu os custos de produção; possibilitou uma produção mais compatível com a sustentabilidade do meio ambiente; acentuou a exequibilidade da pluriatividade como estratégia de reprodução social; incentivou a cooperação e a busca por plurirrendimentos; e permitiu a substituição das economias de escala pelas economias de escopo (VAN DER PLOEG et al., 2000; VAN DER PLOEG, 2008).

Entendeu-se, então, o “desenvolvimento rural” como um processo que envolvia múltiplas dimensões abarcando aspectos sociais, econômicos, culturais, político-institucionais e ambientais. Destarte, as ideias que haviam predominado até o século XX que remetiam a

---

<sup>12</sup>No original: “*The centrality of synergy to rural development appears to embody a model of agricultural development that is fundamentally different to the modernization paradigm*”.



percepção do desenvolvimento ao sinônimo de progresso, evolução e crescimento foram sendo, paulatinamente, reestruturadas em virtude da emergente visão multidimensional (KAGEYAMA, 2008).

Um dos aspectos mais característicos e fundamentais do desenvolvimento rural é a diversificação e a multifuncionalidade: novos produtos, novos mercados, novos serviços, novas atividades, novas funções e novos consumidores. Realça-se, também, que essas novas bases da atividade agrícola ainda configuram a agricultura como a raiz do desenvolvimento rural e abre, crescentemente, espaços para a disseminação de formas familiares de produção (KAGEYAMA, 2008).

O Quadro 3 sintetiza o apogeu do desenvolvimento rural em contraponto ao declínio (embora não substituição) do paradigma da modernização. As diferenças podem ser facilmente percebidas, bem como os desígnios primordiais de cada “modelo”.

Quadro 3 – O processo de produção agrícola: modernização *versus* desenvolvimento rural

Modelos	Principais características da produção agrícola
Modernização	<p>Agricultores como empresários agrícolas</p> <p>Especialização</p> <p>Aumento de escala</p> <p>Intensificação (uso de insumos)</p> <p>Produção orientada pela lógica de mercado (menos utilização interna da própria produção)</p> <p>Aumento do grau de "commoditização"</p> <p>Dependência crescente de poucos mercados específicos</p>
Desenvolvimento Rural	<p>Esforço para reduzir a dependência do mercado de insumos externos à unidade produtiva, visando a redução de custos e ao melhor aproveitamento dos recursos naturais</p> <p>Introdução de novas atividades que permitam utilizar mais os recursos internos</p> <p>Produção ambientalmente mais adequada</p> <p>Introdução de práticas de cooperação e pluriatividade</p> <p>Diversificação de produtos e busca de economias de escopo</p> <p>Maior controle sobre os processos de trabalho</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Kageyama (2008) elaborado a partir de Van der Ploeg et al. (2000).

Nas últimas décadas, os espaços rurais tornaram-se mais atrativos em todas as sociedades desenvolvidas. No Brasil, novos olhares sobre o meio rural surgiram e estão, mais solidamente, sendo reforçados por ações de intervenção do governo, tanto em domínio normativo quanto político, e por contribuições do campo científico e acadêmico representado

por pesquisadores e estudiosos do tema (WANDERLEY, 2000; VEIGA, 2004; SCHNEIDER, 2007).

De forma conclusa, tendo em vista as contribuições dos autores aqui reportados, poder-se-ia designar o desenvolvimento rural como uma combinação de aspectos econômico, sociais, culturais e ambientais no qual a agricultura ainda possuiria um papel importante embora não necessariamente primordial. Ainda, o desenvolvimento rural avançaria os limites das premissas do paradigma produtivista e representaria uma estratégia de reprodução social, sobretudo para as unidades familiares rurais mais empobrecidas.

Todavia, da mesma maneira em que não há um consenso a respeito do conceito de “desenvolvimento”, sobretudo em virtude de sua complexibilidade e da exigibilidade de uma análise multidimensional, também não se chega, solidamente, ao arremate do que é, de fato, o “desenvolvimento rural”. Conforme Navarro (2001), as interpretações têm variado ao longo dos anos em função das estratégias, prioridades e aspectos metodológicos<sup>13</sup> adotados em cada país e por cada governo. Também variam conforme a conjuntura socioeconômica e política da época podendo ser analisadas *a posteriori* ou com um olhar sobre o futuro. Todavia, é inegável a existência de um ponto convergente: o objetivo finalístico do desenvolvimento é a melhoria do bem-estar das populações (NAVARRO, 2001).

As orientações políticas voltadas para o meio rural no período de redemocratização política enfocaram, principalmente, em suas diversas dinâmicas e apontaram as contribuições das regiões no seu próprio processo de promoção do desenvolvimento. Conforme aponta Rambo et al. (2012), a abordagem territorial se tornou outra faceta do desenvolvimento em meados dos anos 1980 e é referente a esta recente perspectiva territorial, portanto, que a seção subsequente dissertará. Ressalta-se a importância desta seção pois debate a abordagem base em cima da qual o ICV foi planejado pela SDT, visando inferir sobre questões importante dos e nos Território Rurais, como o TZS.

### 2.3 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Do mesmo modo em que cientistas despenderam esforços para dissolver ultrapassados entendimentos a respeito do “rural”, têm-se realçado uma gama de novos estudos e perspectivas que passaram a incorporar novos aspectos das diversidades desse espaço. Um

---

<sup>13</sup>Ver: CONTERATO, Marcelo Antônio; RADOMSKY, Guilherme Francisco W.; SCHNEIDER, Sergio. **Pesquisa em Desenvolvimento Rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. v. 1, Porto Alegre: UFRGS, 2014.

enfoque que começou a ganhar destaque, sobretudo no Brasil, há pouco mais de uma década é atinente à noção de “território” a partir de um sentido mais amplo que compreende, substancialmente, a valorização das dinâmicas sociais. Foi com o intuito de caminhar nesta direção que especialistas do tema da ruralidade passaram a buscar bases em outros campos disciplinares, como a Geografia, visto a necessidade de, entre outras coisas, vincular informações com referências espaciais e compreender qual a relação deste termo com as questões rurais (BLUME, 2004).

Faz-se necessário, antes de tudo, recuperar brevemente a trajetória histórica e analítica do conceito de “território”, vocábulo que ainda hoje muito é associado ao sinônimo de espaço geográfico (SOUZA, 2013). Conforme aponta Santos (1994), essa expressão teve origem nas Ciências Sociais e Naturais e, após um longo período em desuso, foi retomada pela Geografia Política.

Nas Ciências Naturais o território era compreendido como

A área de influência e dominação de uma espécie animal que exerce domínio da mesma, de forma mais intensa no centro e que perde esta intensidade ao se aproximar da periferia, onde passa a concorrer com domínio de outras espécies (ANDRADE, 1994, p. 213).

Nas Ciências Sociais do século XIX este termo tornou-se mais utilizado a partir de geógrafos como Friedrich Ratzel, fundador da disciplina Geografia Política, o qual relacionou-o com o papel do Estado e da sociedade *vis-à-vis* as relações de poder intrínsecas (ANDRADE, 1994). Conforme aponta Ratzel (1983, p. 93) “um Estado não [era] concebível sem territórios e sem fronteiras [e] [...] não [poderia] existir sem um solo”. Essa conexão com o solo gerou uma ligação de dependência entre o homem e terra de tal modo que era inegável que uma sociedade estivesse sempre fixada a um solo mesmo na ausência e/ou deslocamento de um Estado.

Ratzel (1983) assimilou, assim, o território ao “controle político de um dado âmbito espacial, o exercício de uma soberania que impõe uma territorialidade a certas parcelas delimitadas da superfície terrestre”. Teria na raiz de sua existência um movimento que se direcionava para a expansão e conquista de novos espaços (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 27) e era movido por relações de poderio arquitetadas pelos indivíduos sobre um determinado espaço limitado.

Souza (1995, 2009) argumentou que o primeiro elemento que “definiria” o termo território seria o poder – e a dimensão política lhe definiria o perfil. Em suas palavras,

O território [...] é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda, quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço (SOUZA, 1995, p. 78-79).

Entretanto, em defesa aos críticos que condenaram sua negligência com a dimensão cultural, Souza (2009) argumentou que não significa que os aspectos econômicos e culturais não fossem relevantes. Ao contrário, a defesa de um território poderia ser fomentada e motivada por razões não apenas políticas e exercidas por estratégias militares, mas, sobretudo, por razões de cunho cultural e econômico. Assim, quando se examinassem fatores que se encontravam por trás de cada caso concreto de territorialização e desterritorialização, se descobriria um “emaranhado de razões e motivações”. Em cada situação, portanto, uma determinada dimensão se sobreporia tornando-se mais visível, o que não significaria que as demais fossem irrelevantes.

Com base nisso, Souza retomou seu argumento reforçando que, primeiramente, havia uma relação de poder que se projetava no espaço em que se configuravam todas as demais dimensões e relações sociais (SOUZA, 2009).

Tangenciando tal perspectiva, o território também passou a ser compreendido como um espaço físico, geográfico e de sustentação de relações diversas entre o Estado e a sociedade. Era, pois, o nome político para o espaço de um país (SANTOS, 2000).

Conforme Santos (2000, p. 19), um país necessariamente supunha a existência de um determinado território e a presença de um Estado, enquanto uma nação não. Ou seja, poder-se-ia “falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas [seria] praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território”.

Assim era o território antes concebido: como a base que moldava um Estado-Nação e constituía-se em um “espaço de todos”. Era, assim, um território estatizado (SANTOS, 1994).

Entretanto, Souza (1995, p. 81) contra argumentou expondo que, embora um território fosse permeado por relações de poder inerentes, ele não deveria apenas ser associado à figura do Estado, à ideia de dominação e governo, e nem ser evocado à carga ideológica de “território nacional”. Ele deveria “abarcara infinitamente mais que o território do Estado-Nação” (SOUZA, 1995, p. 111).

Para Saquet (2007) ideias como a do geógrafo alemão Ratzel fizeram parte de um período em que a geografia moderna estava se fortalecendo com base em um referencial político do Estado, de seus interesses e da classe burguesa. A preocupação com a expansão do

Estado alemão (*Reich*) tomou forma de um discurso ideológico disseminado nas formas dominantes que pensavam o território como uma relação de poder entre sociedade e Estado.

Depois de um longo tempo em desuso durante o século XX, o tema do território foi retomado pela Geografia em meados dos anos 1960 a partir de uma intensa renovação do pensamento geográfico e de enfraquecimento das concepções positivistas, pragmáticas, quantitativas e descritivas (assentada na lógica e no empírico) da geografia tradicional. Por volta da década seguinte, a problemática do desenvolvimento também entrou em questão e requereu um repensar das concepções até então existentes (SAQUET, 2007; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009). Se iniciou, portanto, um período que deu vazão para a cristalização de uma abordagem territorial de desenvolvimento.

Para Gottmann (2012, p. 542), esses novos aspectos que foram atribuídos ao conceito de território enfatizaram o bem-estar, o povo e “sua organização como o *corpo político*, e também como legislador”. Para o autor, o território representava uma conexão entre o espaço e a política. E, longe de ser ilusório, não era uma dádiva divina e nem composto apenas por elementos naturais, mas, sim, produto de relações e ações humanas advindas de ações e interesses diversos. Um território representava “um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos” (GOTTMANN, 2012, p.523).

Conforme Raffestin (1993), o uso indevido do termo “território” criou intensas confusões analíticas entre os cientistas, principalmente geógrafos, durante muitos anos. Para o autor, espaço e território não possuíam conceitos equivalentes e o primeiro veio anteriormente ao segundo. Isto é, o território, sendo o resultado de distintas ações conduzidas, se formou a partir da existência primordial de um espaço onde um determinado trabalho foi projetado.

Longe de centrar sua perspectiva na ideia de espaço e criticando as argumentações que enfatizavam o poder, Raffestin (1993) possuía como seu objeto de estudo as relações sociais entre o sujeito e o objeto que se corporificam no território. Outra contribuição marcante de sua abordagem é a territorialidade – a qual é constituída pelo produto de tais relações sociais – vista como multidimensional e inerente à sociedade (REFFESTIN, 1993; SAQUET, 2007).

Foi em um período mais recente, a datar no final da década de 1980, principalmente nos primeiros anos de 1990, que as abordagens territoriais sofreram alterações significativas no que dizia respeito ao reconhecimento de “território” e na validação de elementos simbólicos e culturais que estavam associados ao desenvolvimento local, cuja base identitária era territorial. Com a introdução deste debate no campo da Antropologia, o território passou a ser um referencial cultural. Tal perspectiva ganhou força, substancialmente no Brasil, em razão da preocupação em compreender as relações políticas, socioeconômicas e identitárias na

vida cotidiana das populações das distintas regiões do país, inclusive daquelas de bases mais agrárias (SAQUET, 2007; CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009).

De acordo com Gottmann (2012) o conceito de “território” já era existente em um período anterior ao século XIV<sup>14</sup> e, com o passar da história, adquiriu ainda mais significado. É assentando-se nessa diversidade conceitual e nominal – que advém de uma periodização, isto é, distintos usos nos diferentes momentos históricos –, que o território tem sido uma questão elementar na história da humanidade e de cada país do mundo (SANTOS, 2001).

Não há, pois, um conceito simples: cada um tem sua história, suas interações, seus elementos, suas transformações, sua relação com um determinado pensamento ou movimento. Depreender as múltiplas acepções em torno da ideia de território significa “entender, necessariamente, os fatores condicionantes, as necessidades, as mudanças [...], as contradições, os conflitos, as articulações” (SAQUET, 2007, p. 16).

À vista disso, bem como os demais termos e noções discorridos previamente nesta pesquisa – desenvolvimento, desenvolvimento humano, desenvolvimento rural, progresso, bem-estar – o conceito de território, além de ser constantemente submetido à fortes redefinições e depurações (SANTOS, 2013), também se constitui como complexo e amplo, sobretudo em razão dos inúmeros elementos que o compõe. Conforme Saquet (2007, p. 25-26):

O território significa natureza e sociedade. Economia, política e cultura; ideia e matéria; identidade e representações; apropriação, dominação e controle; descontinuidade; conexão e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra; formas espaciais e relações de poder; diversidade e unidades. [...] Assim, são os territórios e as territorialidades: vividos, percebidos, compreendidos de formas distintas; são substantivados por relações, homogeneidades e heterogeneidades, integração e conflito, localização e movimento, identidades, línguas e religiões, mercadorias, instituições, natureza exterior ao homem, por diversidade e unidade; (i)materialidade.

Ressalta-se, segundo Schneider (2004), que houve um esgotamento teórico e conceitual da “região” como unidade referencial de desenvolvimento, iniciado em 1970 e perpetuado em 1980 com a incapacidade de intervenção macroeconômica e social do Estado no período neoliberal. Assim, novos critérios e noções a respeito do que era “desenvolvimento” e sobre as formas de promovê-lo vigoraram e legitimaram-se, refletindo

---

<sup>14</sup>Conforme o autor (1975, p. 528) “do século XV ao século XX, a importância do território como a base e a estrutura essencial da política emerge gradualmente no mapa-múndi, paralelamente às ideias políticas de soberania nacional e autonomia”. Para Gottmann (2012) a ideia de território já era debatida no século XV e estava intrínseca a questões das políticas, jurídicas e econômicas da época, como a delimitação de cidades livres, feudos e reinos.

em transformações na noção de região. De tal modo, a abordagem regional perdeu seu poder como instrumento de planejamento das ações do Estado e dos agentes políticos.

Foi a partir deste contexto, então, que o território passou a ganhar relevância, tornou-se uma unidade referencial para a atuação do Estado (principalmente em relação às políticas públicas) e superou as limitações das noções de região. Nas palavras de Schneider (2004, p. 102), isso ocorreu como “uma tentativa de resposta do Estado [...] às fortes críticas a que vinha sendo submetido, sobretudo tendo em vista a ineficácia e a ineficiência de suas ações, seu alto custo para a sociedade e a permanência das mazelas sociais mais graves [...]”.

Como já mencionado, a datar da década de 1990 as ideias de “desenvolvimento” e “território” passaram a convergir e estarem em associação. Neste período as pesquisas científicas em torno do desenvolvimento territorial ganharam ainda mais força. Essencialmente a partir do início dos anos 2000, quando uma segunda geração de políticas e estudos de desenvolvimento rural emergiu no Brasil, as abordagens hegemônicas e hierarquizadas de cima para baixo foram cedendo lugar para novas concepções (SOUZA, 1995; SCHENIDER, 2004; SAQUET, 2007).

Conforme aponta Fernández, Amin e Vigil (2008), o desenvolvimento como um processo deixou de ser compreendido a partir da visão “*top-down*” e passou a ser analisado sob uma perspectiva “*bottom-up*”. Isto é, sob uma ótica ascendente (de baixo para cima) as regiões passaram a ser entendidas como promotoras do seu próprio desenvolvimento, especialmente com a ação integrada de múltiplos atores. Segundo os autores, a redefinição do termo “regional” passou a contribuir com “uma visão “relacional” das regiões que ultrapassa o conceito “territorial” do território geograficamente determinado” (FERNANDÉZ; AMIN; VIGIL, 2008, p. 291, 292).

O território passou a ser compreendido, então, como uma “unidade ativa de desenvolvimento que [dispunha] de recursos específicos e não transferíveis de uma região para outra” (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 39). Assim, concluem os autores,

O território não é [...] só uma realidade geográfica ou física, mas uma realidade humana, social, cultural e histórica. Isso significa que as mesmas condições técnicas e financeiras não geram os mesmos efeitos econômicos em termos de desenvolvimento em dois territórios diferentes.

Destarte, é a união desses três níveis (unidade geográfica e/ou de recursos naturais, unidade de atividade econômica e unidade identitária e cultural) que formam um território (CHIRIBOGA, 2010).

Essa nova dinâmica passou a ser almejada nos planos políticos no início do século XXI como paradigma referencial elementar na América Latina (CHIRIBOGA, 2010). Conforme Favareto (2010), da mesma forma em que a agricultura familiar inseriu-se na pauta de muitos movimentos sociais e dos planejadores do governo, na primeira década dos anos 2000 a mesma atenção foi direcionada para a ideia de desenvolvimento territorial.

Abramovay (1999), no final dos anos 1990, já realçava a necessidade de um “quadro territorial muito mais do que setorial”. Nas palavras do autor o desafio era

Cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados (ABRAMOVAY, 1999, p. 2).

No início do novo milênio, então, o Brasil introduziu novas contribuições direcionadas ao meio rural brasileiro, principalmente no que diz respeito à operacionalização e normatização de políticas públicas. No âmago do debate acerca do desenvolvimento rural não fazia mais sentido compreender o rural como sinônimo de agrário; era preciso, sobretudo, assimilá-lo a uma abordagem territorial que lhe desassociasse da perspectiva setorial e produtivista.

No Brasil, conforme Maluf (2010, p. 18, 25), a necessidade e a relevância de adotar a noção de “desenvolvimento territorial” sucedeu-se no âmbito das políticas públicas. O “ponto de partida” foi o meio rural: ampliar o enfoque para “além do agrícola” e “desenvolver um olhar não produtivista”. Isso demandou uma maior atenção para questões referentes a valorização das famílias rurais, da sociobiodiversidade, dos novos papéis da agricultura (familiar) e dos agricultores, da demanda por alimentos saudáveis. Ainda, o território, como construção social passou a ser uma potencial representação da descentralização do poder e da desconcentração das políticas públicas, dando maiores liberdades e incentivos para ações municipais.

Essa nova visão ou nova abordagem foi originária de dois fatos, conforme Favareto (2010): primeiro, pelo “reconhecimento de novas dinâmicas espaciais” (p. 299); segundo, por um momento histórico – a política neoliberal no final dos anos 1980 e início de 1990 – marcado pela descentralização das políticas, da redução da intervenção do Estado e pelo redesenho do padrão de investimentos que criou um ambiente em que os agentes privados pudessem realocar de forma mais eficiente os recursos humanos e materiais. Neste ambiente político e institucional, a abordagem territorial foi disseminada como um novo discurso para as organizações de apoio e cooperação à promoção do desenvolvimento rural e,



posteriormente, para os governos dos países latino-americanos, essencialmente por avançar em questões cujas políticas setoriais não compreendiam.

Visto o esgotamento teórico e prático da abordagem regional, a abordagem territorial emergiu para sugerir um novo enfoque sobre o desenvolvimento local e uma importante unidade de análise e de referência para os estudos voltados à promoção do desenvolvimento das regiões rurais, em especial àquelas mais empobrecida (SCHNEIDER, 2004). Segundo Schneider (2004), foi a partir desse contexto que a descentralização das políticas públicas, a participação dos atores sociais, a redefinição do papel das instituições e a importância das esferas do poder público começaram a ganhar destaque.

Em conformidade com Pecqueur (2005), atualmente é preferível referir-se ao desenvolvimento “territorial”, e não mais regional ou local, por razões simples: o desenvolvimento não deve ser resumido a uma visão localista e nem limitada à uma pequena dimensão. O território, assim, é estabelecido e construído como um espaço a partir das ações entre os indivíduos e os ambientes em que estão inseridos. Portanto, os problemas concretos devem ser compreendidos a níveis analíticos e conceituais a partir do espaço de ação em que decorrem todas as relações, sejam elas institucionais, sociais, políticas e econômicas (SCHNEIDER, 2004).

Sumariamente, Rambo et al. (2012, p. 4) argumentam que a perspectiva territorial do desenvolvimento rural atualmente é compreendida como

Um processo que ocorre e incide sobre um determinado espaço, onde pode tomar múltiplas faces, níveis e formas. Trata-se de um processo dinâmico e não linear, que afeta a identidade dos atores presentes, as configurações de poder e os modos de apropriação e dominação projetadas e presentes em um dado espaço geográfico, criando assim, um território de múltiplas formas de gestão e poder.

Ainda, complementam, essa nova perspectiva busca a integração dos indivíduos com o espaço em que vivem e para com o poder público de forma que se estabeleçam soluções para os problemas, sobretudo, a partir de diálogos e interfaces. Assim, o território pode ser percebido como um “espaço de ação e interação entre os atores e o Estado com o objetivo de manter a sua coesão e identidade coletiva” (RAMBO et al., 2012, p. 3).

Para Wanderley (2009), a valorização do patrimônio natural e cultural característico de cada localidade é o que constitui uma das dimensões mais importantes do desenvolvimento territorial. Com a valorização das potencialidades e riquezas pertencentes a cada território, valores simbólicos passam a desempenhar o papel dos recursos socioeconômicos (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009; MIRANDA, 2010).

Essa nova dinâmica territorial supõe, portanto, a necessidade de arquitetar políticas e ações públicas que incentivam e encorajam a materialização de projetos que valorizem os aspectos locais e regionais característicos de cada localidade em prol do processo de desenvolvimento, visto que as soluções liberais mostram-se, já, insuficientes para satisfazer as necessidades de tal processo (ABRAMOVAY 1999; PECQUEUR, 2005). À vista disso, o território passa a ser uma unidade potencial de referência para o planejamento e direcionamento estatal, conforme argumenta Schneider (2004).

Para Abramovay (2000a, p. 13) uma visão territorial para o desenvolvimento rural pode revelar determinados potenciais do meio rural nunca antes percebidos pela sociedade. Seu panorama pode ser ampliado quando deixa-se de considerá-lo como uma “sustentação geográfica do setor (a agricultura)” e passa-se a encará-lo como “um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais”.

Como já mencionado, as políticas públicas têm sido indutoras e polarizadoras das distintas, diversas e específicas dinâmicas territoriais que se estendem em diferentes graus. Os principais desafios esbarram-se, sobretudo, na sua operacionalização e na normatização (MALUF, 2010)

Visto que o Brasil se depara frequentemente com a tensão entre um “modelo de organização nacional estatal do tipo setorial” e a perspectiva da dinâmica dos territórios (CHIRIBOGA, 2010, p. 33), para que as tendências territoriais continuem a ganhar espaço no planejamento político e estatal, alguns pontos ainda devem ser fortalecidos sob um olhar cauteloso. São eles os principais: tornar os territórios e as famílias rurais como referenciais para o planejamento dos programas territoriais; realçar novas questões que explicitem a necessidade de passagem do enfoque setorial para o enfoque territorial; reconsiderar como foco produtivo da agricultura as unidades familiares e não mais os produtos gerados por elas; e, por fim, “avançar no marco institucional”, simplificando as relações entre as famílias atendidas pelos projetos e o Estado (MALUF, 2010, p. 27).

Para Chiriboga (2010), é devido a base setorial que caracteriza a organização do Estado brasileiro que as dificuldades em potencializar uma dinâmica territorial mais diversa e complexa tornam-se demasiadamente mais fortes. Nas palavras do pesquisador (2010, p. 33),

Ao produzir estas políticas setoriais, um pouco às cegas, em direção às dinâmicas territoriais, [acabam] privilegiando mais aqueles territórios que melhor possam responder aos estímulos setoriais, deixando de lado aqueles que requerem uma aproximação diferenciada, uma aproximação holística para potenciá-los plenamente. Não é fortuito, em minha opinião, que as políticas setoriais terminem

potencializando aqueles territórios de identidade mais capitalista onde os sinais regulatórios emitidos pelo Estado são mais capturáveis por parte de unidades.

A ideia fulcral da abordagem do desenvolvimento territorial consolida-se, portanto, na perspectiva do território como algo mais do que uma base física que sustenta as relações (sociais e de poder) entre os diversos atores que nela se inserem. Isto é, vai além de suas propriedades materiais e naturais; considera-se a base identitária, o tecido social e os elementos culturais que o moldam. É um modelo que renova as pioneiras ideias de desenvolvimento da década de 1960, as quais são sustentadas por uma visão hierarquizada de cima para baixo.

Em razão de propor as populações (essencialmente as que vivem nas áreas rurais) como protagonistas da construção de seus próprios territórios que a abordagem territorial tornou-se fundamental na construção do ICV: a partir da proposta de analisar a percepção dos atores no que diz respeito aos fatores, características e efeitos do desenvolvimento do TZS, a expansão do diálogo e a materialização de novas e duradouras alianças entre os diversos agentes da sociedade e o Estado podem ser potencializadas. Ainda: em conjunto com o Estado e outras instituições e organizações, diversas estratégias, planos de ações e projetos inovadores podem ser concebidos com o principal desígnio de promover o desenvolvimento territorial e rural e, substancialmente, reduzir a exclusão social, a vulnerabilidade e a pobreza (rural) de regiões mais empobrecidas, como o TZS (ABRAMOVAY, 2000a; PECQUEUR, 2005; CAZELLA, 2008; MALUF, 2010).

O capítulo seguinte (3) abordará a base teórica do ICV buscando apresentar os principais autores e abordagens que constituem seu alicerce. Ela será dividida em três partes centrais para compreender como se dá, teórica e metodologicamente, o funcionamento do Índice de Condição de Vida.

### 3 ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA (ICV): BASE TEÓRICA

No fervor do debate a respeito das múltiplas faces do desenvolvimento, questões alusivas às suas consequências e aos seus encaminhamentos tornaram-se o foco de estudiosos diversos. Paralelamente, as populações rurais (sobretudo aquelas que residem em regiões mais empobrecidas, como é o caso do TZS) e as vulnerabilidades muitas vezes inerentes ocuparam um grande número de pesquisadores, não apenas em domínio científico e acadêmico mas, substancialmente, a partir de ações estimuladas por organizações internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Mundial, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), e, também, os próprios governos ao redor do mundo.

A essência do esforço de tais cientistas e, sobretudo, das políticas públicas legitimadas nas últimas duas décadas, encontrou-se em prol do combate e da superação de uma das mais sólidas raízes do problema: a pobreza em suas múltiplas dimensões. Sendo a vulnerabilidade em suas diversas faces (ambiental, sanitária, alimentar, monetária, social) um nefasto resultado da pobreza, a ânsia por encontrar possíveis alternativas para combatê-la tornou-se central. Percebeu-se, assim, que estar vulnerável significava muito mais do que encontrar-se economicamente abaixo da linha da pobreza; referia-se, sobretudo, ao bem-estar.

Para uma melhor investigação a respeito das populações em possíveis e/ou potenciais situações de vulnerabilidade, bem como de suas condições de vida e do desenvolvimento dos espaços rurais nos quais reproduzem-se socialmente, foi necessária uma análise distinta do modo tradicional fundamentada na produção de bens primários e na renda (bruta ou per capita). Foi necessário, portanto, encontrar métodos que priorizassem análises multidimensionais.

Nos estudos rurais, a análise da mobilização de ativos/recursos na construção de “estratégias de adaptação ou transformação das oportunidades a fim de fortalecer os ativos já existentes e diversificá-los” também mostrou-se um caminho promissor (SCHNEIDER; FREITAS, 2013, p. 127). Tendo por base as contribuições de Frank Ellis, tais estudos buscaram investigar possíveis estratégias para combater a vulnerabilidade e a pobreza estimulando, além do uso dos recursos já apropriados pelos indivíduos, novos ativos que poderiam ser buscados com o desígnio de melhorar suas condições e qualidade de vida.

O PIB como *proxy* do nível de desenvolvimento se mostrava cada vez menos apropriado para representar as condições sociais e muito menos possuía a aptidão de refletir sobre os fatores que geravam desigualdade, pobreza e outros males, e nem sobre os problemas

gerados pelo desenvolvimento capitalista. Frente a este contexto, diversos cientistas sob custódia de instituições multilaterais (ONU, OCDE, FAO) despenderam um imenso esforço para desenvolver, tornar público e exequíveis instrumentos que fossem competentes na mensuração do bem-estar.

Os índices e indicadores apontaram-se como ferramentas, dentro de seus limites, eficazes e tornaram-se, assim, uma tentativa de organizar sistemas mais completos que possibilitassem o acompanhamento das transformações sociais e o impacto das políticas públicas (JANUZZI, 2002). Com a popularização dos trabalhos de Sen e Ul Hab, os indicadores unidimensionais estabeleceram-se pouco ou quase nada capazes de refletir grandes dimensões sociais. A multidimensionalidade do processo de desenvolvimento, embora seja considerado um assunto relativamente novo na literatura, demandou o desenvolvimento de formas mais consistentes e produtivas para a avaliação das condições, níveis e qualidade de vida dos indivíduos (MATTOS, 2007).

À vista disso, este capítulo tem por objetivo expor que o Índice de Condição de Vida não é apenas uma ferramenta quantitativa. Por trás da estatística que o compõe existe uma base teórica que foi intencionalmente lapidada para possibilitar que a metodologia do ICV – do conceito à prática – se distinguisse dos demais instrumentos quantitativos já existentes até hoje.

Portanto, aqui serão apresentadas as abordagens bases da ferramenta. Ainda, serão expostos os motivos pelos quais a metodologia leva em conta a percepção dos indivíduos – ponto o qual dá ao ICV uma característica nova em detrimento ao demais índices de desenvolvimento e de condição de vida.

Para iniciar, a seção 3.1 ficará encarregada de expor as principais contribuições de Sen, um dos principais autores contemporâneos dos estudos de desenvolvimento e desigualdade. Tendo como base a Abordagem das Capacitações, será apresentado como o autor enxerga as principais consequências do desenvolvimento e como atribui à multidimensionalidade o principal elemento de sua essência.

A seção que procede (3.2) terá como enfoque a Abordagem dos Meios de Vida de Ellis e possuirá o desígnio de apontar como famílias rurais podem construir e/ou remanejar estratégias de vida que lhes reduzem a exposição à vulnerabilidade frente a contextos diversos. A arquitetura de um portfólio de estratégias, as quais são construídas com base na posse de distintos capitais, leva à diversificação dos meios de vida e permite que a reprodução social de determinadas comunidades ou famílias rurais possa ser garantida.

A seção 3.3 apresentará como ambas as abordagens, sob um olhar conjunto, contribuem para a construção metodológica do ICV. Por último, enfocando na percepção do público-alvo do índice, a seção 3.4 irá expor como as representações sociais podem formar valores, opiniões, atitudes e conhecimentos em uma determinada comunidade ou indivíduo de forma homogênea ou não. O intento é “preparar o terreno” para a posterior interpretação dos resultados, visto que, como já antes mencionado, o objetivo do índice em assentar-se nas percepções é avaliar essa diversidade de opiniões e pensamentos no que diz respeito as condições de vida dos pesquisados de forma a inferir como o desenvolvimento se articulava para essas pessoas e dentro do TZS.

### 3.1 A ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E A MULTIDIMENSIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO

Ao longo das últimas décadas, o trabalho de Amartya Sen emergiu como uma alternativa para repensar a pobreza, a desigualdade e o desenvolvimento na escala humana. Apesar de possuir algumas raízes neoclássicas em sua formação profissional e científica e de reconhecer algumas conexões com as ideias de Smith e Marx, Sen enfatizou que a opulência e a utilidade – e até mesmo o sucesso econômico de uma nação – pouco revelavam sobre bem-estar e desenvolvimento humano, apesar de serem elementos essenciais para a existência humana (CLARK, 2005; SEN, 2010). Em 1998, Sen ganhou o Prêmio Nobel da Economia em razão das crescentes e influentes contribuições e estudos concernentes aos conceitos de desenvolvimento e bem-estar, tornando-se um dos principais contemporâneos dos debates que principiavam diferentemente dos paradigmas clássicos.

No prefácio de seu livro “Desenvolvimento como Liberdade” deixou claro o que motivou a construção do debate que deu origem à sua principal abordagem, a das Capacitações. Segundo o autor, o século XX foi caracterizado por um contexto de opulência nunca visto antes, pelo estabelecimento de um regime democrático e participativo como arquétipo de organização política preponderante, pela introdução dos conceitos de direitos humanos e de liberdade política como algo inerente ao modelo hegemônico de dominação, pela elevação da média do tempo de expectativa de vida e pela ligação mais estreita entre as diferentes regiões do mundo (SEN, 2010).

Em contraponto, também elevaram-se extraordinariamente as privações, as destituições e as opressões. Novos problemas surgiram, tanto em países ricos como em países pobres, coexistindo com os antigos: a pobreza, a insatisfação da saciedade das necessidades

essenciais, a fome crônica e coletiva, a violação das liberdades políticas e das liberdades mais básicas, a desigualdade de gênero, as crescentes ameaças ao meio ambiente (SEN, 2008, 2010).

Para Sen (2010), superar esses problemas era primordial no processo de desenvolvimento do mesmo modo que a condição de agente dos indivíduos configurava-se como central para manobrar tais privações. Porém, a capacidade de agente sempre foi restrita e limitada pelas oportunidades dispostas na sociedade, fossem elas políticas, sociais ou econômicas.

O grau de alcance da liberdade dos indivíduos, conjuntamente com a expansão das mesmas, portanto, é demasiado importante para o enfrentamento de tais problemas. Destaca-se que a ausência de liberdades pode emergir de diversos contextos relacionados, por exemplo, à pobreza econômica (que impossibilita a liberdade de saciar a fome, de adquirir uma boa nutrição, de obter remédios para combater doenças, de adquirir vestimentas e moradia adequadas, de ter acesso ao saneamento básico e água potável); relacionados à carência de serviços públicos e de assistência social (que negligencia o planejamento bem sucedido de assistência médica, educação, manutenção da paz e da ordem); relacionados a negação das liberdades civis e políticas (que restringe a participação da vida social, econômica e política dos indivíduos para com a comunidade em que se inserem) (SEN, 2010).

À vista disso, o objetivo primordial da Abordagem das Capacitações é demonstrar que o desenvolvimento das sociedades humanas pode ser visto como um processo de expansão das liberdades individuais desfrutadas por cada pessoa. De acordo com Ul Haq (2008), esta é a diferença entre as escolas de crescimento econômico e as de desenvolvimento humano: enquanto a primeira despende esforços em direção apenas à expansão de uma alternativa/liberdade – a renda – a segunda enfoca a amplitude de todas as alternativas existentes, sejam elas econômicas ou não.

Assim, com a perspectiva do desenvolvimento voltada para a dimensão humana e do bem-estar social, Sen cria conceitos-chaves que constroem a base teórica e o entendimento da sua abordagem, como os intitamentos, os funcionamentos e as capacitações. Os “intitamentos” – ou *entitlement*, no termo original – são representados “pelo conjunto de pacotes alternativos de bens que podem ser adquiridos mediante o uso de vários canais legais de aquisição facultados a essa pessoa” (SEN, 2010, p. 57). Isto é, um conjunto de diferentes combinações de bens (sobretudo *commodities*) que um indivíduo pode possuir no espaço social com o uso total de seus direitos e oportunidades.

Este termo foi inicialmente utilizado por Sen para mencionar o problema da fome nos países subsaarianos e asiáticos. Deste modo, ao analisar a fome em termos de intitlamento salientou que as pessoas não passavam fome em razão da disponibilidade e da oferta de alimentos, mas, sim, em consequência da falta de oportunidades para obtenção e apropriação desses bens. Ou seja, o que faltava era o acesso a oportunidades e situações em que as pessoas pudessem obter e se inserir para evitar que passassem fome.

Em uma sociedade movida pelo mercado, os conjuntos alternativos de bens podem ser determinados conforme as dotações de recursos que um indivíduo possui ao seu alcance (herança, trabalho, descobertas, meios de produção, propriedade de terras, educação) e pela capacidade de adquirir as mercadorias a partir delas. Assim, os intitlamentos podem ser compreendidos, portanto, como meios para que um indivíduo possa atingir um determinado fim. Isto é, são as condições, as oportunidades e os recursos que possibilitam a realização das escolhas pessoais de cada indivíduo (SEN, 2010).

Outro conceito chave na abordagem seniana são os “funcionamentos”. Estes são os elementos que constituem o “ser/estar”, o “fazer” e o “ter” de um indivíduo; refletem tudo o que alguém considera valioso obter e fazer para ter a vida que lhe é mais desejável. Os funcionamentos vão desde os mais elementares, como a condição de estar nutrido adequadamente, estar livre de doenças e ter acesso à educação básica, até os mais complexos, como ter respeito próprio e ser feliz (SEN, 2008, 2010).

Complementar ao entendimento a respeito dos funcionamentos, o conceito de “capacitações” – *capabilities* – é criado. Existem dimensões do bem-estar que não podem ser captadas facilmente pelo dinheiro ou pelos recursos dispostos para as famílias e/ou indivíduos (BRANDOLINI; D’ALESSIO, 1998), ou seja, não podem ser determinadas e avaliadas a partir da posse de um conjunto de bens (conforme as ideias liberais de Smith e Marx) e nem pela utilidade (conforme as ideias utilitaristas de Stuart Mill e Jeremy Benthan) (SEN, 2010). Segundo a Abordagem das Capacitações, são as capacidades dos indivíduos em adquirir esses bens que os fazem alcançar felicidade ou satisfação.

As capacitações são compostas pela combinação de funcionamentos factíveis por um agente, segundo Sen (2010), e, por isso, podem ser consideradas, de certo modo, como liberdades – sobretudo para a posse de estilos de vida diversos. Ou seja, as capacitações são as escolhas e os funcionamentos são os níveis de atividades alcançadas pelos indivíduos em várias dimensões.

Destaca-se que pode existir mais de um nível de atividade para uma mesma capacitação. Por exemplo: no domínio da educação, a capacidade pode ser dada pela liberdade



de aumentar e melhorar o conhecimento através da educação, que pode ser facilitada pelo acesso a uma escola boa. Porém, duas pessoas diferentes podem ter essa capacidade e oportunidade, mas, uma escolhe frequentar a escola e outra não, por diversos motivos e fatores, seja, individual, social, econômico, ambiental (KRISHNAKUMAR, 2007).

Outro exemplo, clássico da abordagem seniana, pauta-se na situação de duas pessoas que possuem a mesma sensação de fome: uma em razão da escolha de fazer jejum por motivos religiosos, por exemplo, e outra em virtude da falta de acesso aos alimentos e exposta à extrema fome. A primeira, todavia, possui um “conjunto capacitário” distinto daquela segunda, visto que pode escolher comer e estar bem nutrida enquanto para a segunda esta escolha se consolida como impossível por razões que muitas vezes já não compete ao seu controle.

Conforme Sen (2010, p. 105),

O conjunto capacitário consistiria nos vetores de funcionamentos alternativos dentre os quais a pessoa pode escolher. Enquanto a combinação dos funcionamentos de uma pessoa reflete suas realizações efetivas, o conjunto capacitário representa a liberdade para realizar as combinações alternativas de funcionamentos dentre as quais a pessoa pode escolher.

Assim, a Abordagem das Capacitações permite avaliar o bem-estar como um dos fins de uma pessoa<sup>15</sup>, tanto em termos dos funcionamentos realizados, isto é, o que realmente foi realizado por um indivíduo, ou em termos de conjunto capacitário de alternativas, ou seja, as reais oportunidades deste cidadão. Em outras palavras, a abordagem foca no que as pessoas de fato estão aptas para ser e fazer a partir de suas capacidades (ROBEYNS, 2003).

Frisa-se, porém, que as capacitações não podem ser diretamente mensuradas empiricamente. Já os funcionamentos, sim (KRISHNAKUMAR, 2007).

Para Sen (2010), o enfoque das liberdades no debate de desenvolvimento é essencial por duas razões: pela necessidade de se avaliar o progresso em termos de aumento das liberdades das pessoas e pelo desenvolvimento depender da livre condição de agente dos indivíduos. Assim destaca que o PIB, bem como a modernização social, a industrialização e o progresso tecnológico, são apenas meios (e não fins) para promover a expansão das liberdades. Estas, no entanto, dependem também de outros determinantes: a remoção das principais fontes de privação: tirania, carência de oportunidades, pobreza, destituição social, Estados repressivos, negligência das ações estatais.

---

<sup>15</sup>Ressalta-se que o bem-estar é apenas um dos fins de uma pessoa já que existem outros fatores e objetivos que levam a felicidade, à satisfação e à busca por um estilo de vida desejado que não estão, necessariamente, relacionados ao bem-estar (BRANDOLINI; D’ALESSIO, 1998).

Destaca-se que, conforme a teoria seniana, a renda não é dispensável; ao contrário, ela é essencial. Todavia, é apenas um dos diversos meios que possibilitam um indivíduo alcançar algumas liberdades e realizações e, por isso, não pode ser compreendida como uma variável que mensura diretamente os padrões de vida (ANAND; SEN, 1994)

Uma vez que a renda é desigualmente distribuída em uma determinada sociedade, as alternativas e liberdades são demasiadas restritas para determinados indivíduos, não atingindo, muitas vezes, os mais desfavorecidos. Isso evidencia, portanto, que a renda não necessariamente traz a expansão do número de escolhas e oportunidades de vida. Ainda, “muitas escolhas humanas se estendem além do bem-estar econômico” (UL HAQ, 2008, p. 65).

Segundo Anand e Sen (1994), a renda per capita falha ao tentar capturar/mensurar as características básicas e essências do padrão de vida dos indivíduos. Por isto que o foco do desenvolvimento humano é centrar-se nas atividades humanas possibilitadas pelo alargamento das capacidades.

Sen (1985) traz um bom exemplo para refletir sobre esta questão da renda. Considerando duas pessoas pobres, A e B; B é mais pobre que A, isto é, A tem um nível de riqueza/opulência mais elevado que B, de tal forma que consegue comprar e consumir mais bens e alimentos. Porém, A possui uma taxa metabólica maior, além de algumas doenças parasitárias. Assim, embora possuindo um maior consumo de comida, A é mais desnutrido e debilitado que B. Portanto, a pergunta a ser feita é: quem possui o melhor padrão de vida?

Para Sen (1985), isso não é meramente uma questão de renda ou de facilidades para se obter dinheiro. A pessoa A é mais opulenta, mas, não se pode considerar seu padrão de vida melhor apenas por esta razão, até porque ela apresenta níveis de desnutrição e debilidades maiores. Assim sendo, destaca-se que o padrão de vida, bem como a qualidade e as condições de vida dos indivíduos não estão diretamente relacionadas com riqueza, embora sejam influenciados por esta.

O crescimento econômico é essencial, sim, sobretudo em países mais pobres para reduzir situações de pobreza. Todavia, a qualidade desse crescimento é tão mais importante quanto sua quantidade, visto que as pessoas devem ser consideradas como os fins desse processo.

As liberdades também não são apenas os fins do processo de desenvolvimento, mas, substancialmente, seus principais meios. É importante, ainda, entender e analisar as relações empíricas (sobretudo as inter-relações) que vinculam uma liberdade à outra, visto que um tipo de liberdade pode colaborar para a promoção de outras variedades delas (SEN, 2008, 2010).

Para o autor, a situação de “subdesenvolvimento”, por exemplo, é compreendida como uma conjuntura em que há uma ampla privação de liberdades; enquanto o desenvolvimento se caracteriza pela existência de processos que contribuem para a eliminação dessas privações e para expansão das liberdades de distintos tipos. À vista disto, as liberdades individuais são consideradas essenciais para a formação do conceito de “desenvolvimento” e o produto de uma sociedade deve ser avaliado assentando-se nelas. Assim, “ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 33).

Destaca-se, portanto, que a abordagem seniana é abrangente e multidimensional e não busca elucidar um conceito fechado, linear e universal a respeito do que é, de fato, “desenvolvimento”. A multidimensionalidade surge como um contraste às teorias tradicionais mais restritas pautadas na unidimensionalidade e caracterizadas essencialmente pelo nível de renda monetária.

Por isso, segundo Robeyns (2003, p. 5), ela é usada em diversos campos e para melhor avaliar a “variedade de aspectos do bem-estar das pessoas, tais como o bem-estar individual, desigualdade e pobreza”<sup>16</sup>. Assim, o enfoque nas capacidades/capacitações serve de maneira abrangente na avaliação e no acompanhamento do bem-estar individual e coletivo, além de auxiliar na formulação de políticas públicas relacionadas às mudanças sociais na sociedade.

Como diz Ul Haq (2008, p. 66), “as pessoas passam a ser o foco central da questão”. O desenvolvimento passa a ser analisado em função dos indivíduos e do seu bem-estar, este que, para Sen (1985), é um conceito muito mais amplo e inclusivo do que “padrão de vida”.

A partir do questionamento “o que o desenvolvimento humano faz?” Sen (2010) argumenta que a “prioridade do desenvolvimento dos recursos humanos” cria oportunidades sociais que contribuem de forma direta para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida, isto é, no modo como elas vivem e nas escolhas que fazem, a partir da ampliação dos serviços de educação, segurança, saúde. Assim, opõe-se à crença e ao preconceito – que surge em alguns círculos políticos – de que o desenvolvimento humano só é possível e factível em países ricos que possuem recursos suficientes para “bancá-lo”. Segundo o autor, existem evidências de que países com rendas baixas garantem, mesmo assim, serviços educacionais e de saúde que contribuem para o aumento dos anos de vida e da qualidade de vida de sua população (SEN, 2010, p. 190-191).

---

<sup>16</sup>No original: “[...] *variety of aspects of people’s well-being, such as individual well-being, inequality and poverty*”.

Portanto, destaca-se que os resultados da promoção do desenvolvimento humano vão além da melhora da qualidade de vida dos cidadãos. Eles garantem a redução de situações que expõem os indivíduos às vulnerabilidades e aos perigos extremos como pobreza, falta de saúde e de alimento. A partir da eliminação das privações e do aumento das liberdades individuais cada indivíduo está apto para escolher as alternativas que lhe são mais desejáveis para construir seu futuro, garantir uma boa qualidade de vida e ter boas condições para viver da melhor maneira possível.

Conforme Schneider e Freitas (2013, p.123), a abordagem das capacitações propõe o desenvolvimento como capaz de remover aquelas barreiras existentes, e até mesmo as em potencial, que possam restringir as liberdades de opção e escolha e as oportunidades de sucesso. Trata-se, pois, “de criar as condições para a realização da capacidade de escolha dando espaço para que a liberdade e a diversidade de escolhas individuais passem a ser um direito individual e uma característica da sociedade”.

De maneira finalística, para Ul Haq (1995, 2008) o objetivo elementar do desenvolvimento é possibilitar a ampliação das escolhas dos indivíduos. Nas palavras do autor, corroborando com as ideias de Sen,

As pessoas podem valorizar realizações que não resultam, pelo menos imediatamente, em renda ou dados de crescimento: maior acesso ao conhecimento, melhor nutrição e melhores serviços médicos, subsistência garantida, segurança em relação a crimes e violência física, horas proveitosas de lazer, liberdades política e cultural, e um sentimento de participação nas atividades da comunidade. O objetivo do desenvolvimento é criar um ambiente que permita as pessoas usufruírem uma vida longa, saudável e criativa (UL HAQ, 2008, p. 64).

Destarte, no âmago do debate a respeito das oportunidades, liberdades e bem-estar a perspectiva de Sen expõe-se fortemente correlacionada com a abordagem de Ellis. Na seção que segue esta última será melhor explorada.

### 3.2 A ABORDAGEM DOS MEIOS DE VIDA COMO ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAÇÃO E DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Haja vista o debate adjacente ao desenvolvimento humano e desenvolvimento sustentável, novos trabalhos emergiram conectando tais temas com aqueles intrínsecos ao meio rural, conforme apontam Perondi e Schneider (2012). Pautando-se em tal conjuntura

científica, diversos autores<sup>17</sup> concentraram-se, fundamentalmente a partir de estudos comparativos, nas dinâmicas das famílias rurais no processo de desenvolvimento contemporâneo e no combate à pobreza e situações de vulnerabilidades.

Perante tal contexto e em conformidade com as ideias de equidade, sustentabilidade e capacitações, e dialogando com as perspectivas senianas, Chambers e Conway (1991)<sup>18</sup> propuseram, no início do século XX, uma discussão a respeito do conceito de “meios de vida sustentáveis”, os quais remetiam tanto ao domínio social quanto ambiental. A interligação dessas dimensões, que eram tão meios quanto fins, sustentou uma nova ferramenta para o desenvolvimento, fosse do ponto de vista normativo, fosse operacional.

Para esses autores, os meios de vida compreendiam desde os próprios indivíduos até suas capacitações e seus recursos (os quais incluíam renda, ativos, alimentação, entre outros), isto é, eram os meios que garantiam a sustentação da vida. Para serem ambientalmente sustentáveis deveriam preservar os ativos locais e globais (em cima dos quais os indivíduos sustentavam-se e dependiam) de tal modo que assegurassem um efeito benéfico para outros meios de vida. Para serem socialmente sustentáveis deveriam proporcionar às famílias a capacidade de lidar e de reestabelecer-se frente à eventuais estresses e choques, permitindo que as gerações futuras também pudessem se beneficiar (CHAMBERS; CONWAY, 1991).

Tais famílias, por sua vez, decidiam improvisar seus meios de vida de acordo com os determinantes sociais, econômicos e/ou ecológicos da sociedade ou ambiente em que se inseriam e/ou procuravam se inserir. Os elementos que determinavam a busca por essa estratégia eram diversos e poderiam ser pré-determinados (por exemplo, as atividades exercidas por castas na Índia ou pelas mulheres no Oriente Médio) ou não, gerados acidentalmente ou propositalmente/intencionalmente (CHAMBERS; CONWAY, 1991).

Chambers e Conway (1991) estabeleceram, de maneira finalística, que o significado mais simplista de “meios de vida” remetia à busca pela segurança. Conforme o “Painel Consecutivo da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”<sup>19</sup>, a segurança da sustentabilidade dos meios de vida se referia à existência de fluxos e estoques adequados (como alimento e dinheiro) para saciar as necessidades mais básicas. Isto é, ter a garantia de posse ou acesso a algum recurso e/ou atividade geradora de renda que equilibrasse eventuais

---

<sup>17</sup>Ver trabalhos de Haggblade (2005); Chambers e Conway (1991); Scoones (1998); Hussein e Nelson (1998); Carswell (1997).

<sup>18</sup>Conforme aponta Pereira, Souza e Schneider (2010), existe um certo consenso entre Ellis (2000), Scoones (1998) e Niehof (2004) de que os estudos contemporâneos que circundam o tema dos “*livelihoods*” tiveram inspiração a partir do conceito de “meios de vida sustentáveis proposto por Chambers e Conway (1991).

<sup>19</sup>No original: “*Advisory Panel of the World Commission on Environmental and Development*”.

riscos, aliviasse/amortecesse possíveis choques e que atendesse determinadas eventualidades, além de manter ou aprimorar os recursos produtivos em longo prazo.

Assim, uma unidade familiar podia permitir que seus meios de vida fossem sustentáveis e seguros por diferentes maneiras, fosse através da posse ou direitos sobre terras, cultivos e pastagens, ou por meio da manutenção de uma renda estável de um determinado empreendimento, ou por meio de um repertório e/ou de um portfólio diversificado de atividades e capitais (WCED, 1986).

Para Scoones (1998) as ideias em torno dos “meios de vida sustentáveis” tornaram-se essenciais no debate sobre desenvolvimento rural, pobreza e manejo dos recursos ambientais. O autor argumenta que, assim como outros conceitos atribuídos ao desenvolvimento – como o sustentável –, o conceito de “meios de vida sustentáveis” se inseriu em um debate muito mais complexo e amplo relacionado a alguns elementos chaves como redução da pobreza, bem-estar, capacitações e oportunidades, adaptação dos meios de vida, vulnerabilidade, resiliência, sustentabilidade da base de recursos naturais e do ambiente.

Scoones (1998) traz, ainda, em um de seus trabalhos, uma questão chave de tal perspectiva: dado um contexto particular guiado por uma determinada conjuntura política, histórica, agroecológica e/ou socioeconômica, qual a combinação de recursos – isto é, diferentes tipos de capitais – resultam na capacidade de manter uma combinação de estratégias – seja através da escolha pela migração, intensificação/desintensificação da agricultura ou diversificação dos meios de vida – e quais seus resultados e consequências para a família rural, comunidade local ou regional? No que diz respeito aos tipos de capitais mencionados, Ellis (2000) os especificou como capital físico (referente aos bens gerados e utilizados nos processos de produção, como ferramentas, máquinas, melhoramentos para a terra); capital humano (concernente aos níveis de educação e condições de saúde dos indivíduos); capital social (referente às redes de relacionamentos e participação em associações que contribuem para a expansão dos meios de vida); capital natural (concernente à base de recursos naturais a qual é utilizada para a sobrevivência dos indivíduos) e capital financeiro (referente ao acesso ao crédito ou outros tipos de fluxos monetários destinados para a produção ou consumo de bens). Para Ellis esses cinco tipos de capitais sustentam as estratégias diversificadas dos meios de vida e a construção dos portfólios de oportunidades.

A diversificação das estratégias e dos meios de vida pode ocorrer de diversas maneiras, por diversas razões e a partir de combinações distintas dos capitais supracitados, o que depende, também, da base inicial de ativos (NIEHOF, 2004). Essas combinações constroem um portfólio de subsistência a mão dos indivíduos, grupos ou famílias que lhes

permitem recriar novas estratégias conforme suas necessidades. De acordo com Scoones (1998), os portfólios podem ser especializados e concentrados em determinadas atividades ou podem ser bastante diversificados.

Ellis (1998), assim como Chambers e Conway (1991), atribui o portfólio de estratégias como o elemento mais complexo da anatomia dos meios de vida. Para o autor, a diversificação dos meios de vida é um nível individual ou familiar de estratégia de sobrevivência que vai além do nível de renda e inclui outros ativos e benefícios sociais e públicos, como educação, saneamento, infraestrutura. Assim, é através da construção de um portfólio diversificado – o qual leva em conta a diversificação das relações sociais, das fontes de renda, da produtividade, das atividades exercidas – e da promoção das capacitações individuais, que as famílias rurais lutam para sobreviver, elevar seus padrões de vida e aprimorar suas condições socioeconômicas.

Cabe destacar, portanto, que muitos modelos econômicos tratam a unidade familiar agrícola como tomadores de decisões individuais que buscam apenas maximizar seu bem-estar assentando-se em diferentes rendimentos. Todavia, Ellis (1998) argumenta que a diversificação dos meios de vida não é sinônimo de diversificação das fontes de renda. Esse processo leva em conta diversas relações sociais – institucionais, políticas e de gênero, por exemplo – e a diversidade espacial/local que são essenciais para sustentar um portfólio diversificados de atividades, rendas e estratégias.

O autor também traz dois conceitos que são complementares para o entendimento desta abordagem dentro do debate sobre o combate a vulnerabilidade<sup>20</sup> e redução da pobreza rural: resiliência e sensibilidade. O primeiro refere-se à capacidade e à habilidade de absorver mudanças ou utilizá-las para obter vantagens e benefícios; o segundo refere-se ao nível de suscetibilidade frente às mudanças surgidas a partir da interferência humana na base dos recursos naturais. Conforme Ellis (1998, p. 14) “o mais robusto sistema de meios de vida”<sup>21</sup> consegue, ao mesmo tempo, apreender um alto nível do primeiro e um baixo nível do segundo.

Ellis (2000) estabelece a diversificação dos meios de vida rurais como um processo em que as famílias rurais constroem seus portfólios de atividades e ativos com o intuito de sobreviver e/ou elevar seus padrões de vida. Assim, sendo a sustentabilidade e a vulnerabilidade dois extremos indicativos da qualidade dos meios de vida, a diversificação se

---

<sup>20</sup>Conforme aponta Ellis (2000), entende-se vulnerabilidade como um alto nível de exposição à riscos, choques e estresse ligados à insegurança alimentar, fatores climáticos, mercadológicos, financeiros, isto é, desastres tanto externos quanto internos à propriedade.

<sup>21</sup>No original: “[...] *the most robust livelihoods system*”.

torna uma importante estratégia para reduzir a vulnerabilidade intrínseca ao ambiente hostil no qual se inserem as populações rurais mais empobrecidas, conforme aponta Niehof (2004).

Famílias rurais com meios de vida frágeis expõem-se facilmente à vulnerabilidade em razão da insuficiência de ativos e capacitações que permitem criar ou ter acesso a melhores estratégias. Assim, não podendo lidar com a crise, criam-se problemas (muitas vezes crônicos) relacionados a promoção das necessidades básicas de seus membros impossibilitando, sobretudo, a criação de um excedente. Não obstante, ficam sobrecarregados de passivos de diversas naturezas, como condições insalubres e degradação do meio ambiente (NIEHOF, 2004).

Ressalta-se, portanto, que a diversificação refere-se, principalmente, à auto segurança. Para Ellis (1998), esse processo está associado ao sucesso na busca pela segurança dos meios de vida de tal forma que alivie a angústia associada à deterioração das condições de vida. Por isso, a capacidade de agência dos indivíduos é importante nesse processo.

Conforme Moser (1996), a redução (ou não) da exposição à vulnerabilidade é intrínseca à habilidade das famílias de transformarem eficientemente seus ativos em recursos básicos como renda e alimentos, por exemplo. A eficiência, a maneira como esses ativos serão usados e quais estratégias serão arquitetadas deverão ser determinadas pelos indivíduos, pelas famílias rurais ou comunidade local para benefícios próprios.

Em virtude da popularização das expressões “meios de vida” e “diversificação” nos estudos de desenvolvimento, Ellis (2000) propõem, assim, uma nova abordagem que oferece uma imagem mais completa das complexibilidades de reprodução das populações rurais diante situações de hostilidade, incertezas e riscos. No prefácio de seu livro “Meios de vida rurais e diversidade nos países desenvolvidos”<sup>22</sup> o autor deixa claro seu intento: a análise dos meios de vida serve, ao mesmo tempo, como uma ferramenta e como uma nova abordagem para os estudos voltados na redução da pobreza. Assim, ele “[...] se propõe investigar seriamente as complexas ramificações da diversificação como uma característica fundamental de tais estratégias”<sup>23</sup> (ELLIS, 2000, prefácio).

Em razão de muitos indivíduos residentes em áreas rurais não conseguirem produzir todas as suas necessidades dentro de suas unidades sociais, esses optam, em busca de garantir sua sobrevivência, por adotar um portfólio diversificado de atividades e fontes de renda que

---

<sup>22</sup>No original: “*Rural livelihoods and diversity in developing countries*”.

<sup>23</sup>No original: “(...) sets out to investigate seriously the complex ramifications of diversification as a fundamental characteristic of such strategies”.



incluem não só aquelas associadas ao modo e tipo de produção, mas, também, muitas outras que contribuem principalmente para seu bem-estar.

Assim, engajar-se em um portfólio diversificado de estratégias se compõem na chave primordial para garantir a sobrevivência e a não exposição ou redução às situações que lhes geram vulnerabilidade sob todas as formas. Nas palavras do autor, “[...] a manutenção e a contínua adaptação de um portfólio de atividades altamente diversificado são as características distintivas das estratégias de sobrevivências rurais dos países pobres contemporâneos”<sup>24</sup> (ELLIS, 2000, p. 4).

Para fins de melhor compreensão, faz-se necessário elucidar qual o conceito, para Ellis, de meios de vida, diversidade e diversificação e como o conceito de “ativos” complementa estas definições e como incorpora o portfólio de atividades diversificadas. Referente ao primeiro ponto frisa-se que meios de vida não devem ser (e, de fato, não são) meramente sinônimos de renda, fundamentalmente em virtude de seu conceito abarcar os caminhos sobre os quais a vida é garantida.

Ainda, em concordância com a interpretação de Chambers e Conway (1991, p. 4) para o conceito de meios de vida sustentáveis, os meios de vida se correlacionam com as capacitações individuais que incluem, dentre muitas coisas, “estar apto para lidar com estresses e choques, e estar apto para encontrar e fazer uso das oportunidades dos meios de vida”<sup>25</sup>. Assim, este conceito compreende tanto as capacitações quanto os ativos e as atividades diversas que são necessárias para a arquitetura do portfólio.

Com base nisso, o autor constrói a definição de meios de vida destacando que estes compreendem os ativos (natural, físico, humanos, financeiro e social), as atividades e os acessos a elas (via instituições e relações sociais) que, conjuntamente, determinam a vida das famílias (ou indivíduos) rurais. Ainda, complementa que a característica fundamental desse processo é a habilidade de se adaptar no intuito de sobreviver.

Atinente aos conceitos de diversidade e diversificação, Ellis explicita que há claramente uma diferença entre eles: enquanto o primeiro refere-se à existência de distintas e diversas fontes de rendas e de relações sociais que se sustentam ao longo do tempo, o segundo, em contrapartida, é remetido como um processo social e econômico ininterrupto que reflete os fatores e as causas que levam as famílias a adotarem estratégias diversificadas. Ou seja, é o processo de criação dos meios de vida, conforme aponta Schneider (2010).

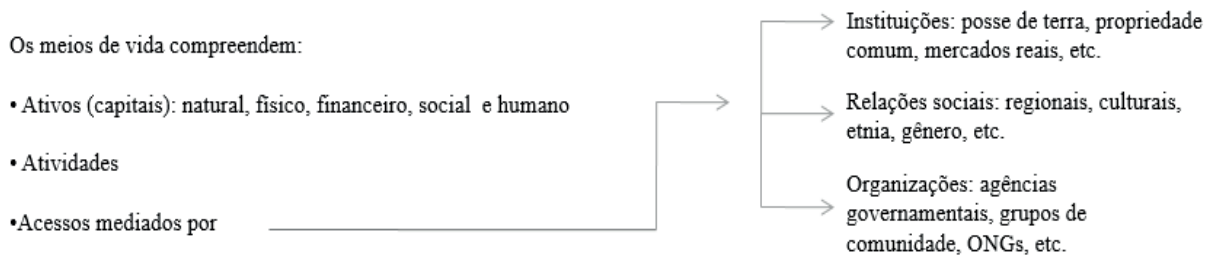
---

<sup>24</sup>No original: “(...) *the maintenance and continuous adaptations of a highly diverse portfolio of activities that is a distinguishing feature of rural survival strategies in contemporary poor countries*”.

<sup>25</sup>No original: “(...) *being able to cope with stress and shocks, and being able to find and make use of livelihoods opportunities*”.

Deste modo, a expressão “diversificação dos meios de vida rurais” pode ser definida como um processo em que as famílias rurais constroem, de forma crescente, um portfólio diverso de atividades e ativos com o intuito de sobreviver e melhorar seus padrões de vida (ELLIS, 1998, 2000). A Figura 1 sintetiza, com base na obra do autor, os diferentes conceitos envolvidos na construção dos meios de vida diversificados.

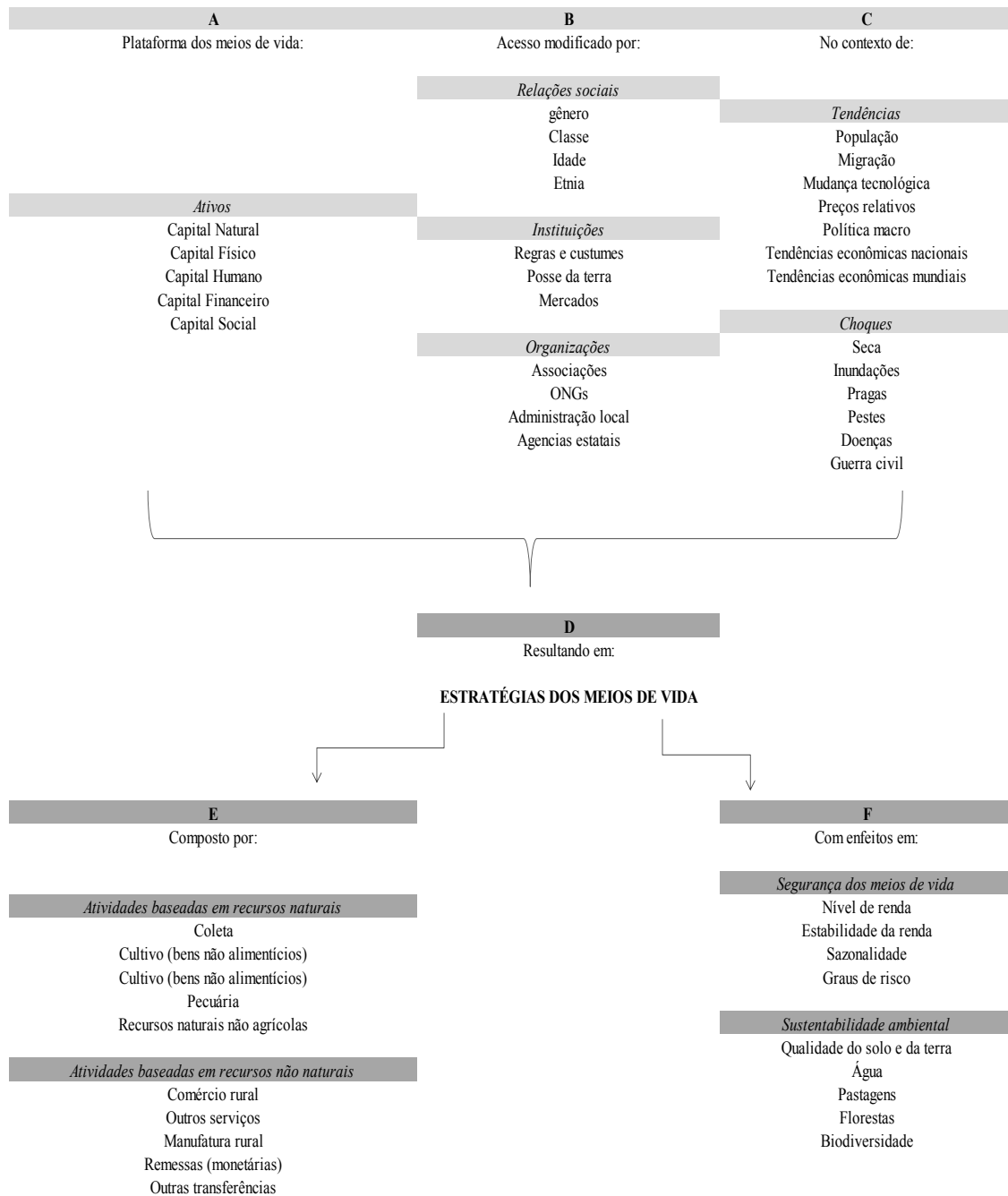
Figura 1 - A diversidade dos meios de vida



Fonte: Elaborado pela autora com base em Frank Ellis (2000, p. 16).

Para sustentar sua intenção de fazer da abordagem dos meios de vida uma ferramenta, Ellis (2000, p. 28) estabelece todo um cenário (Figura 2) que se relaciona com a sequência ativos-mediadores-processos-atividades. O propósito é servir como um instrumento de análise para, dentre outras coisas, pensar nas circunstâncias que interferem e afetam os meios de vida de determinada comunidade, família, ou indivíduo, independente da região.

Figura 2 – Ferramenta para a análise de políticas macro dos meios de vida rurais



Fonte: Elaborada pela autora com base em Frank Ellis (2000, p. 20), adaptado de Scoones (1998) e Carney (1998).

Toda a discussão gerada em seu livro estimula novos debates e novos caminhos para serem traçados na busca por políticas voltadas para a redução da pobreza nas regiões com bases rurais. Sua abordagem, portanto, possui um caráter holístico pautado nas estratégias de sobrevivência das famílias e ressalta a diversidade e a adaptabilidade como atributos

importantes na construção dos meios de vida e na resiliência dos indivíduos em curto e longo prazo. Ainda, a partir das noções de diversidade e meios de vida, políticas enfocadas na redução da pobreza podem ser melhores reformuladas, de certo modo, com algum grau de distanciamento daquelas com bases setoriais e produtivistas (ELLIS, 2000).

Os estudos de Ellis destacam, portanto, que através da diversificação das estratégias e dos meios de vida os indivíduos adquirem mais segurança frente aos efeitos macroeconômicos, fundamentalmente àqueles ligados aos mercados e às flutuações de preços (SCHNEIDER, 2010) e às vulnerabilidades ambientais (ligadas às situações adversas como seca, enchente, pragas e doenças), sociais e financeiras. Conforme aponta Ellis (2000), as estratégias devem ser dinâmicas, responder às pressões diversas e dar capacidade às famílias rurais de adaptarem-se de acordo com suas oportunidades.

De maneira finalística, Ellis (2000) assinala que sua abordagem não possui o desígnio de dispor soluções para as causas e para os efeitos da pobreza rural. O desígnio é “sugerir uma maneira de organizar a análise política dos meios de vida que identifiquem os principais componentes (ativos/capitais, processos medidores, atividades) [e] incentivem o pensamento sobre as ligações críticas entre eles” dentro de uma política de desenvolvimento rural (2000, p. 47). Isto promove uma maior flexibilidade em termos de possibilidade de substituição de oportunidades que estão em declínio por aquelas que garantem, de certa forma, uma expansão e um sucesso. Por isso, a aproximação com políticas tanto micro quanto macroeconômicas torna-se uma importante oportunidade para tornar tal ferramenta uma iniciativa de planejamento direcionada ao aumento da qualidade de vida de tais indivíduos.

A seção que está a seguir abordará, portanto, como as duas perspectivas expostas neste capítulo se correlacionam. Com base nisso, será possível compreender o motivo pelo qual ambas formam a base teórica do ICV.

### 3.3 MULTIDIMENSÕES E MULTICAPITAIS

Ellis (2000), de maneira muito coerente, sempre deixou evidente sua aproximação com a perspectiva de Sen (2010). Em seu livro fez questão de lamentar que muitos outros autores – como Chambers e Conway (1991)<sup>26</sup> – não deixaram claro tal semelhança e

---

<sup>26</sup>Tal lamento de Ellis é, de fato, legítimo. Para quem tem a oportunidade de ler os primeiros trabalhos de Chambers e Conway (1991) percebe a existência de um diálogo com a abordagem seniana, sobretudo no que diz respeito ao uso das ideias e conceitos como “capacidade”, “intitamentos” e “funcionamentos”. Todavia, em momento algum no texto tal aproximação é explicitamente associada ao nome de Sen (2010).

apropriação dos termos senianos (ELLIS, 2000; PERONDI; SCHNEIDER, 2012). Conforme aponta,

Infelizmente, muito da escrita sobre meios de vida [...] misturam termos e conceitos emprestados de diferentes estruturas de ideias, sem apreciar que a germinação fragmentada de tais conceitos não serve amiúde nem para esclarecer o novo contexto em que estão inseridos, nem para permanecer verdadeiro à sua intenção no corpo de pensamento a partir do qual foram extraídas. Um exemplo disto é a inserção do conceito de capacidade de Amartya Sen na definição de meios de vida promovido por Chambers e Conway (1992) e, modificado por outros (p. ex. Scoones, 1998)<sup>27</sup> (ELLIS, 2000, p. 16-17).

O diálogo existente entre as duas abordagens criou oportunidades de estudiosos do desenvolvimento rural rediscutirem as estratégias de combate à pobreza e as diversas formas de vulnerabilidade a partir de um ponto de vista multidimensional. Notou-se que era mais importante prover aos indivíduos pobres recursos que estimulassem suas capacidades de fortalecer suas atividades e seus meios de vida do que apenas fornecê-los comida e guarnições. Assim, a correlação entre a Abordagem das Capacitações e dos Meios de Vida se constituiu a partir da ideia de que a expansão das capacitações das famílias rurais podia ser realizada com base na diversificação dos meios de vida, seja a partir do domínio produtivo ou econômico (PERONDI; SCHNEIDER, 2012; SCHNEIDER; FREITAS, 2013).

Segundo Perondi (2007), a abordagem dos meios de vida tem como alicerce a noção de pobreza, a qual é compreendida conforme a perspectiva seniana de privação das capacidades básicas. Assim, a principal característica que demarca os pobres é a carência de recursos, meios e oportunidades para atingir uma vida adequada.

Algumas das mais notáveis convergências dizem respeito ao conceito de “capacidades”. Em conformidade com Sen (2010), este conceito é atinente à habilidade de satisfazer determinados funcionamentos – sobretudo os mais elementares, como estar nutrido, ter saúde, estar escolarizado – os quais são fundamentalmente rudimentares para atender aos níveis mais básicos de qualidade de vida. Assim, Ellis constrói o conceito de meios de vida tendo por base tal definição, sobretudo com o desígnio de referir-se, segundo Pereira, Schneider e Souza (2010), às habilidades que proporcionam o desenvolvimento das potencialidades como seres humanos.

---

<sup>27</sup>No original: “It is unfortunate that a lot of writing about livelihoods [...] mixes terms and concepts borrowed from alternative structures of ideas, without appreciating that the piecemeal deployment of such concepts often serves neither to clarify the new context into which they are inserted nor to remain true to their intent in the body of thought from which they were extracted. An example of this has already been seen in the insertion of Amartya Sen’s concept of “capability” into the definition of livelihoods advanced by Chambers and Conway (1992), and subsequently modified by others (e.g. Scoones, 1998)”.

Conforme aponta Perondi (2007), a abordagem dos meios de vida veio da demanda das agências de desenvolvimento internacionais com o desígnio de viabilizar maiores estudos referentes à pobreza nos espaços rurais. O objetivo era tentar trazer explicações a respeito de como as populações pobres residentes em áreas rurais sobreviviam frente às situações de vulnerabilidades diversas.

Mas como, então, tais habilidades interligam-se com os múltiplos capitais especificados por Ellis? A resposta concentra forças em um ponto fundamental: o acesso. Conforme Pereira, Schneider e Souza (2010), a habilidade de criar um conjunto de estratégias que proporcionem melhores e distintas oportunidades/facilidades de/no acesso aos distintos tipos de capitais e que consigam manobrar as privações e dificuldades existentes estimulam a capacidade (seja individual ou familiar) para alcançar as necessidades básicas de consumo ().

Ellis (2000) aponta a importância para uma família ou indivíduo rural conseguir preservar e potencializar suas capacidades para diversificar suas estratégias e propiciar liberdades “de escolher diferentes alternativas [não apenas] de renda num portfólio variado de possibilidades”. Somente assim se estruturarão liberdades suficientes – e, conseqüentemente, um conjunto capacitário abrangente – para conduzi-los a viver da melhor maneira que lhes parece, visto que o valor que se encontra na existência de um conjunto de opções é, exatamente, o “melhor uso que se pode fazer delas” (SEN, 2010, p. 106).

Para Chambers e Conway (1991, p. 5),

As capacidades são tanto um fim quanto um meio dos meios de vida: um meio de vida provê a base para o aprimoramento e o exercício das capacidades (como fim) e; capacidades (como meio) habilita um meio de vida a ser adquirido<sup>28</sup>.

Em outras palavras, os diferentes capitais facilitam o acesso à diversificação dos meios de vida. Estes, por sua vez, habilitam e proporcionam ao indivíduo a capacidade de aprimorar e auferir distintos e diversos estilos de vida, de tal maneira que possam lhes afastar de determinadas privações e de situações de vulnerabilidades.

Os “intitamentos” e os “funcionamentos” também são conceitos inerentes à perspectiva de Ellis. Como mencionado em um momento prévio, os primeiros são representados pelo conjunto de bens adquiridos por um indivíduo por meio de diversos canais legais de aquisição propiciados a ele (SEN, 2010). Conforme apontam Perondi e Schneider

---

<sup>28</sup>No original: “*Capabilities are both an end and means of livelihood: a livelihood provides the support for the enhancement and exercise of capabilities (an end); and capabilities (a means) enable a livelihood to be gained*”.

(2012), os intitamentos significam, de maneira genérica, o que uma pessoa tem direito e como ela se apropria e usufrui de tais direitos para viver a vida que deseja.

Destarte, eles são afetados pelas estratégias dos meios de vida e, por consequência, pelos seus resultados (PERONDI; SCHNEIDER, 2012). Por esta razão o acesso (e também as oportunidades que expandem-o) torna-se um elemento chave tanto na posse e/ou conquista dos múltiplos capitais quanto na expansão das liberdades que garantirão diferentes tipos de direitos, oportunidades, intitamentos e funcionamentos.

Os funcionamentos, por sua vez, representam na abordagem de Ellis os resultados finais: com a posse de múltiplos capitais, estimulada pela diversificação dos meios de vida, proporcionam-se capacidades (e liberdades) elementares para a elevação da qualidade de vida e do bem-estar dos indivíduos (como estar escolarizado, estar saudável, estar nutrido, ter saúde, entre outros) de modo a superar certas privações muitas vezes intrínsecas ao ambiente em que residem. Isso gera, conforme Perondi e Schneider (2012), um grande leque de oportunidades e opções. Tal leque é fundamental para que os indivíduos/famílias rurais mais empobrecidos possam estabelecer suas estratégias de combate a vulnerabilidade (em suas mais distintas formas) e elevar sua resiliência. Portanto, é importante “abastecer” os indivíduos de recursos (não necessariamente monetários) que os permitem estimular suas capacidades.

À vista disto, o Índice de Condição de Vida se aproxima de tais perspectivas em razão de estabelecer uma análise multidimensional do desenvolvimento; possuir instâncias/dimensões (Quadro 4) pautadas nas concepções de desenvolvimento de Sen (processo de remoção de privações e expansão de liberdades, capacidades e oportunidades) e que permitem a avaliação da capacidade de escolha dos indivíduos, “realizações de ações ou do alcance de estados [funcionamentos] considerados desejáveis” (RAMBO, et al. 2012); e possuir indicadores que, embora subjetivos, dizem respeito a posse (facilitada ou dificultada) de múltiplos capitais.

Quadro 4 - Instâncias do Índice de Condição de Vida

Fatores que favorecem o desenvolvimento (intitulentos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade</li> <li>- Área da unidade de produção familiar</li> <li>- Escolaridade</li> <li>- Condições da moradia</li> <li>- Acesso aos mercados</li> <li>- Acesso as políticas públicas (Pronaf, bolsa-família, ...)</li> <li>- Acesso ao crédito e assistência técnica</li> <li>- Presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural</li> </ul>
Características do desenvolvimento (elementos de conversão)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Renda familiar</li> <li>- Produtividade do trabalho</li> <li>- Produtividade da terra</li> <li>- Diversificação da produção agrícola</li> <li>- Pluriatividade, diversificação nas fontes de renda familiar</li> <li>- Uso e preservação dos recursos naturais: água</li> <li>- Uso e preservação dos recursos naturais: solo</li> <li>- Uso e preservação dos recursos naturais: vegetação nativa</li> </ul>
Efeitos econômicos e sociais, outras dimensões (capacitações e funcionamentos)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estar bem alimentado / nutrido</li> <li>- Ter boa saúde</li> <li>- Permanência dos membros da família da unidade de produção</li> <li>- Percepção sobre as mudanças na situação econômica da família</li> <li>- Percepção sobre as mudanças na situação ambiental da unidade</li> <li>- Participação social (cooperativas, associações)</li> <li>- Participação política (eleições, conselhos, assembleias)</li> <li>- Participação cultural (grupos de expressão cultural, outras atividades)</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2007).

A primeira instância é atinente aos **condicionantes do desenvolvimento humano** (ou melhor, aos meios para se alcançá-lo) em que, a partir dos elementos constitutivos, isto é, dos recursos que promovem as condições para realização das escolhas dos indivíduos, procura-se identificar como se desenrola o processo de desenvolvimento. A segunda busca identificar as **características do desenvolvimento rural**, ou seja, as possíveis distintas trajetórias do desenvolvimento. Relacionada com os elementos que convertem os meios em fins, esta instância liga-se à conversão dos intitulentos/recursos em funcionamentos e capacitações.

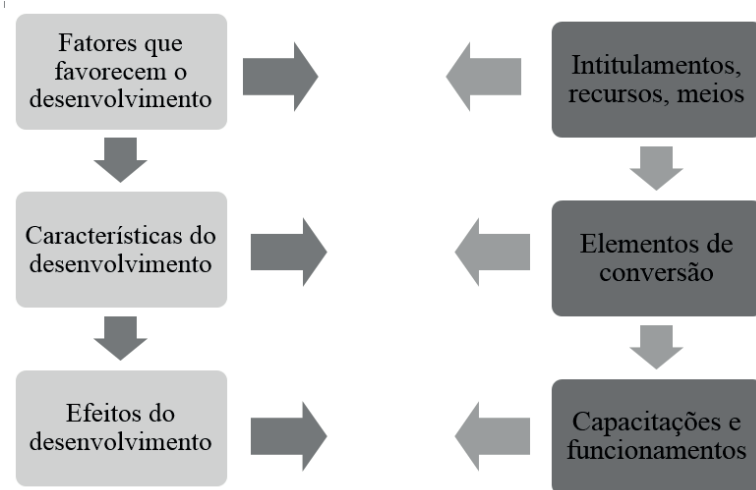
A última instância aponta os **efeitos dos processos de desenvolvimento**. A análise multidimensional permite inferir ou pressupor os resultados diversos desse processo. Como



relaciona-se com as realizações das famílias, esta instância refere-se aos funcionamentos, às liberdades de fato realizadas e ao conjunto capacitário dos mesmos (BRASIL, 2007; RAMBO et al., 2012).

A Figura 3 ilustra, resumidamente, a relação entre as instâncias e os conceitos senianos. Percebe-se, pois, que a aproximação se estabelece ao relacionar-se bem-estar e desenvolvimento com a proposta de avaliar as capacidades e as liberdades que promovem a realização ou o alcance de determinadas ações, estados ou características consideradas desejáveis na vida do indivíduo.

Figura 3 - Relação entre fatores, características e efeitos do desenvolvimento com a Abordagem das Capacitações



Fonte: Elaborada pelo autor com base em Rambo et al. (2012, p. 8).

Portanto, por se tratar de processos de desenvolvimento que prezam o caráter multidimensional, o ICV busca preservar essa particularidade adaptando-se sempre que possível. Ainda, existe outro elemento peculiar na composição teórica do índice, o qual será explicitado na seção seguinte: a interpretação com base na percepção do público-alvo.

### 3.4 A PERCEPÇÃO COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Tendo por base a perspectiva das representações sociais derivada dos estudos de Moscovici (2003) no escopo da psicologia social, que muito pode ser introduzida no campo das Ciências Sociais, sobretudo na Sociologia do Conhecimento, é possível apreender como o conhecimento pode ser produzido e quais são seus impactos nas práticas sociais individuais

ou coletivas. Conforme aponta Moscovici (2003), o conhecimento produz-se por meio da interação e da comunicação e expressa-se nos interesses humanos, nas necessidades e nos desejos. Por isto, constitui-se no produto gerado entre um grupo de pessoas.

O conceito de representações coletivas de Durkheim é o “ancestral ambíguo” (DUVEEN, 2003, p. 13) da psicologia social e do conceito de representações. Em conformidade com Durveen (2003), Durkheim esforçou-se para consolidar/assegurar a sociologia como um campo científico autônomo e, em razão disto, defendeu a disjunção entre as representações individuais e coletivas sugerindo que as primeiras compor-se-iam no campo da psicologia, enquanto as segundas, formar-se-iam o objeto da sociologia.

Durkheim queria enfatizar o pensamento coletivo em relação ao pensamento individual (HERZLICH, 1972). Assim, “o próprio Moscovici sugeriu que ao preferir o termo “social” queria enfatizar a qualidade dinâmica das representações contra o caráter mais fixo, ou estático, que elas apresentavam na teoria de Durkheim”. Entretanto, nega qualquer afirmação que mencione a psicologia social como apenas uma variante da sociologia durkheimiana (DUVEEN, 2003, p. 14).

Enquanto Durkheim preocupou-se em preservar a sociologia orientada para a manutenção coesa das sociedades conservando-a ou preservando-a de qualquer possível desintegração – e, aí, as representações coletivas assumiam o desígnio de “ajudar a integrar e a conservar a sociedade”, isto é, manter o todo social –, Moscovici orientou-se para questões a respeito de “como as coisas mudam na sociedade”, ou melhor, “como a conservação e a preservação se tornam parte da vida social” (DURVEEN, 2003, p. 15). Esta é, elementarmente, a diferença entre a sociologia durkheimiana e a psicologia social de Moscovici.

Conforme Herzlich (1972, p. 430), o campo da psicologia social através do estudo das representações sociais centrou-se, sobretudo, “na mecânica das respostas sociais”<sup>29</sup>. Assim, a ênfase no conceito/noção de representação possuiu o desígnio de “reintroduzir o estudo dos modos de conhecimento e dos processos simbólicos em seu relacionamento com as condutas/comportamentos”<sup>30</sup>.

A simbolização dos sujeitos da interpretação do real, na qual estão inseridas as representações sociais e as experiências vividas, auxilia a compreensão de seus pensamentos, ações e comportamentos e diz respeito aos espaços, tempos e fatos vivenciados pelos

<sup>29</sup>No original: “*sur la mécanique des réponses sociales*”.

<sup>30</sup>No original: “*réintroduire l'étude des modes de connaissance et des processus symboliques dans leur relation avec les conduites*”.

indivíduos. Destarte, as representações se aperfeiçoam e se tornam factíveis no decorrer das comunicações, interações, percepções, sentimentos, concepções – dentro da história social – a respeito de um universo coletivo (TEVES, 1992; RAMBO et al., 2012).

O simbólico passou a ser compreendido, então, como um conjunto de construções cognitivas referente aos objetos ou às pessoas inseridas em uma determinada sociedade, comunidade ou grupo social, contemplando as relações e interações dos sujeitos no dia-a-dia (HERZLICH, 1972). Portanto, a lógica das ações e comportamentos dos distintos grupos originaram-se nas representações sociais em um contexto dialético entre aspectos concretos e visíveis na sociedade e construções e interpretações subjetivas (RAMBO et al., 2012).

Para Moscovici (2003) as representações são sociais em razão de representarem fatos psicológicos de três formas: a partir de um aspecto impessoal (pertencente a todos), a partir da representação dos outros (outras pessoas ou outros grupos) e a partir da representação pessoal (pertencente ao ego). Constituem-se, assim, em uma rede de ideias, imagens, sons e metáforas que se interligam entre si de forma livre e conforme as necessidades do indivíduo/grupo.

As representações sociais depreendem fenômenos demasiados complexos e ininterruptamente ativos na vida social associados a elementos ideológicos, cognitivos, normativos, informativos, opiniões, valores, crenças, atitudes, organizados “como uma espécie de saber que diz alguma coisa sobre o estado da realidade” (JODELET, 1989, p. 4). São como redes de interpretação que conduzem a relação, as condutas e as comunicações sociais de cada indivíduo entre si, uns com os outros e todos com o mundo. Ainda, elas

Intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais (JODELET, 1989, p. 4).

A representação é um ato de pensar que relaciona um sujeito a um determinado objeto, seja ele uma pessoa, uma “coisa”, um evento (social, material, psíquico), uma ideia, uma teoria ou um fenômeno natural, podendo ser real, mítico ou imaginário. É, pois, “a representante mental do objeto que reconstitui simbolicamente”, (JODELET, 1989, p. 5) ou melhor, é a capacidade (não necessariamente consciente) de dar sentido aos objetos e às situações (MERLEAU-PONTY, 2006).

Assim, a comunicação adquire um papel elementar no processo de representação social, visto que é por meio dela que as representações entram no cotidiano dos indivíduos e tornam-se senso comum. É desta maneira que as representações se sustentam nas realidades

da vida cotidiana e representam uma via importante para estabelecer os vínculos com os quais os indivíduos interligam-se uns aos outros. Nas palavras de Moscovici (2003, p. 10),

Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos.

Cada representação depende das relações nas quais o indivíduo apresenta para com os objetos representados. Cada indivíduo envolve-se, individual ou coletivamente, com palavras, imagens e ideias que alcançam todos os seus sentidos sem que este perceba ou saiba. É por esta razão que as representações estão associadas aos processos sociais que se implicam por meio das diferenças nas sociedades. (MOSCOVICI, 2003).

Segundo Merleau-Ponty (2006) a percepção relaciona-se com a compreensão dos fenômenos correntes no mundo e reflete-se na capacidade dos indivíduos de entender partes do exterior com base nas suas próprias experiências. Esse processo perceptivo muitas vezes ocorre sem a consciência do ato de perceber e é através das percepções naturais que se aprende o mundo.

Conforme aponta Rambo et al. (2012, p. 11):

A história do grupo e dos indivíduos, com seus símbolos, códigos e normas de conduta próprias, baliza suas práticas, e está diretamente relacionada ao desenvolvimento das diferentes representações subjetivas. Desta forma, pode-se afirmar que os objetos, fatos e pessoas representados refletem a multiplicidade de experiências que configura a realidade concreta e com isto as semelhanças e diferenças entre grupos ou mesmo entre os indivíduos que fazem parte do mesmo meio social. Assim, as representações sociais podem ser utilizadas para definir as relações que balizam as identidades na sociedade.

Na perspectiva territorial do desenvolvimento rural, a qual prioriza o diálogo entre os agentes do território e o poder público, as representações sociais, as quais são decorrentes das percepções, orientaram, com um grau ou outro, as ações dos indivíduos residentes no território. Assim, os valores, experiências, conhecimentos, opiniões e percepções dos indivíduos/grupos apresentam-se centrais na compreensão da realidade individual e coletiva, seja por parte do gestor público ou do pesquisador (RAMBO et al., 2012).

Buscando diferenciar-se das demais ferramentas quantitativas, o ICV encarrega-se, portanto, de trazer uma análise distinta. Composto-se como um indicador de desenvolvimento que prioriza a escala humana, sua proposta permite apontar a percepção dos indivíduos residentes em domicílios rurais a respeito de suas próprias condições de vida.

Ainda, faculta a possibilidade de inferir sobre as percepções desses agentes sociais no que concerne ao desenvolvimento que, analisado a partir de múltiplas instâncias e indicadores, pode revelar os resultados percebidos referente às ações públicas integradas e direcionadas ao fomento do território rural (que, nesta pesquisa, compreende o Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul).

A apreensão da diversidade de sentidos permite compreender, dentro de uma determinada sociedade ou grupo de indivíduos, as diferenças e semelhanças a respeito de uma realidade específica. Através da comunicação, intenta-se “considerar as representações sociais como meios de recriar a realidade”. Destarte, o ICV se pauta na busca pela percepção dos indivíduos com a sólida intenção de inferir o que acham, o que sentem, o que pensam, o que entendem a respeito de sua realidade de modo que a pesquisa consiga apreender, a partir das representações sociais, determinados aspectos da realidade observada.

## **4 TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL (TZS): DAS ORIGENS AO ESTADO ATUAL**

Com finalidade de proporcionar uma aproximação com a unidade de observação aqui proposta – o Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul –, este capítulo terá como objetivo apresentá-lo a partir de elementos da historicidade de sua formação acompanhada de uma caracterização socioeconômica. O intento é reforçar a concepção de que o território, hoje, em termos de sua dinâmica, foi construído preponderantemente a partir do resultado dos processos de apropriação e uso dos recursos (fundamentalmente terra, mas, também, por razões militares e de criação extensiva de gado).

Para tal, além de uma sucinta apresentação sobre o processo de formação social do Rio Grande do Sul e do TZS, serão apresentados dados secundários que possibilitem uma análise histórica e temporal a respeito do perfil socioeconômico do território nas últimas décadas. Portanto, este capítulo se dividirá em cinco partes.

A seção inicial deste capítulo discorrerá sobre a apresentação do território a partir de alguns dados elementares. Serão expostos o histórico da ocupação e formação social do Rio Grande do Sul e do TZS (4.1), alguns aspectos e características gerais do território hoje (4.2) e a dinâmica demográfica ao longo do tempo, bem como alguns processos sociais que marcaram as últimas décadas (4.3). Na seção 4.4 serão evidenciados os setores e atividades que mais produzem riqueza, isto é, a base econômica e produtiva do território. Por último (4.5), serão analisados alguns indicadores que permitem inferir sobre uma das características mais marcantes do território (a pobreza) com o intuito de direcionar-se, já, para alguns aspectos que serão abordados no capítulo da análise dos resultados do ICV no território.

### **4.1 TERRITÓRIO E SOCIEDADE: FORMAÇÃO HISTÓRICA RIO-GRANDENSE E DO TZS**

A ocupação das terras da América dá-se paralelamente ao período de grande expansão comercial na Europa, por meados do século XVI. Em um primeiro momento, a descoberta das novas terras pareceu ocupar um lugar secundário nos planos de Portugal e Espanha, mas, com a enorme quantia de ouro recolhido – pertencente aos povos mexicanos – pela segunda nação, o interesse foi despertado nos demais países do continente europeu. Deste modo, “a ocupação da América deixa de ser um problema exclusivamente comercial: intervêm nele importantes fatores políticos”. Foi assim que a ocupação econômica do território brasileiro deu-se sob

pressão política advinda das nações europeias sobre Portugal e Espanha (FURTADO, 2007, p. 26).

Como aponta Fialho (2005), os territórios sul-brasileiro e rio-grandense foram marcados, então, por intensas disputas e confrontos entre os colonizadores portugueses e espanhóis as quais deram vazão para a formação física das fronteiras (FIALHO, 2005, p. 35). Após a retificação de que o Brasil era território pertencente à Portugal, os colonizadores iniciaram, assim, seu processo de ocupação e formação econômica.

Com a experiência da produção de açúcar nas ilhas do Atlântico (Antilhas) e com a sólida indústria europeia de equipamentos destinados aos engenhos açucareiros, a nação introduziu, então, o cultivo da agricultura tropical. Com as dificuldades ultrapassadas relativas às condições de mercado e de recursos monetários, e visto que a mão de obra indígena não se adaptou às atividades agrícolas, o problema de mão de obra também conseguiu ser resolvido com a introdução (por importação) de mão de obra escrava<sup>31</sup> (CARDOSO, 1977; FURTADO, 2007). Como aponta Fialho (2005), o polo açucareiro nas capitanias hereditárias e a economia de subsistência nas demais regiões do território, em conjunto com a entrada massiva de escravos, representaram a formação econômica e regional do Brasil da época.

Somente por meados do século XVI que, por via litorânea, o Rio Grande do Sul foi descoberto e passou a ser atrativo para a colônia portuguesa na busca pela extração do pau-brasil integrando-se, assim, ao Brasil colonial. Por mais de meio século, a região ficou inexplorada enquanto os engenhos de açúcar prosperavam no restante do país (FORTES, 1962; FIALHO, 2005; PESAVENTO, 1997).

A integração tardia do Rio Grande do Sul se deu em razão deste não se enquadrar nem nas áreas que ofertassem riquezas de diversos tipos (naturais, minerais) e nem nas áreas que fossem apropriadas para a produção agrícola que vigorava naquele período (a açucareira). Isto é, a região rio-grandense não atendia a principal finalidade da colônia portuguesa: suprir os interesses e as necessidades “do capitalismo nascente” (PESAVENTO, 1997).

Após o grande problema de escassez de mão de obra escrava – resultada da dominação da Holanda nas zonas da África –, a solução encontrada foi o “apresamento dos índios para vendê-los como escravos na zona açucareira”. Quando se esgotou a caça aos índios nas proximidades de São Paulo, os bandeirantes “lançaram-se contra as “reduções” indígenas” que foram estabelecidas pela Companhia de Jesus no território castelhano (PESAVENTO, 1997, p. 9).

---

<sup>31</sup>A dificuldade com o abastecimento de mão de obra europeia (e indígena) na produção açucareira trouxe como solução a introdução da mão de obra africana escrava (FURTADO, 2007).

O estado, que inicialmente recebeu o nome de Rio Grande de São Pedro e era habitado por comunidades indígenas nômades – *guenoas*, *minuanos*, *charruas*, *arachanes*, *carijós* e *guaranis* – foi onde os padres jesuítas, que estavam em fuga em razão dos ataques bandeirantes, se instalaram. Ao se alojarem no Rio Grande do Sul, ao qual deram o nome de Continente em razão de sua vasta continuidade de terra, fundaram na zona de “Tapes” novas reduções (FORTES, 1962; TORRONTEGUY, 1994; PESAVENTO, 1997).

Conforme Fortes (1962), os índios foram os primeiros habitantes das terras do Rio Grande do Sul. Os *guaranis*, por exemplo, representavam o maior número e localizavam-se ao norte e ao oeste do território. Foi a tribo que deixou com maior facilidade a aproximação dos jesuítas florescer. Os *charruas* encontravam-se ao sul. Esta foi a tribo que dominou as coxilhas rio-grandenses e que transformou seus membros nos melhores cavaleiros. Os *guenoas*, por sua vez, espalhavam-se onde atualmente encontram-se as Missões e também não foram resistentes à ação dos jesuítas.

Ao longo do rio Uruguai os jesuítas espanhóis foram catequizando os índios. Com isso, as “aldeias onde os índios estavam reunidos segundo os princípios cristãos, trabalhando para a coletividade, recebendo ensinamentos sobre a agricultura, criação do gado e ofícios diversos”, chamadas de reduções, foram intensamente se multiplicando (FORTES, 1962, p. 20).

Todavia, não tardou para que os bandeirantes, “desejosos de ampliar suas terras de culturas” (FORTES, 1962, p. 20), encontrassem mais um alvo perfeito para lutar contra a falta de mão de obra: em 1640 o confronto final foi registrado resultando no abandono dos padres jesuítas e no apresamento de milhares de índios. Conforme aponta Pesavento (1997, p. 9), a partir deste episódio os paulistas não retornaram novamente ao território rio-grandense “com intenções de prear índios, uma vez que, com o fim do domínio Espanhol, os holandeses foram expulsos da África, restabelecendo a normalidade do tráfico negreiro”.

Com a fuga dos padres jesuítas para outras margens do rio Uruguai, o gado que era criado nas reduções foi igualmente abandonado. Reproduzindo-se constantemente e à solta, aos poucos foi sendo constituído uma enorme reserva de gado que levou o nome de “*Vacaria del Mar*” (PESAVENTO, 1997).

Portugal, com o objetivo de explorar mais intensamente sua colônia e, desta forma, auferir maiores lucros, retornou a região sulina com o desígnio de se apropriar das terras ainda intocadas. Também não tardou para que tivesse o conhecimento das imensas reservas de gado de “*Vacaria del Mar*”, onde “processou-se uma intensa atividade de caráter predatório, objetivando a extração do couro que era exportado para a Europa por Buenos Aires ou



Sacramento”. Ressalta-se, portanto, que a carne ainda não era considerada um bem econômico valioso, servindo apenas para o consumo local (PESAVENTO, 1895, p. 10).

Com a expansão do domínio português sobre o território rio-grandense no passar dos anos, a pecuária que foi substancialmente introduzida no Rio Grande do Sul com os padres jesuítas<sup>32</sup> em meados dos anos 1682 foi ganhando importância. Sua potencialização deu-se, sobretudo, em razão da expansão da mineração em Minas Gerais que proporcionou uma demanda crescente pela criação de gado. Frisa-se que, concomitantemente com a decadência da produção açucareira, as zonas de mineração foram descobertas no território brasileiro (PESAVENTO, 1997; MARION FILHO; REICHERT; SCHUMACHER, 2012)

A dinâmica da atividade mineradora deu margem para o surgimento de um mercado interno. Foi a partir daí, então, que as relações entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais se estreitaram em razão da importância dos rebanhos de gado na exploração das minas.

Em conformidade com Cardoso (1977, p. 47),

Inicialmente, convém reafirmar que a integração da região sulina ao domínio português deveu-se, concomitantemente, a razões políticas e militares, que obedeceram à estratégia da exploração colonial portuguesa, e a razões econômicas, que diziam respeito ao comércio de mulas e cavalos feitos pelos “paulistas” para o suprimento da área mineradora no Brasil. Disto, resultou que o povoamento do Rio Grande processou-se apoiado em duas formas básicas de ocupação da terra: a vila fortificada, núcleo militar estável, e a estância de criação [...].

Por volta de 1814 deu-se “a mercantilização da pecuária” através do nascente mercado regional de charque rio-grandense. A carne passou, então, a receber um novo valor transformando-se, assim, em um polo de fortes atrações. Sendo a atividade que deu vazão para a exploração intensa e regular de escravos na região sulinas, as charqueadas tinham da mão de obra escrava sua principal base de sustentação (CARDOSO, 1977; PESAVENTO, 1997).

Foi nesse período e sob essa conjuntura política e econômica que a escravatura no Rio Grande do Sul se solidificou intensamente. Cardoso (1977) argumenta que já no século XVIII os escravos negros participaram da formação do território rio-grandense e tal participação foi acentuando-se no passar dos anos<sup>33</sup>. Argumenta, ainda, que “[...] o escravo negro supriu

<sup>32</sup>Cabe ressaltar que os Sete Povos das Missões, fundados após o retorno dos padres jesuítas ao território rio-grandense, tornaram-se grandes centros econômicos que comercializavam, dentre outros produtos como a erva-mate, o gado de criação. Conforme aponta Pesavento (1997, p. 12): “no decorrer do século XVIII, estas reduções criadas em território rio-grandense vieram a se construir numa linha de expansão rumo ao Sul praticamente independente daquela lusitana ou espanhola propriamente dito [...]”.

<sup>33</sup>Cardoso (1977) acredita que o coeficiente de negros no Rio Grande do Sul tenha sido maior do que “geralmente se acredita”

basicamente o mercado de trabalho nas zonas de povoamento antigo. Nessas, tanto nas lides urbanas como na agricultura e na atividade pastoril [...] houve o aproveitamento regular da mão de obra escrava” (CARDOSO, 1977, p. 69).

A finalidade de ocupação do território, por sua vez, aconteceu anos antes: por meados de 1749, paralelamente com a expansão das sesmarias, Portugal enviou alguns casais açorianos com o desígnio de povoar zonas do Rio Grande do Sul, sobretudo a região das Missões como forma de garantir a posse da terra pela coroa portuguesa. Segundo Fialho (2005, p. 41),

A chegada dos casais portugueses, provenientes do Arquipélago dos Açores, teve papel importante na fixação dos portugueses na região, constituindo núcleos populacionais dedicados ao trabalho e defesa do território. Fortes (1999) destaca que, em outubro de 1716, foi enviado sessenta casais da província portuguesa de “Trás os Montes” para a Colônia do Sacramento, mostrando uma estratégia diferenciada em relação à adotada até então (envio para as colônias da América de indivíduos que haviam desrespeitado as leis portuguesas).

Segundo Fortes (1962), aos casais açorianos eram dados um pedaço de terra, dinheiro, ferramentas agrícolas e sementes. Esses se dedicaram com sucesso à plantação de trigo e o pão, em conjunto com o churrasco e o chimarrão, que tornou-se, então, a dieta típica dos “gaúchos” (TORRONTEGUY, 1994).

Ocupando, assim, o território, passaram a produzir alimentos para vilas nascentes e tropas da coroa portuguesa. Tal ocupação propiciou o surgimento de vilas que, hoje, compõem os municípios de Canguçu, Arroio Grande, Herval, Pelotas, São José do Norte, Piratini, São Lourenço do Sul e Pinheiro Machado (PESAVENTO, 1997; PTDRS, 2009).

Pesavento (2007, p. 23) aponta que o processo de ocupação do território rio-grandense assentado na dominação militar e na apropriação da terra acompanhou o alargamento da pecuária gaúcha. Assim, favorecendo o enriquecimento da “camada senhorial”, os pecuaristas viram-se fortalecidos, também, em domínio político e administrativo.

As crescentes fugas, impulsionadas substancialmente pelas sucessivas guerras provincianas e nacionais as quais dificultavam a vigilância sobre a comunidade escravista, propiciaram a formação/junção de pequenas comunidades quilombolas<sup>34</sup> que foram

---

<sup>34</sup>Apenas para fins de conhecimento, de um total de 43 comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, em 2009, sete possuíam Certidão de Reconhecimento da Fundação Cultural de Palmares, 25 já se auto-reconheciam como comunidades quilombolas e as outras estavam em processo de auto-reconhecimento. Os municípios concentradores de tais comunidades são Aceguá, Candiota, Canguçu, Cristal, Morro Redondo, Pedras Altas, Pelotas, Piratini, Santana da Boa Vista, São Lourenço do Sul, Turuçu, Rio Grande, São José do Norte, Arroio do Padre, Jaguarão e Cerrito (PTDRS, 2009).

agrupando-se e concentrando-se onde atualmente encontram-se os municípios de Pelotas e Canguçu.

A pecuária sulina encontrou seu declínio a partir de 1850 quando foi instaurada a lei Euzébio de Queiroz extinguindo o tráfico negreiro. As dificuldades em encontrar mão de obra barata e os altos custos exigidos pela produção de charque relativos à compra e ao uso de escravos foram enfraquecendo a produção charqueadora na segunda metade do século XIX. Cardoso (1977) aponta que o sistema escravocrata tornou-se, neste período, o maior obstáculo<sup>35</sup> para o desenvolvimento das forças produtivas e para a consolidação do capitalismo na economia do Rio Grande do Sul. Ainda, com a ascensão da produção de café (que se tornou o motor da economia brasileira) e com a impossibilidade de importar novos escravos, todo o excedente de mão de obra negra foi direcionado para os cafezais (PESAVENTO, 2007).

Conforme Pesavento (2007), esse processo que ocorria em âmbito nacional marcou a transição de um Brasil assentado essencialmente em uma economia escravista para uma economia com base na mão de obra livre. Ademais, a colônia estava se inserindo “no processo mais amplo da expansão do capitalismo a nível mundial” (2007, p. 33).

Com os excedentes populacionais que ocorreram pela Europa, sobretudo na Alemanha e na Itália, a quantidade de trabalho e de terra disponíveis tornou-se limitada para abastecer tal contingente. Por meados de 1820, então, com a proposta nacional de potencializar o mercado interno brasileiro, a colônia portuguesa enviou para o Brasil inúmeros imigrantes. A região gaúcha tornou-se canalizadora e receptora de colonos europeus dispostos a trazer suas experiências na atividade agrícola. Não se pensava apenas em resolver o problema de mão de obra, mas, sobretudo, desejava-se a introdução de novas práticas de trabalho e produção. Assim, a imigração não se tornou uma solução, mas, uma salvação (CARDOSO, 1977; PESAVENTO, 1997; PTDRS, 2009).

Nas palavras de Fortes (1962, p. 68), “muito se preocupou [...] com a situação da Província cuja situação econômica estava, de certo modo, prejudicada pela falta de braços, pois era bastante reduzida a população rio-grandense”. Também, preocupava-se com o povoamento do território que era vasto.

---

<sup>35</sup>Segundo Cardoso (1977, p. 189), “foi, portanto, sob forma de “problema de mão de obra”, que a questão serviu se colocou, inicialmente, nas cogitações dos gaúchos. E, nesta qualidade, apresentou-se de forma ambígua, porque [...] o mal era a escravidão e não a falta de escravos, e porque na realidade não deixava de existir mão de obra potencialmente disponível, havendo na realidade má distribuição de mão de obra e, sobretudo, desperdício no seu emprego graças à ociosidade gerada pela própria escravidão”

No Rio Grande do Sul, a vinda dos colonos alemães iniciou-se em 1824 e, posteriormente, em 1875, chegaram os imigrantes italianos. Os primeiros povoaram áreas intocadas dando vazão para o fortalecimento da pequena agricultura. Os segundos, por sua vez, vieram com o intuito de abastecer o mercado interno e formar colônias de imigrantes que fossem atrativos às novas imigrações estrangeiras (PESAVENTO, 1997).

A vinda de ambos trouxe consigo o costume da produção diversificada de alimentos, como milho, batata e feijão, e da criação de outros animais além do gado, como suínos e ovinos, e contribuiu, como aponta Pesavento (1997, p. 34), para “amenizar o desnível da balança comercial causado pelo grande peso das importações de alimentícios”. Foi assim que a agricultura familiar foi impulsionada e tornou-se nascente na região sulina.

No período em que o Brasil já não era mais colônia e sim uma República independente, o Rio Grande do Sul encontrava-se como maior fornecedor do mercado interno “com sua economia subsidiária de base fundamentalmente agropecuária”. O charque e os demais produtos advindos da pecuária eram os mais representativos nas exportações brasileiras. Todavia, as charqueadas operavam de forma precária para um setor competitivo em demasia: os gados eram de baixa qualidade e de mau aspecto e a tecnologia não era suficiente. Esse “descompasso tecnológico” tornava o produto do Prata mais atraente, sobretudo em razão dos modernos frigoríficos<sup>36</sup> que lá foram implantados (PESAVENTO, 1997, p. 40-42).

Mais de um século e meio depois, em meados de 1980, por iniciativas do governo federal e estadual, que assentamentos da reforma agrária foram implantados na região do, então, estado do Rio Grande do Sul. Situados preponderantemente nos municípios de Canguçu, Hulha Negra, Piratini, Herval, Candiota, Pedras Altas e Pinheiro Machado, tinham o propósito de, sobretudo, potencializar a agricultura familiar. Atualmente, o TZS é o maior concentrador de núcleos de assentamento do estado (PTDRS, 2009).

A formação histórica rio-grandense abrangeu a permanência de distintos grupos sociais, desde a época colonial até aos anos mais recentes, os quais constituíram o território gaúcho. Conforme Fialho (2005, p.47),

A representação do gaúcho reuniu etnias distintas na formação da identidade regional – em contraposição às demais regiões do país. No interior do Rio Grande do Sul, a distinção étnica e cultural está latente, há regiões características de colonização portuguesa (incluindo açoriana), alemã e italiana, sendo as duas últimas mais representativas do que a primeira no interior do Estado.

---

<sup>36</sup>No Rio Grande do Sul, os primeiros frigoríficos só foram instalados em 1917 com auxílio de capital estrangeiro (PESAVENTO, 1997).

Da mesma maneira, percebe-se atualmente no Território Rural Zona Sul a também presença de grupos sociais demasiados distintos, os quais abrangem desde agricultores não-familiares ou adeptos às práticas do agronegócio – dedicando-se, principalmente, às plantações de arroz e à criação de gado de corte – até os agricultores e pecuaristas familiares, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais e comunidades quilombolas. Essa diversidade social, portanto, não é apenas uma marca do Rio Grande do Sul: é também do TZS.

Frisa-se, deste modo, que este Território da Cidadania não contempla mais comunidades indígenas fixas. Embora algumas famílias de índios guaranis eventualmente acampem nas estradas para vender seus produtos artesanais, não se estabelecem de forma permanente e legítima no território.

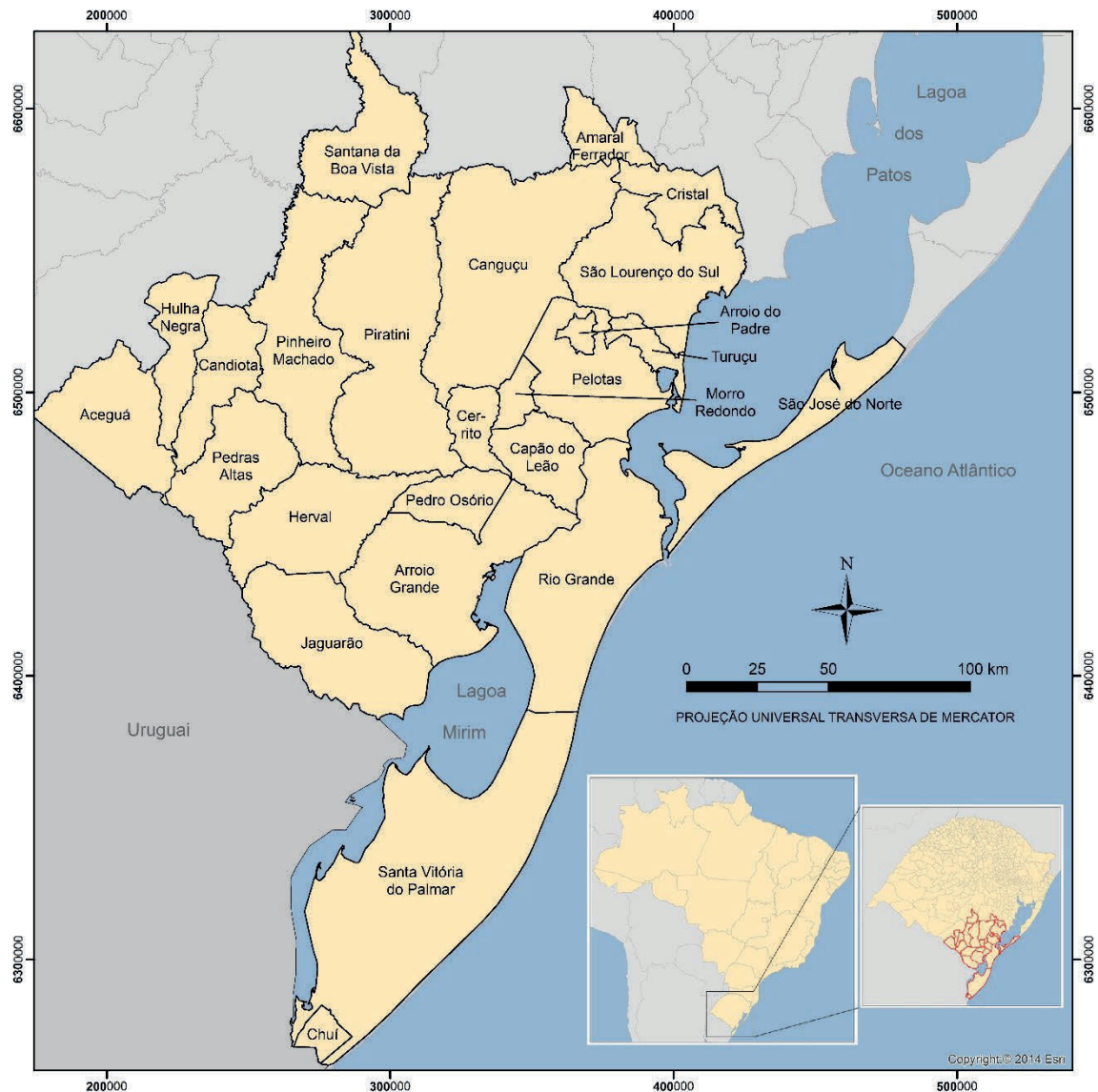
Contudo, esta diversidade histórica e também as lutas/disputas pelo território – ou melhor, pela terra – é uma marca do TZS com desdobramentos até hoje (ressalta-se, aqui, o grande número de assentamentos de reforma agrária existentes e a invisibilidade dos demais grupos (quilombolas, pescadores, indígenas)). As disputas pelo território, neste aspecto, se dão por questões objetivas (terra, por exemplo), por legitimidade/reconhecimentos social e por parte do próprio Estado através de políticas e ações públicas que acirram tal contexto.

A seção a seguir apresentará as características mais marcantes do TZS hoje e algumas informações elementares para reconhecimento deste.

#### 4.2 O TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL HOJE

O Território Rural Zona Sul localiza-se no extremo sul do Rio Grande do Sul (Mapa 1). Com 38.321,736 km<sup>2</sup> em sua extensão territorial total, segundo o IBGE (2015a), os municípios de Santa Vitória do Palmar (5.244,353 km<sup>2</sup>) e Arroio do Padre (124,317 km<sup>2</sup>) compõem-se como os mais e menos extensos, na devida ordem.

Mapa 1 – Território Rural Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Em 2010, aproximadamente 864.343 habitantes constituíam a totalidade da população do TZS; em torno de 151.738 indivíduos encontravam-se em áreas predominantemente rurais; e cerca de 712.605 em áreas urbanas (PNUD; IPEA; FJP, 2015). De acordo com Censo Agropecuário (2006), o TZS contemplava aproximadamente 32.118 estabelecimentos da agricultura familiar enquanto apenas 6.536 estabelecimentos dedicavam-se à agricultura não familiar.

Com respeito à geografia física, o TZS estabelece-se dentro de, no mínimo, 4 divisões regionais reconhecidas pela inter-relação entre diversos fatores geográficos (ambiente físico, organização espacial dos assentamentos humanos, potencial produtivo, relações de produção). São elas: Microrregião do Litoral Oriental da Lagoa dos Patos, Microrregião da Lagoa Mirim,

Microrregião da Lagoa dos Patos e Microrregião do Alto do Camaquã (VIEIRA; RANGEL, 1984).

A vegetação do TZS é deveras diversificada. O bioma predominante no território, bem como no estado do Rio Grande do Sul, é o Pampa, o qual caracteriza-se pela presença de espécies herbáceas típica da paisagem de pradarias e de campos de pastagem, além de algumas formações de florestas e campo-floresta. Correspondendo acerca de 176.496 km<sup>2</sup>, isto é, aproximadamente 63% do território gaúcho, ocupa uma parte significativa da metade do sul do estado (IBGE, 2010a).

A geomorfologia que caracteriza o estado gaúcho distingue-se em quatro grandes regiões: o Planalto Meridional, o Escudo Sul-Rio-grandense, a Depressão Central e a Planície Costeira. Dentre essas, a primeira é a única que não atinge a extensão territorial do TZS (PTDRS, 2009).

O Escudo Sul-Rio-grandense, chamado também de Serra de Sudeste ou Planalto Dissecado de Sudeste, apresenta-se como a região geomorfológica mais abrangente, alcançando, desta maneira, 20 dos 25 municípios do território. É uma erupção geotectônica da plataforma meridional da América do Sul e trata-se, com grande extensão, do craton<sup>37</sup> do Prata que se estende do território uruguaio e argentino até o Rio Grande do Sul, limitando-se ao norte de Santa Catarina com o craton São Francisco. Constitui-se de uma vegetação rica e diversificada, abrangendo campos mistos e subarbustivos com a presença de matas-galerias e, também, de encostas (VIEIRA; RANGEL, 1984).

A Depressão Central, em contraponto, é a região geomorfológica menos ocorrente. Por não ter sido uma área coberta pelo derrame basáltico, apresenta-se como uma região de terras baixas (VIEIRA; RANGEL, 1984). Caracterizada por áreas de pastagens e campos limpos constituídos por uma vegetação baixa com presença de matas de galerias – típicos de zonas agrícolas que aderem a produção intensiva na estação do verão e de zonas de produção diversificada. Abrange, apenas, os municípios de Hulha Negra, Herval, Aceguá, Pedras Altas e Candiota – porção oeste do território e do estado.

A Planície Costeira, por sua vez, representa a emersão da bacia sedimentar de Pelotas e caracteriza-se pela presença de lagoas e lagunas, depósitos arenosos e cordões de dunas (VIEIRA; RANGEL, 1984). É predominante em todos os municípios que se encontram às margens da Laguna dos Patos – considerada o maior reservatório de água doce da América Latina, com aproximadamente 265 km de comprimento e 10.144 km de superfície – e da

---

<sup>37</sup>Cratons são grandes áreas estáveis da crosta, com ampla rigidez, solidificadas na época pré-cambriana (VIEIRA, RANGEL, 1984).

Lagoa Mirim, como Chuí, São José do Norte, Rio Grande e Santa Vitória do Palmar (IBGE, 2015a, 2015b). No verão, o lado oeste da Lagoa dos Patos caracteriza-se pela presença de atividades agrícolas intensivas (predominantemente o cultivo de arroz) assim como o lado leste, tanto no verão quanto no inverno, com cultivos de feijão, fumo, milho.

A presença da Laguna dos Patos, da Lagoa Mirim e, também, da Lagoa Mangueira faz do TZS a região que abrange os três maiores reservatórios de água doce do país. Assim, quase<sup>38</sup> a totalidade de sua extensão insere-se na Bacia Hidrográfica Litorânea (PTDRS, 2009).

Reconhece-se, portanto, a rica disponibilidade de recursos hídricos e ambientais no território. A extensa quantidade e a qualidade dos recursos naturais tornam-se uma propriedade marcante. Como será abordado nos capítulos correntes referentes ao Índice de Condição de Vida, o meio ambiente – enquanto capital natural – e sua inter-relação com a sociedade exprime demasiada importância na análise multidimensional do desenvolvimento e no debate a respeito de condições de vida. Por isso, deve-se ficar atento à relação sociedade-natureza pois esta, uma vez instável, pode acentuar situações de riscos e vulnerabilidades que geram perda de bem-estar a qualquer sociedade.

#### 4.3 PROCESSOS SOCIAIS E DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS

O Território Rural Zona Sul abrange uma totalidade de 864.343 habitantes representando aproximadamente 8% da população total do estado. Sua população rural, em 2010, correspondia a 151.738 habitantes, ou seja, 17,53% da população total do território (PNUD; IPEA; FJP, 2015).

Os municípios Rio Grande e Pelotas apresentaram-se em 2010 como mais populosos. Aqueles que possuíam população predominantemente rural eram: Arroio do Padre (95,13%), Candiota (94,65%), Aceguá (82,80%), Pedras Altas (79,80%), Canguçu (72,58%), Hulha Negra (72,24%), Turuçu (68,34%), Morro Redondo (66,26%), Santana da Boa Vista (65,97%), Piratini (60,22%), Cristal (56,43%) e São Lourenço do Sul (54,09%).

Todavia, ao longo das décadas a população rural foi apresentando reduções significativas. Entre a década de 1970 (população rural equivalente à 249.375 pessoas) e a primeira década do novo milênio (população rural para o ano de 2010 equivalente à 151.668

---

<sup>38</sup>O TZS não está, em sua completude, inserido na Bacia Hidrográfica Litorânea em razão dos municípios de Aceguá, Candiota e Hulha Negra estarem incorporados à Bacia Hidrográfica do Uruguai e de um percentual do município de Santana da Boa Vista pertencer à Bacia Hidrográfica do Guaíba (PTDRS, 2009).



peças), a população rural teve uma perda percentual superior à 39% em relação ao início do período

Conforme Camarano e Abramovay (1999), as principais causas da redução da população rural brasileira foram os movimentos migratório, sobretudo dos mais jovens. A queda da taxa de fecundidade também foi um fator fortemente contribuinte não apenas no estado e no país, mas, em todo o mundo após o boom populacional (CAMARANO, 2014).

Desde a década de 1970 observou-se um ritmo intenso de desruralização. Nos municípios do TZS, o deslocamento da população rural para as áreas urbanas foi preponderantemente feminino entre a década de 1970 e 2010, como pode ser observado na Tabela 1. As altas cargas de trabalho da produção, a perspectiva de formação educacional e a oferta de trabalho do setor terciário na cidade propiciaram o acirramento dos processos migratórios. Com o esvaziamento de uma parcela da população feminina das áreas rurais, observou-se, então, uma masculinização da população do campo (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999).

Tabela 1 – Participação da população feminina e masculina entre os anos 1970 e 2010 no TZS

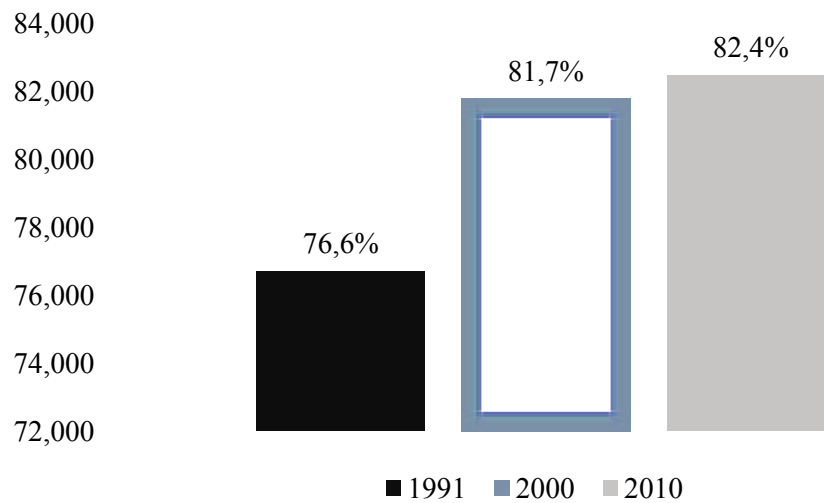
Período	Participação da população rural no total da população		Participação da população urbana no total da população	
	Mulheres (%)	Homens (%)	Mulheres (%)	Homens (%)
1970	42,6	45,5	57,4	54,5
1980	31,2	33,7	68,8	66,3
1991	23,1	25,7	76,9	74,3
2000	17,6	20,0	82,4	80,0
2010	14,5	16,8	85,5	83,2

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE (2006).

Concernente a população urbana do Território Rural Zona Sul, 712.605 indivíduos residiam nas cidades no ano de 2010. Os municípios de Rio Grande, Pelotas e Canguçu abrangiam, sozinhos, 66,95% do total da população do território, enquanto os dois primeiros correspondiam, conjuntamente, aproximadamente 70% da população urbana.

A taxa de urbanização, que conforme o IBGE (2015c) corresponde a percentagem da população da área urbana em relação à população total, elevou-se entre os anos de 1991 e 2010, como ilustrado no Gráfico 1. Este indicador também é revelador de importantes processos, tais como êxodo e migrações, que acabam resultando em concentração populacional e urbanização.

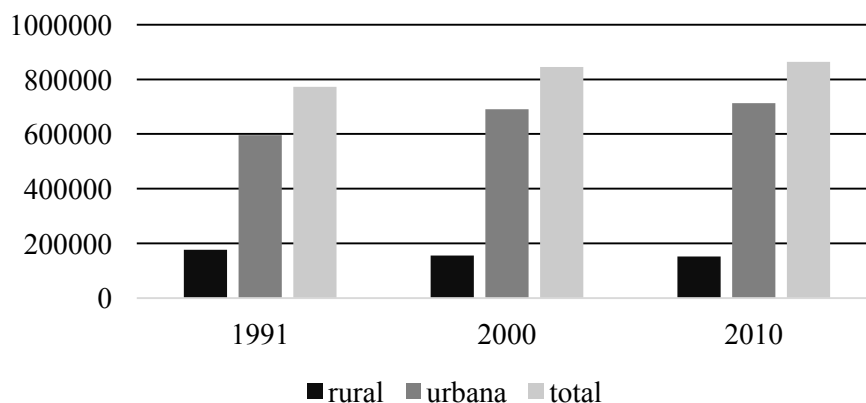
Gráfico 1 - Taxa de urbanização do TZS - 1991, 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do PNUD, IPEA e FJP (2015).

O Gráfico 2 apresenta a expansão da população urbana, rural e total do território no passar das décadas e ressalta, de fato, um esvaziamento das áreas rurais. Estima-se que entre o ano de 1991 e 2010 o meio rural tenha perdido 25.442 pessoas, enquanto os aglomerados urbanos apresentaram mais de 91 mil indivíduos<sup>39</sup>. Isto sugere: uma possível elevação do nível de fecundidade nas áreas urbanas; uma migração intra-municípios do TZS; e uma migração das demais regiões do estado e do país para os municípios do território.

Gráfico 2 – Evolução da população urbana, rural e total do TZS



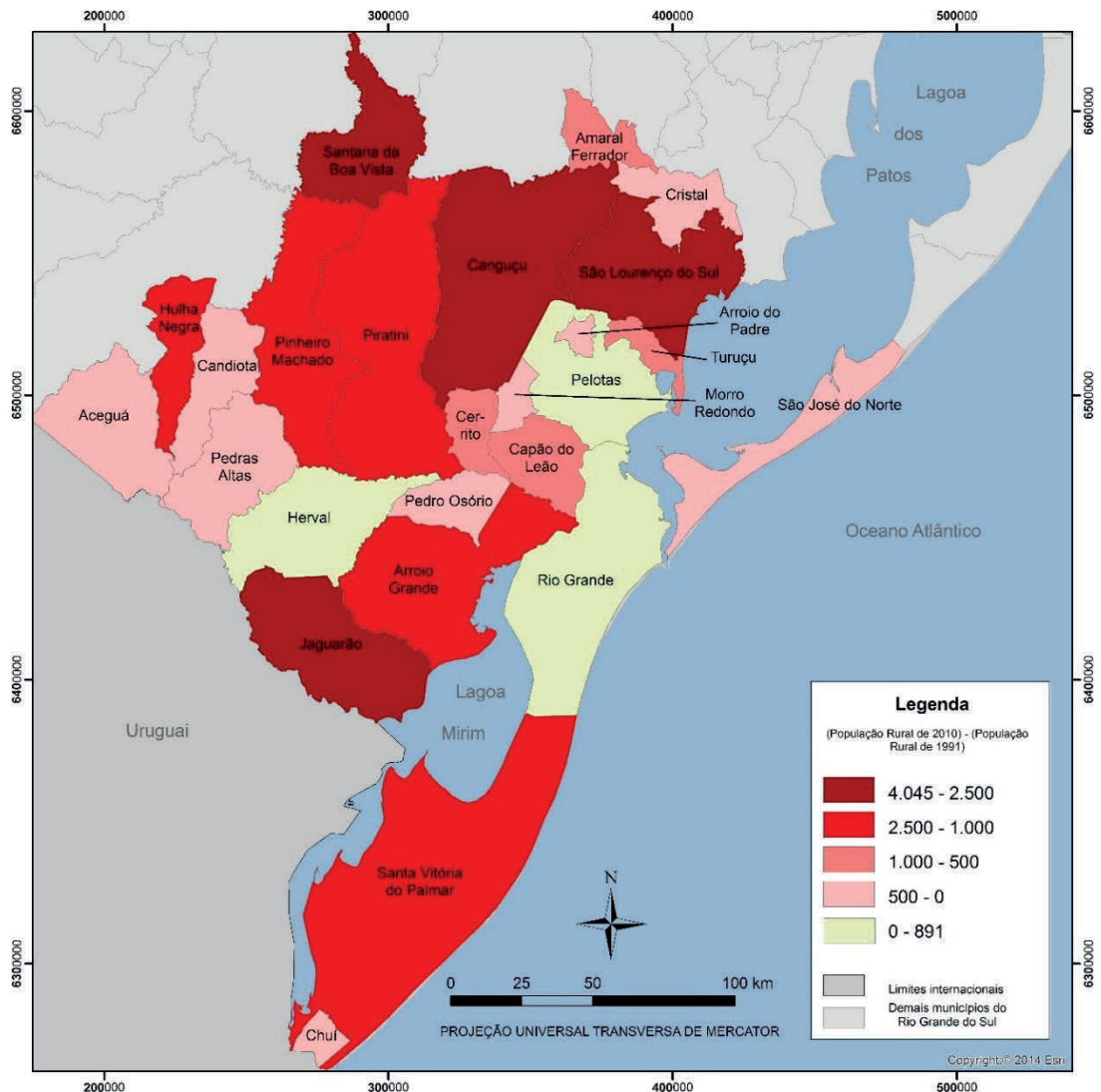
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do PNUD, IPEA e FJP (2015).

<sup>39</sup>O crescimento da população urbana também se deve ao crescimento vegetativo, não nos autorizando a afirmar que as pessoas que migraram do meio rural de todos os municípios fixaram residência no meio urbano destes mesmos municípios.

O município de Canguçu, desde 1991, abriga o maior contingente de pessoas no meio rural totalizando 33.565 indivíduos. Nesse ranking, Pelotas adquire a segunda colocação com uma população rural, em 2010, em torno de 22.082 pessoas. Não obstante, esse município exibiu nas últimas décadas a maior parcela de população urbana e total. Ou seja, entre os anos 1991 e 2010, Pelotas foi o município do TZS que mais apresentou uma expressiva dinâmica demográfica (PNUD; IPEA; FJP, 2015).

A diferença entre a população rural em 2010 e em 1991 está melhor elucidada no Mapa 2<sup>40</sup>. Os municípios em vermelho perderam parcela desta população com o passar do tempo. Assim, tão maior significa essa perda quanto mais intenso for esta cor.

Mapa 2 – Saldo populacional rural do TZS entre os anos de 1991 e 2010



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do PNUD, IPEA e FJP (2015).

<sup>40</sup> Números absolutos.

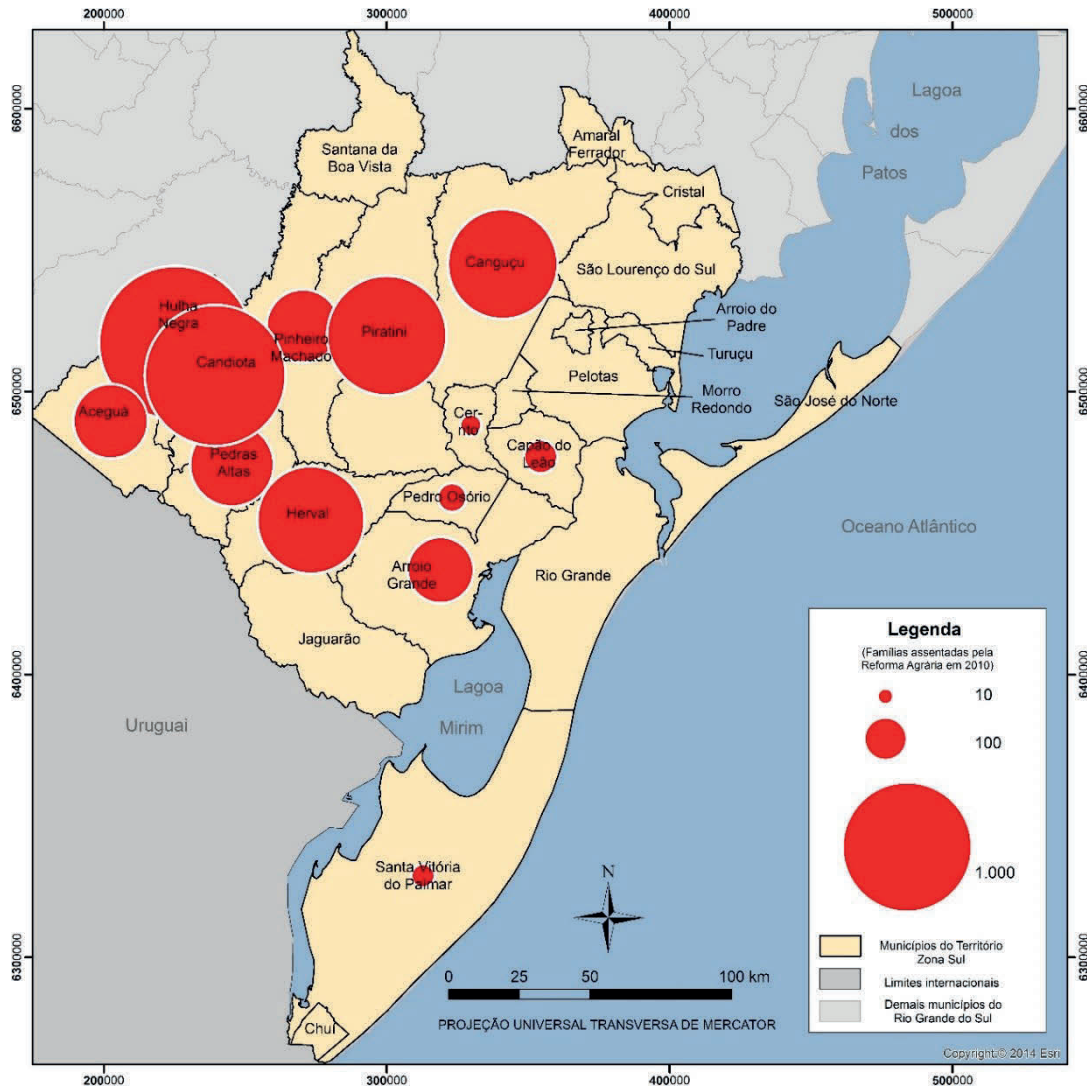
Nota-se uma dinâmica diferente para Rio Grande, Pelotas e Herval. A coloração verde indica um ganho de população rural entre essas duas décadas ao invés de uma perda. Ou seja, houve uma atração mais intensa para as áreas rurais desses municípios.

Esta atração, como também em Aceguá, Pedras Altas e Candiota, possui uma relação muito estreita (que não ocorre em Pelotas e Rio Grande, por sua vez) com os assentamentos de reforma agrária. No Rio Grande do Sul há 343 assentamentos (seja em estruturação, em instalação, em consolidação) que comportam 12.522 famílias assentadas. Deste total, o TZS abrange 3.509 famílias e, como apresentado no Mapa 3, tem os municípios de Hulha Negra (806 famílias) e Candiota (670 famílias), respectivamente, como os mais expressivos em termos número de assentados<sup>41</sup> (INCRA, 2015).

---

<sup>41</sup> Para maiores informações sobre o número de famílias assentadas em cada município do TZS, ver Apêndice A.

Mapa 3 - Distribuição das famílias assentadas da reforma agrária nos municípios do TZS



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Incra (2015).

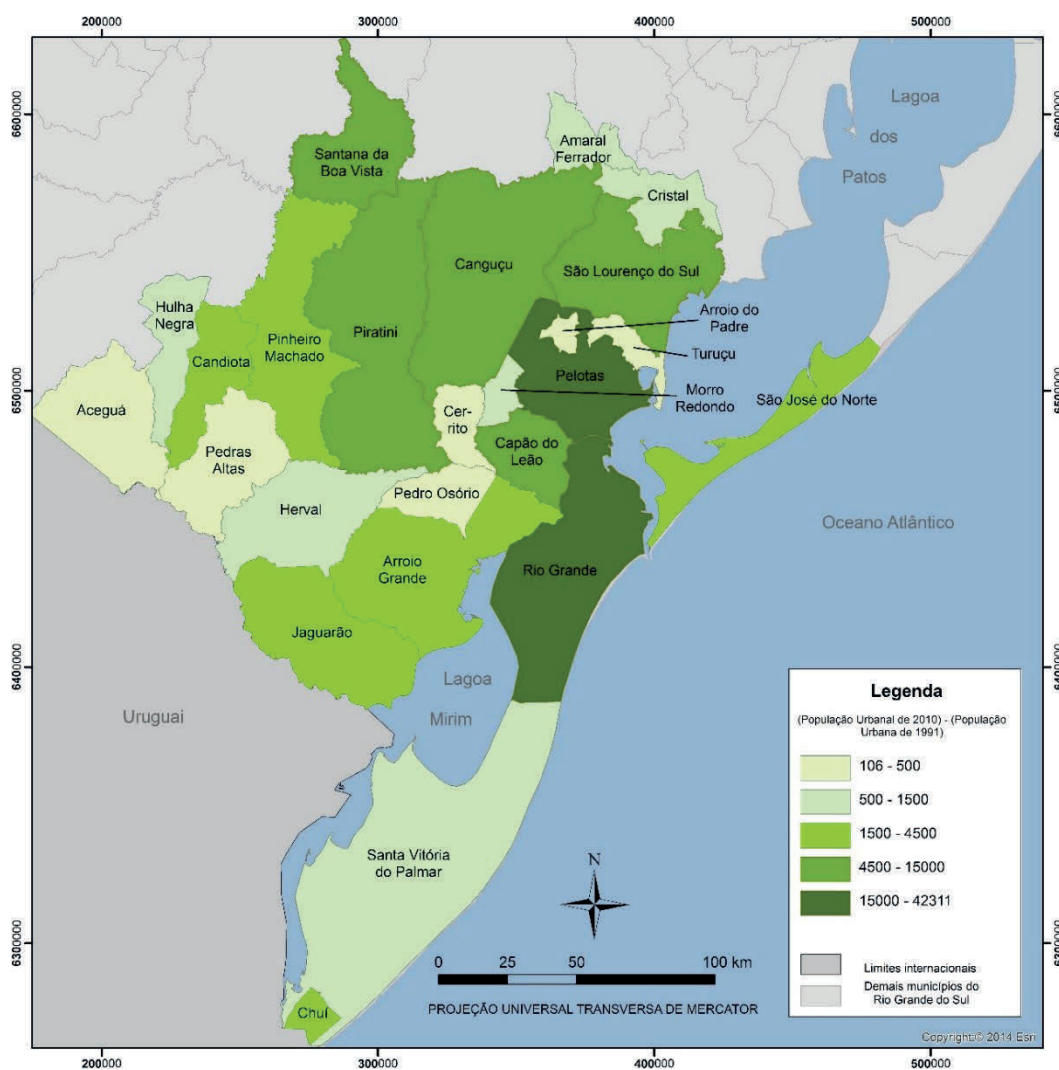
Vale destacar que mesmo em função dos assentamentos houveram municípios que perderem população rural ao longo do tempo, como Santa Vitória do Palmar, Canguçu e outros. No caso de Pelotas e Rio Grande a explicação para o aumento da população rural, apesar da não existência de assentamentos, relaciona-se essencialmente com as novas funções do rural - a multifuncionalidade da agricultura e do rural.

Conforme Wanderley (2009), o meio rural tornou-se atrativo para outras categorias sociais nas últimas décadas, sobretudo para pessoas que residem nas cidades. Essa revalorização tornou o rural diversificado e dinâmico e favoreceu a emergência de novas questões que dizem respeito à toda sociedade e não apenas a proporção rural – a questão da soberania alimentar, do uso de agrotóxico, de uma alimentação mais saudável, por exemplo. Essas transformações começaram a apontar, então, para uma nova ruralidade que deu espaço

para uma maior valorização dos patrimônios natural e cultural, propiciando a emergência de novos papéis para os agricultores e a mistura de categorias sociais (WANDERLEY, 2009).

Em termos de população urbana (Mapa 4), todos os municípios obtiveram uma tendência de ganho. Quanto mais verde for a indicação do município no mapa, maior a quantidade de pessoas cujas áreas urbanas absorveram. Isso infere, portanto, que Rio Grande e Pelotas, novamente, concentraram de maneira discrepante os maiores contingentes – aproximadamente a 24 mil e 42 mil pessoas, respectivamente.

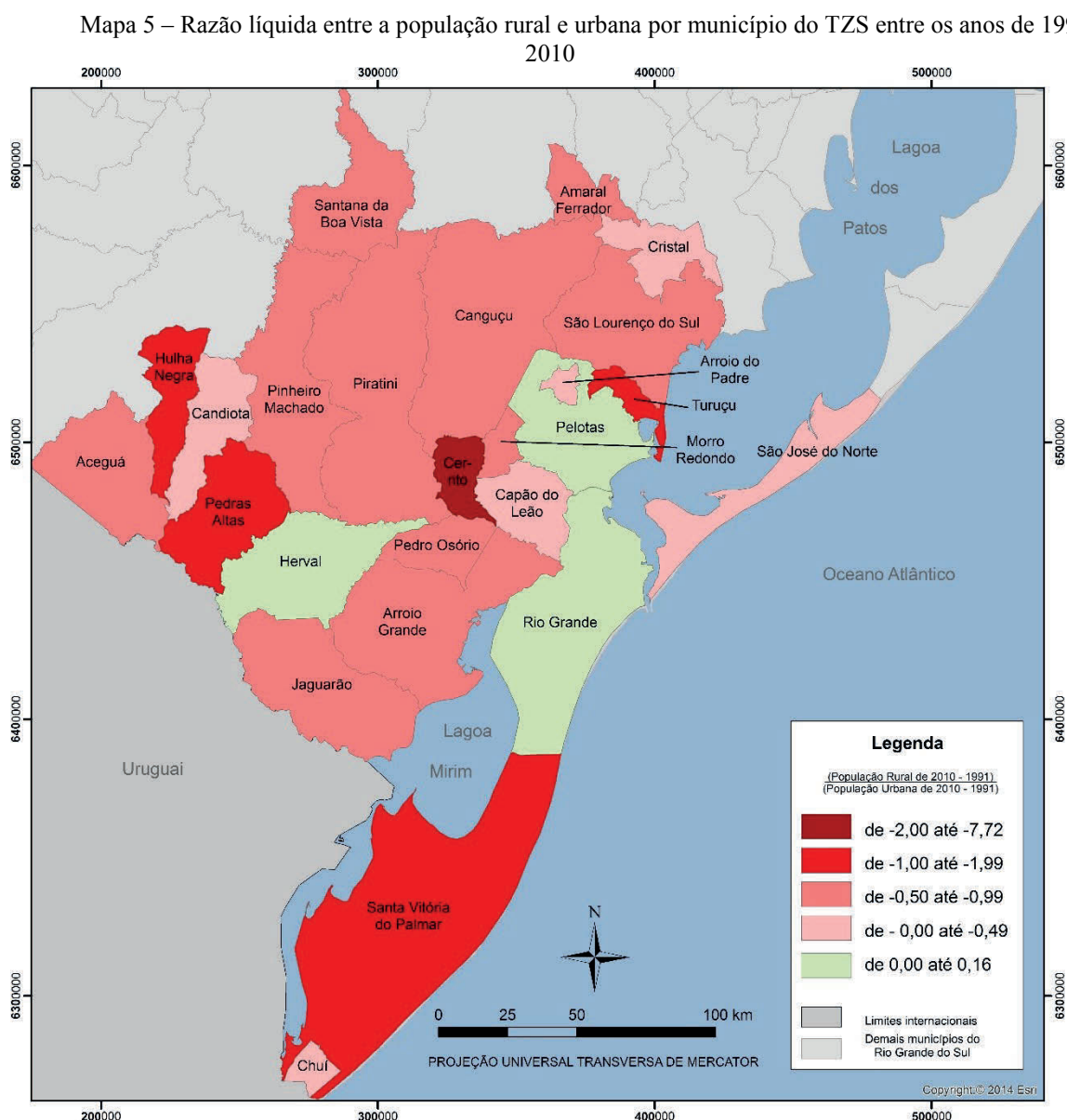
Mapa 4 – Saldo populacional urbano do TZS entre os anos de 1991 e 2010



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do PNUD, IPEA e FJP (2015).

De maneira resumida, o Mapa 5 (que expressa a divisão entre a diferença da população rural entre 2010 e 1991 e a população urbana entre esses mesmos anos) elucidada a evolução da dinâmica territorial no TZS em termos demográficos. Os números positivos indicados na legenda representam os municípios que ganharam população tanto no meio urbano quanto

rural, como Pelotas, Rio Grande e Herval. Os números acima do módulo de 1 (Santa Vitória do Palmar, Hulha Negra e Turuçu, por exemplo) significam que a mudança no meio rural foi mais intensa do que a mudança no meio urbano entre as décadas alisadas. Os números abaixo deste módulo exprimem, pois, o inverso e é característica da maioria dos municípios do território.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do PNUD, IPEA e FJP (2015).

O TZS mostra-se, assim, imerso em uma dinâmica territorial de perda de população rural que se dirige para as cidades. A dinâmica demográfica ao longo dos anos direcionou-se para um ganho maior de população urbana do que de perda de população rural. Ou seja, a população urbana expandiu-se de maneira superior à queda da população rural.

Percebe-se, portanto, que o TZS é um território urbano a partir do critério local de residência, ou seja, pela dinâmica mais intensa do setor urbano, conforme mostram os indicadores, mas rural pela sua dinâmica produtiva (que será abordada no decorrer das seções). Em outras palavras, pela concepção demográfica que evidencia uma concentração de indivíduos nas áreas urbanas em um número pequeno de municípios, sobretudo Pelotas e Rio Grande, o território não é efetivamente um território rural. Esses dois municípios, apenas, refletem uma dinâmica distinta dos demais, expondo-se como mais fortes e concentradores de recursos e de pessoas e mais atrativos em termos de migração.

A seção seguinte apresentará indicadores relativos às atividades produtivas no território com o intuito de inferir quais delas são hegemônicas e, por esta razão, mais dinâmicas. A partir das constatações será possível fazer algumas relações com elementos abordados nessa seção. Por exemplo, se há relação entre aqueles municípios mais urbanos e/ou mais rurais com o tipo de atividade predominante em cada um e no TZS como um todo.

#### 4.4 BASE ECONÔMICA PRODUTIVA: A FACE RURAL DO DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL

As atividades econômicas predominantes do Território Rural Zona Sul podem ser agrupadas em três categorias: produção agropastoril, serviços e produção industrial. Concernente a primeira, a base econômica produtiva assenta-se na produção de arroz, fumo, soja, leite e criação de gado de corte. Domicílios de agricultura familiar, como já mencionado, são prevacentes no território, abrangendo aproximadamente 75% da área dos estabelecimentos do território (em hectares) e 14% da área do estado (IBGE, 2006).

A Tabela 2<sup>42</sup> apresenta os municípios mais produtores, em termos de valor de produção, para cada uma das culturas acima mencionadas. A produção de arroz foi a atividade agropastoril que mais gerou riqueza no território, seguida da produção de fumo e soja (IBGE, 2006).

---

<sup>42</sup> Destaca-se que foram escolhidos os municípios mais representativos para cada produto.



Tabela 2 – Valores da produção e representatividade no TZS para as principais culturas

TOTAL			FUMO		
Municípios	Valor da produção (Mil Reais)	% valor da produção (TZS)	Municípios	Valor da produção (Mil Reais)	% valor da produção (TZS)
Santa V. Palmar	145.093,00	17,67	Canguçu	82.793,00	36,00
São L. Sul	116.960,00	14,24	São L. Sul	67.363,00	29,29
Canguçu	108.086,00	13,16	Pelotas	32.070,00	13,94
ARROZ			SOJA		
Municípios	Valor da produção (Mil Reais)	% valor da produção (TZS)	Municípios	Valor da produção (Mil Reais)	% valor da produção (TZS)
Santa V. Palmar	144.997,00	35,15	Pelotas	9.721,00	18,48
Arroio Grande	52.407,00	12,71	Piratini	8.571,00	16,29
Rio Grande	44.205,00	10,72	Arroio Grande	6.934,00	13,18

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Censo Agropecuário (2006).

Para todas as culturas a agricultura familiar foi superior em termos de número de estabelecimentos. Todavia, em termos de valor de produção, apenas para a cultura de os domicílios familiares superaram os não familiares. Isso remete a uma dinâmica territorial preponderantemente da agricultura familiar, em termos de número de estabelecimentos para estas produções, mas não familiar em termos de geração de riqueza, como pode ser observado na Tabela 3.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar e valor da produção para as culturas de arroz, fumo e soja

	Número de estabelecimentos agricultura familiar (Unidades)	Número de estabelecimentos agricultura não familiar (Unidades)	Valor da produção agricultura familiar (Reais)	Valor da produção agricultura não familiar (Reais)
Arroz	271	444	16.804.546,00	395.648.984,00
Fumo	8.690	223	224.986.782,00	4.999.667,00
Soja	714	189	9.657.987,00	43.986.729,00

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE (2006).

Embora o número de rebanhos no estado tenha aumentado consideravelmente a partir de 2005, em decorrência substancialmente da expansão da atividade industrial de laticínios e da elevação da demanda mundial de leite (que impulsionou a produção), a atividade leiteira no TZS não se apresentou muito expressiva em termos de valor produzido (Tabela 4) (MARION FILHO; REICHERT; SCHUMACHER, 2012; IBGE, 2006).

Diferentemente das culturas agrícolas mencionadas anteriormente, a produção pastoril mostrou-se hegemônica nos estabelecimentos de agricultura familiar, tanto no que diz respeito ao número de estabelecimentos quando ao valor de produção. Aceguá e São Lourenço do Sul, na devida ordem, foram os municípios do território mais expressivo na produção de leite (IBGE, 2006).

Tabela 4 – Número de estabelecimentos e valor da produção da pecuária dos estabelecimentos familiares e não familiares produtoras de leite no TZS

	Número de estabelecimentos agricultura familiar (Unidades)	Número de estabelecimentos agricultura não familiar (Unidades)	Valor da produção agricultura familiar (Reais)	Valor da produção agricultura não familiar (Reais)
Pecuária de leite	268	98	9.717,00	5.409,00

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE (2006).

A criação de gado de corte, por sua vez, exibiu uma dinâmica semelhante da produção de soja e arroz. Embora a quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar que

praticavam essa atividade tenha sido superior, a riqueza gerada pelos estabelecimentos não familiares superou (Tabela 5). Pinheiro Machado manifestou a maior quantidade de estabelecimentos da agricultura familiar e Santa Vitória do Palmar o valor de produção mais significativo.

Tabela 5 – Quantidade produzida e valor da produção da produção de leite e representatividade desta em relação ao TZS e ao estado

	Número de estabelecimentos agricultura familiar (Unidades)	Número de estabelecimentos agricultura não familiar (Unidades)	Valor da produção agricultura familiar (Reais)	Valor da produção agricultura não familiar (Reais)
Gado de corte	2.300,00	1.931,00	133.639.137,00	542.373.779,00

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE (2006).

Os dados exibidos nesta seção apontaram que Canguçu, o município mais rural em termos de população concentrada, foi um dos municípios mais expressivo nas atividades agropecuárias em termos de valor de produção. Pelotas, embora tenha uma dinâmica populacional diferente, uma vez que a parcela da população que reside nas cidades foi superior em mais de dez vezes em relação a que vive no meio rural, também denotou uma alta representatividade no setor agropecuário. Isto é, até mesmo os municípios mais urbanos manifestaram-se imersos nas atividades agropastoris, as quais são característica marcante do TZS.

De forma resumida, o número de estabelecimentos da agricultura familiar foi preponderante em todas as culturas apresentadas, mas, os estabelecimentos não familiares foram os maiores produtores de riqueza, o que indica (mas não necessariamente) um maior dinamismo em estabelecimentos mais aprimorados, tanto em quantidade de terra (médios e latifúndios) quanto em quantidade de mão de obra (assalariada). Assim, conclui-se que a característica do TZS em ser majoritário nos primeiros tipos de estabelecimento dá-se graças à grande quantidade dos mesmos e, não, pelo valor produzido nas atividades produtivas.

Além das atividades agropastoris, a indústria e os serviços são representativos na formação da base econômica. Com relação ao setor secundário, em 2006, as indústrias de transformação predominavam em termos de pessoal ocupado – com o município de Pelotas abrangendo o maior contingente em comparação aos demais municípios do território (cerca de

1.179 pessoas). Dentro da indústria de transformação os setores de produtos alimentícios sobressaíram-se em termos percentuais, seguido dos setores de vestuários, calçados e artefatos de calçados (UCPEL, 2010)<sup>43</sup>.

Os municípios de Pelotas e Rio Grande, respectivamente, apresentaram, em 2010, a maior quantidade de empresas para todos os portes (micro, pequena, média e grande). Demonstraram-se, de fato, em uma dinâmica fortemente centrada no setor secundário (UCPEL, 2010).

Com respeito ao setor terciário, o TZS abrangeu em 2006 o maior número de empresas envolvidas no comércio, na reparação de veículos automotores e na fabricação de objetos pessoais e domésticos. Havia cerca de 22.273 empresas envolvidas em serviços, tendo Pelotas e Rio Grande, novamente, como os municípios mais importantes (UCPEL, 2010)<sup>44</sup>. Ressalta-se que este último município demonstra uma intensa dinâmica ligada aos serviços do polo naval e, por esta razão, apresenta um peso significativo no setor de serviços na base econômica produtiva do território.

Das atividades econômicas produtivas abordadas aqui, o setor de serviços apontou a maior representação em termos de valor adicionado bruto gerado e, também, em termos de participação/peso no PIB total do TZS, seguido do setor secundário e, por último, das atividades agropecuárias (Tabela 6). Todavia, em termos de porcentagem sobre o PIB do território, o setor primário em 2010, comparativamente ao ano de 2000, foi o único setor que apresentou crescimento.

Tabela 6 – Produto interno bruto a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações para os anos de 2000 e 2010

		PIB – 2000	PIB – 2010	% sobre o PIB 2000	% sobre o PIB 2010
	Setor primário	447.943,00	1.680.053,00	8,91	9,75
Território Rural Zona Sul	Setor secundário	1.166.859,00	3.520.386,00	23,22	20,44
	Setor terciário	2.880.214,00	9.085.562,00	57,31	52,75
	PIB Total	5.025.312,00	17.225.154,00	100,00	100,00

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do IBGE (2010a).

No Brasil e no Rio Grande do Sul o setor terciário também se apresentou como mais dinâmico em termos de valor adicionado bruto tanto para os anos de 2000 quanto 2010,

<sup>43</sup>Dados baseados no IBGE (2006) e Secretaria Municipal da Fazenda (2001) e não contemplam dados referentes aos municípios de Candiota, Cristal e Hulha Negra.

<sup>44</sup>Dados baseados no IBGE (2006) e não contemplam dados referentes aos municípios de Candiota, Cristal e Hulha Negra.

totalizando em R\$ 2.150.151.084,00 e R\$ 136.031.909 respectivamente. Porém, com relação ao setor primário, o bom desempenho (crescimento positivo) entre o período analisado (2000-2010) percebido do TZS foi análogo apenas no estado; a participação do setor sobre o PIB federal caiu (IBGE, 2010a)<sup>45</sup>.

Santa Vitória do Palmar apresentou a maior participação no setor primário no PIB do território. Rio Grande e Pelotas exibiram, tanto para o setor secundário quanto para o terciário, as maiores participações em termos de PIB territorial.

Como já mencionado, entre os anos 2000 e 2010 a expressividade do setor primário do TZS sobre o PIB total cresceu significativamente (sobretudo graças ao cenário otimista que deu maiores incentivos e apoio à agricultura). Em termos de representatividade, as mesmas tendências não foram observadas para os outros dois setores (IBGE, 2010a).

Percebe-se, então, que embora o Território Zona Sul seja caracterizado como um território rural e de atividades da agricultura familiar, as atividades mais influentes e prevaletentes na base econômica estiveram relacionada ao setor de serviços (principalmente nas áreas urbanas e nos municípios com maior parcela da população nas cidades). Tendência que ocorre também no estado e no país.

Apenas por último encontrou-se o setor primário. Este cenário no território pode estar relacionado com a expressividade das atividades inerentes ao polo naval de Rio Grande que absorve uma elevada quantidade de serviços e, por esta razão, o setor terciário tendeu a exibir a mais elevada participação no PIB do TZS.

Porém, como anteriormente aludido, até mesmo os municípios mais urbanos em termos populacionais e que exibiram maiores representatividades nos setores secundário e terciário, como Pelotas e Rio Grande, estiveram fortemente relacionados com as atividades agropecuárias. Assim, apesar do setor relacionado a estas não ter contribuído maiormente em termos de riqueza gerada, ele abrangeu participação, mesmo que pequena, na totalidade dos municípios do TZS.

A seção seguinte apresentará indicadores socioeconômicos capazes de refletir, de uma maneira multidimensional, um dos elementos mais marcantes do território: a pobreza. Esta não assentar-se-á apenas na perspectiva monetária, isto é, baseando-se no nível de renda per capita e familiar, mas, sobretudo, nos recursos e capitais disponíveis na sociedade para apropriação dos agentes sociais.

---

<sup>45</sup>Informação complementar: VAB setor primário no Brasil (2000): R\$ 57.241.000, 00; VAB setor primário no Rio Grande do Sul (2000): R\$ 5.983.469; VAB setor primário no Brasil (2010): R\$ 171.177.392; VAB setor primário no Rio Grande do Sul (2010): R\$ 19.026.837.

#### 4.5 SOCIEDADE E ECONOMIA NO TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL: UMA REFLEXÃO SOBRE VULNERABILIDADE E POBREZA

Não é incomum encontrar na literatura concernente ao Território Zona Sul indícios de pobreza. O acesso à escolaridade (e, sobretudo, sua expansão), a redução da taxa de mortalidade, os níveis adequados de saneamento e nutrição, a facilidade do acesso aos mercados, os cuidados com os recursos naturais (meio ambiente), o fácil acesso à políticas públicas e bens públicos (escolas, hospitais, delegacias) são mudanças sociais importantes para o incremento do bem-estar de uma população, de forma que esta não sucumba à pobreza e não exponha-se, de maneira debilitada, às diversas situações de vulnerabilidade (CAMARANO, 2014).

Para compor a análise desta seção, foram escolhidos alguns indicadores de caráter socioeconômico para refletir sobre o cenário social dentro do qual os indivíduos residentes no Território Rural Zona Sul se inserem. Ademais, esta análise permite refletir sobre os possíveis fatores geradores da pobreza e vulnerabilidade no território.

Em termos de vulnerabilidade, um indivíduo, uma família ou uma comunidade podem expor-se à diversos tipos: econômica, ambiental, sanitária, nutricional, social. Essas, se não combatidas, podem gerar consequências adversas, como fome, pobreza extrema e morte prematura.

Estar vulnerável é ter o acesso aos capitais limitados por choques que podem surgir de diferentes perspectivas e direções (ELLIS, 2000). Por exemplo: mudanças ambientais podem afetar o capital natural e trazer desastres como enchentes e secas; choques econômicos podem afetar o capital financeiro e humano, uma vez que pode gerar recessão econômica e, conseqüentemente, desemprego; choques relacionados à saúde podem reduzir as rendas familiares uma vez que o gasto em medicamentos pode tornar-se expansivo, o que provavelmente afetaria o capital humano e produtivo. Não obstante, a vulnerabilidade pode afetar o capital social ao reduzir a resiliência dos indivíduos e das comunidades em que vivem (UNDP, 2014; IPEA, 2015). O quanto esses choques podem afetar o desenvolvimento humano depende tanto das habilidades dos indivíduos em lidar com os mesmos e arquitetarem estratégias para viver de uma maneira sustentável, quanto da assistência recebida das organizações governamentais, não governamentais e privadas (ELLIS, 2000; UNDP, 2014; IPEA, 2015).

Vulnerabilidade humana, embora inerente à pobreza, não afeta apenas os pobres. Conforme consta no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014,

Uma pessoa (ou uma comunidade ou um país) está vulnerável quando existe um alto risco de deterioração futura em circunstâncias e realizações. É claro que nós vivemos em um mundo incerto e por esta razão pode nunca ser possível reduzir os riscos à zero. Todo mundo, rico ou pobre, está vulnerável em alguma extensão<sup>46</sup> (UNDP, 2014, p.).

No TZS, a vulnerabilidade pode ser analisada a partir da perspectiva de falta, escassez e/ou dificuldade de acessar ativos, recursos e capitais essenciais para a vida (ELLIS, 2000). O (fácil) acesso aos hospitais e uma quantidade significativa de infraestrutura, por exemplo, propicia uma redução da taxa de mortalidade (uma vez que problemas de saúde podem ser precariamente combatidos) e ameniza, de certa forma, exposições às vulnerabilidades relacionadas a ela. Em 2014, o número total de hospitais em funcionamento no território foi equivalente à 25, representando um número demasiadamente pequeno e equivalendo à, aproximadamente, 7% do total de hospitais existentes em todo o estado (equivalente a 350).

Embora o número de hospitais tenha sido idêntico ao número de municípios pertencentes no TZS, apenas oito municípios apresentaram dados referentes aos leitos hospitalares. Com exceção de Canguçu (124 leitos), Pelotas (1308), Piratini (137) e Rio Grande (804), os demais apresentaram uma baixíssima quantidade existente de leitos nos hospitais não atingindo 70 – Jaguarão (63), Pinheiro Machado (52), Santana da Boa Vista (34) e Santa Vitória do Palmar (67) (FEE, 2015).

Esses dados comprovam a insuficiência de hospitais no TZS, dado o alto contingente populacional nele inserido, e corroboram a carência de recursos oferecidos para essa sociedade, deixando-a debilitada para enfrentar problemas relacionados à saúde e expostas a consequências piores.

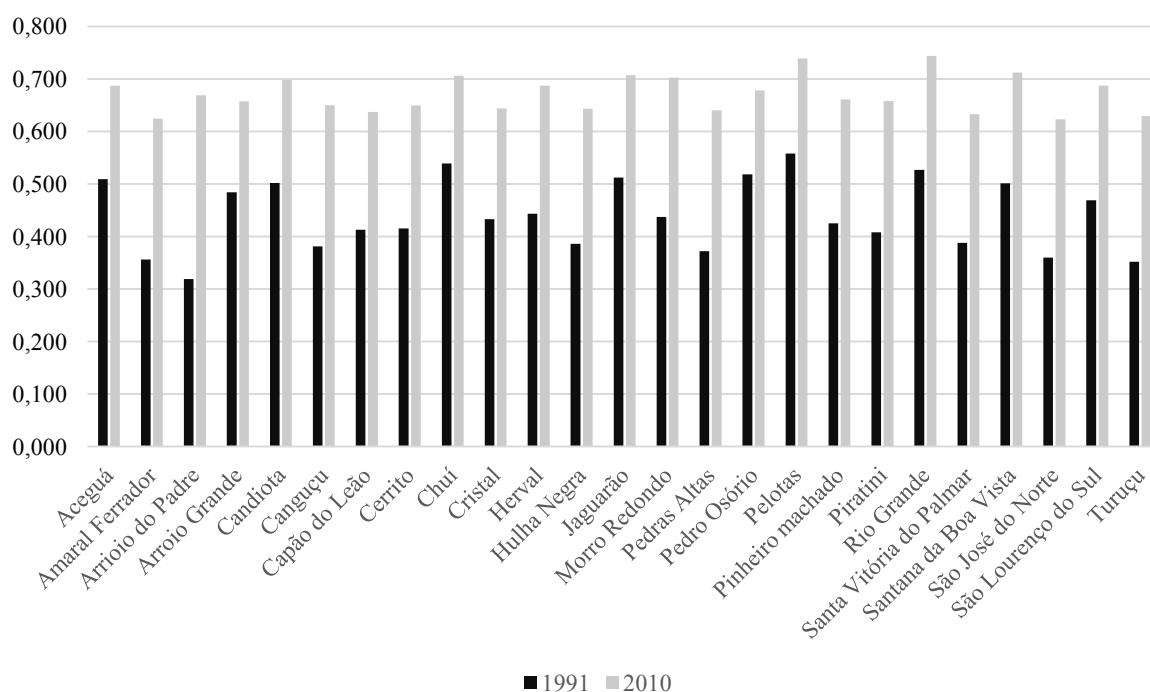
Apesar disto, a mortalidade infantil reduziu, em média, 13 mortes a cada 1000 habitantes entre os anos 1991 (25,86 mortes) e 2010 (13,22 mortes). Adicionalmente, a probabilidade de uma criança viver até os 40 anos equivaleu à 94,03% no último ano da análise. Esse cenário pode estar relacionado a fatores diversos, como melhorias no saneamento básico e na nutrição (PNUD; IPEA; FJP, 2015).

---

<sup>46</sup>No original: “A person (or community or country) is vulnerable when there is a high risk of future deterioration in circumstances and achievements. s. Of course, we all live in an uncertain world, and it may never be possible to reduce such risks to zero. Everyone, rich or poor, is vulnerable to some extent”.

Também foram constatados avanços no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, com destaque para o município de Rio Grande que obteve o melhor desempenho ao longo das décadas. Conforme o Gráfico 3<sup>47</sup> em 20 anos a tendência foi de melhora para a completude dos casos.

Gráfico 3 – Evolução do IDHM por municípios do TZS



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do PNUD, IPEA e FJP (2015).

A mesma tendência de melhora no IDHM entre as décadas analisadas (1991-2010) ocorreu para o Rio Grande do Sul e para o Brasil. Em 1991 o estado localizava-se na quinta posição no ranking de unidades de federação e apresentava um índice equivalente a 0,542. Em 2000 passou para a quarta posição, com o IDHM equivalendo à 0,664. Já na década seguinte, passou a ocupar a sexta posição, embora seu resultado tenha se elevado para 0,746. Com relação ao país, os IDHM passaram de 0,493 em 1991, para 0,612 em 2000 e 0,727 em 2010.

Como pode ser observado na Tabela 7, também para as três dimensões do índice (renda, longevidade e educação) a tendência foi positiva ao longo dos anos no TZS. E o mesmo se pode dizer para o Rio Grande do Sul e o Brasil. Ainda, durante as duas décadas, a dimensão da longevidade apresentou os melhores resultados e da educação os piores, tanto no território, quanto no estado e no país.

<sup>47</sup>O máximo do IDH (equivalente à 1) foi reduzido para 0,8 no gráfico para permitir uma melhor observação das diferenças entre os municípios.



Tabela 7 – Evolução do IDHM Educação, Longevidade e Renda por município do TZS

	1991			2010		
	IDHM – Educação	IDHM – Longevidade	IDHM – Renda	IDHM - Educação	IDHM - Longevidade	IDHM - Renda
Aceguá	0,284	0,749	0,620	0,541	0,852	0,703
Amaral Ferrador	0,115	0,686	0,572	0,457	0,802	0,664
Arroio do Padre	0,086	0,736	0,511	0,461	0,860	0,756
Arroio Grande	0,279	0,682	0,595	0,522	0,807	0,673
Candiota	0,274	0,753	0,612	0,562	0,860	0,704
Canguçu	0,144	0,693	0,555	0,491	0,819	0,683
Capão do Leão	0,183	0,711	0,542	0,480	0,814	0,662
Cerrito	0,181	0,693	0,569	0,504	0,824	0,657
Chuí	0,318	0,691	0,712	0,658	0,792	0,676
Cristal	0,176	0,719	0,641	0,471	0,826	0,687
Herval	0,209	0,720	0,577	0,527	0,843	0,730
Hulha Negra	0,163	0,653	0,541	0,512	0,796	0,653
Jaguarão	0,306	0,706	0,621	0,608	0,832	0,698
Morro Redondo	0,204	0,736	0,557	0,557	0,864	0,719
Pedras Altas	0,139	0,686	0,541	0,493	0,820	0,647
Pedro Osório	0,318	0,693	0,631	0,551	0,829	0,683
Pelotas	0,354	0,736	0,666	0,632	0,844	0,758
Pinheiro Machado	0,189	0,686	0,594	0,499	0,846	0,685
Piratini	0,173	0,720	0,547	0,517	0,821	0,672
Rio Grande	0,314	0,717	0,651	0,637	0,861	0,752
Santana da Boa Vista	0,172	0,704	0,483	0,503	0,802	0,630
Santa Vitória do Palmar	0,290	0,668	0,649	0,591	0,861	0,709
São José do Norte	0,141	0,626	0,527	0,461	0,792	0,663
São Lourenço do Sul	0,227	0,736	0,618	0,528	0,849	0,722
Turuçu	0,117	0,694	0,535	0,446	0,814	0,685

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do PNUD, IPEA e FJP (2015).

A respeito da educação, visto que tão somente o ensino básico (da primeira à nona série) exige nove anos de dedicação, conforme a Lei N° 11.274 promulgada no ano de 2006, a expectativa de anos de estudo da população do TZS apresentou-se relativamente baixa. Este indicador, que foi, em média, equivalente à 9,5 anos de estudo para o ano de 2010, inferiu que o número médio de anos de estudo que uma geração de crianças deveria completar ao concluir 18 anos de idade não indicava a completude ou, até mesmo, o ingresso no ensino médio (BRASIL, 2005a; PNUD; IPEA; FJP, 2015).

As taxas de analfabetismo por faixas etárias inferem, sob um olhar geral, um baixo grau de pessoas que não sabem ler e nem escrever. Porém, a preponderância do analfabetismo mostra-se mais acentuada para o grupo de pessoas cuja idade varia entre 25 e 29 anos, exibindo um cenário que merece atenção.

Em São José do Norte, por exemplo, em torno de 5 pessoas a cada 100 que se encontram nessa faixa etária não sabem ler e nem escrever. Esse município, bem como Turuçu, Pedras Altas e Amaral Ferrador, apresentaram os piores níveis de escolaridade e os menores desempenhos dentro desta dimensão no IDHM – chegando a manifestar, em 1991, IDHM Educação em torno de 0,11, nível demasiado preocupante.

Esses dados podem indicar possíveis fatores (dentre diversos) para a consolidação da pobreza no território. A falta de escolaridade remete à aquisição de empregos desqualificados ou informais ou, até mesmo, desestimula a busca por trabalho e atividades mais remuneradas e qualificadas. Como consequência, a renda auferida pode tornar-se insuficiente para manter condições de vida desejáveis. Por um efeito multiplicador, as oportunidades e os recursos são restringidas, inibindo, também, a expansão do bem-estar.

Em termos de longevidade, o indicador “esperança de vida<sup>48</sup>” mostrou-se apto para inferir sobre outras possíveis vulnerabilidades. Os indivíduos do território exibiram, em média, uma expectativa de viver em torno dos 74,75 anos (para o ano de 2010). Entre 1991 (67,21 anos) e o último ano da análise, houve um incremento de, aproximadamente, 7 anos de vida (PNUD; IPEA; FJP, 2015).

O mesmo se pode dizer sobre os dados do estado: em 1991 a esperança de vida era de 68,71 anos e, em 2010, passou para 75,38. Com relação ao Brasil, esse incremento foi ainda mais significativo passando de 64,73 anos para 73,94 (quase 10 anos) (PNUD; IPEA; FJP, 2015).

Percebe-se, então, que ao passar dos anos as pessoas passaram a viver mais, tanto no TZS, quanto no estado e no país. Isso pode indicar, no longo prazo, melhoras nas condições de vida e um enfrentamento, portanto, das vulnerabilidades relacionadas a saúde, habitação, saneamento e nutrição, por exemplo, seja por apoio das instituições governamentais ou por iniciativa própria.

Em termos de renda, alguns indicadores tornam-se interessantes. A média do valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade em 2010 no TZS

---

<sup>48</sup>Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalecente no ano do Censo (PNUD; IPEA; FJP, 2015).

foi equivalente a R\$ 679,76, muito abaixo da média nacional correspondente a R\$ 901,01 (IBGE, 2014b).

Os municípios de Pelotas e Rio Grande, dada suas dinâmicas sociais e econômicas mais expressivas, destacaram-se ao exibir valores superiores à média do país (R\$ 987,82 e R\$ 962,18, na devida ordem). São José do Norte, por sua vez, um município mais carente em diversas dimensões, apresentou o menor valor de rendimento mensal, equivalente a R\$ 565,05 (IBGE, 2014b).

A população economicamente ativa de 10 anos ou mais correspondeu a 425.910 pessoas para o mesmo ano (2010). Pelotas e Rio Grande novamente apresentaram os maiores índices – 162.163 e 90.331 pessoas, respectivamente – em contraponto a Pedras Altas (1.283) e Arroio do Padre (1.558) os quais foram os outros extremos da amostra (PNUD, IPEA, FJP, 2015).

Do total de pessoas ocupadas no TZS com idade superior à 18 anos, em média 39,9% ocupavam-se no setor agropecuário, sendo Arroio do Padre o município maior concentrador deste percentual (equivalendo à aproximadamente 74% de sua população<sup>49</sup>), e Rio Grande o menor (correspondendo à 7,24%). Com respeito ao percentual de ocupação no comércio, o território equiparou-se a um número próximo de 11%, com o município de Chuí sendo o mais representativo. Os setores de construção civil e extração mineral, por sua vez, foram menos simbólicos em termos de percentual de ocupação (IBGE, 2010a).

Os indicadores relativos à renda e ao emprego apontam que a população do território está, de certa maneira, vulnerável economicamente. A dependência no setor agropecuário pode indicar, em um grau ou outro, uma sociedade frágil frente aos contextos climáticos e ambientais e às conjunturas macroeconômicas nacionais e mundiais, deixando-a propensa a instabilidade e, possivelmente, a pobreza (sobretudo monetária).

Embora o percentual de pessoas pobres entre 1991 e 2010 tenha reduzido no TZS, o que relata um cenário mais favorável e positivo com o passar das décadas, este número supera o percentual nacional. Conforme a Tabela 8, para todos os anos o nível de pobreza no território foi tão mais elevado do que o nível do Rio Grande do Sul.

---

<sup>49</sup> Cabe ressaltar, pois, que Arroio do Padre possui a menor população urbana do Território Rural Zona Sul.

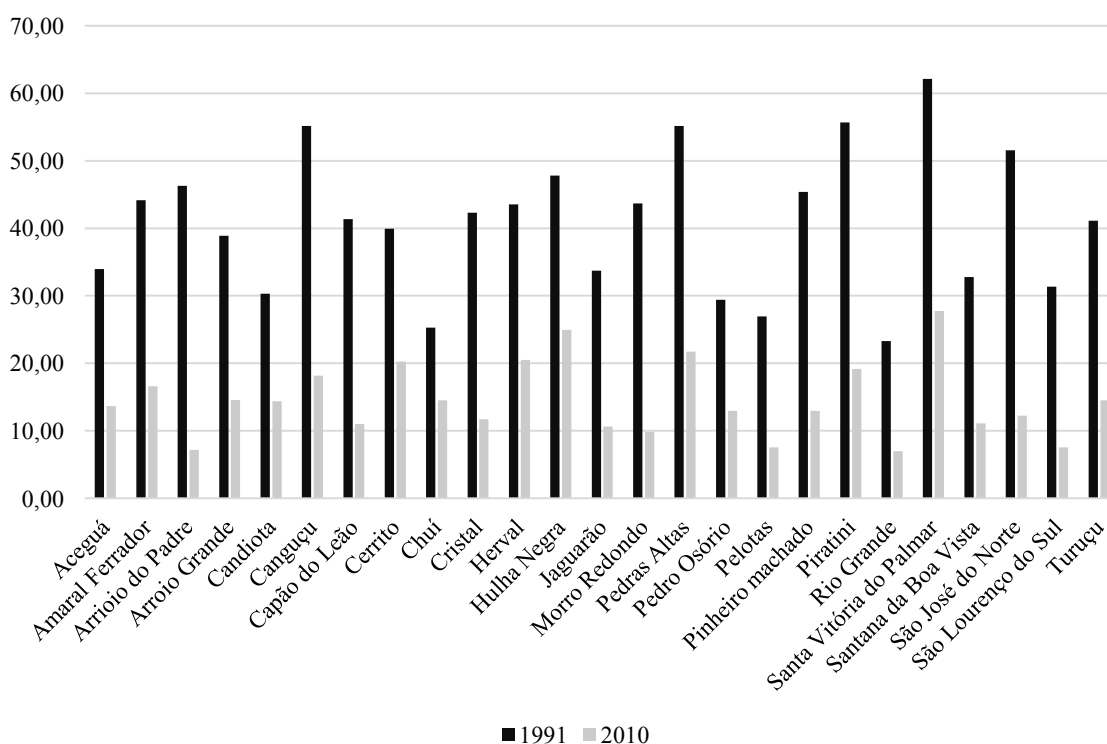
Tabela 8 – Evolução do percentual de pessoas pobres no TZS e no Rio Grande do Sul

Período	1991	2000	2010
Território			
Rural Zona Sul (%)	41,13	27,18	14,54
Rio Grande do Sul (%)	26,84	15,56	6,37

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do PNUD, IPEA e FJP (2015).

Santana da Boa Vista, em 1991, obtinha o maior percentual. Em 2000, Santa Vitória do Palmar apresentou, curiosamente, um nível demasiado elevado – até mesmo maior do que seu percentual para a década anterior – mas, na década seguinte, a redução já se mostrou abundantemente expressiva. Em 2010, Santana da Boa Vista, novamente, apresentou-se como o município que abrangeu o maior percentual de pessoas pobres no território (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Percentual de pessoas pobres por município do TZS nas décadas de 1991 e 2010



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do PNUD, IPEA e FJP (2010).

De fato, os dados apresentados nessa seção sinalizaram, além da existência da pobreza de oportunidades e monetária, a legitimação de fatores que as provocam (falta e/ou dificuldade no acesso a bens públicos e meios importantes, como hospitais, escolas, empregos). Com base nos indicadores, apreendeu-se que o território possui uma dinâmica

assentada em baixo nível de escolaridade, baixos rendimentos mensais, mão de obra concentrada no setor agropecuário<sup>50</sup> e percentual significativo de pessoas pobres.

Também é possível apontar a disparidade existente, em termos de dinâmicas sociais, demográficas e econômicas, entre os municípios que compõem o TZS. Pelotas e Rio Grande destacam-se preponderantemente com resultados proeminentes em praticamente todas as dimensões abordadas neste capítulo. São José do Norte e Santana da Boa Vista, por outro lado, apontam-se como municípios mais frágeis e deficitários e, por esta razão, mais sujeitos e expostos às vulnerabilidades diversas.

A discussão a respeito das razões do TZS ser considerado pobre e vulnerável remete à formação econômica e histórica do Rio Grande do Sul, em especial da “metade sul” do estado. Destaca-se, portanto, a existência de fatores estruturais relacionados à concentração de renda, baixa densidade populacional, distâncias longas até os mercados, predomínio de certas atividades como a pecuária, distribuição e uso da terra que ocasionaram no decorrer da história gaúcha uma estagnação econômica e proporcionaram situações de pobreza nos municípios ao sul do estado (ALONSO; BANDEIRA, 1994; ROCHA, 2011). Este passado fragilizado e a ineficiência das ações públicas no combate à situações de privação podem ser a raiz dos reduzidos níveis de desenvolvimento multidimensional do TZS, os quais são corroborados pelos baixos resultados de indicadores socioeconômicos importantes como renda, escolaridade, níveis de pobreza e evasão populacional, sobretudo no meio rural.

Os capítulos que seguem discorrerão, propriamente, sobre o Índice de Condição de Vida (resultados e metodologia) e aprofundarão algumas questões abordadas nessa seção, sobretudo a respeito das vulnerabilidades e da pobreza no Território Rural Zona Sul do estado.

---

<sup>50</sup>O que, neste caso, não indica maior geração de riqueza nem para o território/estado/país e nem para os trabalhadores, visto que os bens primários possuem baixo valor agregado, os custos intermediários tomam parcela significativa dos rendimentos auferidos, a mão de obra geralmente não é qualificada em termos educacionais, o que gera salários menores.

## 5 ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA (ICV): ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo versa sobre as estratégias da pesquisa e compreende todos os passos que serão essenciais para sua execução. Será detalhado o planejamento para sua operacionalização, sobretudo do ponto de vista empírico, visando explicitar que o tipo de estudo que será realizado assentará no método indutivo a partir de um estudo de caso quantitativo, baseado em questionários (com coleta de dados primários não executada pela autora) que compõem a base de dados secundários, e em operações estatísticas que constroem o Índice de Condição de Vida. Ressalta-se, ainda, que a metodologia é comparativa.

Cabe ressaltar que o ICV foi criado com base na primeira experiência do grupo de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) em conjunto com a professora Angela Kageyama na validação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), que também possuía representação gráfica na forma de Biograma e servia como instrumento de análise comparativa.

Ao contrário do ICV, o IDS era baseado em dados secundários e apresentava seis dimensões. Destaca-se, porém, que a associação feita entre Ellis e Sen na construção teórica e metodológica do índice foi de autoria do PGDR.

As seções que compõem este capítulo expõem a metodologia estatística do ICV, onde serão apresentadas as informações a respeito da coleta de dados e da elaboração dos questionários (5.1) e os cálculos de definição e espacialização da amostra, dos indicadores, das instâncias e do índice final (5.2). Ainda, serão expostos na seção 5.3 os procedimentos considerados essenciais para a análise e a interpretação dos dados.

### 5.1 COLETA DE DADOS E CONSTRUÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Baseando-se na coleta de dados primários através de questionários, o ICV não depende da periodização de atualização dos censos ou das pesquisas estatísticas e em domicílio. Também, a coleta de dados primários vai de acordo com os objetivos da SDT de acompanhar variáveis com um maior grau de sensibilidade dentro do Programa Território da Cidadania. Além disso, favorece a legitimação e a validade das fontes locais, contribuindo, desta maneira, para que o ICV seja útil para a auto-gestão do território no que diz respeito aos processos que desencadeiam o desenvolvimento rural (BRASIL, 2007).

Do ponto de vista metodológico, a operacionalização do ICV é simples embora seja caracterizado pela multidimensionalidade e permite ser um instrumento de análise

comparativa. Ainda, é possível adaptá-lo conforme distintas circunstâncias com a incorporação ou substituição de novos indicadores ou redefinição das instâncias.

Concernente ao público-alvo, o ICV abrange famílias em distintos domicílios rurais do ponto de vista produtivo, isto é, não considera apenas aquelas cuja ocupação econômica baseia-se em atividades unicamente agropecuárias. Desta forma, permite uma melhor aproximação com a realidade e uma melhor apreensão a respeito das condições de vida dos indivíduos pertencentes ao território (BRASIL, 2007), que no caso desta pesquisa é o TZS.

Quanto ao recorte da pesquisa – o meio rural –, a intenção não é reforçar a dicotomia entre o urbano e o rural. Ao contrário: a percepção das condições de vida pode ser, em menor ou maior grau, afetada ou influenciada por aspectos predominantemente urbanos, tais como a poluição e a insegurança, ou pela falta de infraestrutura ou acesso aos serviços, como transporte e comunicação.

Cabe destacar, ainda, que o questionário apreende respostas claramente subjetivas que expressam as percepções das famílias dos domicílios rurais a respeito de cada indicador da análise. Assim, evitaram-se perguntas de cunho quantitativo, como o valor da renda ou a produtividade da terra, priorizando aquelas de caráter qualitativo como “a renda é suficiente para viver?” ou a “produtividade está adequada para sustentar uma boa qualidade de vida?”. Portanto, os questionários propõem apontar como as pessoas/famílias residentes em domicílios com características preponderantemente rurais percebem as três instâncias. Ou melhor, como percebem as mudanças nas suas condições de vida e de desenvolvimento a partir das ações articuladas no território (BRASIL, 2007).

A pesquisa foi realizada no ano de 2010 em 10 Setores Censitários abrangendo nove municípios dos 25 que compõem o Território Rural Zona Sul. São eles: Aceguá, Canguçu (dois Setores Censitários), Cerrito, Hulha Negra, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul. A número de entrevistados (famílias em domicílios rurais) que participaram da pesquisa totalizou em 280.

## 5.2 OPERACIONALIZAÇÃO DO ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA

Como já destacado, o ICV é composto por três instâncias em que, a cada uma, se associam oito indicadores. A elaboração de cada um deles norteou um ou mais quesitos que compuseram o questionário final (inserido no Anexo A). A partir dele, pretendeu-se apreender as percepções do público-alvo (as famílias em domicílios rurais) a respeito das ações

articuladas no TZS que, no período de análise, poderiam refletir sobre as ações direcionadas a promoção do desenvolvimento multidimensional no território (BRASIL, 2007).

No que concerne à coleta de dados, conforme o documento divulgado pela SDT em 2011, “Sistema de Gestão Estratégica: Índice de Condição de Vida” (BRASIL, 2011), os questionários apresentaram alguns elementos que permitiram identificar o respondente e a família a qual representava, com o propósito de delinear o seu perfil associado à forma de produção (agrícola ou não) e sua característica de ser ou não agricultor familiar. As percepções dos indivíduos foram medidas em escalas do tipo Likert de cinco pontos, isto é, apurado a partir de avaliações que variavam do 1 (pior/péssimo) ao 5 (melhor/ótimo). Conforme Brasil (2007), é importante destacar que foi devido ao uso desta escala que as médias dos indicadores situaram-se entre esses valores.

A aplicação dos questionários foi realizada pelas universidades em conjunto com unidades parceiras nos territórios rurais. Além dos questionários foram entregues aos entrevistadores (isto é, a pessoa que foi à campo abordar a família) e aos supervisores (o responsável por dar apoio a esses zelando pela qualidade do trabalho) manuais de aplicação que deram suporte para a execução da coleta dos dados de forma hegemônica para todo o país, com o desígnio de prezar pela comparabilidade. Não obstante, fez-se um treinamento para discutir, sobretudo, como seria realizada a pesquisa. Assim, foram entregues mapas e informações sobre os locais a serem visitados pelos entrevistadores (BRASIL, 2007, 2011).

As unidades amostrais pesquisadas foram estabelecidas a partir de um universo definido para a pesquisa do ICV, que foi aplicado em 37 territórios. O universo desta pesquisa constituiu-se na população rural residentes nos 25 municípios que compõem o TZS. Como unidade amostral, foi definida o domicílio rural conforme delimita o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>51</sup>. Ressalta-se que as amostras foram compostas a partir dos Setores Censitários<sup>52</sup>, os quais registram não só a localização geográfica referenciada, mas, também seus indivíduos, domicílios, famílias (BRASIL, 2011).

---

<sup>51</sup>Segundo o IBGE (2015c), um domicílio é “a moradia estruturalmente independente, constituída por um ou mais cômodos, com entrada privativa. Por extensão, edifícios em construção, embarcações, veículos, barracas, tendas, grutas e outros locais que estavam, na data de referência da Contagem, servindo de moradia, também foram considerados como domicílios. As unidades domiciliares são compostas pelos domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos”. Conforme a localização do domicílio ele pode ser classificado como em situação urbana – “as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas – ou rural – “abrangem a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos”.

<sup>52</sup>Os Setores Censitários foram desenvolvidos pelo IBGE com o propósito de mapear o território nacional dos municípios até os estados. Conforme o documento “Características da população e dos domicílios - Resultados do universo - Notas metodológicas” (IBGE, 2010a) os setores censitários são unidades territoriais criadas com



A lista de todos os municípios que compõem o TZS foi extraída do Sistema de Informações Territoriais do MDA e da lista de Setores Censitários rurais da Contagem de População 2007 (IBGE). Montou-se, então, um cadastro de domicílios rurais por Setor Censitário de todos os 25 municípios.

O passo seguinte foi sortear os Setores Censitários da lista dos municípios e os domicílios rurais dentro desses, esquema chamado de “amostra por conglomerados em dois estágios”. O sorteio dos Setores Censitários representa “uma forma de compor amostras de pessoas geograficamente distribuídas, cujas características são conhecidas e localizáveis” (BRASIL, 2011, p. 5).

Assim, o tamanho da amostra do território foi calculado a partir da Equação (1) em que, com 95% de confiança,  $B$  corresponde ao erro amostral máximo admitido,  $N$  o número de conglomerados admitidos e  $n$  o número de conglomerados selecionados em uma amostra aleatória simples.

$$(1) n = Npq / ((N - 1)D + pq), \text{ sendo } q = 1 - p \text{ e } D = B^2 / 4, \text{ considerando } p = 0,2 \text{ e } B = 0,05$$

Para obter o erro exato nesse esquema aplica-se na equação (2) o tamanho de amostra resultante, onde:

(2) Erro de estimação para conglomerados em dois estágios:

$$B = 2 \sqrt{\hat{V}(\hat{p})}$$

$$\hat{p} = \frac{\sum_{i=1}^n M_i \hat{p}_i}{\sum_{i=1}^n M_i}$$

$$\hat{V}(\hat{p}) = (N - n/N) \cdot \left(1/n\overline{M^2}\right) s^2, + 1/nN\overline{M^2} \cdot \sum_{i=1}^n M^2 \left(M_i - m_i/M_i\right) \cdot \left(\hat{p}_i \hat{q}_i / m_i - 1\right)$$

---

finalidade de controle cadastral na coleta dos censos. São “a menor unidade territorial, formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País” (IPEA, 2011, introdução).

Em que:

$$s_r^2 = \frac{\sum_{i=1}^n M_i^2 (\hat{p}_i - \hat{p})^2}{n - 1}$$

$M_i$  = número de elementos do conglomerado  $i$ ;

$m_i$  = número de elementos selecionados em uma amostra aleatória simples do conglomerado  $i$ ;

$M = \sum_{i=1}^n M_i$  = número de elementos da população;

$\bar{M} = M/N$  = tamanho médio dos conglomerados na população.

Os resultados desses cálculos estão resumidos na Quadro 5.

Quadro 5 – Setores Censitários, domicílios e amostra total para o Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul

Território Zona Sul		
Setores Censitários	Domicílios	Amostra total
10	28	280

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2011, p.8).

Os questionários foram aplicados em 9 municípios (Aceguá, Canguçu, Cerrito, Hulha Negra, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul) abrangendo 10<sup>53</sup> Setores Censitários. Frisa-se, portanto, que a escolha desses municípios também foi estipulada a partir da amostra aleatória com o intuito de permitir a representatividade do território (SCHNEIDER et al., 2012).

Isto feito, os responsáveis pela coleta de dados foram distribuídos entre os 10 Setores Censitários com os respectivos mapas, descrições e orientações sobre como proceder com a aplicação dos questionários nos domicílios rurais especificados. Caso houvesse a impossibilidade de aplicar o questionário em algum dos domicílios, orientou-se que o entrevistador e supervisor recorressem ao consecutivo até o esgotamento da amostra.

No que concerne aos domicílios-alvos, identificou-se que nem todos os domicílios rurais exerciam alguma produção agropecuária. Ainda, mesmo naqueles em que existia, identificou-se a presença tanto de mão de obra familiar como não familiar. Assim, os domicílios foram classificados e analisados conforme a produção e a característica de ser

<sup>53</sup> O município de Canguçu teve dois Setores Censitários sorteados.

familiar (ou não) da seguinte maneira: domicílios sem produção, domicílios com produção (total), domicílios com produção familiar e com produção não familiar.

Os domicílios sem produção não obtiveram elementos que correspondessem aos indicadores das instâncias 1 e 2 (condicionantes do desenvolvimento rural e características do desenvolvimento rural, respectivamente) sendo incluídos apenas na instância 3. Para os outros dois tipos de domicílios, o cálculo do ICV transcorreu com base nas três instâncias.

Portanto, para obter o resultado final do ICV foram calculadas as médias aritméticas dos 24 indicadores dentro das respectivas instâncias conforme a Equação (3), onde  $m_i$  corresponde a cada indicador e  $k_{max}$  a quantidade de questionários aplicados do indicador  $i$  cujas respostas foram validadas.

$$(3) \quad m_i = \frac{\sum_{k=1}^{k_{max}} i_{ik}}{k_{max}}, \quad i = 1 \text{ a } 8 \text{ (instância 1); } i = 9 \text{ a } 16 \text{ (instância 2); } i = 17 \text{ a } 24 \text{ (instância 3).}$$

Frisa-se que em razão dos indicadores 1 (mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade) e 7 (acesso a crédito e assistência técnica) apreenderem duas possibilidades de resposta<sup>54</sup> foram calculadas as médias de cada uma. Então, o resultado do indicador se baseou na média da média desses subitens, conforme ilustrado no Quadro 6. O mesmo vale para os cálculos das demais instâncias

Quadro 6 – Exemplo da média dos indicadores da instância 1

Instância 1: fatores que condicionam o desenvolvimento	Médias
1. Mão de obra familiar	3,67
1.1 Quantidade de mão de obra dentro ou fora do domicílio: 3,65	
1.2 Característica da mão de obra dentro ou fora do domicílio: 3,69	
2. Área da unidade familiar de produção	3,67
3. Escolaridade	3,67
4. Condições de moradia	2,67
5. Acesso a mercados	3,67
6. Acesso a políticas públicas	4,00
7. Acesso a crédito e assistência técnica	3,00
7.1 Acesso a crédito: 2,98	
7.2 Acesso a assistência técnica: 3,02	
8. Presença de instituições	2,67

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2011, p. 10).

<sup>54</sup> Ver Anexo A.

O passo posterior foi calcular a média dos oito indicadores respectivos a cada instância ( $d_i$ ), conforme a Equação (5), o qual resultou em seu valor final. Segue o exemplo no Quadro 7.

(5)

$$d_1 = \frac{m_1 + m_2 + m_3 + m_4 + m_5 + m_6 + m_7 + i_8}{8}$$

$$d_2 = \frac{m_9 + m_{10} + m_{11} + m_{12} + m_{13} + m_{14} + m_{15} + i_{16}}{8}$$

$$d_3 = \frac{m_{17} + m_{18} + m_{19} + m_{20} + m_{21} + m_{22} + m_{23} + i_{24}}{8}$$

Quadro 7 – Exemplo da média dos indicadores das instâncias 1, 2 e 3

Média dos indicadores da Instância 1 ( $d1$ )	3,38
Média dos indicadores da Instância 2 ( $d2$ )	3,21
Média dos indicadores da Instância 3 ( $d3$ )	2,58

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2011, p. 11).

O penúltimo passo foi o cálculo final do ICV. Para tal, fez-se a média harmônica das três instâncias baseada da Equação (6) a seguir. Frisa-se que a escolha pela média harmônica não se baseou em critérios definidos e específicos; foi uma simples escolha do grupo que construiu o índice, já que não se pensava na existência de muitos desequilíbrios dentro das instâncias.

(6)

$$ICV = \frac{3}{\frac{1}{d_1} + \frac{1}{d_2} + \frac{1}{d_3}}$$

Exemplo:

$$ICV = \frac{3}{\frac{1}{3,38} + \frac{1}{3,21} + \frac{1}{2,58}} = 3,01$$

Devido à escala Likert, pôde-se transformar os valores finais (por indicadores, por instância e ICV geral) encontrados em um valor cuja amplitude variou entre 0 a 1. Conforme a SDT (BRASIL, 2007, p. 15) “tal transformação não afeta os resultados em termos comparativos, mas pode facilitar a interpretação”. Assim, essa transformação foi feita utilizando-se a Equação (4).

(4)

$$\text{Índice transformado} = \frac{\text{índice original} - \text{mínimo}}{\text{máximo} - \text{mínimo}} = \frac{\text{índice original} - 1}{5 - 1}$$

ou

$$\text{Índice transformado} = \frac{\text{índice original} - 1}{4}$$

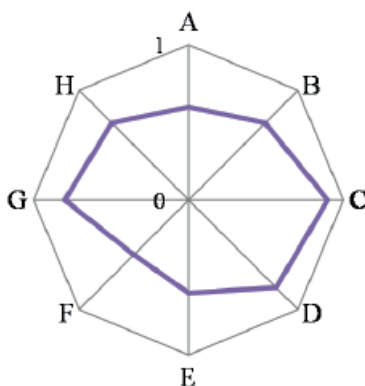
As representações gráficas das instâncias com seus respectivos indicadores e do próprio ICV deram-se a partir de Biogramas. Estas imagens gráficas foram desenvolvidas pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) com a finalidade de estimar o nível de desenvolvimento sustentável nos territórios rurais. O desígnio era criar um instrumento que fosse didático e capaz de integrar o valor de todos os indicadores individuais que representasse as dimensões (ou instâncias) consideradas (SEPÚLVEDA; CHAVARRÍA; ROJAS, 2005). Segundo Waquil et al. (2007), em virtude do Biograma ter proporcionado resultados interessantes para a análise do Índice de Desenvolvimento Sustentável, a metodologia passou a ser um potencial como ferramenta de caracterização e análise, principalmente para auxiliar a compreensão da realidade quanto ao desenvolvimento territorial e a implementação de políticas públicas.

De acordo com Sepúlveda (2005, p. 229), o Biograma “é um indicador multidimensional de representação gráfica cujo significado se baseia no conceito de imagem do estado de um sistema”. Assim, conforme Waquil et al. (2007), pode ser associado como um “gráfico de radar” e permite ser construído para todo o conjunto de dados. Cada dimensão está disposta em um eixo próprio e todas convergindo para um ponto central.

Ainda, frisa-se que as imagens devem ser construídas com as mesmas dimensões e nas mesmas ordens visto que a ordem dos fatores ocasiona uma alteração no produto. Assim, para que a comparação entre os resultados gerados tenha sentido, é necessário prezar pela ordem das dimensões em questão (WAQUIL et al., 2007).

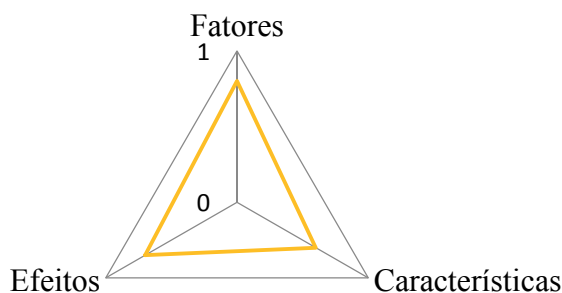
Conforme a Figura 4, o Biograma está disposto na forma de um hexágono cujos pontos ao redor unidos (variando entre 0 e 1) formam um anel interior. Cada instância é representada por um Biograma e o ICV é composto por uma figura com três eixos formando um triângulo, como ilustrado na Figura 5.

Figura 4 – Exemplo do Biograma com 8 eixos, um para cada indicador



Fonte: Brasil (2007, p. 16)

Figura 5 – Exemplo do Biograma com três eixos, um para cada instância

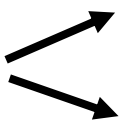


Fonte: Brasil (2007, p. 16).

Na seção seguinte serão apresentadas as inferências e as interpretações que decorrerão ao longo da pesquisa. Será explicado, portanto, como analisar-se-ão os dados considerados.

### 5.3 INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Dada a multidimensionalidade que compõe o ICV, os dados serão desagregados e analisados separadamente para melhor atender ao objetivo primordial, direcionar-se para os objetivos específicos e responder o problema de pesquisa. Assim, com base na exposição prévia da construção do índice, as percepções dos indivíduos serão apreendidas a partir da comparação entre grupos distintos. São eles:

- 1) ICV Geral por domicílios da amostra
- 2) Domicílios rurais com produção agropecuária 
  - Domicílios de agricultura familiar
  - Domicílios de agricultura não familiar
- 3) Domicílios sem produção agropecuária

Com base na Abordagem dos Meios de Vida de Frank Ellis e na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen e a partir da comparabilidade desses grupos, será analisado se a posse de distintos capitais (físico, social, humano, natural e financeiro) reflete em percepções distintas a respeito das condições de vida por parte das famílias rurais. Para tal, serão analisadas as respostas dadas pelas famílias rurais produtoras aos indicadores do ICV que correspondem a esses capitais, os quais estão expostos no Quadro 8. Para o terceiro grupo, serão analisados apenas os indicadores da instância 3.

Quadro 8 – Capitais e seus respectivos indicadores

<b>Capital Financeiro</b>
Características da mão de obra Escolaridade Condições de moradia Condições de saúde
<b>Capital Social</b>
Atuação das instituições e organizações
<b>Capital Físico</b>
Diversificação da produção
<b>Capital Natural</b>
Uso e preservação dos recursos naturais: água Uso e preservação dos recursos naturais: solo Uso e preservação dos recursos naturais: vegetação nativa
<b>Capital Financeiro</b>
Situação da renda Diversificação das fontes de renda Acesso a mercados Acesso a políticas públicas Acesso a assistência técnica

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Também será avaliado se a posse desses capitais por parte das famílias rurais diverge conforme a existência ou não de produção agropecuária e conforme a características de serem ou não agricultores familiares. Se sim, será investigado, conjuntamente, essas principais diferenças e como elas influem na percepção das condições de vida desses indivíduos. A partir disso, será possível verificar se suas percepções indicam ou não uma possível existência de situações de vulnerabilidade multidimensional.

Essa análise será baseada na perspectiva seniana levando-se em consideração seus principais conceitos: intitamentos, funcionamentos, capacitações (ou conjunto capacitário) e



liberdades. Isto é, será considerado como as famílias produtoras<sup>55</sup> observam e percebem suas ações, posses e demandas referente aos fatores e recursos que favorecem o desenvolvimento e lhe atribuem boa qualidade de vida. Ainda, será investigado, também tendo por base as percepções das famílias (produtoras e não produtoras), como se dá a conversão dos meios para os fins do desenvolvimento.

O resultado final do ICV avaliado poderá possibilitar a reflexão a respeito da eficácia das políticas públicas nesse território, principalmente a partir da análise do conjunto capacitário que muito pode dizer sobre seus resultados. Assim, será possível investigar e ponderar sobre os processos de promoção do desenvolvimento no TZS do Rio Grande do Sul.

---

<sup>55</sup> As famílias não produtoras não se inserem nas instâncias 1 e 2.

## 6 TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL DO RIO GRANDE DO SUL: CONDIÇÕES DE VIDA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

A necessidade de dispor de um melhor acompanhamento dos territórios e de suas dinâmicas tornou necessário o desenvolvimento de processos e ferramentas de avaliação e informação dos mesmos. Em virtude das limitações do IDS, uma complementação foi demandada pela SDT. Com a criação do Índice de Condição de Vida, o intuito passou a ser o acompanhamento direto das condições de vida das populações rurais pretendendo inferir sobre as ações integradas promovidas nos territórios e apontar seus resultados.

Em razão da carência de índices multidimensionais que não se limitavam no avanço de questões relacionadas às capacitações, aos funcionamentos humanos, ao bem-estar e às condições de vida, o uso do ICV como ferramenta de análise justificou-se ao permitir a ampliação de um debate mais completo sobre o desenvolvimento na escala humana e elucidar a relevância desta perspectiva no estudo das sociedades. Assim, dada a precariedade de estudos que voltavam os olhares para os indivíduos e consideravam os aspectos econômicos como meios e não como fins, e em virtude da necessidade de voltar-se para o meio rural entendendo-o para além do agrário, estudos e pesquisas cujo cerne era o desenvolvimento humano e análises multifacetadas tornaram-se importantes. E isso se deu não apenas politicamente, mas, sobretudo, a partir um ponto de vista teórico, justamente por avançar em questões muitas vezes esquecidas ou negligenciadas como pobreza, condições de vida e vulnerabilidade

Este capítulo versa sobre os resultados do Índice de Condição de Vida aplicado no TZS e possui o intuito de responder o seguinte questionamento/problema proposto: a posse de distintos capitais<sup>56</sup> reflete em diferenças na composição do conjunto capacitário e na percepção sobre as condições de vida dos indivíduos residentes em domicílios rurais no Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul? Este capítulo tem, ainda, o propósito de cumprir com o objetivo principal mencionado na introdução, o qual é analisar o desenvolvimento (humano), a pobreza e a vulnerabilidade a partir de múltiplas dimensões e com base nas percepções das condições de vida dos próprios indivíduos expressas pelo Índice de Condição de Vida.

---

<sup>56</sup>Capital físico (referente aos bens gerados e utilizados nos processos de produção, como ferramentas, máquinas, melhoramentos para a terra), capital humano (concernente aos níveis de educação e condições de saúde dos indivíduos), capital social (referente às redes de relacionamentos e participação em associações que contribuem para a expansão dos meios de vida), capital natural (concernente à base de recursos naturais a qual é utilizada para a sobrevivência dos indivíduos) e capital financeiro (referente ao acesso ao crédito ou outros tipos de fluxos monetários destinados para a produção ou consumo de bens) (ELLIS, 2000).

Portanto, o capítulo é dividido em duas partes. A primeira seção (6.1) compõe a caracterização geral da amostra, abarcando o perfil dos entrevistados/entrevistadas, a situação de produção, a situação educacional das famílias, a comercialização dos produtos e as fontes de rendimentos. A seção seguinte (6.2) se encarrega de apresentar os resultados gerais do ICV para o Território Rural Zona Sul.

## 6.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA

A base de dados para a construção do ICV do Território Rural Zona Sul foi composta por uma amostra de 280 casos representados por famílias residentes em domicílios rurais, ou *household*, conforme Ellis (2000). Nas palavras de Castello Branco (1989, p.7),

O interesse em tomar a família como unidade de análise decorre basicamente da importância deste grupo social como núcleo articulador das práticas que norteiam o processo de reprodução social. [...] O estudo da família é portanto de fundamental importância, na medida em que busca apreender a pluralidade de formas como os indivíduos se organizam com vistas à reprodução biológica e social.

Nesta pesquisa, as famílias foram representadas por um membro apenas, este tendo ou não grau de parentesco. O perfil das famílias, portanto, foi definido a partir do perfil dos/das entrevistados/entrevistadas. Sendo assim, a orientação para a coleta de dados do ICV era entrevistar os chefes das famílias ou algum membro que pudesse repassar informações sobre o seu domicílio (WALTER, 2011). Conforme exposto na Tabela 9, a maioria intitulou-se como chefe da família ou esposa/marido do chefe da família, ficando para os filhos uma representação de apenas 6,79% dos casos. Somente em uma família o entrevistado intitulou-se como não membro.

Tabela 9 – Perfil dos indivíduos entrevistados nos 10 Setores Censitários

	<b>Chefe da família</b>	<b>Esposa/marido do(a) chefe da família</b>	<b>Filho(a) do(a) chefe da família</b>	<b>Outro membro da família</b>	<b>Não é membro da família</b>
Número	157	101	19	2	1
%	56,07	36,07	6,79	0,71	0,36

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

A média de membros por domicílio rurais entrevistados no TZS foi 3,5 pessoas, equivalente à média brasileira referente, também, ao tamanho da família rural para o ano de 2010 (3,5 pessoas) e maior em relação média nacional no período de 2014, igual à 3,3 indivíduos (IBGE, 2010b; 2014b). Apenas 25% destes domicílios eram compostos por mais de quatro membros, sendo majoritária a composição familiar de dois ou três membros (Tabela 10).

Tabela 10 – Número de membros por domicílio – TZS

Número de membros nas famílias	Frequência	%
0	0	0,00
1	19	6,78
2	68	24,28
3	65	23,20
4	56	20,00
5	42	15,00
6	19	6,78
7	6	2,14
8	3	1,07
9	1	0,35
10	0	0,00
11	0	0,00
12	1	0,35

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

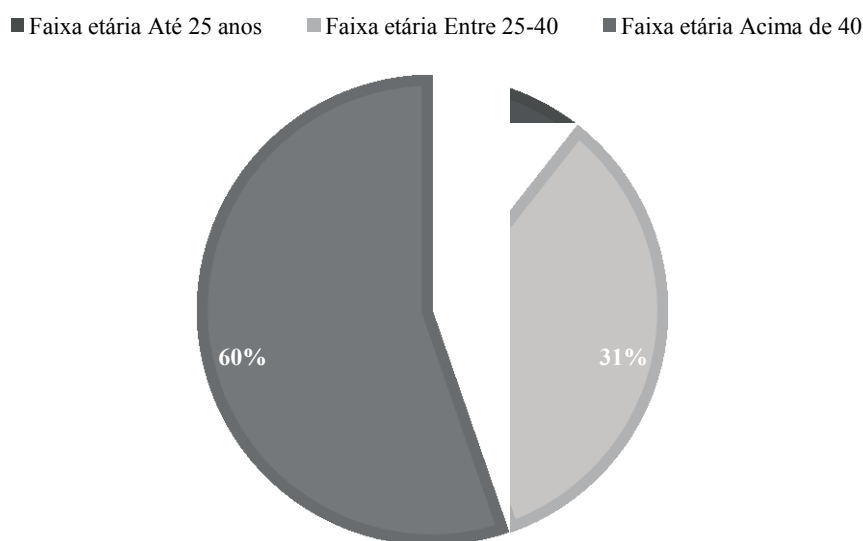
Comparando os dados da PNAD de 2010 ao da PNAD de 2014 (IBGE, 2010b, 2014b), a média de membros por domicílio rural (3,5 pessoas) permaneceu superior à média urbana (3,0<sup>57</sup> indivíduos) durante este período de quatro anos. Em comparação com os dados de Castello Branco (1989), esta quantidade era ainda maior nas décadas passadas: em 1981 a média de membros por domicílio urbano e rural eram, respectivamente, de 4,3 e 5,1 pessoas. Já em 1987, este número reduziu para 4,1 e 4,7, na devida ordem, corroborando a tendência de redução do indicador ao longo dos anos. Tal conjuntura refletiu-se em razão da redução dos níveis de fecundidade ocorrentes desde a década de 1960 que ocasionou, por consequência, uma diminuição na taxa de crescimento da população (CASTELLO BRANCO, 1989, p. 870).

<sup>57</sup> Valor referente ao ano de 2013 segundo IBGE (2014a).

Atualmente no país nota-se um estreitamento da base da pirâmide etária populacional<sup>58</sup> evidenciando um menor número de crianças e jovens (IBGE, 2014a). Porém, quando comparado aos dados do TZS essa tendência mostrou-se inversa: havia um maior número de jovens entre 14 e 29 anos e um número reduzidos de pessoa com mais de 35 anos, pressupondo, assim, um número maior de filhos por domicílios (PNUD; IPEA; FJP, 2015).

Da totalidade de entrevistados/entrevistadas, aproximadamente 60% deles/delas possuía idade superior a 40 anos, como pode ser observado no Gráfico 5. Em conformidade com Walter (2011), a média de idade dos entrevistados/entrevistadas na Região Sul para o ICV (por unidade de federação) também foi superior à essa, equivalendo a 47 anos. Com respeito ao gênero dos entrevistados/entrevistadas no TZS, a participação do sexo masculino foi quase idêntica a do sexo feminino (141 homens e 139 mulheres).

Gráfico 5 – Faixa etária dos indivíduos entrevistados do TZS

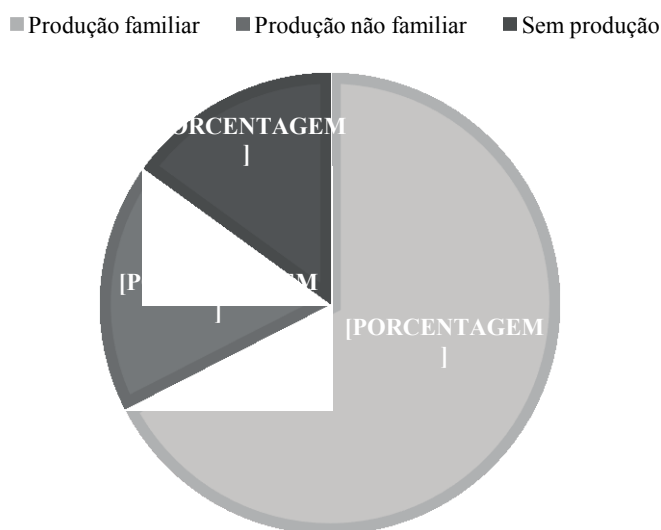


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do SGE (2015).

A respeito da caracterização dos domicílios em termos de produção, a amostra abrangeu 238 famílias cuja produção assentava-se no setor agropecuário (vegetal, animal, extrativista, pesqueira, florestal, aquicultura). Apenas 42 famílias não participavam produtivamente deste setor, apresentando-se como domicílios de moradia e/ou lazer, como pode-se observar no Gráfico 6.

<sup>58</sup> Ver IBGE (2014b, p. 21).

Gráfico 6 - Caracterização dos domicílios da amostra por produção e tipo (familiar ou não familiar)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do SGE (2015).

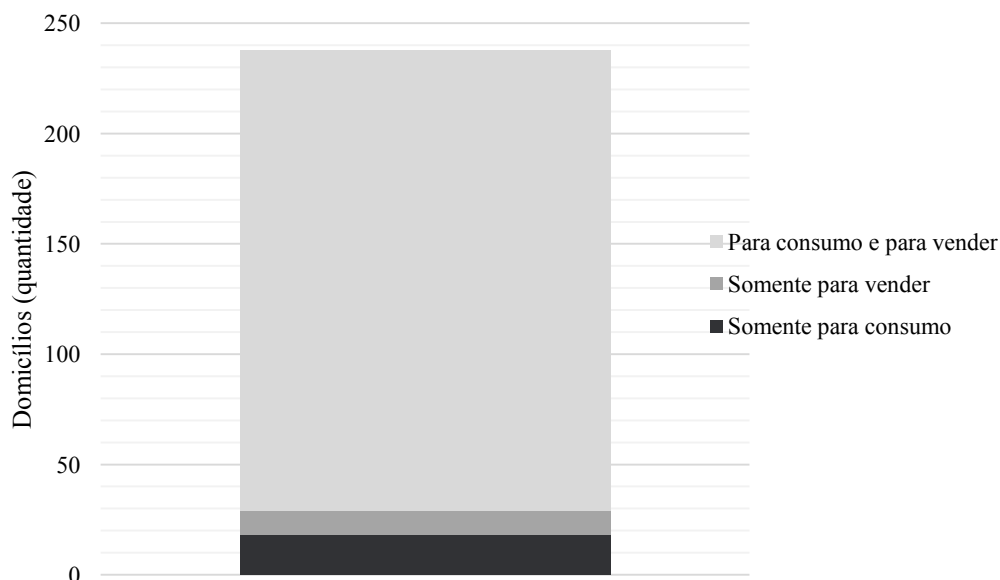
Dos estabelecimentos que apresentavam alguma produção agropecuária, foram feitas perguntas que caracterizassem o tipo de domicílio (WALTER, 2011). Assim, um número preponderante e equivalente à 189 domicílios foi identificado como domicílio de agricultura familiar<sup>59</sup> e 49 domicílios (cerca de 17%) foram identificados como não familiares.

Em relação aos domicílios com produção, 233 deles (equivalente à 97,8%) apresentaram a família trabalhando de maneira principal. Em apenas um domicílio a família não se apresentou como administradora do estabelecimento.

De maneira prevalecente, a produção do estabelecimento era destinada à comercialização e ao consumo com expressividade de 74,64%. Em apenas 18 domicílios (6,42%) – que podem incluir domicílios apenas de moradia, especialmente de pessoas mais idosas – a produção destinava-se exclusivamente para o autoconsumo, como observado no Gráfico 7. Tal conjuntura reflete a importância da produção não apenas para o comércio, mas, também, para assegurar certo estoque de alimento e reduzir vulnerabilidades ligadas às situações de fome ou de falta de alimentos, estiagem ou outras situações que podem resultar em indisponibilidade de produzir alimentos para consumo.

<sup>59</sup>Segundo a Lei 11.326, Art. 3º, estabelece-se como agricultor familiar aquele que “I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”.

Gráfico 7 – Destino da produção dos domicílios da amostra



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Concernente à fonte de renda primordial das famílias com algum tipo de produção agropecuária, a prevalência advinha da própria produção, o que não significou dizer a existência de apenas uma fonte de renda. A consolidação de políticas e programas de valorização do salário mínimo e da aposentadoria, assim como as transferências de rendas, mostrou-se um fator importante em termos monetários e, também, em termos de oportunidades (IBGE, 2014b). Além dessas duas, outros tipos de fontes de renda incrementavam a renda total destas famílias, como trabalho agrícola para terceiros (em 67 domicílios), trabalho não agrícola (em 43 domicílios), artesanato/manufatura (em 15 domicílios), turismo rural, ambiental, ecológico (em 2 domicílios), processamento ou beneficiamento de produtos (em 9 domicílios), arrendamentos de terras (em 12 domicílios), doações (em 13 domicílios).

Em termos de situação educacional, a pesquisa preocupou-se em indagar

Sobre a alfabetização dos maiores de 15 anos, se todos os adultos completaram o ensino fundamental e se todas as crianças e adolescentes em idade escolar estavam matriculados e frequentam regularmente a escola. Eram questões [que] introduziam o tema da escolaridade, para que o entrevistado avaliasse a situação da família no terceiro indicador da Instância 1 (WALTER, 2011, p. 21).

Ainda, em conformidade com a IBGE (2014b, p. 100),

A educação é um bem coletivo essencial para a promoção da cidadania e apresenta um visível impacto nas condições gerais de vida da população, o que a torna cada vez mais imprescindível para a inserção social plena. Além disso, a educação é reconhecidamente a principal mediadora de oportunidades existentes nas sociedades democráticas, participando de forma inequívoca na determinação dos rendimentos do trabalho e da mobilidade social. Nesse sentido, a elevação do nível educacional da população e a maior igualdade no acesso à educação de qualidade devem ser objetivos prioritários da sociedade.

Das 238 famílias residentes em domicílios com produção agropecuária, 198 casos apontavam que todos os membros maiores de 15 anos estavam alfabetizados; 28 famílias possuíam adultos com o 1º Grau completo; e 116 famílias tinham membros em idade escolar matriculados na escola e frequentando regularmente. Frisa-se que os dados referentes à escolaridade foram compostos na Instância 1. Por esta razão, a parcela da amostra que era representada por famílias que não possuíam produção agropecuária não foi considerada.

Com intento de inferir sobre as condições de vida da população do TZS, a seção seguinte encarregar-se-á de descrever os principais resultados do ICV buscando cumprir com o objetivo primordial desta pesquisa e buscando responder o problema de pesquisa proposto.

## 6.2 ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA: RESULTADOS GERAIS DO TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL

É necessário recordar que o ICV foi calculado para cinco situações: para a amostra total de domicílios, para domicílios com produção (total), para domicílios com agricultura familiar, para domicílios com agricultura não familiar e para domicílios sem produção. Ressalta-se, novamente, que o índice foi composto por três instâncias (cada uma contendo oito indicadores), sendo que as duas primeiras apenas abrangeram dados dos domicílios com produção agropecuária (representando 85% da amostra total).

O critério de categorização do resultado do ICV geral e por instância foi separado por quintis: baixo, médio-baixo, médio, médio-alto e alto. Em consonância com Walter (2011), as respostas/percepções foram categorizadas em “negativo” (abrangendo as respostas “ruim” e “péssimo”), “neutro/mediano” (abrangendo a resposta “regular”) e “positivo” (abrangendo as respostas “bom” e “ótimo”). Para alguns indicadores, a representação de cada categoria variou (Quadro 9).



Quadro 9 – Variação de cada categoria conforme instância e indicador

Categorização				
		Negativo	Normal	Positivo
Instância	Indicadores	Respostas		
	Instância 1	6	Complicadas e muito complicadas	Mais ou menos
7.1		Complicadas e muito complicadas	Mais ou menos	Simple e muito simples
7.2		Complicadas e muito complicadas	Mais ou menos	Simple e muito simples
Instância 2	12	Pouco variada e nada variada	Mais ou menos variada	Variada e muito variada
	13	Pouco variada e nada variada	Mais ou menos variada	Variada e muito variada
Instância 3	19	Quase todos e todos	Boa parte	Nenhum membro e poucos
	20	Piorou e piorou muito	Não mudou	Melhorou e melhorou muito
	21	Piorou e piorou muito	Não mudou	Melhorou e melhorou muito

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Em vista de que o fácil acesso aos recursos e a possibilidade de alcançar distintos capitais são vias substanciais (porém, não únicas) para a expansão das oportunidades, a existência de certas privações que trazem obstáculos à apropriação destes elementos, reflete, sobretudo, na também privação da expansão de capacidades e liberdades elementares relacionadas ao bem-estar. A reprodução social insustentável decorre, muitas vezes, não pela escassez de recursos, ativos ou bens adquiridos por uma pessoa, mas, elementarmente, pela

falta de acesso a eles originada por um excesso de privações. Neste contexto, a criação de um portfólio de atividades e ativos/capitais que garantem a sobrevivência, a realização de funcionamentos e o avanço das condições de vida pode ser crucial para um indivíduo, família ou comunidade (SEN, 2008, 2010; ELLIS, 2000).

Porém, considerar apenas os recursos como indicadores para compreender sobre o que uma pessoa pode fazer ou ser produz uma análise incompleta e imperfeita (SEN, 2008). Além dos capitais, os quais permitem empreendimento na produção, engajamento no mercado de trabalho, interação com outros ciclos sociais (ELLIS, 2000), deve-se, primordialmente, ser consideradas as características pessoais e sociais de cada indivíduo ou família. Nas conformidades de Sen (2008), as oportunidades não são parâmetros mensurados pela disponibilidade de recursos, mas, sim, funções que abrangem distintos fatores (talentos, recursos, direitos, expectativas, escolhas anteriores, autoestima, poder de iniciativa, processos decisórios) que variam conforme as particularidades.

Em conjunto, os ativos e as diversidades pessoais/sociais resultam em variações distintas de conversões de recursos e intitamentos em realizações e liberdades, bem como na construção de estratégias diversas de sobrevivência e reprodução. Desta maneira, os resultados pertencentes à primeira instância do ICV permitiram refletir a respeito dos meios para se alcançar o desenvolvimento humano no TZS, essencialmente a partir da análise do acesso (ou obstáculos ao acesso) aos capitais e recursos. Os dados – que traduziram as percepções das famílias residentes em domicílios rurais – possibilitaram, adicionalmente, desenvolver uma análise referente aos elementos que condicionaram a realização das escolhas dos indivíduos.

A Instância 1<sup>60</sup> do índice apresentou o resultado geral mais baixo dentre as três instâncias. Com um valor equivalente à 0,544, conforme explícito na Tabela 11, recebeu um critério avaliativo “médio”. Ressalta-se que esse critério foi refletido em função da existência de assimetria (ou menor harmonia) entre as respostas, as quais variaram entre o máximo e o mínimo.

---

<sup>60</sup>Novamente ressalta-se que os dados consideraram apenas os domicílios que apresentaram produção agropecuária, independentemente do tipo de mão de obra (familiar ou não familiar).

Tabela 11 – Índice de Condição de Vida e frequências – Instância 1 e indicadores

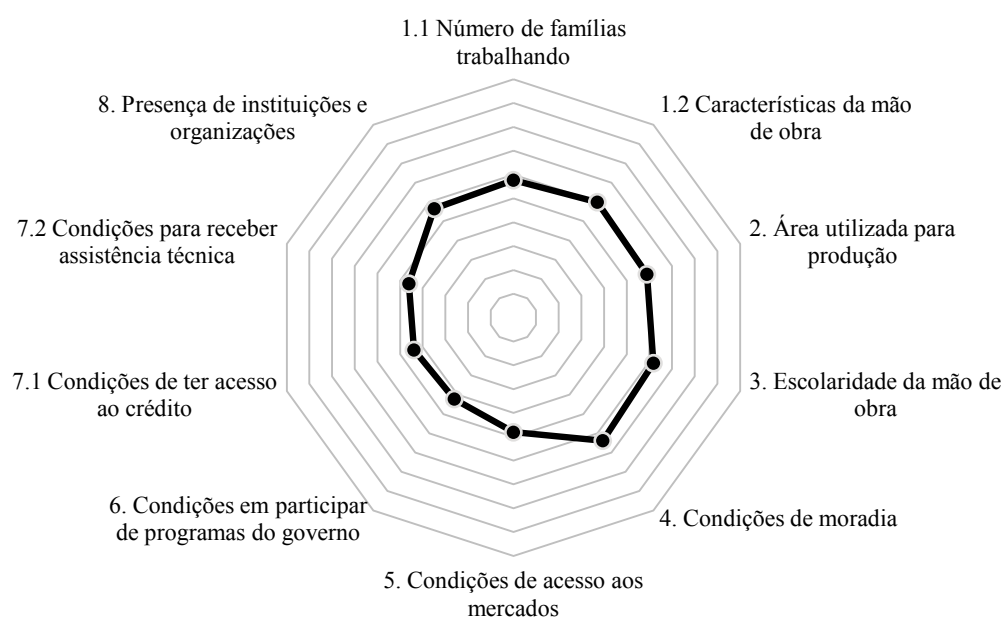
Indicadores	ICV	Frequência
<b>Instância 1</b>	<b>0,544</b>	
Número de famílias trabalhando	0,577	238
Características da mão de obra	0,599	237
Área utilizada para produção	0,589	238
Escolaridade da mão de obra	0,618	238
Condições de moradia	0,638	238
Condições de acesso aos mercados	0,481	238
Condições em participar de programas do governo	0,422	232
Condições de ter acesso ao crédito	0,439	238
Condições para receber assistência técnica	0,461	238
Presença de instituições e organizações	0,565	238

Nota: Mínimo: 0,000; Máximo: 1,000

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Na Figura 6 é possível observar melhor o desempenho de cada indicador do ICV a partir do seu Biograma e visualizar quais deles obtiveram melhores resultados. Na Tabela 12 é possível verificar, também, os percentuais de respostas para cada indicador. A partir dela pode-se dimensionar de maneira mais específica onde houve concentração de respostas entre os critérios ótimo, bom, regular, ruim e péssimo.

Figura 6 – Biograma da Instância 1



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Tabela 12 – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 1

Instância 1	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		Péssimo		Total
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq
1.1. Número de famílias trabalhando	11	4,6	94	39,5	100	42,0	23	9,7	10	4,2	238
1.2. Mão de obra familiar	14	5,9	96	40,3	105	44,1	16	6,7	7	2,9	238
2. Área utilizada para produção	22	9,3	80	33,8	103	43,5	24	10,1	8	3,4	237
3. Escolaridade	18	7,6	110	46,2	85	35,7	16	6,7	9	3,8	238
4. Condições de moradia	28	11,8	112	47,1	72	30,2	15	6,3	11	4,6	238
5. Acesso aos mercados	4	1,7	87	36,6	38	16,0	105	44,1	4	1,7	238
6. Programas do Governo	4	1,7	60	25,9	60	25,9	76	32,8	32	13,8	232
7.1. Acesso a crédito	4	1,7	67	28,2	59	24,8	83	34,9	25	10,5	238
7.2. Acesso a assistência técnica	3	1,3	75	31,5	70	29,4	62	26,0	28	11,8	238
8. Presença de instituições	20	8,4	87	36,6	81	34,0	35	14,7	15	6,3	238

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Observa-se na Tabela 12 que as respostas variaram e concentraram-se entre os critérios “bom”, “regular” e “ruim”. Porém, para alguns indicadores a diferença entre esses três critérios foi muito pequena (indicador 7.2 por exemplo). Foram essas variações que influenciaram com maior peso no cálculo final do ICV para a Instância 1 e, conseqüentemente, no estabelecimento do critério médio.

Concernente ao capital humano representado pelos indicadores de escolaridade e moradia, um cenário promissor foi observado dadas as percepções positivas a respeito dos mesmos. Consoante à Ellis (2000), o capital humano pode ser aprimorado por investimentos e acesso à educação e profissionalização, através de habilidades adquiridas na busca por atividades diversas e por meio de cuidados a saúde, por exemplo.

A importância da escolaridade (enquanto estratégia para a reprodução social) configura-se em razão do bem coletivo essencial que possui para a promoção da cidadania e para a inserção social plena dos indivíduos. A escolaridade e, sobretudo, o fácil acesso a ela compõe-se como “a principal mediadora de oportunidades existentes nas sociedades” (IBGE, 2014b, p. 100) gerando melhores alcances.

Apresentando uma percepção boa em 46,2% dos casos (seguida pela percepção “regular” (35,7%)), o indicador referente à escolaridade apresentou-se como um dos mais importantes desta instância. Conforme Rambo et al. (2015), os indivíduos entrevistados afirmavam que para as atividades exercidas por eles no dia-a-dia o grau de escolaridade que obtinham era suficiente, mesmo que grande parte deles tinham o ensino fundamental incompleto.

Aqui, há um paradoxo: ao mesmo tempo em que é evidente que a elevação do nível educacional da população e a maior igualdade no acesso à ela representa-se como um ativo com demasiada valia para a melhoria de vida e para a realização de diversos funcionamentos,

o baixo nível de escolarização dos indivíduos rurais do TZS mostrava-se suficiente para eles e não buscava ser elevado.

Na composição do ICV, as condições de moradia introduziram-se como indicador de capital humano por permitir indícios a respeito da saúde dos indivíduos relacionada à falta de sanitarismo<sup>61</sup>. Desde 2002, os Fóruns Urbanos Mundiais (*World Urban Forum*) buscaram enfatizar a relação do bem-estar das famílias a partir da compreensão de que não apenas a casa em si merecia atenção do poder público, mas, sobretudo, a relação que esta tinha com a construção social na qual as famílias residentes estavam inseridas. Assim sendo, temas que diziam respeito aos direitos de habitação (“educação, saúde, saneamento adequado, transporte, lazer, justiça”) estavam muito mais envolvidos com a cidadania do que se pensava (IBGE, 2014b, p. 171).

A percepção majoritária de uma situação boa de moradia, como observado na Tabela 12, possui relevância expressiva visto que um número elevado de indivíduos em todo mundo (sobretudo no Brasil) possuem pouco acesso aos serviços de saúde, saneamento básico, água potável e lutam constantemente para vencer a morbidez desnecessária e a morte prematura (SEN, 2010). Pois que, evidentemente, os elementos relacionados às condições de moradia/habitação ajudam a reduzir a exposição às diversas formas de vulnerabilidade possibilitando, até mesmo, melhores condições dentro do lar, muitas capacidades substantivas podem ser potencializadas e promovidas diante de tais circunstâncias.

Conforme aponta Sen (2010, p. 59-60),

Essas facilidades são importantes não só para a condução da vida privada (como por exemplo levar uma vida saudável, livrando-se da morbidez evitável e da morte prematura), mas também para uma participação mais afetiva em atividades econômicas e políticas.

Isto é, a mão de obra ou o trabalho também tornam-se mais efetivos quando livres de problemas relacionados à saúde (ELLIS, 2000). Esta permite uma maior segurança para exercer as atividades econômicas que garantem a sustentação da família.

Conforme Rambo et al. (2015), muitas dessas facilidades habitacionais puderam estar relacionadas aos programas habitacionais rurais e aos programas de expansão da energia elétrica implementada pelo governo. Esse contexto pode ter gerado percepções melhores a respeito das condições de moradia.

---

<sup>61</sup>Segundo o Dicionário Online Caldas Aulete (DICIONÁRIO..., 2015), o conceito de sanitarismo baseia-se em um conjunto de políticas e ações que visam a implementação da saúde pública da população.

Embora esses indicadores tenham refletido percepções mais promissoras sobre as condições de vida das famílias rurais no TZS, foi detectado um cenário relacionado ao capital financeiro que merece, aqui, uma atenção mais concentrada, essencialmente a respeito das condições de mercado, do acesso ao crédito e da (pouca) facilidade de acessar programas e políticas governamentais. Esses indicadores dizem respeito, de uma maneira geral, aos estoques de capital cujas famílias possuem (ou não) acesso (ELLIS, 2000).

Quanto às condições de mercado, muito pode-se refletir sobre as condições e facilidades econômicas. Conforme a percepção das famílias, a situação era majoritariamente ruim. Apenas 54 domicílios vendiam seus produtos para cooperativas ou associações, enquanto 125 não realizavam nunca tal processo (o que pode significar que vendiam para outros mercados, como os institucionais ou feiras, ou que possuíam uma relação mercantil frágil, vendendo de maneira autônoma e incerta ou, até mesmo, que existiam poucos mercados na localidade). Deve-se destacar, ainda, que 18 domicílios (provavelmente de moradia ou lazer) não produziam para vender, isto é, produziam apenas para seu próprio consumo.

Com exceção dos últimos domicílios mencionados e referente às condições para ir até os mercados (distância, facilidades de deslocamento), 40,3% dos domicílios avaliaram a situação como “mais para ruim” do que para bom, indicando, assim, a existência de privações relacionadas à falta de infraestrutura, à precariedade no transporte público ou ao distanciamento. No que tange às condições de compra de insumos, como sementes, adubos, medicamentos, rações, equipamentos, ferramentas, e à venda dos produtos 47,8% e 48,2% dos domicílios perceberam a situação mais positiva, na devida ordem.

O acesso ao crédito pelas famílias rurais na historicidade da economia brasileira sempre mostrou obstáculos quase insuperáveis. Nas palavras de Bianchini (2013, p. 65),

Apesar da política agrícola não excluir formalmente nenhum segmento [da população], a exclusão se dava, na prática, por diferentes níveis de procedimentos operacionais adotados pelas instituições financeiras. As concessões de crédito privilegiavam as commodities ligadas ao nascente complexo agroindustrial, as transações de maior volume e de menor custo administrativo, com uma centralidade na moderna agricultura Centro-Sul. Com isso, aproximadamente 80% dos estabelecimentos agropecuários não tiveram acesso ao crédito subsidiado.

Com a criação do Pronaf, que institucionalmente constituiu-se em uma solução para a superação de alguns desses obstáculos, o acesso ao crédito passou a ser melhor remanejado e tornou possível a concessão de um volume mais expressivo de recursos, sobretudo a partir dos anos 2000 cuja média, segundo Bianchini (2013), chegou à 4 bilhões de reais. A criação de

programas e políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ambos programas de compras governamentais da agricultura familiar, bem como a criação dos Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o Seguro Garantia de Safra, o Programa de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar, entre muitos outros, visou (além do incremento ao Pronaf) fortalecer, promover e consolidar a agricultura familiar “para um rural sustentável” (BIANCHINI, 2013, p. 68).

Sem embargo, muitas limitações permanecem enraizadas dificultando tanto o acesso ao crédito quanto a participação em políticas e programas governamentais, excluindo, desta forma, milhões de famílias. Não obstante, existem ainda inúmeras críticas sobre o alcance da eficácia de tais instrumentos – relacionadas à necessidade de rearticular um sistema financeiro mais adequado aos programas, à necessidade de expandir o atendimento de forma a abranger maiores parcelas da população, à redução dos custos dos projetos e dos custos de transação – que clamam por novos ajustes e pela superação dos novos desafios (BIANCHINI, 2013).

A percepção preponderante observada na Tabela 12, de que as condições para acessar o crédito ou qualquer financiamento, seja formal ou informal, para a produção (mesmo que não se aproprie de linhas de crédito) eram complicadas<sup>62</sup> ou mais ou menos complicadas para as famílias, remete diretamente à essa discussão. Uma das limitações (que, evidentemente causam privações à expansão das oportunidades) mais discutidas academicamente nas últimas décadas refere-se ao complexo e burocrático sistema bancário. Este gera receios aos pequenos produtores que, com temores de não saldarem suas dívidas ou ficarem vulneráveis e dependentes das oscilações econômicas, acabam não optando pela captação de recursos e, até mesmo, não se enquadrando como clientes adequados às vistas dos bancos. Desta forma, exclui milhões de famílias brasileiras que necessitam, de fato, desses recursos.

Como superação desta privação, Bianchini (2013) sugeriu a criação de novas formas de financiamento que contemplassem todo o conjunto de famílias produtoras que não conseguiram se adequar a esse sistema. Para tornar isso viável, porém, torna-se relevante a prioridade de outras formas de financiamento para a agricultura, como Fundos Rotativos, Compras Antecipadas, Sistemas de Trocas, além das linhas de crédito populares, como PRONAF.

Segundo Ellis (2000), esses recursos financeiros possuem um papel notável na construção do portfólio de ativos e estratégias por, principalmente, converter-se em outras

---

<sup>62</sup> Ver Anexo A.

formas de capital (capital físico e humano, por exemplo) ou bens de consumo. Apesar de não ser o principal meio para se alcançar o bem-estar, é inegável, até mesmo para Sen (2010), que a renda e o acesso aos recursos financeiros possuem indiscutível significância para a sobrevivência das famílias e para a expansão das oportunidades e liberdades.

No que diz respeito à participação em programas governamentais e/ou políticas públicas, como Bolsa Família, Programa Nacional de Fortalecimentos da Agricultura Familiar (PRONAF), Política de Aquisição de Alimentos (PAA), Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), apenas 40 famílias indicaram a não participação, o que já mostrou um cenário menos pessimista. Todavia, concernente às 198 restantes, a percepção em relação as condições para conseguir participar de tais programas/políticas foi preponderantemente ruim, ou melhor, compreendidas como “complicadas” e “mais ou menos complicadas”.

A alta burocracia constitui-se em um dos principais obstáculos à inserção das famílias rurais nas políticas e programas do governo, embora necessária para controle do uso adequado das verbas estatais. O excesso de documentação e de comprovação exigida para os beneficiários, conjuntamente com o acesso a um mercado financeiro exorbitantemente complexo, que traz relativas dificuldades e equívocos, isola e exclui diversas pessoas (principalmente grupos minoritários) em todo o país de adequarem-se à determinadas políticas e programas que seriam sumariamente importantes para a melhoria de suas condições de vida.

Nas palavras de Soares (2009, p.7), quando a pobreza cai aceleradamente a as políticas de transferência de renda mostram-se como as principais responsáveis sobre essa redução, “a definição de quais famílias deveriam ser beneficiadas por estas políticas se transforma em um debate cada vez mais relevante”. Muitas vezes o limiar entre a inclusão e a exclusão do cidadão na política pública é tão pequeno que gera dúvidas quanto à eficiência e a justiça prezada pelo seu objetivo central.

Por exemplo: conforme o Decreto nº 5.209/2004, art 18. “o programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal **per capita** de até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais) e R\$ 77,00 (setenta e sete reais), respectivamente” (BRASIL, 2004, não paginado). Primeiro ponto: é altamente discutível a questão de analisar a pobreza apenas sob perspectiva monetária (linha da pobreza). Deveria ser prioritária a reflexão assentada sob a abordagem da pobreza de oportunidades. Segundo ponto: o quão a família que recebe um valor de, por exemplo, R\$ 160,00 mensal, é mais inapta à ser incluída no programa? Este tipo de debate e reflexão é altamente relevante quando o que está em xeque é a vida de milhares de pessoas vulneráveis



(sob diversos aspectos: econômico, social, ambiental) e as consequências que tais privações geram em termos de funcionamentos elementares, como ser/estar feliz.

Inerente à essa discussão está o debate a respeito dos critérios para definir a pobreza. Esses geralmente encontram-se apoiados em abordagens monetárias e de necessidades básicas trazendo, ainda, muitas contradições e diferenças entre si (COMIM; BAGOLIN, 2002; SOARES, 2009).

O próprio Brasil não contém uma linha metodológica oficial de pobreza e, por esta razão, muitas políticas públicas acabam gerando problemas. Nas palavras de Soares (2009, p. 7), “a medida que estas políticas se tornam cada vez mais importantes, a tarefa de adotar uma linha de pobreza oficial, ou pelo menos ter um tratamento oficial para a questão, torna-se cada vez mais urgente”.

Outro problema muito discutido academicamente é a universalização das políticas em uma sociedade altamente heterogênea. Uma política arquitetada localmente com o máximo de conhecimento por parte dos planejadores e gestores sobre o público-alvo e a localidade (isto é, assentada na coesão social), e tendo por base estudos científicos, poderia ser mais abrangente do que uma política nacional universal que não se altera conforme as particularidades de cada região e população.

Atualmente, inúmeros estudos<sup>63</sup> destacam a importância e os benefícios que as políticas públicas trazem para as famílias (sobretudo as que vivem em localidade com bases mais rurais), tanto no que diz respeito ao incremento da renda total quanto no que diz respeito à geração de oportunidade, à possibilidade de estratégias de sobrevivência e à melhoria de vida. Conforme Grisa e Schneider (2015, p. 20) nas últimas três décadas foram estabelecidas novas relações que abrangeram Estado e sociedade civil, criados novos espaços de participação social, emersos novos atores políticos “reconhecidos como sujeitos de direito”, criadas e institucionalizadas novas regras, ferramentas e instrumentos de política pública que passaram a orientar as ações do Estado. Assim, novas compreensões a respeito das condições socioeconômicas da população rural foram solidificadas.

A operacionalização de novas políticas direcionadas ao desenvolvimento rural visou garantir a inclusão social das famílias do meio rural propensas ou expostas, de fato, às situações de vulnerabilidade (principalmente social). O objetivo era desenvolver planos e ações de superação da pobreza e promoção do desenvolvimento (não só rural, mas, também, multidimensional) (MELLO, 2015).

---

<sup>63</sup> Para maior aprofundamento, ver: IEPA (2012), GRISA; SCHNEIDER (2015); MELLO (2015); IGBE (2015).

Assim sendo, a percepção das famílias residentes em domicílios rurais do TZS de que o acesso às políticas públicas era complicado<sup>64</sup> (Tabela 12) e dificultado salienta a urgência do Estado em rever suas ações e as (in)eficiências intrínsecas no combate à pobreza no território. Frisa-se, novamente, que a pobreza deve ser tratada de maneira multidimensional e reduzida a partir da expansão das oportunidades e liberdades.

As análises preliminares a respeito da Instância 1 do ICV para o território ressaltam que não só a capacidade de agência dos indivíduos é importante para superar vulnerabilidades e privações. A ação do Estado para permitir a expansão das capacidades e liberdades é indubitavelmente indispensável.

Os meios para alcançar o bem-estar, as oportunidades e liberdade elementares não estão meramente enfocados nas mercadorias e recursos disponíveis, embora, como já comentado, estes sejam relevantes. A possibilidade de realizar funcionamentos que, segundo Sen (2008, p. 36), são “elementos constitutivos do bem-estar humano”, permite a construção de leques de alternativas a partir dos quais as pessoas conseguem e podem realizar suas escolhas e viver conforme a vida que lhe é merecida. Sendo assim, estar apto para ir em busca do próprio bem-estar está relacionado com a capacidade e liberdade de realizar funcionamentos e com as oportunidades dispostas na sociedade (SEN, 2008; 2010).

A próxima análise designa inferir sobre as distintas e potenciais trajetórias do desenvolvimento humano no TZS, analisadas a partir da conversão dos intitulamentos, ativos e recursos em funcionamentos e capacitações. Por esta razão, a Instância 2 merece destaque.

Apesar de ter adquirido um resultado superior ao da primeira instância (com equivalência de 0,576 de acordo com a Tabela 13), a Instância 2 também recebeu um critério avaliativo “médio”. Este foi estabelecido em função da assimetria existente entre as respostas, que melhores podem ser observadas na Tabela 14.

---

<sup>64</sup> Ver Anexo A.

Tabela 13 – Índice de Condição de Vida e frequências – Instância 2 e indicadores

Indicadores	ICV	Frequência
<b>Instância 2</b>	<b>0,576</b>	
Situação da renda familiar	0,504	238
Resultado da produtividade do trabalho	0,543	238
Resultado da produtividade da terra	0,599	238
Diversificação da produção agrícola	0,502	238
Diversificação das fontes de renda	0,453	238
Conservação das fontes de água	0,662	238
Conservação da área de produção	0,612	238
Preservação da vegetação nativa	0,734	238

Nota: Mínimo: 0,000; Máximo: 1,000

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Conforme exposto na Tabela 14, as respostas variaram majoritariamente entre os critérios “bom”, “regular” e “ruim”, assim como evidenciado na Instância 1. Para o indicador 11, por exemplo, o número de resposta para os dois primeiros critérios mencionados foi equivalente (98). Para o indicador 12 os critérios “bom” e “ruim” obtiveram pouca diferença. Essa variação assimétrica entre as respostas dos oito indicadores incindiram estatisticamente na constatação de um critério final “médio” para a Instância 2.

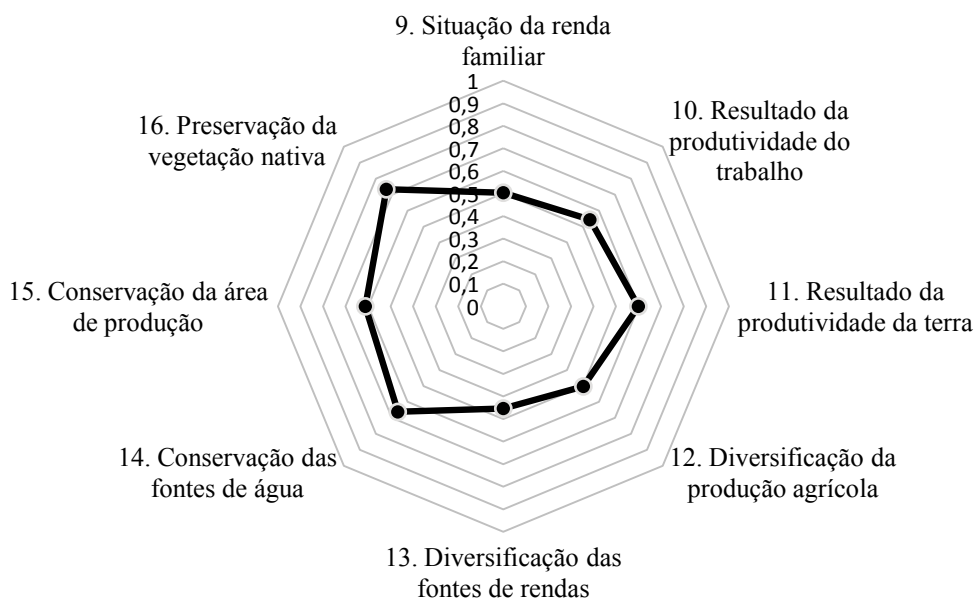
Tabela 14 – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 2

Instância 2	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		Péssimo		Total Freq
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	
9. Renda familiar	9	3,8	55	23,1	122	51,3	35	14,7	17	7,1	238
10. Produtividade do trabalho	15	6,3	70	29,4	104	43,7	39	16,4	10	4,2	238
11. Produtividade da terra	15	6,3	98	41,2	98	41,2	20	8,4	7	2,9	238
12. Diversificação da produção agrícola	10	4,2	77	32,4	64	26,9	79	33,2	8	3,4	238
13. Diversificação nas fontes de renda familiar	7	2,9	61	25,6	55	23,1	110	46,2	5	2,1	238
14. Conservação das fontes de água	39	16,4	125	52,5	39	16,4	21	8,8	14	5,9	238
15. Conservação da área de produção: solo	25	10,5	105	44,1	72	30,2	24	10,1	12	5,0	238
16. Preservação da vegetação nativa	59	24,8	134	56,3	25	10,5	11	4,6	9	3,8	238

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

O Biograma ilustrado a partir da Figura 7 indica o desempenho de cada indicador dentro da instância. Como pode ser observado, um dos piores referiu-se a renda de sustento da família que foi considerada, predominantemente, como regular (ver tabelas 13 e 14). Este resultado indicou que a quantia da renda que sobrava ao pagar-se os passivos e que era apropriada de maneira finalística por essas famílias para seu próprio consumo não era suficientemente capaz de saciar todas as necessidades e vontades esperadas por elas.

Figura 7 – Biograma da Instância 2



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Embora não tenha sido possível quantificar essa renda, refletiu-se que o que sobrava dava conta apenas das necessidades básicas das famílias e não permitia expandir de maneira otimizada (ou próxima a isso) o seu bem-estar. Esta circunstância pôde estar relacionada à diversos fatores como baixa diversificação das fontes de renda, baixa diversificação das atividades, alto percentual de despesas (sobretudo aquelas ligadas às atividades produtivas) que resultaram em baixas quantias de renda de fato apropriadas dentro dos domicílios. Esses resultados deixam evidente a importância da diversificação dos meios de vida, mencionado por Ellis (2000), na sustentabilidade da reprodução social e familiar.

De uma maneira cada vez mais intensa, a diversificação das fontes de renda vem adquirindo importância dentro das unidades rurais. Conforme Kageyama (1998), as transformações e revalorizações no e do mundo rural ocorridas nas últimas décadas proporcionaram, além da redução do tempo destinado às atividades de produção agrícola, uma diminuição da dependência das rendas agrícola como fonte primordial de proventos.

A busca por atividades diversas geradoras de recursos e para complementação da renda, bem como o regresso de pessoas oriundas dos centros urbanos para o meio rural (as quais passaram a ocupar-se não necessariamente com atividades agrícolas), caracterizam o que muitos estudiosos, como Kageyama (2008) e Schneider (2004), chamam de

pluriatividade. Ressalta-se, contudo, que pluriatividade não é sinônimo de plurirrendimentos, mas, ambos conceitos podem ser e estar relacionados.

Uma unidade rural familiar pluriativa pratica outras atividades dentro ou fora do estabelecimento, além daquelas intrínsecas à produção agrícola, recebendo, assim, outras formas de rendimentos. A diversificação das fontes de renda em conjunto com a ocupação de atividades tanto agrícolas como não agrícolas têm possibilitado elevar o poder aquisitivo da população e permitido demandar um leque maior de bens de consumo. Ainda, reduz a dependência dos recursos relacionados à produção e, também, reduz a exposição de vulnerabilidades ambientais (eventos climáticos) e econômicas (conjuntura econômica, flutuações dos preços, de mercados) (SCHNEIDER, 1999).

O indicador referente a diversificação das fontes de renda das famílias no TZS foi o mais baixo da Instância 2. Cerca de 96% dos domicílios disseram que a renda agrícola (produção, pecuária, pesca, extrativismo) era a principal fonte de renda.

A Tabela 15 apresenta diversas fontes de rendas e o número de estabelecimentos que se apropriavam destas na composição da renda total. Como pode ser visto, apesar desta vasta lista de fontes complementares os principais proventos para o sustento das famílias do TZS procederam dos rendimentos adquiridos pelas e nas atividades produtivas agrícolas.

Tabela 15 – Fontes de rendas e número de domicílios que as contemplam na renda total familiar

Fontes de renda	Número de estabelecimentos
Produção agrícola / pecuária / pesqueira / extrativista própria	228
Trabalho agrícola para terceiros (safrista, temporário etc.)	67
Trabalho não agrícola (serviço, comércio ou indústria)	43
Artesanato / manufatura	15
Turismo rural / ambiental / ecológico / aventura	2
Processamento ou beneficiamento de produtos	9
Aposentadoria ou pensão	82
Programas de transferência de renda	84
Arrendamento de áreas	12
Remessas de familiares, amigos etc. (doações)	13
Outras fontes de renda	6

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Conforme Rambo et al. (2015), a considerável distância em relação aos centros urbanos e, principalmente, aos mercados, a baixa fertilidade dos solos, a tradição de priorizar determinada prática produtiva (como a pecuária e a produção de tabaco), a elevada participação da agroindústria, a dificuldade no acesso às políticas públicas importantes são fatores que podem ter contribuído e continuam contribuindo para a baixa diversificação das fontes de renda e da produção.

Como Perondi e Schneider (2012) salientam, a diversificação tanto do trabalho como da renda geram um estímulo de resiliência para lidar com crises, choques ou vulnerabilidades em seus diversos tipos. Nas palavras desses autores e indo ao encontro das considerações de Ellis (2000), a importância da diversificação, sobretudo das rendas, dá-se pela preocupação de

Preservar e potencializar a capacidade de diversificação dos indivíduos de uma família rural, uma característica que propicie a liberdade de escolher diferentes alternativas de renda num portfólio variado de possibilidades. Essa é uma concepção diretamente relacionada às capacitações descritas por Sen (2001), isto é, um conjunto capacitário que dá liberdade ao indivíduo de levar a vida que deseja (PERONDI; SCHNEIDER, 2012, p. 129).

Por esta razão, uma baixa diversificação de renda e de atividades nos domicílios do TZS indicaram-se como privações ou obstáculos para o alcance de estratégias alternativas de sobrevivência. Reflete-se, ainda, que dadas essas circunstâncias, o portfólio disponível de capitais das famílias pode ter sido reduzido, bem como o leque de oportunidades para levar uma vida melhor.

À parte dessa análise preliminar, houve uma predominância de indicadores positivos relacionados ao capital natural. Os indicadores de “conservação das fontes de água”, “conservação da área de produção (solo, água)” e “preservação da vegetação nativa”, pois, obtiveram os resultados mais altos da instância e, por essa razão, merecem aqui ser destacados cautelosamente.

Ressalta-se que o índice contempla três das principais esferas de interesse em meio ambiente: a Hidrosfera, a Geosfera e a Biosfera. A inter-relação destas características abióticas e bióticas não pode ser discretizada facilmente e separá-las em esferas independentes é, no mínimo, equivocado. Porém, uma vez que o índice segmenta tais ramos da ciência é importante frisar que há, portanto, uma comunicação entre todos os indicadores avaliados.

Os debates referentes ao meio ambiente e aos recursos naturais bem como a relação homem-natureza não são novos, mas, ainda recebem e merecem destaque por parte da

sociedade civil e das instituições governamentais (TOIGO, 2013). Consoante com Minella et al. (2007, p. 1.638), o sul do Brasil apresenta uma expressiva parcela de propriedades agrícolas familiares ocupando áreas de baixa capacidade agrícola e alta fragilidade ambiental em razão, sobretudo, da “declividade acentuada das vertentes e solos rasos”.

A erosão hídrica compõe-se como uma das principais consequências deste cenário ocasionando uma perda da capacidade produtiva dos solos assim como uma elevação das transferências de sedimentos e poluentes para a água. Por sua vez, esse carreamento de sedimentos (do qual fazem parte macro e micronutrientes essenciais tanto para a produção agrícola quanto para a manutenção das espécies nativas já estabelecidas) compromete também a qualidade dos corpos hídricos adjacentes ao sítio da erosão (MERTEN; MINELLA, 2002; MINELLA et al., 2007).

A piora de qualidade da água se dá uma vez que os sedimentos levados pela erosão desempenham o papel de nutriente para espécies vegetais e bacterianas também nos pontos à jusante de onde foram erodidos, e não somente na propriedade onde a sua serventia como nutriente é certa. A presença em excesso de nutrientes e de matéria orgânica na água gerará alterações no oxigênio dissolvido, no pH (fator regulador de inúmeras interações bioquímicas) dando continuidade então em uma sequência de alterações nas características da água e da integridade daquele ambiente (MERTEN; MINELLA, 2002; MINELLA et al., 2007).

Visto que a boa qualidade de vida depende da boa qualidade dos recursos da natureza (ar, água, terra), sua preservação é indiscutivelmente importante. Não obstante, o próprio valor intrínseco da natureza<sup>65</sup> já é um motivo primordial para querer preservá-la.

Com respeito à importância da qualidade das fontes de água tem-se que a ingestão de água imprópria para o consumo, a água mal tratada ou más condições de higiene e saneamento básico estão relacionadas à morte de milhares de pessoas, sobretudo crianças menores de 5 anos. Uma representação inferior à 50% do total da população rural na América Latina tem acesso às condições adequadas de saneamento, sendo que a atenção com a água para consumo é elencada como uma das principais medidas de custo-benefício (UNICEF, 2007).

A preservação da vegetação nativa, por sua vez, liga-se a dois segmentos: às Áreas de Preservação Permanente (APP) e às áreas de Reserva Legal (RL)). Conforme a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, as APPs são áreas protegidas, que podem ou não estarem cobertas por

---

<sup>65</sup> Ver: DWORKIN, Ronald. *El dominio de la vida*. Barcelona: Ariel, 1998.

vegetação nativa, “com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”. As áreas de Reserva Legal, por sua vez, localizam-se no interior de uma propriedade (ou posse rural) e possui a função de

Assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa (BRASIL, 2012, não paginado).

Ainda, a própria relevância da conservação dessas áreas é explicitada na lei federal. De acordo com esta, um dos princípios básicos a ser atendido é a

I - Afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, para o bem-estar das gerações presentes e futuras (BRASIL, 2012, não paginado).

Assim, dada a relação direta das fontes de água e dos solos com a qualidade da água ingerida; e da conservação da área natural e de produção com a qualidade de vida dos seres humanos e dos ecossistemas envolvidos localmente, destaca-se, *a priori*, que os resultados promissores dos indicadores de capital natural do ICV, elucidados na Tabela 13, assinalaram uma boa relação entre as famílias rurais do TZS e a natureza que as circunda. Além disso, essa relação sociedade-natureza positiva, de certo modo, reduz a exposição dos indivíduos às situações de vulnerabilidades relacionadas, por exemplo, aos aspectos sanitários, às doenças evitáveis (como respiratórias ou causadas por parasitas e mosquitos que vivem em lugares insalubres) que podem ser causadas pelo descuido e destruição do meio ambiente e podem incidir negativamente sobre outros aspectos da vida.

Todavia, segundo apontam Rambo et al. (2015), existe no TZS uma realidade em que ao mesmo tempo que os indivíduos percebem positivamente a preservação e a conservação dos recursos naturais, a paisagem que se observa diverge dessa percepção. Por exemplo,

Raramente visualiza-se mata ciliar adequada aos parâmetros do Código Florestal Brasileiro ou mesmo áreas de preservação permanente ou reservas legais averbadas. Neste sentido, cabe a pergunta: porque a percepção dos entrevistados destoa dos parâmetros legais? As respostas a essa questão podem passar por um provável desconhecimento por parte dos entrevistados acerca do novo Código Florestal e, em áreas de campo nativo, por uma percepção de que a sua manutenção representa um ambiente preservado. Análises acerca desta questão podem orientar, por exemplo, a formulação e adequação de políticas ambientais (RAMBO et al., 2015, p. 85).



O TZS é rico em capital natural e sua característica mais forte, o meio rural, é intrínseca à natureza. Portanto, evidências de que não há, de fato, cuidados com os recursos naturais existentes nele não apenas torna-se importante dado o debate global a respeito do meio ambiente (e do próprio senso comum de que preservá-lo é imprescindível) mas, especialmente, por salientar que a própria população do território precisa proteger uma das qualidades mais observáveis do território.

Direcionando-se para análises da segunda instância do índice, a conversão dos meios para realizar funcionamentos está relacionada com a capacidade de uma pessoa atingir diferentes combinações de capitais, estratégias, ações e estados para levar a vida conforme deseja. Tais combinações, de acordo com Sen (2008), compõem-se em um conjunto de vetores de funcionamentos que dão a liberdade para o indivíduo de escolher dentre as vidas que lhe é mais agradável, formando, pois, seu conjunto capacitário.

Ter uma boa condição de renda (incluindo a importância já discutida sobre a diversificação das fontes), da produtividade do trabalho (em termos de capacidade de produzir, quantidade e qualidade) e da terra (quantidade de área produzida), bem como possuir uma boa interação com o meio ambiente, principalmente no que diz respeito à conservação, possibilita uma maior liberdade para realizar um conjunto maior de funcionamentos e alcançar o bem-estar.

Assim sendo, quanto melhores forem os desempenhos dessas variáveis indicando melhores condições de vida, maiores serão as realizações dos funcionamentos elementares e mais complexos. Ainda, maiores serão as liberdades para realizar outras combinações alternativas de escolhas (dentre todas as quais a pessoa pode escolher) e, por consequência, de funcionamentos. Isto é, mais fácil será evitar estar exposto à nutrição inadequada, à insalubridade, às doenças que podem causar a morte prematura e mais fácil, também, será estar/ser feliz.

Os dados do ICV relacionados à Instância 2 para o TZS mostraram, ao mesmo tempo, um cenário positivo e um negativo. O primeiro (para um conjunto de indicadores como condição de renda, produtividade do trabalho e da terra, conservação das fontes de água, vegetação nativa e área de produção, cujos resultados foram proeminentes) sugeriu uma condição de vida melhor em que as famílias residentes em domicílios rurais estavam, em certo grau, aptas para alcançarem funcionamentos diversos e, conseqüentemente, irem em direção ao alcance do seu bem-estar. O segundo indicou a existência de determinados obstáculos (relacionado aos indicadores de diversificação das fontes de renda e da produção) geradores de privações que possivelmente dificultaram o alcance de outros funcionamentos e, também,

de outros capitais (econômico, humano) interferindo, desta maneira, na promoção do desenvolvimento humano no TZS.

Conforme Sen (2008, p. 80-81), a capacidade de uma pessoa alcançar seu bem-estar é intrínseca à duas considerações:

Primeiro, se os funcionamentos realizados constituem o bem-estar de uma pessoa, então a capacidade para realizar funcionamentos (quer dizer, todas as combinações alternativas de funcionamentos que uma pessoa pode escolher ter) constituirá a liberdade da pessoa – as oportunidades reais – para ter bem-estar. [...] A segunda conexão entre bem-estar e capacidade consiste diretamente em fazer o próprio bem-estar realizado depender da capacidade para realizar funcionamentos.

Assim sendo, a capacidade é definida a partir de um conjunto de funcionamentos que representam várias combinações alternativas de ações e estados (SEN, 2008, 2010). Essas combinações, como já mencionado, dependem dos capitais acessados por um indivíduo, de suas características sociais e pessoais e das privações a serem destruídas e ultrapassadas.

Se o conjunto de funcionamentos constitui o bem-estar de uma pessoa, a capacidade desta de realizar tais funcionamentos constitui as suas liberdades, ou, nas palavras de Sen (2008, p. 80), “nas oportunidades reais” para alcançar o bem-estar. Esse conjunto de liberdades para realizar outras combinações de escolhas e funcionamentos que estão ao alcance da pessoa, por fim, constitui o conjunto capacitário. É através dele e por meio da liberdade de escolhas que se pode inferir sobre os fins do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, a última instância do ICV refletiu a respeito dos efeitos dos processos de desenvolvimento no TZS a partir da análise dos funcionamentos realizados pelas famílias rurais e de seu conjunto capacitário. Com o maior resultado geral (0,644) dentre as três instâncias, conforme indicado na Tabela 16, a Instância 3 recebeu um critério avaliativo mais abrangente (“médio alto”) em razão da variação das respostas para os oito indicadores que, praticamente, se concentraram no critério “bom”.

Tabela 16 – Índice de Condição de Vida e frequências – Instância 3 e indicadores

Indicadores	ICV	Frequência
<b>Instância 3</b>	<b>0,644</b>	
Condições de alimentação e nutrição	0,748	280
Condições de saúde	0,632	280
Permanência dos membros da família no domicílio	0,876	280
Situação econômica	0,601	280
Situação ambiental	0,584	280
Participação em organizações comunitárias	0,618	280
Participação política	0,597	280
Participação em atividades culturais	0,492	280

Nota: Mínimo: 0,000; Máximo: 1,000

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Como já mencionado, as respostas dadas pelos 238 domicílios concentraram-se no critério “bom”. Apenas para os indicadores 19 e 21, como pode ser observado na Tabela 17, as respostas foram prevalentes para os critérios “ótimo” e “regular”, respectivamente.

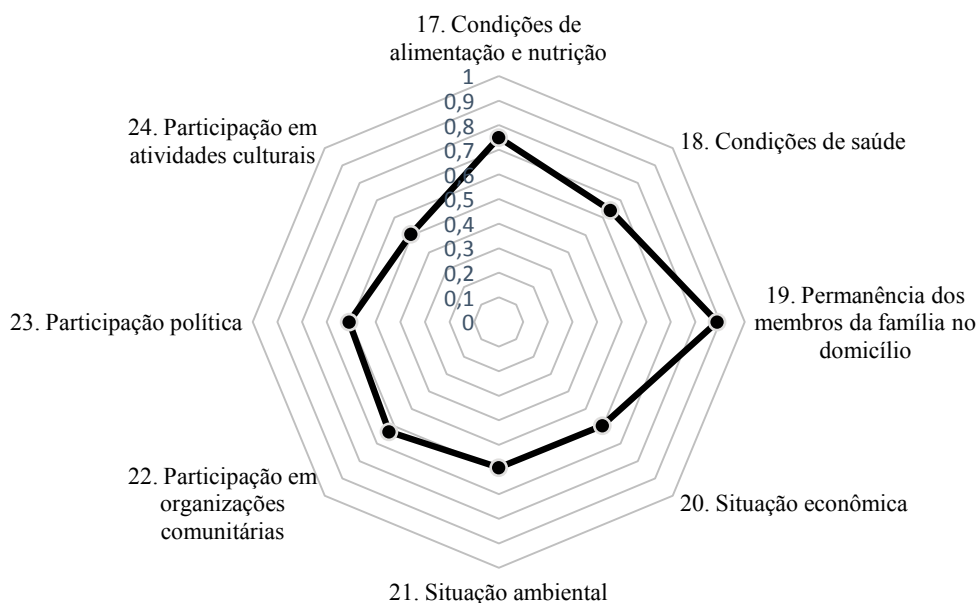
Tabela 17 – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 3

Instância 3	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		Péssimo		Total Freq
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	
17. Condições de alimentação e nutrição	66	23,6	153	54,6	55	19,6	5	1,8	1	0,4	280
18. Condições de saúde	40	14,3	117	41,8	86	30,7	25	8,9	12	4,3	280
19. Permanência dos familiares no domicílio	198	70,7	44	15,7	24	8,6	9	3,2	5	1,8	280
20. Situação econômica	13	4,6	137	48,9	85	30,4	40	14,3	5	1,8	280
21. Situação ambiental	6	2,1	111	39,6	137	48,9	23	8,2	3	1,1	280
22. Participação em organizações comunitárias	41	14,6	119	42,5	71	25,4	29	10,4	20	7,1	280
23. Participação política	28	10,0	116	41,4	90	32,1	29	10,4	17	6,1	280
24. Participação em atividades culturais	25	8,9	91	32,5	51	18,2	76	27,1	37	13,2	280

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Essa alta concentração de respostas no critério “bom” incidiu em um critério melhor, comparativamente com as demais instâncias, em razão, como já fora mencionado, da assimetria de respostas que variou entre o mínimo e o máximo. O Biograma exposto na Figura 8 ilustra o desempenho de cada um dos oito indicadores dentro do ICV. Como pode ser percebido, o indicador que pior foi avaliado em termos quantitativos e qualitativos referia-se às participações em atividades culturais, relacionado ao capital social.

Figura 8 – Biograma da Instância 3



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Todos os indicadores desta instância representaram um funcionamento: estar nutrido, estar saudável, ter emprego, ter renda adequada, estar em harmonia com o meio ambiente, ter participação nas organizações comunitárias, ter participação política e ter participação em atividades culturais. Muitos desses funcionamentos são inegavelmente importantes para o bem-estar de uma pessoa e para livrá-la da pobreza – não apenas em termos monetários, mas, sobretudo, em termos de oportunidades e identidade.

No que diz respeito a fome, não há ameaças à vida apenas quando a alimentação é insuficiente. De acordo com Mayer (1984, prefácio), se ela for mal constituída o prejuízo pode gerar um efeito dominó:

Surge uma série de estados de subnutrição. Quando essa subnutrição é grave, pode tornar-se rapidamente mortal: traduz-se por doenças há muito conhecidas, mas cujas causas permaneciam ignoradas. Se a carência de moléculas indispensáveis for menos pronunciada, determinará o mau funcionamento do organismo, o desenvolvimento defeituoso das crianças, a fraqueza parcial dos adultos, certa desagregação do estado mental e, por fim, a degeneração progressiva terminando por provocar o desaparecimento de grupos humanos. Os efeitos de uma má alimentação são, por conseguinte, muito mais profundos e mais amplos do que se pensava. Influem na duração e na qualidade da própria vida, na capacidade de trabalho, no estado psicológico das populações.

Estar bem nutrido interfere, também, no funcionamento de estar saudável/ter saúde. Poder escolher entre passar fome por opção (religiosa ou pessoal) e não passar fome, justamente por ter liberdade de escolher o que é melhor para si, é o que Sen chama de auferir liberdade.

Melhor nutrição e saúde também estão fortemente relacionados com emprego, educação e renda. Baixos níveis desta última variável podem ser a explicação para altos níveis de analfabetismo, más condições de saúde, fome, subnutrição e desemprego. Analogamente o recíproco se confirma: melhores níveis de educação e saúde podem propiciar níveis de rendas mais proeminentes e qualidade de empregos melhores (SEN, 2010).

A questão da participação cultural pelas sociedades ou comunidades e da manutenção da tradição dentro delas também é relevante nesta análise. Com frequência percebe-se o argumento de que sempre é melhor ser rico e feliz do que pobre e tradicional, como se esses elementos fossem opostos um ao outro. A decisão de sacrificar ou não uma vida tradicional para não se deixar devastar pela pobreza ou morte prematura deve ser respeitado como liberdade humana de escolher o que é melhor para si (SEN, 2010).

Ainda, a participação em atividades culturais facilita a interação social entre a comunidade fortalecendo seus laços e permitindo que cada indivíduo construa sua própria identidade. Sendo assim, sinais negativos nesta dimensão (como percebido na Instância 3) pode refletir em outros aspectos importantes da vida e na expansão das liberdades em geral.

Em síntese, as capacidades e as liberdades de escolha para realizar funcionamentos dependem de e são influenciadas por inter-relações, ou melhor, por “múltiplas liberdades inter-relacionadas” (SEN, 2010, p. 77). Cada indicador analisado na Instância 3 possuía uma relação entre si, fosse direta ou não. Assim, boas indicações em relação à situação ambiental, por exemplo, puderam indicar, também, boas condições de saúde.

O que os dados da Instância 3 do ICV apontaram foi a existência um cenário favorável no que diz respeito aos efeitos do desenvolvimento no território, sobretudo na escala humana. A percepção das famílias para os indicadores foi preponderantemente boa. Os funcionamentos mais básicos como ter saúde, estar nutrido, ter renda e estar em harmonia com o meio ambiente foram realizados.

Os indicadores de participação política e em organizações comunitárias também tiveram percepções majoritariamente boas. Os funcionamentos relacionados à eles podem propiciar outros funcionamentos mais complexos como ter respeito próprio, ter consciência de sua identidade e estar ciente de seu papel na sociedade.

De acordo com Sen (2010, p. 35), a capacidade de realizar funcionamentos gera frequentemente esses “encadeamentos correlatos”. As inter-relações entre as liberdades (políticas, facilidade econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência, segurança protetora) auxiliam na promoção das capacidades gerais de uma pessoa.

A análise dos funcionamentos e do conjunto capacitário, enquanto efeitos do desenvolvimento humano no TZS, portanto, permitiu inferir sobre o quão exposta a população estava às diversas formas de privação de liberdade. Mesmo que não tenham sido detectadas situações de subnutrição e pobreza extrema, por exemplo, alguns resultados (sobretudo da Instância 1 deram indícios de possíveis carências de oportunidades básicas que comprometem a longevidade da comunidade, família e/ou indivíduo e priva-os de conduzir suas vidas de maneira adequada e desejável (SEN, 2010).

As privações de liberdade que dificultam o alcance do bem-estar, nas palavras de Sen (2010, p. 32), podem

Surgir em razão de processos inadequados (como violação do direito do voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar da morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária).

Qualquer movimento, operação ou intervenção que possam ser feitos para evitar a privação de capacidades e liberdades, tanto em nível individual como em nível governamental e institucional, são favoráveis para evitar a pobreza de oportunidades. Nesse contexto as políticas são indubitavelmente elementares. Mas, a condição de agente do indivíduo na busca pela totalidade de seus objetivos e valores (estejam ou não relacionados à promoção do seu próprio bem-estar)<sup>66</sup> também não pode ser dispensada.

A diversificação das estratégias e dos meios de vida e a busca pelo bem-estar podem ocorrer de diversas maneiras, por diversas razões e a partir de combinações distintas de capitais e funcionamentos (NIEHOF, 2004; SEN, 2008). Essas combinações constroem um portfólio de subsistência à mão dos indivíduos, grupos ou famílias que lhes permitem recriar novas estratégias conforme suas necessidades e situações.

Com base nisso, os dados gerais do Índice de Condição de Vida do Território Rural Zona Sul puderam inferir que a posse de distintos capitais pode, sim, refletir em diferenças na composição do conjunto capacitário (dados os funcionamentos que o compõe e as liberdades

---

<sup>66</sup>No livro “Desigualdade reexaminada” de Sen (2008) é discutido a possibilidade de objetivos e valores de uma pessoa não estarem relacionados diretamente ao seu próprio bem-estar.

adquiridas pelos indivíduos) e em percepções distintas sobre as condições de vida de uma família. A combinação de estratégias (por exemplo: educação superior) e capitais (por exemplo: humano e econômico), em conjunto com a superação de certas privações (por exemplo: mercado mais flexível, acesso ao crédito mais facilitado, escolas e universidades públicas acessíveis), considerando as particularidades de cada família, compõem o conjunto de funcionamentos e de liberdades de cada uma para buscar melhores condições de vida.

Ainda, se concluiu que em termos de funcionamentos realizados e tendo por base as próprias percepções das famílias rurais dos domicílios estudados, essas não se mostraram expostas às situações críticas de vulnerabilidade e de pobreza rural, embora alguns indicadores sociais apresentados no capítulo 4, como renda, escolaridade, saúde, refletisse esse possível cenário.

Apesar das privações afirmadas sobretudo na Instância 1 (por exemplo, no acesso às políticas públicas e ao crédito), é inegável que desde a última década o Brasil todo vem expandindo o acesso da população total (e dos grupos sociais diversos que a compõe) a uma gama de oportunidades variadas ligadas a diversos capitais<sup>67</sup>. Ou seja, não é só na desigualdade em termos monetários que a melhora vem se prevalecendo, mas, essencialmente na desigualdade de oportunidades (BARROS et al., 2011).

Alguns indicadores do capítulo 4 (como a elevação dos anos esperados de vida, a evolução da renda per capita, a redução gradual no número de pobres e extremamente pobres) e alguns indicadores das três instâncias do ICV já mostraram isso, em certo grau. Isso indica que houveram, de fato, melhoras nas condições de vida não apenas no país, mas, também no TZS.

Porém, não se pode deixar de considerar que a percepção positiva das famílias acerca de suas condições de vida, apesar das privações constatadas no acesso aos meios importantes, pode, justamente, estar relacionada com situações de vulnerabilidade e fragilidade em razão dessas famílias estarem, possivelmente, imersas em uma acomodação resignada. Segundo Sen (1993), um indivíduo pode levar uma vida muito pobre mas aceita-la de forma silenciosa e resignada. Acostumado com a situação de privações pode não persistir em queixas e, inclusive, tentar extrair prazeres de coisas mínimas. Assim, as privações podem não ser captadas por esta pessoa.

---

<sup>67</sup>Por exemplo: financeiro: políticas de transferência de renda, políticas de acesso ao crédito, políticas de acesso aos mercados; humano: expansão de cursos técnicos e profissionalizantes, expansão das cotas nas universidades, criação de empregos, criação de leis contra violências diversas; social: programas de inclusão social.

Embora a análise dos resultados gerais tenha permitido essa primeira conclusão, para responder de maneira otimizada o problema de pesquisa aqui proposto e ir ao encontro dos objetivos específicos, torna-se interessante fazer uma análise paralela que considere as características produtivas, econômicas e sociais de cada família/domicílios do TZS. Portanto, o capítulo que segue irá analisar comparativamente os resultados do ICV dos domicílios com produção agropecuária, sem produção agropecuária e, posteriormente, o ICV dos domicílios de agricultura familiar e com produção não familiar. O intuito é inferir se a posse de distintos capitais traz composições diferentes na configuração do conjunto capacitário e distintas percepções das condições de vida conforme o tipo de domicílio e se há indícios de vulnerabilidade dentro desses.



## **7 VULNERABILIDADE, POBREZA E CONDIÇÃO DE VIDA: UMA ANÁLISE POR TIPO DE DOMICÍLIO**

Como já mencionado, as características e particularidades de cada indivíduo, família e/ou domicílios incidem e resultam em tipos distintos de liberdades, em capacidades diferentes e realizações de funcionamentos variados. O bem-estar de uma pessoa – que muito pode ser compreendido como um índice de funcionamentos individuais – também depende de fatores diversos intrínseco à ela (elementos pessoais, sociais, metabólicos<sup>68</sup>) ou não (elementos institucionais e conjunturais relacionado aos mercados, à política, à infraestrutura básica disponível para a sociedade) (SEN, 1999, 2010).

O portfólio de capitais acessados e o conjunto capacitário formado, dadas as variações interpessoais e elementos supramencionados que resultam na realização de múltiplos funcionamentos, refletem sobre as condições de vida, as capacidades, as escolhas e até mesmo sobre as limitações e deprivações de uma pessoa. Por isso, estar exposto às situações de vulnerabilidades independe da condição de pobreza e por esta razão mais importante do que avaliar o bem-estar e a qualidade de vida em termos monetários é analisá-los em termos de oportunidades e capacidades (UNDP, 2014).

Este capítulo objetiva esclarecer os objetivos específicos propostos ao analisar as condições de vida dos domicílios rurais do Território Rural Zona Sul – a partir dos meios (condicionantes do desenvolvimento), de suas conversões (características) e dos funcionamentos e capacitações geradas (efeitos do desenvolvimento) – com base em quatro tipos de domicílio. Assim sendo, as seções seguintes abrangerão inicialmente duas análises comparativas: uma entre os domicílios que apresentaram algum tipo de produção agropecuária na dinâmica familiar e os domicílios sem produção (de moradia, férias ou lazer, por exemplo) (seção 7.1); e outra entre os domicílios de agricultura familiar e os domicílios com produção não familiar (seção 7.2).

A partir dessas análises e para complementar a investigação que circunda o problema de pesquisa proposto, as instâncias contempladas pelo Índice de Condição de Vida serão observadas e refletidas na seção 7.3. Assim, será possível inferir se a posse de distintos capitais, a configuração do conjunto capacitário e a percepção das condições de vida

---

<sup>68</sup>Quando os funcionamentos estão relacionados à fatores nutricionais, por exemplo, a taxa de metabolismo é um elemento importante a ser considerado em conjunto com outras diversas variáveis como tamanho do corpo, idade, sexo, níveis de atividade, condições médicas (SEN, 1999).

divergem conforme os tipos de domicílios e se há, de fato, alguns indícios de que eles estão expostos às situações reais ou potenciais de vulnerabilidades multidimensionais.

### 7.1 ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA PARA OS DOMICÍLIOS COM PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SEM PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Dada a importância das atividades agropecuárias na agricultura, sobretudo no TZS, a comparabilidade entre os domicílios que se assentam nessas e os domicílios sem produção nesse espaço (rural) permite inferir, entre outros elementos, algumas oportunidades dos cidadãos envolvidos dentro do “processo” de desenvolvimento multidimensional no território. Ainda, permite refletir sobre os efeitos desse para o enalce do bem-estar individual e coletivo, independente do pertencimento em uma categoria social ou em outra. Para fins de nomenclatura, as famílias residentes em domicílios rurais que possuíam alguma produção agropecuária foram denominadas de “Grupo CP” (grupo com produção agropecuária<sup>69</sup>) e as famílias/domicílios que não possuem qualquer tipo de produção primária foram intituladas de “Grupo SP” (grupo sem produção agropecuária).

Como já anunciado na metodologia, ressalta-se que como as duas primeiras instâncias do ICV abrangeram apenas as percepções das famílias do Grupo CP, as comparações entre elas em relação às percepções do grupo SP ficaram impossibilitadas permitindo, assim, apenas a análise comparativa da última instância. Assim sendo, não foi possível responder ao problema de pesquisa (em termos de posse de capitais) a partir dessa comparação, visto que não se pôde inferir a respeito dos meios (recursos, ações, capitais, liberdades e oportunidades) que as famílias do grupo SP obtinham para alcançar seu bem-estar e não sucumbir à pobreza extrema. Desta maneira, tão somente foi possível concluir sobre os funcionamentos realizados por ambos os grupos.

Do total das 280 famílias entrevistadas, 238 inseriam-se no Grupo CP e 42 no Grupo SP. Em relação às características dos entrevistados/entrevistadas, um percentual de 56% e 62% era chefe da família no Grupo CP e SP, respectivamente, e 36% e 31% era esposa ou marido do(a) chefe da família, na devida ordem.

De forma geral, no Grupo CP as famílias eram preponderantemente formadas por três membros, sendo que dois destes trabalhavam apenas no próprio estabelecimento/domicílio. A composição familiar do Grupo SP mostrou-se menor: dos 42 estabelecimentos, 15 eram

---

<sup>69</sup> Independentemente se for domicílio de agricultura familiar ou de agricultura não familiar.

formados por famílias de dois membros, oito por famílias de três membros e nove por famílias de quatro membros.

Na Tabela 18 é possível identificar os indicadores da Instância 3 comparados entre os dois grupos. Nela ainda está contido o resultado final do ICV para ambos, que resultou nos critérios avaliativos “médio alto” para o Grupo CP e “médio” para o Grupo SP. Percebe-se que o indicador “permanência dos membros da família no domicílio” apresentou os melhores resultados para os dois grupos de domicílios, enquanto o indicador “participação em atividades culturais”, os piores.

Tabela 18 – ICV da Instância 3 e frequência por grupos de domicílios

INSTÂNCIA 3				
Indicadores	GRUPO CP		GRUPO SP	
	Frequência	ICV	Frequência	ICV
Condições de alimentação e nutrição	238	0,748	42	0,738
Condições de saúde	238	0,632	42	0,577
Permanência dos membros da família no domicílio	238	0,876	42	0,876
Situação econômica	238	0,601	42	0,631
Situação ambiental	238	0,584	42	0,536
Participação em organizações comunitárias	238	0,618	42	0,542
Participação política	238	0,597	42	0,536
Participação em atividades culturais	238	0,492	42	0,417
<b>Total da Instância</b>		<b>0,587</b>		<b>0,598</b>

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

As tabelas 19 e 20 apresentam as variações das respostas conforme os cinco critérios estabelecidos (ótimo, bom, regular, ruim e péssimo). Como pode ser analisado, entre todos os indicadores apenas um deles (indicador 24) apresentou uma diferença na escolha do critério entre os grupos.

Tabela 19 – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 3 para o Grupo CP

Instância 3	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		Péssimo		Total
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	
17. Condições de alimentação e nutrição	57	20,4	130	46,4	46	16,4	4	1,4	1	0,4	238
18. Condições de saúde	36	12,9	100	35,7	75	26,8	17	6,1	10	3,6	238
19. Permanência dos familiares no domicílio	174	62,1	36	12,9	17	6,1	7	2,5	4	1,4	238
20. Situação econômica	10	3,6	114	40,7	76	27,1	33	11,8	5	1,8	238
21. Situação ambiental	6	2,1	99	35,4	113	40,4	17	6,1	3	1,1	238
22. Participação em organizações comunitárias	37	13,2	102	36,4	64	22,9	19	6,8	16	5,7	238
23. Participação política	28	10,0	94	33,6	82	29,3	21	7,5	13	4,6	238
24. Participação em atividades culturais	22	7,9	80	28,6	47	16,8	59	21,1	30	10,7	238

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Tabela 20 – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 3 para o Grupo SP

Instância 3	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		Péssimo		Total
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	
17. Condições de alimentação e nutrição	9	3,2	23	8,2	9	3,2	1	0,4	0	0,0	42
18. Condições de saúde	4	1,4	17	6,1	11	3,9	8	2,9	2	0,7	42
19. Permanência dos familiares no domicílio	24	8,6	8	2,9	7	2,5	2	0,7	1	0,4	42
20. Situação econômica	3	1,1	23	8,2	9	3,2	7	2,5	0	0,0	42
21. Situação ambiental	0	0,0	12	4,3	24	8,6	6	2,1	0	0,0	42
22. Participação em organizações comunitárias	4	1,4	17	6,1	7	2,5	10	3,6	4	1,4	42
23. Participação política	0	0,0	22	7,9	8	2,9	8	2,9	4	1,4	42
24. Participação em atividades culturais	3	1,1	11	3,9	4	1,4	17	6,1	7	2,5	42

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Percebeu-se, portanto, pouca distinção na percepção dos indicadores, embora quantitativamente os resultados do Grupo CP tenham sido mais promissores, o que “denota a importância das atividades rurais produtivas”, conforme apontam Rambo et al. (2015, p. 89). Reflete-se, assim, que apesar de não ser possível concluir empiricamente sobre os meios (recursos, capitais, oportunidades) do Grupo SP para a realização dos funcionamentos, os resultados da Instância 3 mostraram que esses não foram tão divergentes entre os dois grupos a ponto de interferirem de forma discrepante e dar indícios sobre a existência de privações sérias.

Todavia, o resultado final do ICV para o Grupo SP (0,598) mostrou-se superior não apenas ao resultado final do Grupo CP (equivalente à 0,587), mas, também, quando comparado ao resultado geral do próprio Território Rural Zona Sul (igual à 0,585). Pode se supor que essa distinção tenha sido dada por questões estatísticas que elevaram o valor final do Grupo SP já que, não havendo resultados para as Instâncias 1 e 2, o índice foi composto apenas com os dados da Instância 3, cujos resultados foram mais favoráveis em todas as análises. Todavia, não se buscou comprovar tal suposição.

Mediante esse critério supôs-se, de uma forma genérica, que as famílias do Grupo SP obtiveram percepções melhores a respeito de suas condições de vida. Porém, analisar apenas

por esse preceito (e de uma maneira geral) trouxe uma avaliação demasiada supérflua e até mesmo equivocada. Sendo assim, foi necessário analisar os funcionamentos realizados (a partir dos indicadores da Instância 3) por cada grupo.

Ao analisar a Tabela 21 (semelhante a Tabela 18, mas, contendo apenas a moda de cada critério para cada indicador) e ao perceber que não houveram diferenças muito acentuadas nos critérios auferidos para os oito indicadores, verificou-se que os funcionamentos básicos foram realizados em ambos os grupos gerando percepções muito próximas a respeito de suas condições de vida, apesar do critério avaliativo final da instância tenha divergido entre eles.

Tabela 21 – Moda e escala dos indicadores da Instância 3, por grupo

INSTÂNCIA 3				
Indicadores	GRUPO CP		GRUPO SP	
	Moda	Critério	Moda	Critério
Condições de alimentação e nutrição	130	Bom	23	Bom
Condições de saúde	100	Bom	17	Bom
Permanência dos membros da família no domicílio	174	Ótimo	24	Ótimo
Situação econômica	114	Bom	23	Bom
Situação ambiental	113	Regular	24	Regular
Participação em organizações comunitárias	102	Bom	17	Bom
Participação política	94	Bom	22	Bom
Participação em atividades culturais	80	Bom	17	Ruim
<b>Total</b>	<b>238</b>		<b>42</b>	

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

De acordo com Sen (2008), as combinações de recursos disponíveis e de capitais apropriados geram variações distintas de conversões desses em liberdades. Porém, assim como tais variações e combinações podem ser semelhantes entre os indivíduos, mas, gerarem realizações diferentes – por exemplo “duas pessoas com rendas idênticas [...], uma pode estar inteiramente livre para evitar a subnutrição, e a outra, de nenhum modo livre para realizar isso” (SEN, 2008, p. 71), outras variações e combinações podem ser deveras distintas, mas, proporcionar realizações semelhantes. Este último caso foi observado na comparação entre os Grupos CP e SP: mesmo não se obtendo conhecimento a respeito dos capitais, recursos e oportunidade acessadas (ou não) pelos domicílios sem produção agropecuária, pôde-se refletir a respeito de seus funcionamentos realizados, os quais foram muito próximos aos do outro grupo.

Ainda que os meios e suas conversões sejam inegavelmente importantes para o alcance do bem-estar e para inferir sobre as condições de vida, mais significantes tornam-se as reflexões sobre os fins do desenvolvimento humano, isto é, sobre tudo aquilo que uma pessoa realizou de maneira livre e capaz para buscar o melhor para si. Foi assentando-se neste recorte que esta seção concluiu que não houveram diferenças muito aparentes entre os grupos CP e SP acerca das percepções das condições de vida e da realização dos funcionamentos de cada domicílio de tal forma que mostrassem a existência de mais ou menos privações que incidissem negativamente sobre o bem-estar de cada domicílio e grupo.

As conclusões aqui encontradas assemelharam-se às da seção 6.2 do capítulo 6. Assim, tanto as famílias rurais que possuem sua base de reprodução firmada nas atividades agropecuárias quanto as famílias que aderem o meio rural como moradia não se mostraram vulneráveis quando suas percepções foram referentes aos efeitos do desenvolvimento. Além disso, suas condições de vida apresentaram-se, de certa maneira, positivas.

Com base nas inferências anteriores, a seção seguinte se encarregará de desagregar o grupo CP e analisá-lo comparativamente a partir de duas configurações: domicílios de agricultura familiar e domicílios de agricultura não familiar. O objetivo é o mesmo: refletir se há divergência entre esses dois grupos em relação à posse de distintos capitais, à configuração do conjunto capacitário e à percepção das condições de vida e se um grupo se expõem de maneira mais ou menos intensa à vulnerabilidade.

## 7.2 ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA PARA OS DOMICÍLIOS DE AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR

Esta seção versa sobre a análise comparativa dos dados do ICV do Território Rural Zona Sul para os domicílios de agricultura familiar e os domicílios não familiares. Como já mencionado nos capítulos antecedentes, a agricultura familiar, enquanto campo de estudo, emergiu no Brasil por meados da década de 1990 em um contexto efervescente de movimentos sociais, da criação do PRONAF e, sobretudo, em razão da reorientação dos estudos e debates concernentes à ruralidade<sup>70</sup> (SCHNEIDER, 2003). A discussão concebida durante décadas envolveu especialistas do tema, entidades representativas – sobretudo sindicatos, cooperativas e associações –, órgãos e responsáveis pela composição e implementação de políticas públicas para este segmento social (GRANDO, 2011).

---

<sup>70</sup> A expressão “agricultura familiar” também emergiu nessa década e por razão desse contexto.

A Lei nº 11.326 de 24 de Julho de 2006 estabeleceu as diretrizes, os princípios, os conceitos e os instrumentos destinados e formulados para políticas públicas que se direcionavam aos agricultores ou empreendimentos familiares rurais. Para efeitos da lei, os agricultores deveriam enquadrar-se dentro de certos requisitos: não possuir área maior do que quatro módulos fiscais, utilizar preponderantemente mão de obra familiar nas atividades econômicas de seu estabelecimento, possuir um percentual mínimo de renda originada das atividades econômicas do estabelecimento e dirigir/administrar o próprio estabelecimento (BRASIL, 2005b). Deste modo, aqueles estabelecimentos e domicílios que não cumpriam alguma(s) destas condições eram considerados como de agricultura não familiar.

Ainda, a lei acabou reconhecendo os agricultores familiares como um grupo social mais amplo e diversificado “que, com algumas adaptações previstas na legislação, cumpre os critérios gerais de enquadramento listados acima”. Portanto, extrativista, pescadores artesanais, povos indígenas, integrantes de comunidades quilombos, silvicultores e aquicultores de pequeno porte também são considerados agricultores familiares (MELLO, 2015, p. 34).

Do total dos 238 domicílios com produção agropecuária no território, 189 deles denominaram-se pertencentes à agricultura familiar por enquadrarem-se nos requisitos supramencionados, enquanto 49 domicílios intitularam-se como não familiares. Nos dois grupos a maioria<sup>71</sup> das pessoas trabalhavam apenas dentro do estabelecimento e constituíam-se como membros da família. Todavia, embora de forma preponderante os domicílios de agricultura não familiar também tenham apresentado área não superior à quatro módulos fiscais<sup>72</sup>, com a família administrando o próprio estabelecimento e com até dois empregados (de zero à dois), a renda substancial para o sustento não provinha principalmente da produção feita dentro do estabelecimento sendo, portanto, este o critério encontrado que os enquadraram como domicílios não familiares no TZS.

A Tabela 22 explicita que o ICV da Instância 1 apresentou um melhor resultado para os domicílios não familiares. Para quase todos os indicadores este grupo obteve um índice superior comparativamente aos domicílios familiares.

---

<sup>71</sup>Dos 49 domicílios não familiares, 43 responderam não ter nenhum membro do domicílio que trabalhavam apenas fora dele.

<sup>72</sup>Dos 49 domicílios não familiares, 38 responderam ter área menor que quatro módulos fiscais.

Tabela 22 – ICV da Instância 1 e frequência para domicílios de agricultura familiar e não familiar

INSTÂNCIA 1				
Indicadores	Agricultura familiar		Não familiar	
	Frequência	ICV	Frequência	ICV
1.1 Número de famílias trabalhando	189	0,574	49	0,587
1.2 Características da mão de obra	189	0,698	49	0,561
2. Área utilizada para produção	189	0,578	49	0,612
3. Escolaridade da mão de obra	189	0,620	49	0,607
4. Condições de moradia	189	0,630	49	0,668
5. Condições de acesso aos mercados	189	0,468	49	0,531
6. Condições em participar de programas do governo	189	0,424	49	0,577
7.1 Condições de ter acesso ao crédito	189	0,427	49	0,485
7.2 Condições para receber assistência técnica	189	0,460	49	0,464
8. Presença de instituições e organizações	189	0,554	49	0,607
<b>Total da Instância</b>	<b>189</b>	<b>0,539</b>	<b>49</b>	<b>0,581</b>

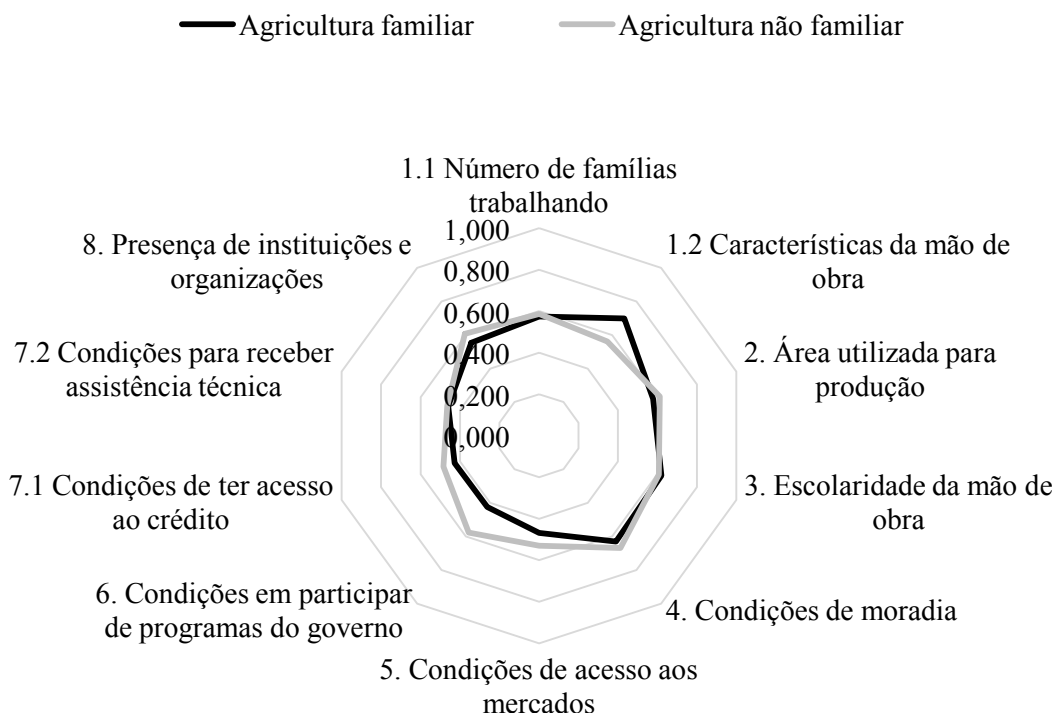
Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015) e com base nos dados calculados pela autora<sup>73</sup> (2015).

A assimetria entre os indicadores pode ser reforçada ao observar-se o Biograma na Figura 9. Em número absolutos, os indicadores de capital humano obtiveram os resultados mais altos nos dois tipos de domicílios.

<sup>73</sup>Em razão da falta de dados disponibilizados pelos SGE, todos os dados apresentados nesta pesquisa referentes aos domicílios com produção não familiar foram calculados pela autora.



Figura 9 – Biograma da Instância 1 dos domicílios de agricultura familiar e não familiar



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015) e com base dos dados calculados pela autora (2015).

Porém, as Tabelas 23 e 24 evidenciam que tais indicadores se mostraram menos satisfatórios para as famílias de produção familiar ao receberem, majoritariamente, o critério “regular” – enquanto para as famílias de agricultura não familiar o critério mais indicado foi “bom”.

Tabela 23 – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 1 para os domicílios de agricultura familiar

Instância 1	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		Péssimo		Total
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	
1.1. Número de famílias trabalhando	8	3,4	73	30,7	82	34,4	19	8,0	7	2,9	189
1.2. Mão de obra familiar	11	4,6	77	32,4	87	36,6	11	4,6	3	1,3	189
2. Área utilizada para produção	15	6,3	64	27,0	83	35,0	19	8,0	8	3,4	189
3. Escolaridade	15	6,3	87	36,6	67	28,2	14	5,9	6	2,5	189
4. Condições de moradia	19	8,0	88	37,0	63	26,5	10	4,2	9	3,8	189
5. Acesso aos mercados	2	0,8	66	27,7	29	12,2	90	37,8	2	0,8	189
6. Programas do Governo	4	1,7	46	19,8	50	21,6	65	28,0	23	9,9	188
7.1. Acesso a crédito	2	0,8	53	22,3	45	18,9	66	27,7	23	9,7	189
7.2. Acesso a assistência técnica	3	1,3	58	24,4	57	24,0	48	20,2	23	9,7	189
8. Presença de instituições	13	4,6	70	29,4	65	27,3	27	11,3	14	5,9	189

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Tabela 24 – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 1 para os domicílios de agricultura não familiar

Instância 1	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		Péssimo		Total Freq
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	
1.1. Número de famílias trabalhando	3	6,1	21	42,9	18	36,7	4	8,2	3	6,1	49
1.2. Mão de obra familiar	3	6,1	19	38,8	18	36,7	5	10,2	4	8,2	49
2. Área utilizada para produção	7	14,3	16	32,7	20	40,8	6	12,2	0	0,0	49
3. Escolaridade	3	6,1	23	46,9	18	36,7	2	4,1	3	6,1	49
4. Condições de moradia	9	18,4	24	49,0	9	18,4	5	10,2	2	4,1	49
5. Acesso aos mercados	2	4,1	21	42,9	9	18,4	15	30,6	2	4,1	49
6. Programas do Governo	0	0,0	14	28,6	10	20,4	11	22,4	9	18,4	49
7.1. Acesso a crédito	2	4,1	14	28,6	14	28,6	17	34,7	2	4,1	49
7.2. Acesso a assistência técnica	0	0,0	17	34,7	13	26,5	14	28,6	5	10,2	49
8. Presença de instituições	7	14,3	17	34,7	16	32,7	8	16,3	1	2,0	49

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados calculados por ela (2015).

Seguindo o mesmo padrão das demais análises feitas neste capítulo, os indicadores referentes ao capital financeiro continuaram a apresentar as piores percepções. Embora nos domicílios de agricultura não familiar os números absolutos tenham se apresentado mais altos, em ambos os grupos os ICVs (e os critérios indicados como “ruim”) remeteram a existência de obstáculos e dificuldades que deixaram os domicílios à mercê de situações complicadas, sobretudo em termos monetários, como difícil acesso ao crédito para expandir a produção, o empreendimento ou o consumo, complicações para inserirem-se em políticas públicas e programas governamentais (como PRONAF, Bolsa Família, PAA) para incrementar a renda, encontrar mercados para sua produção e/ou saciar as necessidades básicas.

Como já abordado, essas privações, obstáculos e/ou dificuldades incidem diretamente sobre a qualidade de vida dessas famílias ao inibir a expansão das suas liberdades e a realização de funcionamentos diversos, uma vez que, segundo Ellis (2000), o capital financeiro permite converter-se em outros tipos de capitais. Esta circunstância indicou, assim como concluído no capítulo 6, que esses indivíduos estavam, então, vulneráveis em certo ponto visto que suas capacidades se tornaram limitadas por fatores que, neste caso, não dependeram apenas de suas capacidades de agência.

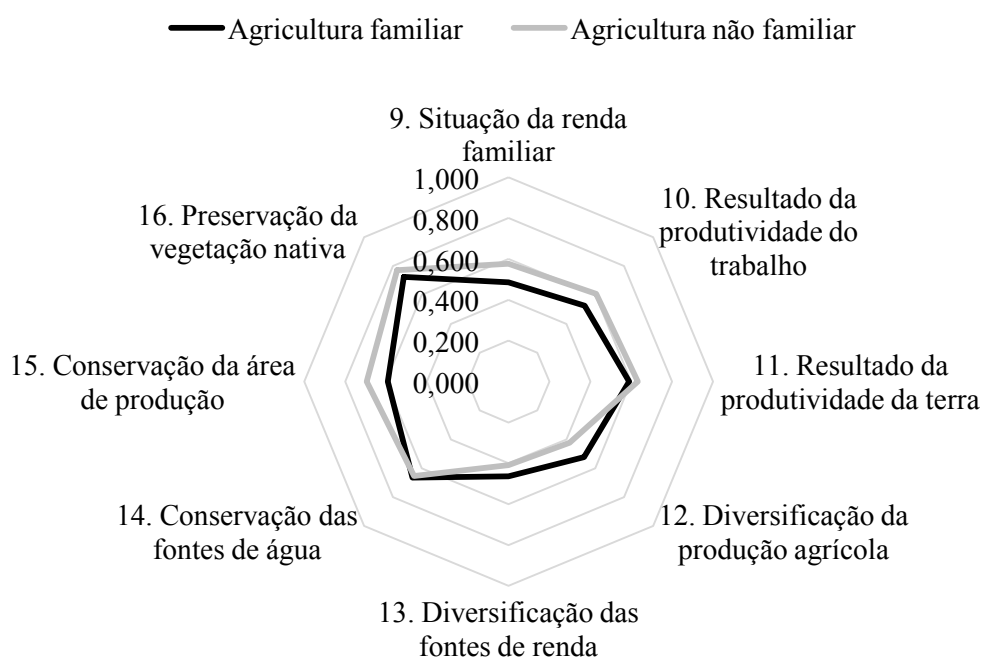
Os resultados da Instância 2 indicados na Tabela 25, por sua vez, também se apresentaram mais otimistas para os domicílios com produção não familiar. Os melhores indicadores, como pode ser observado, continuaram sendo aqueles referentes ao capital natural e, os piores, aqueles relacionados ao capital financeiro. A assimetria nos resultados para dos dois grupos pode ser acompanhada a partir do Biograma na Figura 10. A Tabelas 26 e 27 explicitam as diferenças nos critérios avaliados para cada indicador.

Tabela 25 – ICV da Instância 2 e frequência para domicílios de agricultura familiar e não familiar

INSTÂNCIA 2				
Indicadores	Agricultura familiar		Não familiar	
	Frequência	ICV	Frequência	ICV
9. Situação da renda familiar	189	0,485	49	0,577
10. Resultado da produtividade do trabalho	189	0,526	49	0,607
11. Resultado da produtividade da terra	189	0,590	49	0,633
12. Diversificação da produção agrícola	189	0,522	49	0,423
13. Diversificação das fontes de renda	189	0,464	49	0,408
14. Conservação das fontes de água	189	0,664	49	0,653
15. Conservação da área de produção	189	0,591	49	0,694
16. Preservação da vegetação nativa	189	0,725	49	0,770
<b>Total da Instância</b>	<b>189</b>	<b>0,571</b>	<b>49</b>	<b>0,596</b>

Fonte: Elaborada pela autora com base dos dados do SGE (2015) e nos dados calculados pela autora (2015).

Figura 10 – Biograma da Instância 2 dos domicílios de agricultura familiar e não familiar



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE e com base nos dados calculados por ela (2015).

Tabela 26 – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 2 para os domicílios de agricultura familiar

Instância 2	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		Péssimo		Total
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq
9. Renda familiar	5	2,1	41	17,2	98	41,2	28	11,8	17	7,1	189
10. Produtividade do trabalho	10	4,2	51	21,4	86	36,1	33	13,9	9	3,8	189
11. Produtividade da terra	11	4,6	77	32,4	76	31,9	19	8,0	6	2,5	189
12. Diversificação da produção agrícola	9	3,8	69	29,0	48	20,2	56	23,5	7	2,9	189
13. Diversificação nas fontes de renda familiar	6	2,5	53	22,3	42	17,6	84	35,3	4	1,7	189
14. Conservação das fontes de água	31	13,0	101	42,4	31	13,0	13	5,5	13	5,5	189
15. Conservação da área de produção: solo	15	6,3	84	35,3	57	24,0	21	8,8	12	5,0	189
16. Preservação da vegetação nativa	44	18,5	108	45,4	20	8,4	8	3,4	9	3,8	189

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Tabela 27 – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 2 para os domicílios de agricultura não familiar

Instância 2	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		Péssimo		Total
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq
9. Renda familiar	7	14,3	17	34,7	16	32,7	8	16,3	1	2,0	49
10. Produtividade do trabalho	4	8,2	14	28,6	24	49,0	7	14,3	0	0,0	49
11. Produtividade da terra	5	10,2	19	38,8	18	36,7	6	12,2	1	2,0	49
12. Diversificação da produção agrícola	4	8,2	21	42,9	22	44,9	1	2,0	1	2,0	49
13. Diversificação nas fontes de renda familiar	1	2,0	8	16,3	13	26,5	26	53,1	1	2,0	49
14. Conservação das fontes de água	8	16,3	24	49,0	8	16,3	8	16,3	1	2,0	49
15. Conservação da área de produção: solo	10	20,4	21	42,9	15	30,6	3	6,1	0	0,0	49
16. Preservação da vegetação nativa	15	30,6	26	53,1	5	10,2	3	6,1	0	0,0	49

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados calculados por ela (2015).

Os resultados referentes à situação da renda familiar (recursos e capitais monetários disponíveis e acessados) continuaram a revelar um cenário mais satisfatório para os domicílios não familiares. Porém, quando analisado em termos de critérios indicados, muitos domicílios (independentemente do tipo de produção) apontaram a situação como regular, como apontam as tabelas 26 e 27. Nesta última, percebe-se que a diferença entre o critério “bom” e “regular” para o indicador “renda familiar” foi apenas de um domicílio, o que torna imperfeito concluir que a situação da renda para os domicílios não familiares era boa. As percepções medianas sobre esse indicador, de uma maneira geral, podem ter estado relacionadas com a produtividade da terra, do trabalho e da diversificação das fontes de renda que tiveram, em alguns domicílios, predominância no critério “regular”.

A diversificação das fontes de renda e a não dependência majoritária de uma delas muitas vezes serve como amortecimento para eventuais choques e tendências, além de tornar a famílias mais autônomas e resilientes (ELLIS, 2000). Conforme apresentado na Tabela 28, para a maioria dos domicílios a renda proveniente da produção agrícola esteve presente na composição da renda total. Isso confirma a importância das atividades agropecuárias – e do

próprio setor primário dentro do TZS – independente delas estarem imersas em domicílios de agricultura familiar ou não familiar.

Tabela 28 – Fontes de renda e número de domicílios familiares e não familiares que abrangiam cada uma delas

Domicílios de agricultura familiar	Número de domicílios (de 189)	Domicílios de agricultura não familiar	Número de domicílios (de 49)
Produção agrícola	189	Produção agrícola	39
Trabalho agrícola para terceiros	49	Trabalho agrícola para terceiros	18
Trabalho não agrícola	29	Trabalho não agrícola	14
Artesanato/manufatura	14	Artesanato/manufatura	1
Turismo rural	1	Turismo rural	1
Processamento ou beneficiamento de produtos	8	Processamento ou beneficiamento de produtos	1
Aposentadoria/pensão	51	Aposentadoria/pensão	31
Programa de transferência de renda	72	Programa de transferência de renda	12
Arrendamento de terra	10	Arrendamento de terra	2
Remessa/doações	13	Remessa/doações	0
Outras fontes	3	Outras fontes	3

Fonte: Elaborada pela autora com base dos dados do SGE (2015) e com base nos dados calculados pela autora (2015).

Além da renda agrícola, os proventos advindos das políticas de transferência de renda eram bastante expressivos nos domicílios de agricultura familiar. Isto indica a permanência de rendas baixas uma vez que as famílias se enquadraram como beneficiários. Essas famílias poderiam estar, assim, sujeitas à pobreza monetária e à um efeito multiplicador incidente sobre a realização dos funcionamentos básicos e complexos e sobre a expansão das liberdades.

Nos domicílios não familiares a aposentadoria predominou, além da renda agrícola, na maioria dos domicílios. Este cenário apontou que tais domicílios provavelmente eram compostos por pessoas mais velhas que habitavam no meio rural (sendo ativos ou não na dinâmica produtiva do estabelecimento) e obtinham os proventos advindos da previdência como um importante complemento para a sustentação de uma qualidade de vida mínima.

Os dados apontaram que outras atividades, como manufatura, turismo rural, artesanato, mostraram-se importantes na composição da renda total familiar de alguns domicílios. A presença delas por si só já evidencia que estas não apresentam mais apenas um papel marginal na vida da população rural.

Apesar dos proventos não serem os principais fins para o alcance do bem-estar, eles são meios com importância singular para o alargamento das capacidades. Pessoas tornam-se mais vulneráveis do que as outras quando se mostram imersas na insuficiência de renda (ou pobreza monetária) (SEN, 2008, 2010). Ainda, o risco de aumentar a vulnerabilidade aumenta quando a pobreza interage com outras condições sociais que acabam reduzindo as oportunidades (UNDP, 2014), como falta de infraestrutura, dificuldade no acesso à educação e saúde, baixa diversificação das fontes de renda, insalubridade ambiental, baixa conservação dos recursos naturais.

Tais conclusões vão ao encontro da última instância do ICV. Na Tabela 29 é possível observar que os resultados dos oito últimos indicadores seguiram a mesma tendência das análises feitas até aqui da Instância 3: apontaram um panorama bastante proeminente em termos de funcionamentos realizados para os dois tipos de domicílios.

Tabela 29 – ICV da Instância 3 e frequência para domicílios de agricultura familiar e não familiar

INSTÂNCIA 3				
Indicadores	Agricultura familiar		Não familiar	
	Frequência	ICV	Frequência	ICV
17. Condições de alimentação e nutrição	189	0,757	49	0,724
18. Condições de saúde	189	0,651	49	0,607
19. Permanência dos membros da família no domicílio	189	0,905	49	0,821
20. Situação econômica	189	0,599	49	0,582
21. Situação ambiental	189	0,587	49	0,612
22. Participação em organizações comunitárias	189	0,627	49	0,648
23. Participação política	189	0,601	49	0,638
24. Participação em atividades culturais	189	0,491	49	0,536
<b>Total da Instância</b>	<b>189</b>	<b>0,653</b>	<b>49</b>	<b>0,646</b>

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015) e com base nos dados calculados pela autora (2015).

Ao contrário das duas primeiras instâncias, nesta os domicílios de agricultura familiar apresentaram um ICV superior em termos absolutos, mesmo que os critérios avaliados por

estes domicílios para os indicadores da Instância 3 tenham sido exatamente os mesmos avaliados pelos domicílios de agricultura não familiar. Tais critérios estão apresentados na Tabela 30 e 31.

Tabela 30 – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 3 para os domicílios de agricultura familiar

Instância 3	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		Péssimo		Total
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	
17. Condições de alimentação e nutrição	45	16,1	106	37,9	37	13,2	0	0,0	1	0,4	189
18. Condições de saúde	30	10,7	81	28,9	59	21,1	11	3,9	8	2,9	189
19. Permanência dos familiares no domicílio	143	51,1	27	9,6	13	4,6	5	1,8	1	0,4	189
20. Situação econômica	9	3,2	91	32,5	60	21,4	24	8,6	5	1,8	189
21. Situação ambiental	6	2,1	77	27,5	86	30,7	17	6,1	3	1,1	189
22. Participação em organizações comunitárias	30	10,7	79	28,2	52	18,6	13	4,6	15	5,4	189
23. Participação política	22	7,9	72	25,7	67	23,9	16	5,7	12	4,3	189
24. Participação em atividades culturais	18	6,4	62	22,1	37	13,2	44	15,7	28	10,0	189

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

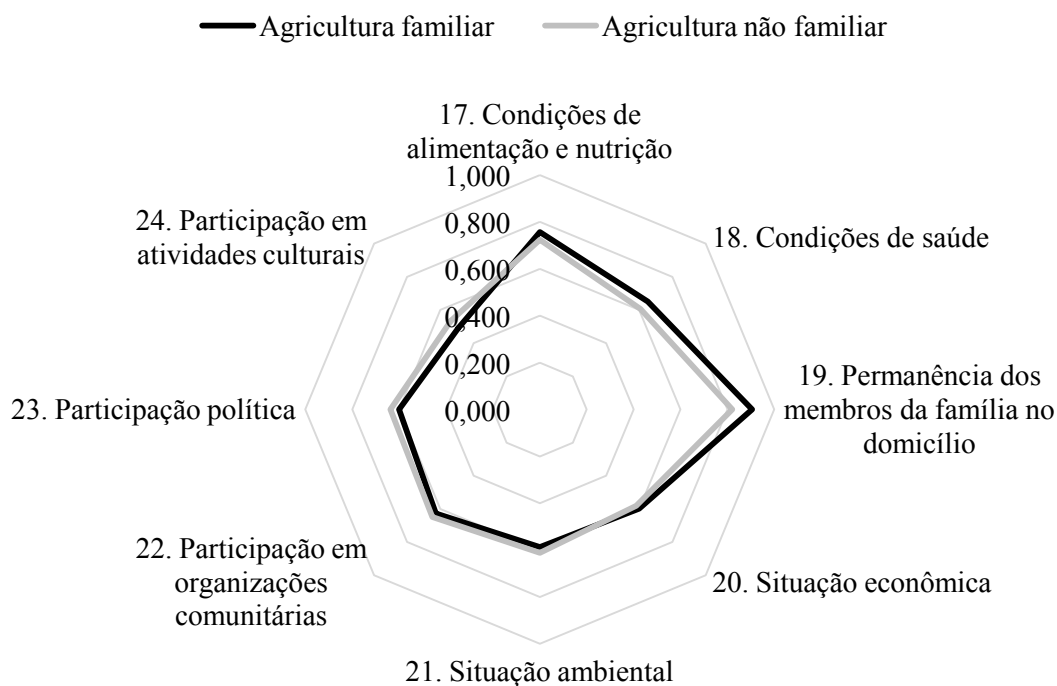
Tabela 31 – Frequência e percentual de respostas por critério e por indicador da Instância 3 para os domicílios de agricultura não familiar

Instância 3	Ótimo		Bom		Regular		Ruim		Péssimo		Total
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	
17. Condições de alimentação e nutrição	12	24,5	24	49,0	9	18,4	4	8,2	0	0,0	49
18. Condições de saúde	6	12,2	19	38,8	16	32,7	6	12,2	2	4,1	49
19. Permanência dos familiares no domicílio	31	63,3	9	18,4	4	8,2	2	4,1	3	6,1	49
20. Situação econômica	1	2,0	23	46,9	16	32,7	9	18,4	0	0,0	49
21. Situação ambiental	0	0,0	22	44,9	27	55,1	0	0,0	0	0,0	49
22. Participação em organizações comunitárias	7	14,3	23	46,9	12	24,5	6	12,2	1	2,0	49
23. Participação política	6	12,2	22	44,9	15	30,6	5	10,2	1	2,0	49
24. Participação em atividades culturais	4	8,2	18	36,7	10	20,4	15	30,6	0	0,0	49

Fonte: Dados calculados pela autora (2015).

O Biograma da Figura 11 assinala o indicador referente à permanência dos membros da família no domicílio como o mais satisfatório para os dois tipos de domicílios. Conforme Rambo et al. (2015), os entrevistados/entrevistadas (em grande número aposentados/aposentadas) não pareceram perceber a saída dos membros, sobretudo dos filhos, como abandono do meio rural e desejo de inserir-se no meio urbano. Para eles era natural a saída em função do casamento, de empregos e de estudos, mesmo que uma boa parcela dos membros das famílias tenha migrado por alguma destas razões.

Figura 11 – Biograma da Instância 3 dos domicílios de agricultura familiar e não familiar



Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015) e com base nos dados calculados pela autora (2015).

Os efeitos do desenvolvimento puderam refletir sobre os funcionamentos de fato realizados pelas famílias rurais do TZS. Embora alguns dos meios (como o acesso ao capital financeiro, por exemplo) tenham se apresentado debilitados, complexos e com restrições no seu alcance, como visto na Instância 1, a capacidade de agência das famílias produtoras (independentemente de praticarem agricultura familiar ou não) em buscar outras alternativas complementares (de trabalho, de renda, de capitais em geral) e de usarem suas liberdades para alcançarem o necessário, pode ter sido o que tornou-as aptas para realizar ao menos os funcionamentos básicos como estar nutrido, ter saúde e possuir renda, como sugere Ellis (2000).

Todavia, deve-se estar ciente que apesar dos resultados positivos da última instância do índice tanto para os domicílios familiares como não familiares, estes não estavam totalmente livres de situações adversas. Os indícios de privações evidenciados nesta seção indicaram que embora a capacidade de agência possa ter sido um fator determinante para a realização de tais funcionamentos, muitas liberdades, como disponibilidade/facilidade econômica e oportunidades sociais (SEN, 2010), puderam ter deixado de ser alargadas em função dos obstáculos.



Apesar do acesso a alguns recursos, capitais e meios terem sido percebidos com maiores dificuldades pelas famílias de agricultura familiar, como apresentado na Instância 1, supõe-se que a capacidade de agência dessas famílias para construir um portfólio de estratégias com a combinação dos capitais acessados e com as oportunidades surgidas a partir desses pode ter possibilitado uma realização mais positiva de alguns funcionamentos básicos, como estar nutrido, estar saudável, ter renda adequada. Por outro lado, para os domicílios de agricultura não familiar as combinações de estratégias e capitais podem ter propiciado uma realização mais promissora, em relação aos demais domicílios, dos funcionamentos mais complexos, como ter participação na política, ter participação na própria comunidade em que vive, estar em harmonia com o meio ambiente e/ou estar preservando e conservando os recursos naturais. Porém, esta constatação não significou que os funcionamentos básicos não tenham sido alcançados pelos domicílios não familiares; apenas foram percebidos mais positivamente pelo outro grupo.

Todavia, aqui fica uma reflexão: por quais motivos os funcionamentos mais básicos apresentaram percepções piores nos domicílios de agricultura familiar? A disposição de mais capitais e intitamentos teriam os afastados de uma acomodação resignada, aprimorando, desta forma, a percepção sobre suas condições e meios de vida?

Ainda que os domicílios com agricultura não familiar tenham adquirido um Índice de Condição de Vida final superior ao dos domicílios de agricultura familiar – o que levaria a conclusão de que, por esta razão, suas condições de vida estavam melhores comparativamente – construir uma análise baseada apenas neste preceito estava incompleta. Em ambos os casos os efeitos do desenvolvimento humano representados pelos funcionamentos realizados pelas famílias indicaram boas condições de vida. Porém, para muitos indicadores os critérios avaliados indicaram uma satisfação/situação regular.

Em outras palavras, ainda que os resultados do ICV não tenham sido péssimos e tenham assinalado condições de vida medianas, algumas percepções corroboradas pelos critérios dos indicadores foram ao encontro de algumas dos indicadores apresentadas no capítulo 4, como baixa escolaridade e baixa renda. Ou seja, de fato existiram privações e obstáculos que deixaram a população rural do TZS propensas e expostas, de certa maneira, às situações potenciais ou concretas de pobreza e vulnerabilidade em suas mais diversas formas apesar de, olhando sob uma perspectiva temporal, as condições de vida tenham melhorado com o passar dos anos.

Com vistas a responder o problema de pesquisa aqui proposto e com base nas análises e observações desenvolvidas nesta seção, infere-se que houveram, distinções no acesso e na

posse de distintos capitais nos domicílios com produção agropecuária familiar e não familiar ainda que essas distinções tenham sido percebidas (a partir das comparações entre os resultados) de forma diminuta. Isto é, alguns capitais foram acessados com maiores ou menores facilidades para um determinado tipo de domicílio e, conseqüentemente, isto influenciou na realização de alguns funcionamentos específicos e na composição diferenciada dos conjuntos capacitários.

Segundo Rambo et al. (2015), os agricultores familiares perceberam os efeitos do desenvolvimento mais positivamente, o que pode estar relacionado à natureza da própria agricultura familiar que se caracteriza, muitas vezes, pela diversificação dos meios de vida ou também relacionado a possível imersão destas famílias em uma acomodação resignada. Todavia, as percepções dos agricultores familiares e não familiares sobre suas condições de vida (vistas a partir dos critérios estabelecidos para cada indicador do ICV) mostraram-se estar em níveis semelhantes, incluindo níveis de privações e de consagração de oportunidades. Ou seja, independentemente de serem familiares ou não, as condições de vida para ambos se mostraram, de certo modo, no mesmo patamar.

Frisa-se que nesta análise levou-se em conta a liberdade para realizar, isto é, as facilidades de realizações, e não apenas o nível de realização em si. A desigualdade na realização dos funcionamentos mostrou estar interligada com a desigualdade de liberdades (SEN, 2008), como é o caso do acesso ao crédito para os domicílios de agricultura familiar – que foi mais complicado e mais privado do que para os domicílios com produção não familiar.

Conforme a UNDP (2014, p. 70),

Onde instituições sociais e legais, estruturas de poder, espaços políticos ou normas socioculturais e tradicionais não servem igualmente os membros da sociedade – e quando são criadas barreiras estruturais para algumas pessoas ou grupos para exercitar seus direitos e escolhas – dá-se origem a vulnerabilidades estruturais. Vulnerabilidades estruturais são frequentemente manifestadas através de desigualdades profundas e pobreza generalizada, as quais estão associadas com grupos de desigualdades ou desigualdades horizontais baseadas nos membros do grupo socialmente reconhecido e construído<sup>74</sup>.

<sup>74</sup> No original: “Where social and legal institutions, power structures, political spaces, or traditions and sociocultural norms do not serve members of society equally—and where they create structural barriers for some people and groups to exercise their rights and choices—they give rise to structural vulnerabilities. Structural vulnerabilities are often manifested through deep inequalities and widespread poverty, which are associated with horizontal or group inequalities based on socially recognized and constructed group membership”.

Portanto, tais vulnerabilidades estruturais evidenciadas nesta pesquisa podem, no longo prazo, gerar exclusão social, baixos níveis de desenvolvimento humanos e níveis expressivos de pobreza e desigualdade reduzindo, por conseguinte, a habilidade da população, comunidade ou indivíduo de lidar com choques, riscos e eventos adversos (UNDP, 2014). É por esta razão que uma coesão social entre indivíduos da comunidade e instituições governamentais, não governamentais e privadas torna-se essencial para o desenvolvimento multidimensional do TZS.

À vista disso, essencialmente, providências a níveis governamentais deveriam e ainda devem tornar-se prioridade na pauta de discussão sobre o desenvolvimento do território para propiciar o alargamento das opções e oportunidades dos indivíduos, já que suas escolhas se mostraram restringidas/retidas por barreiras e/ou práticas. Assim, uma intervenção mais eficaz é necessária pois embora as leis não discriminem explicitamente, a falta delas e, sobretudo, a falta de suas efetividades pode tornar as famílias residentes nos domicílios rurais do TZS ainda mais propensas às adversidades (UNDP, 2014).

Na seção a seguir as três instâncias do índice serão analisadas com o intuito de achar um padrão de comportamento entre os grupos acompanhados nesta pesquisa. Uma vez encontrado este padrão, pode-se tirar reflexões e conclusões a respeito das condições de desenvolvimento humano no Território Rural Zona Sul.

### 7.3 ÍNDICE DE CONDIÇÃO DE VIDA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS

A análise comparativa entre as instâncias do índice permitiu observar, além da capacidade de agência das famílias, a existência (ou não) de certa(s) fragilidade(s) das ações dos governos que poderia(m) afetar, ou de fato afetaram, na realização dos funcionamentos (básicos e complexos) e no alcance do bem-estar das famílias residentes em domicílios rurais no Território Rural Zona Sul. A partir dessa análise foi possível refletir, principalmente, sobre as ações do Estado no território (ou a falta delas) que incidiram positiva e negativamente sobre a qualidade e as condições de vida da população no período de análise.

Como já anunciado, a Instância 1 obteve o menor resultado do ICV comparado as demais instâncias (Tabela 32). Os indicadores de acesso aos mercados, ao crédito, à assistência técnica e aos programas do governo adquiriram os menores desempenhos em todos os tipos de domicílios analisados, o que corrobora, de fato, a existência generalizada de

privações e obstáculos que geram dificuldades em acessar tais variáveis, as quais são inegavelmente importantes para a elevação da qualidade de vida.

Tabela 32 – Resultado e critério avaliativo do IVC geral e por instância

Índice de Condição de Vida (geral)	0,585	Médio
1. Fatores do desenvolvimento	0,544	Médio
2. Característica do desenvolvimento	0,576	Médio
3. Efeitos do desenvolvimento	0,644	Médio Alto

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Uma vez que os acessos a esses recursos incidem diretamente na realização de certos funcionamentos básicos e expressam importantes elementos que garantem a sustentação da reprodução social, familiar e econômica no curto e longo prazo (ELLIS, 2000), qualquer fragilidade e dificuldade em acessá-los, portanto, pode refletir em uma baixa percepção acerca das condições de vida das famílias rurais. Por esta razão, identificar quais os motivos que geravam estas privações é fundamental e merece atenção para serem superadas de forma tanto mais eficaz quanto urgente a fim de reduzir as vulnerabilidades pelas quais essas famílias estavam (ainda mais que, possivelmente, estavam imersas em uma situação de acomodação resignada) (SEN, 1993, 2008, 2010).

Os resultados dos oito primeiros indicadores do ICV comprovaram debilidades nas ações das instituições governamentais sobre esse território relacionadas com fatores diversos (como alta burocracia que dificulta o acesso às políticas e programas de apoio pelos domicílios mais frágeis socioeconômica e politicamente, concentração de recursos nos municípios mais dinâmicos, como São Lourenço do Sul<sup>75</sup>, por exemplo, falta de ações que promovem oportunidades e expansão do bem-estar (como escolas, hospitais, empregos) além das transferências de renda e ajudas monetárias). Ainda que alguns funcionamentos mais básicos tenham sido, de fato, realizados por todas as famílias entrevistadas, qualquer significativa melhora nos indicadores com maus desempenhos da Instância 1 poderia ter gerado, possivelmente, um encadeamento mais positivo no restante do índice e, inegavelmente, uma melhora nas próprias condições de vida desta população.

Se, hipoteticamente, o acesso ao crédito tivesse sido facilitado e garantido aos domicílios apresentados, um maior dinamismo teria sido empreendido com esses recursos, como a criação de novos empreendimentos e/ou atividades que proporcionassem, dentre

<sup>75</sup> Em caso de dúvida, retornar ao capítulo 4.

diversas vantagens, a expansão da diversificação das fontes de rendas e de produção, por exemplo (indicadores que obtiveram menores desempenho na instância 2). Tal diversificação (das rendas e das atividades) exerceria influência na autonomia das famílias reduzindo suas exposições às vulnerabilidades inerentes ao meio ambiente (sobretudo às atividades produtivas) e condições mercantis muitas vezes hostis. Ademais, a existência dessas atividades paralelas (que tornaria a família pluriativa e com plurirrendimentos) reduziria a dependência da renda agrícola e da mão de obra intensiva das atividades produtivas agrícolas.

Este cenário hipotético evidencia que uma melhora em um indicador poderia (mas não necessariamente) ter desencadeado uma melhora em outros demais. Desta forma, resultados superiores para todas as instâncias e para o índice final seriam garantidos.

Conforme Sen (2010, p. 35), “as privações de renda e as privações de capacidades com frequência apresentam consideráveis encadeamentos correlatos”. Mas, mais importante do que observar a pobreza monetária é avaliar a pobreza de oportunidades e a falta de liberdades (relacionadas ao acesso insuficiente ou dificultado aos meios, capitais e recursos) que podem resultar em precárias condições de vida.

No Território Rural Zona Sul, as situações de privações corroboradas até agora na Instância 1 fragilizaram e impediram que certos meios contribuíssem para o alcance de melhores e maiores rendas e oportunidades, visto que a percepção sobre as situações da renda (indicador da Instância 2) não se mostrou muito boa para todos os tipos de domicílios. Todavia, a própria percepção das famílias sobre suas condições econômicas (indicador da Instância 3) não indicou uma situação perversa.

Essa última conclusão pode estar relacionada com, pelo menos, dois fatores:

- a) as capacidades de agência destes indivíduos em, sobretudo, combinarem capitais para lidar com situações adversas, isto é, apesar das falhas existentes nas ações das instituições governamentais, eles mesmo conseguiram lidar e ser hábeis a partir de tudo aquilo que estava disponível para realizarem os funcionamentos; ou
- b) os/as agricultores/agricultoras entrevistados/entrevistadas viam suas condições como suficientes para suprir suas necessidades básicas e apenas por esta razão percebiam suas condições de vida como boas (acomodação resignada).

Apesar da Instância 1 que se referia aos meios (muito dos quais estariam sob responsabilidade das instituições governamentais, como escolaridade e crédito) tenha exibido um desempenho mediano/regular, quantitativo e qualitativamente, para todos os tipos de domicílios, a Instância 2 que se referia às conversões dos meios para os fins (que muito

depende, também, da capacidade de agência dos indivíduos em construir combinações de capitais e escolher as que lhes parecem melhores e mais adequadas para alcançar a vida mais desejada) obteve resultados melhores. Essas combinações de estratégias e a diversificação delas são um elemento chave na redução da exposição de situações de vulnerabilidades e da pobreza material, monetária e de oportunidades (ELLIS, 2000)<sup>76</sup>.

Os resultados da Instância 3 apontaram que mesmo com as privações relacionadas à renda e aos acessos aos capitais financeiros, muitos funcionamentos foram realizados e incidiram em percepções boas e razoáveis a respeito das condições de vida das famílias do TZS. Pode-se supor que foi por razão de tais combinações e diversificações mencionadas nos parágrafos acima que a realização dos funcionamentos contidos na última instância foi propiciada.

O Quadro 10 sintetiza os indicadores que foram melhores e piores percebidos nos quatro grupos de domicílios analisados. Já o Biograma do ICV final do TZS (Figura 12) ilustra o desempenho das três instâncias dentro do índice. Este gráfico, conjuntamente com as análises realizadas, evidencia uma melhora gradual das percepções das famílias com respeito às suas próprias condições de vida conforme foram feitas as comparações entre a primeira instância e a segunda, e entre a segunda e a terceira.

---

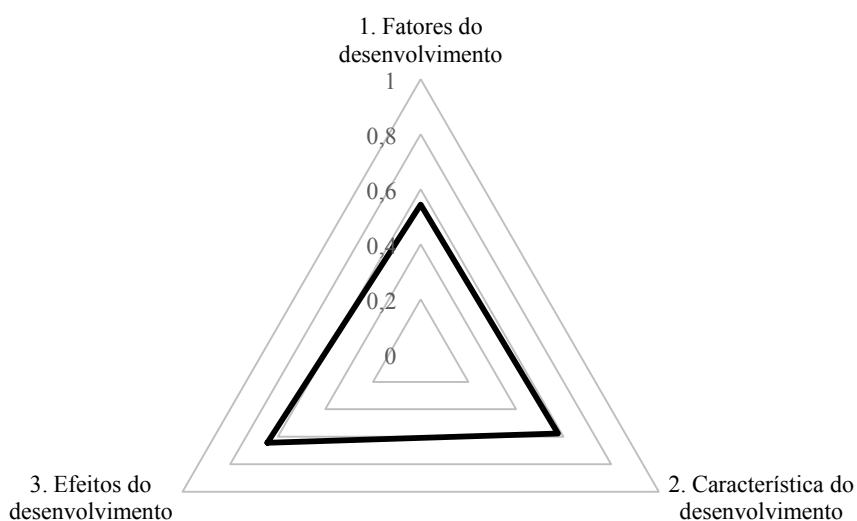
<sup>76</sup>Conforme Ellis (2000), o bem-estar reflete-se nas capacidades humanas de ser e fazer, cujo primeiro envolveria o próprio bem-estar e a felicidade e o segundo envolveria a capacidade de agência, as escolhas e as liberdades.

Quadro 10 – Melhores e piores indicadores por instância e por tipo de domicílio

Domicílios	Instância 1		Instância 2		Instância 3	
	Melhores indicadores	Piores indicadores	Melhores indicadores	Piores indicadores	Melhores indicadores	Piores indicadores
CP	Condições de moradia	Programas e políticas do governo	Preservação da vegetação nativa	Diversificação das fontes de renda	Condições de alimentação e nutrição	Participação em atividades culturais
SP					Permanência dos familiares no domicílio	Participação em atividades culturais
AF	Condições de moradia	Programas e políticas do governo	Preservação da vegetação nativa	Diversificação das fontes de renda	Condições de alimentação e nutrição	Participação em atividades culturais
ANF	Condições de moradia	Assistência técnica	Preservação da vegetação nativa	Diversificação das fontes de renda	Permanência dos familiares no domicílio	Participação em atividades culturais

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do SGE (2015) e com base nos dados calculados pela autora (2015).

Figura 12 - Biograma do ICV final



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do SGE (2015).

Resumidamente, os resultados da pesquisa apontaram que quando avaliados os funcionamentos realizados, as condições de vida das famílias foram melhores percebidas por todos os domicílios estudados. Porém, quando avaliado em termos de acesso aos recursos e meios para se adquirir melhores qualidades de vida, tais percepções foram as menos promissoras. Tal contexto muito pode refletir a respeito das ações e dos compromissos das instituições governamentais para com o território e da própria capacidade de agência dos indivíduos de diversificar suas estratégias com os meios que possuem e lhes estão dispostos na sociedade

Sob a perspectiva do desenvolvimento territorial, a coesão entre os indivíduos e as instituições públicas mostrou-se, em certo modo, instável e deficitária, apesar de muitos indicadores sociais apontarem que houve, de fato, uma melhora nas condições de vida da população ao longo das décadas. Sendo assim, é evidente a importância de ações e planos que visem a eliminação das desigualdades de capacidades e de oportunidades (de forma a propiciar condições para ampliar as liberdades diversas da população rural do TZS) e que permitem traçar um plano sólido de desenvolvimento rural para o território.

Porém, ressalta-se o tamanho desafio para os gestores públicos dar conta da diversidade de realidades existentes nos diferentes meios rurais brasileiros de forma a igualar as oportunidades e as capacidades para toda a população e evitar que parcelas da população rural continuem vulneráveis e propensas à pobreza. Uma coesão social sólida e ações planejadas que priorizem os municípios que possuem menos acessos, recursos e oportunidades são necessárias ao invés de manter planos e programas que acentuam as desigualdades regionais, locais, territoriais ao tornar prioritário a intensificação dos processos de desenvolvimento daqueles municípios mais abastecidos.



## 8 CONCLUSÕES

Uma das premissas mais importantes da perspectiva do desenvolvimento humano é a equidade. Mais importante do que ela mesma é a equidade no acesso às oportunidades. Uma sociedade que se desenvolve sem ela apresenta sérias restrições e privações que incidem diretamente nas escolhas das pessoas – e isso foi evidenciado ao longo da pesquisa. Tal situação também gera um impedimento no desenvolvimento das capacidades/capacitações humanas e na expansão das liberdades substantivas podendo deixar comunidades e populações inteiras expostas às vulnerabilidades diversas (UL HAQ, 2005, 2008; SEN, 2010).

Portanto, pobreza e vulnerabilidade não podem ser avaliadas apenas em termos monetários (de renda e riqueza), mas, sobretudo, em termos de liberdades e oportunidades. Conforme a UNDP (2014), pobreza e vulnerabilidade estão multidimensionalmente interligadas e reforçam-se uma a outra, mas, não são sinônimos.

Como já fora explorado nesta pesquisa, a vulnerabilidade é um aspecto importante da pobreza e inerente ao pobre, uma vez que seus leques/portfólios de capitais e de capacidades sofrem de privações por circunstâncias diversas. O pobre quase sempre é impedido de obter um conjunto capacitário alargado, o que significa dizer que com frequência apresenta deficiências em muitas áreas, como educação, saúde e alimentação (UNDP, 2014).

Estar expostos à vulnerabilidade não significa necessariamente estar propenso a pobreza. Mas, para a pessoa que já está imerso nela a vulnerabilidade pode intensificá-la e gerar cada vez mais privações.

Conforme Ellis (2000), a questão primordial a ser feita nos estudos sobre pobreza é o que será mensurado (capitais, resultados, capacidades/capacitações, despesas, bem-estar). A segunda questão determinante é quem e o que será estudado (quem é o pobre) e quem irá estudar (qual perspectiva o cientista irá priorizar).

Nesta pesquisa a resposta desta primeira questão foi ao encontro do conceito de pobreza de Amartya Sen: pobreza é uma questão de privação, sobretudo de privação de oportunidades básicas essenciais para a vida (SEN, 1981, 2010). Assim sendo, as variáveis utilizadas e analisadas incluíram não apenas os capitais, mas, também, as capacitações e os funcionamentos dos indivíduos.

À resposta da segunda e terceira questão, não obstante a perspectiva seniana, foi acrescentada a teoria de Ellis. Além de apresentar a essencialidades de cinco capitais (natural, produtivo, financeiro, humano e social) para a sustentabilidade da vida de qualquer família e,

sobretudo, para sua reprodução social, a pesquisa direcionou-se para o meio rural. Com base nisso, este estudo delimitou quem eram os “pobres” que iriam ser estudados e qual perspectiva o pesquisador iria se apropriar. Assim sendo, decidiu-se estudar os domicílios residentes no meio rural em um dos territórios rurais do Brasil, o Território Zona Sul do Rio Grande do Sul, a partir das abordagens de Sen e Ellis.

O objetivo principal desta pesquisa foi, com base nos conceitos de funcionamentos, liberdades, capacidades, conjunto capacitário e capitais e com base na resposta do problema de pesquisa, refletir sobre pobreza, vulnerabilidade e desenvolvimento humano no Território Rural Zona Sul. Por abranger características qualitativas e não apenas quantitativas, o Índice de Condição de Vida tornou-se uma ferramenta de análise muito promissora, sobretudo, por abranger, de uma maneira multidimensional, a percepção dos próprios indivíduos sobre suas condições de vida.

A percepção do(a)s agricultores/agricultoras foi essencial para, além de refletir-se sobre as condições de privação, refletir-se também a respeito dos sentimentos de privação, uma vez que as circunstâncias, os capitais, os funcionamentos e os bens materiais não podem ser avaliados sem considerar-se o ponto de vista e o sentimento dos indivíduos, mesmo que não estejam explícitos (SEN, 1981).

Tendo o ICV como ferramenta primordial de análise, o TZS como recorte, e as abordagens de Sen e Ellis como pilar, o problema de pesquisa que se buscou ser elucidado procurou inferir sobre a posse de distintos capitais (a variação e diferenciação no acesso) e seus reflexos nos funcionamentos e conjunto capacitário. Para isso, a pesquisa abarcou dados referentes aos domicílios que pronunciaram obter qualquer tipo de produção agropecuária – e dentro deste grupo incluíram-se os domicílios de produção familiar e os domicílios de produção não familiar – e aqueles domicílios que não tinham fins produtivos, ou seja, não possuíam produção agropecuária e serviam, principalmente, para moradia, lazer e/ou recreação.

Os resultados do ICV em todas as análises inferiram que em termos de recursos e capitais acessados, isto é, os meios para alcançar o bem-estar e condições de vida adequadas e desejáveis (Instância 1), a percepção das famílias residentes nos domicílios rurais pesquisados foram as piores. Muitos capitais essenciais para a sustentação de um padrão de vida adequado e para a reprodução social, sobretudo para as pessoas que residem no meio rural, como acesso ao crédito, políticas públicas e programas do governo, assistência técnica, foram dificilmente acessados ou acessados com muitas complicações, o que, por si só, já evidenciaram a existência de privações que deveriam ser superadas.

Tais privações reduzem as capacitações dos indivíduos e restringem suas liberdades de alcançar resultados desejáveis. Uma vez que o papel das primeiras é, justamente, propiciar a minimização das consequências negativas de choques, tendências e vulnerabilidades diversas a partir do alargamento das capacidades (com base no acesso aos capitais e do uso e da posse deles, por exemplo), qualquer obstáculo neste processo pode gerar um impedimento e/ou uma dificuldade na proteção e na garantia dos funcionamentos individuais quando as circunstâncias mostrarem deterioração (UNDP, 2014). E isso foi constatado ao longo da pesquisa, por exemplo, quando ficou evidente, na Instância 1, as dificuldades no acesso ao crédito e políticas públicas, que se refletiram em percepções medianas a respeito da situação da renda (Instância 3).

Ao ser analisada a conversão dos meios para os fins do desenvolvimento humano (Instância 2), isto é, o uso dos capitais, recursos e oportunidades e a arquitetura de estratégias de vida, a percepção das famílias sobre suas condições de vida foi um pouco melhor. Lidar com a pobreza e com as situações de vulnerabilidade (as quais não estavam apenas relacionados à desigualdade no acesso aos recursos) pode ter sido consequência da capacidade de agência dos indivíduos em diversificarem, em diversos graus, o uso dos meios acessados e da habilidade de lidar com riscos e eventos adversos.

Pôde-se supor, ainda, que as melhores percepções nesta instância (e também na Instância 3) foram geradas por uma certa satisfação dos agricultores sobre suas condições de vida. Isto é, embora a renda, a escolaridade e os cuidados com os recursos naturais, por exemplo, tenham de fato mostrado alguma fragilidade, para os/as entrevistados/entrevistados tais situações eram suficientes para o tipo de rotina que possuíam.

Porém, deve-se ficar atento à uma reflexão importante: a percepção positiva acerca dos efeitos do desenvolvimento (Instância 3) que acabou não indicando, explicitamente, níveis de pobreza e vulnerabilidade não seria, justamente, resultado de uma situação prévia de vulnerabilidade em um contexto cujos agricultores pensavam que suas condições de vida estavam boas e o que melhorar seria considerado “lucro”? Será que estes indivíduos não estavam expostos à uma acomodação resignada?

Ressalta-se que o papel das instituições para tornar viável as conversões é elementar na destruição de barreiras e no fortalecimento da resiliência da comunidade. Em um contexto sem obstáculos e privações, os indivíduos tornam-se capazes de mudar suas estratégias e reagir com segurança e autonomia aos choques e às situações que lhes expõem vulnerabilidades multidimensionais (UNDP, 2014; ELLIS, 2000).

Os resultados analisados por grupos de domicílios aproximaram-se dessas conclusões gerais. A comparação feita entre os domicílios com produção (independente de serem familiares ou não familiares) e sem produção abrangeu apenas a Instância 3, visto que este último grupo não contemplava as questões das outras duas instâncias. A média dos indicadores que resultou no ICV da última instância analisada foi maior para o Grupo CP (0,652 para este grupo e 0,598 para o Grupo SP), o que reflete a importância das atividades rurais produtivas na realização dos funcionamentos.

Todavia, o ICV total do grupo SP foi maior do que o ICV total do grupo CP (que, ao contrário do outro, incluía as instâncias 1 e 2). Por esta razão, tornou-se necessário realizar uma análise que verificasse a percepção dos indivíduos a partir dos critérios dados para cada indicador. Assim, concluiu-se que os funcionamentos básicos foram realizados em ambos os grupos gerando percepções muito próximas a respeito de suas condições de vida.

Com relação aos domicílios de agricultura familiar e não familiar, a comparação entre as instâncias foi semelhante aos resultados gerais: piores resultados e percepções para as instâncias 1 e 2 e melhores para a instância 3. Enquanto para as duas primeiras os domicílios não familiares auferiram resultados maiores, para a última instância os domicílios de agricultura familiar mostraram-se mais satisfeitos com suas condições de vida.

Concluiu-se, assim, que os domicílios com produção e os domicílios de agricultura familiar apresentaram melhores resultados na Instância 3, que muito podem estar relacionados com a capacidade de agência dos indivíduos ou dos espaços de manobra criados para manter e ampliar sua autonomia.

Ou, também, isso pode ter indicado, possivelmente, dada as privações constatadas nas instâncias 1 e 2, que os domicílios de agricultura familiar estavam menos capacitados a compreender a realidade que os circundava. Isto é, havia uma falta de clareza a respeito das situações que os expunha a vulnerabilidades.

O ICV final foi maior para o grupo dos agricultores não familiares. Todavia, as percepções sobre as condições de vida dos dois tipos de domicílios mostraram-se estar em níveis semelhantes. Ou seja, independentemente de serem familiares ou não, as condições de vida para ambos se mostraram, de certo modo, no mesmo patamar em termos de critérios indicados.

As comparações entre as instâncias demonstraram que as percepções das famílias com respeito às suas próprias condições de vida e os resultados do ICV foram melhorando conforme foram feitas as comparações entre a primeira instância e a segunda, e entre a segunda e a terceira. Isto é, quando avaliados os funcionamentos realizados, as condições de

vida das famílias foram melhor percebidas, porém, quando avaliado em termos de acesso aos recursos e meios para se adquirir melhores qualidades de vida, tais percepções foram as menos promissoras. Essas conclusões permitiram refletir a respeito das ações e dos compromissos das instituições governamentais para com o território e da própria capacidade de agência dos indivíduos de diversificarem suas estratégias com os meios que possuíam e lhes estavam dispostos na sociedade.

A partir disso reflete-se que tanto a capacidade de agência das pessoas quanto a extensiva disponibilidade dos meios, a facilidade de acesso a eles e o papel das instituições para tornar a conjuntura viável incidem na realização de diversos funcionamentos básicos e complexos, na expansão das liberdades e na composição do conjunto capacitário de cada indivíduo. Todas essas variáveis foram consideradas ao analisar-se a Instância 3 que foi unanimemente melhor em termos de percepção dos indivíduos e, por consequência, em termos de resultado do ICV.

Concluiu-se que a posse de distintos capitais, não excluindo outros tipos de meios (recursos e oportunidades, por exemplo), refletiu sim em diferenças na composição do conjunto capacitário e na percepção das condições de vida de cada grupo de domicílios analisados, embora essas distinções tenham sido pequenas. Ainda que alguns grupos tenham apresentado realizações de funcionamentos distintas e, conseqüentemente, conjuntos capacitário diferentes em função de um acesso mais facilitados à alguns capitais e recursos, quando analisadas comparativamente as percepções (as opiniões, impressões e sentimentos) sobre as condições de vida nas seções do capítulo 7 elas mostraram-se semelhantes e próximas de um conceito bom e mediano.

Isso corrobora o que Sen (2010) elucidou sobre a influência das particularidades sociais e culturais na construção do bem-estar de cada pessoa. Ademais, isso comprova que mesmo acessando-se meios iguais, os fins para cada indivíduo podem não apresentar simetria por razões aqui já tratadas.

Apesar dos resultados apresentados no capítulo 4 apontarem o TZS como um território com algumas características de pobreza e vulnerabilidade, e ainda que as percepções dos próprios indivíduos, dada a partir dos critérios avaliados para os 24 indicadores do ICV, tenham sido majoritariamente regulares, os resultados finais do índice sobre as condições de vida dessas pessoas não indicaram nível extremos de pobreza. Isso vai ao encontro de outros demais indicadores sociais que já apontaram melhoras graduais nas vidas das populações rurais.

Como já mencionado, foi corroborado, sim, a existência de sérias privações que de maneira evidente podem ter reduzido, impedido ou dificultado o aumento do bem-estar, além de indicar situações concretas e/ou potenciais de vulnerabilidade. Estar imerso nessa conjuntura pode não tornar o TZS um território, de fato, pobre em termos monetários, mas, em certa medida, o torna um território de população vulnerável e propensa à pobreza de oportunidades (principalmente a parcela rural), o que vai ao encontro das reflexões trazidas no parágrafo anterior.

Visto que é demasiadamente necessário que as pessoas possam exercer suas escolhas de maneira livre e segura com a certeza de que “as oportunidades que elas possuem hoje não serão perdidas amanhã” (PNUD, 2014, p. 17), e visto que muitas vezes suas capacidades de agência tornaram-se insuficientes para superar as dificuldades, a luta pela redução e eliminação das privações e a expansão das liberdades e do bem-estar que permitem proporcionar maiores e melhores escolhas para as pessoas (escolha por educação, por saúde, por segurança pessoal) deve tornar-se o desafio primordial das instituições governamentais, privadas e das próprias comunidades envolvidas. Assim, as políticas podem priorizar o uso de ferramentas como o ICV para compreender quais são as demandas e carências essenciais da população do território para melhor propiciar um desenvolvimento rural, territorial e humano.

O Índice de Condições de Vida salientou o TZS como um território com privações no acesso aos recursos e, por esta razão, merece maior atenção na pauta de desenvolvimento. Mas, deve-se destacar também que alguns indicadores (como diversificação da produção, diversificação da renda, sobretudo) apontaram que os próprios indivíduos ao não buscarem alternativas auxiliares expuseram-se, eles mesmos, à alguns tipos de vulnerabilidade que no médio prazo pode refletir na não expansão do bem-estar e na redução de suas condições de vida.

Portanto, destaca-se que é necessária uma ação conjunta que assegure a coesão social. Altas capacidades/capacitações favorecem os indivíduos a serem capazes de fazer escolhas e isto significa liberdade para agir. Porém, para que isto seja possível é fundamental que os indivíduos estejam livres de tudo aquilo que possa inibir suas habilidades de agir (UNDP, 2014). Sendo assim, essa ação conjunta entre as instituições e os indivíduos no TZS é indispensável para empoderar as pessoas de adquirirem resiliência de forma a obter oportunidade de alcançar “resultados que elas mesmas valorizam e que têm razões para valorizar” (SEN, 2010, p. 370; PNUD, 2010).

Ressalta-se, porém, que o ICV tem limitações bem visíveis e merece aprimoramentos, como os já realizados nos trabalhos de Tanise (2015) e Sartorelli e Rambo (2014). Algumas

dessas limitações são: ampla capacidade de generalização e não representação total do público alvo (população rural do TZS), já que não abrangeu os 25 municípios do território; falhas e contradições nas perguntas dos questionários; está exposto estritamente às percepções das famílias podendo estas serem enviesadas por situações de acomodação resignada, por exemplo; não possui perguntas específicas para os domicílios sem produção de forma a incluí-los nas instâncias 1 e 2. Assim sendo, não envolve toda a dimensão territorial e não é universal.

Todavia, ferramentas como o ICV são importantes para auxiliar na gestão do território e no controle de situações que geram pobreza e vulnerabilidade, principalmente no meio rural. Os resultados aqui gerados afirmaram a existência de privações e obstáculos que devem ser superados para proporcionar níveis melhores de desenvolvimento multidimensional e de condições de vida para a população rural. Neste quesito o ICV cumpriu seu papel ao permitir apontar onde se encontram as falhas das ações das instituições.

As conclusões encontradas na pesquisa corroboraram que o rural é, sim, multifacetado e não remete apenas ao agrário e que a atividade agropecuária continua sendo central para a agricultura, seja ela familiar ou não. Assim, estudos como estes dão vazão para outras pesquisas (relacionadas ao tema da ruralidade e aproximando-as da Abordagem das Capacitações e da Abordagem dos Meios de Vidas) que podem contribuir para melhor compreender as dinâmicas particulares de um território e dos grupos sociais que nele se inserem, levando-se em consideração a dimensão humana como cerne.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. [S.l.], 1999. Disponível em: <<http://ifibe.edu.br/arq/201508131525281087273037.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2016.
- \_\_\_\_\_. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000a. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/Democracia%20e%20Participa%C3%A7%C3%A3o/O%20capital%20social%20dos%20territ%C3%B3rios%20-%20repensando%20o%20desenvolvime.pdf> . Acesso em: 26 mar. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. (Texto para discussão, 702). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4121](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4121)> . Acesso em: 26 mar. 2016.
- ADELMAN, Irma. Fallacies in Development Theory and their implications for policy. In: MEIER, Gerald M.; STIGLITZ, Joseph E. **Frontiers of Development Economics: the futures in perspective**. Oxford University Press, 2002. p. 20-40.
- ANAND, Sudir; SEN, Amartya K. **Human Development Index: methodology and measurement**. New York: Human Development Report Office, 1994. (Occasional Paper United Nations Development Programme, 12).
- ALONSO, José Antônio Fialho. BANDEIRA, Pedro Silveira. Considerações metodológicas sobre a divisão regional. In: ALONSO, José Antonio; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994. p. 213-229.
- ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: UNESP, 1995.
- BIANCHINI, Valter. Dez anos de políticas para a agricultura familiar – avanços e desafios. In: MIELITZ, Carlos (Org). **Desenvolvimento agrícola e questão agrária**. [S.l.]: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- BLUME, Roni. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4671/000458631.pdf?sequence=1>> . Acesso em: 23 fev. 2015.
- BRASIL. **Decreto Nº 5.209 de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm)> . Acesso em: 10 Ago 2015.
- \_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.274, de 06 de fevereiro de 2006a**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da



educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Brasília, 2006a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/111274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/111274.htm)>. Acesso em: 16 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei N° 11.326, de 24 de julho de 2006b.** Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei N° 12.651, de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n<sup>os</sup> 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n<sup>os</sup> 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n<sup>o</sup> 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm)>. Acesso em: 08 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais.** Brasília: MDA/SDT, 2005b. (Documento Institucional, 2). Disponível em: <[http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc\\_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf](http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_214-28-11-2012-11-32-675117.pdf)> . Acesso em: 06 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.** Brasília: IICA/Condraf/MDA/NEAD, 2003. (Série Textos para discussão, 4).

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria do Desenvolvimento Territorial – SDT. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** Brasília, 2005c.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Elaboração da proposta do Índice de Condições de Vida para aplicação nos territórios rurais (ICV-Territórios Rurais).** Relatório com a proposição do Índice de Condição de Vida. Brasília: SDT/MDA, 2007.

\_\_\_\_\_. **Referências para a gestão social de territórios rurais.** Brasília: MDA/SDT, 2005a. (Documento Institucional, 3).

\_\_\_\_\_. **Sistema de gestão estratégica: Índice de Condição de Vida.** Brasília: MDA/SDT, 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico.** [S.l.], 2006. (Texto para Discussão). Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>> . Acesso em: 24 set. 2015.

CAMARANO, Ana Amélia. Como a história tratou a relação entre população e desenvolvimento econômico. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: IPEA, 2014. p. 43-80. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_regime\\_demografico.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_regime_demografico.pdf)>. Acesso em: 26 jun. 2015.

\_\_\_\_\_; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 691). Disponível em:  
<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/1EncNacSobreMigracao/AnaisENSMigracaoCuritiba1997p303a327.pdf>> . Acesso em: 15 nov. 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Natal, 1997. Disponível em:  
<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

CARSWELL, Grace. **Agricultural intensification and sustainable rural livelihoods**: a think piece. [S.l.], 1997. (IDS Working Paper, 64). Disponível em:  
<<https://www.ids.ac.uk/files/dmfile/Wp64.pdf>> . Acesso em: 19 nov. 2014.

CASTELLO BRANCO, Helena Alvim. **Família**: indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/136/fis\\_1981-1987\\_v1.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/136/fis_1981-1987_v1.pdf)>. Acesso em: 24 ago. 2014.

CAZELLA, Ademir Antonio. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 5-27, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/633>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

\_\_\_\_\_; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato. **Agricultura familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial do Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2009. Disponível em:  
<<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2011/08/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2015.

CHAMBERS, Robert; CONWAY, Gordon. **Sustainable rural livelihoods**: practical concepts for the 21st century. [S.l.], 1991. (IDS Discussion Paper, 296). Disponível em:  
<<https://www.ids.ac.uk/files/Dp296.pdf>> . Acesso em: 19 nov. 2014.

CHIRIBOGA, Manuel. Globalização e territorialidade. Entrevista. Diálogos do IV Fórum. Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org). **Reflexões sobre Políticas de Desenvolvimento Territorial**. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, 11). Disponível em:  
<<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-11-Reflex%C3%B5es-sobre-pol%C3%ADticas-de-desenvolvimento-territorial.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

COMIM, Flavio; BAGOLIN, Izete Pengo. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. especial, 2002. Disponível em: <[http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa\\_4\\_comim\\_bagolin.pdf](http://cdn.fee.tche.br/eeg/1/mesa_4_comim_bagolin.pdf)> . Acesso em: 20 ago. 2015.

CONTERATO, Marcelo Antônio; RADOMSKY, Guilherme Francisco W.; SCHNEIDER, Sergio. **Pesquisa em Desenvolvimento Rural**: aportes teóricos e proposições metodológicas. v. 1, Porto Alegre: UFRGS, 2014.

DICIONÁRIO online Caldas Aulete. [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/sanitarismo#ixzz2iOrZ4Ox0>>. Acesso em: 02 set. 2015.

DUBY, Georges. L'urbanisation dans l'histoire. **Études Rurales**, [S.l.], n.49-50, 1973. Disponível em: <<https://etudesrurales.revues.org/515>>. Acesso em: 27 set. 2015.

DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 34, v. 12, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141998000300019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000300019)>. Acesso em: 12 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. O mito do progresso. **Novos Estudos**, [S.l.], n. 77, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a05n77.pdf>> . Acesso em: 10 jan. 2015.

DWORKIN, Ronald. **El dominio de la vida**. Barcelona: Ariel, 1998.

ELLIS, Frank. Household strategies and rural livelihood diversification. **The Journal of Development Studies**, [S.l.], v. 35, n. 1, 1998. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00220389808422553>>. Acesso em: 26 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. [S.l.]: Oxford, 2000.

\_\_\_\_\_; BIGGS, Stephen. Evolving themes in Rural Development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, [S.l.], v. 19, n. 4, 2001. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-7679.00143/pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

FAVARETO, Arilson da S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão** – do agrário ao territorial. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/pt-br.php>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142010000100021](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100021)> . Acesso em: 20 mar. 2015.

FERNÁNDEZ, Victor; AMIN, Ash; VIGIL, José. **Repensando el desarrollo regional**: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.

FIALHO, Marco Antonio V. **Rincões de pobreza e desenvolvimento: interpretações sobre comportamento coletivo**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <[http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/d\\_marco\\_antonio\\_verardi\\_filho\\_cpda\\_ufrrj\\_2005.pdf](http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2011/09/d_marco_antonio_verardi_filho_cpda_ufrrj_2005.pdf)> . Acesso em: 17 abr. 2015.

FORTES, Amyr Borges. **Compêndio de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1962.

FUKUDA-PARR, S. The human development paradigm: operationalizing Sen's ideas on capabilities. **Feminist Economics**, [S.l.], v. 9, n. 2-3, p. 301-317, 2003. Disponível em: <[http://www.cid.harvard.edu/events/papers/fukudaparr\\_femecon\\_2003.pdf](http://www.cid.harvard.edu/events/papers/fukudaparr_femecon_2003.pdf)> . Acesso em: 20 mar. 2016.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA – FEE. **Listagem de variáveis**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!/home/listarvariaveis>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 8. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1983.

GÓMEZ, Sergio E. ¿Nueva ruralidad? Un aporte al debate. **Estudios Sociedade e Agricultura**, [S.l.], n. 17, 2001. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezessete/gomez17.htm>> . Acesso em: 05 nov. 2014

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, [S.l.], v. 2, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/view/86>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

GRANDO, Marinês Zandavali. **Um retrato da agricultura familiar gaúcha**. Porto Alegre: FEE, 2011. (Textos para discussão, 98). Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140324098.pdf>> . Acesso em: 03 nov. 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1981.

\_\_\_\_\_; VON DER WEID, Jean Marc; BIANCHINI, Valter. **O Brasil Rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário / Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001. (Texto para Discussão, 2). Disponível em: <[http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Brasil\\_rural\\_precisa\\_estrategia\\_desenvolvimento\\_1.pdf](http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Brasil_rural_precisa_estrategia_desenvolvimento_1.pdf)> . Acesso em: 20 mar. 2016.

GREEN, Gary Paul. **Handbook of rural development**. [S.l.]: Edward Elgar, 2013.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

HADDAD, Paulo Roberto et al. **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: ETENE-BNB, 1989.

HAGGBLADE, Steven. The rural nonfarm economy: pathway out of poverty or pathway in? **Workshop 'The Future of Small Farms'**, [S.l.], 2005. Disponível em: <<http://www.ifpri.org/sites/default/files/pubs/events/seminars/2005/smallfarms/haggblade.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HERZLICH, Claudine. La Représentation sociale. In: MOSCOVICI, Serge. **Introduction à la psychologie sociale**. Paris: Librairie Larrousse, 1972. p. 303-325.

HOOVER, Edgar; GIARRATANI, Frank. **An introduction to Regional Economics**. Virginia, 1984. Disponível em: <[http://utenti.dea.univpm.it/sotte/Testi%20ET\\_file/Hoover%20Giarratani-%20Introduction%20to%20Regional%20Economics,%20UCEB,%201984.pdf](http://utenti.dea.univpm.it/sotte/Testi%20ET_file/Hoover%20Giarratani-%20Introduction%20to%20Regional%20Economics,%20UCEB,%201984.pdf)>. Acesso em: 11 jan. 2015.

HUSSEIN, Karim; NELSON, John. **Sustainable livelihoods and livelihood diversification**. [S.l.], 1998. (IDS Working Paper, 69). Disponível em: <<https://www.ids.ac.uk/files/Wp69.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Área territorial oficial**. Rio de Janeiro, 2015a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/area.shtm>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Área territorial brasileira**. Rio de Janeiro, 2015b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/principal.shtm>>. Acesso em: 13 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2010a. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 13 dez. 2010.

\_\_\_\_\_. **Contagem da população**. Rio de Janeiro, 2015c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem/caracteristicas/conceitos.shtm>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Síntese de indicadores sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, 2010b. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS\\_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS_2010.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: volume Brasil: unidades da federação. Rio de Janeiro, 2014a. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/brasil\\_de\\_faultxls\\_unidades.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/brasil_de_faultxls_unidades.shtm)>. Acesso em: 19 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Síntese de indicadores sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE, 2014b. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores\\_Sociais/Sintese\\_de\\_Indicadores\\_Sociais\\_2014/SIS\\_2014.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Sintese_de_Indicadores_Sociais_2014/SIS_2014.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <[http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao\\_atlas\\_ivs.pdf](http://ivs.ipea.gov.br/ivs/data/rawData/publicacao_atlas_ivs.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: resultados do universo por setor censitário. Brasília: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2011. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/base\\_de\\_informacoes\\_por\\_setor\\_censitario\\_universo\\_censo\\_2010.pdf](http://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/base_de_informacoes_por_setor_censitario_universo_censo_2010.pdf)>. Acesso em: 02 dez. 2014.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERACIÓN PARA LA AGRICULTURA - IICA. **A nova cara da pobreza rural**: desenvolvimento e a questão regional. Brasília, 2010. (Desenvolvimento Rural Sustentável, 14).

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Painel dos assentamentos**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 3, 1998.

KRISHNAKUMAR, Jaya. Going beyond functionings to capabilities: an econometric model to explain and estimate capabilities. **Journal of Human Development**, Genève, v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <[http://www.unige.ch/ses/metri/cahiers/2004\\_12.pdf](http://www.unige.ch/ses/metri/cahiers/2004_12.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

KUHN, Daniela. **Oportunidades, ruralidades e pobreza no Rio Grande do Sul**: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15330/000676800.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. et. al. Pobreza no Rio Grande do Sul: a heterogeneidade revelada pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 14, n.

26, 2006. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/paulo-waquil/kuhn-d-waquil-p-d-costa-a-m-mattos-e-fritz-k-gianluppi-l-pobreza-no-rio-grande-do-sul-a-heterogeneidade-revelada-pela-abordagem-das-capacitacoes-nos-municipios-gauchos-teoria-e-evidencia-economica-passo-fundo-rs-v-14-n-26-p-113-134-2006>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MALUF, Renato. Desenvolvimento territorial: os desafios para a construção de uma agenda nacional de políticas públicas. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org). **Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial**. Brasília: IICA, 2010. p. 17-28. (Desenvolvimento Rural Sustentável, 11). Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-11-Reflex%C3%B5es-sobre-pol%C3%ADticas-de-desenvolvimento-territorial.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

MARION FILHO, Pascoal José; REICHERT, Henrique; SCHUMACHER, Gabriela. A pecuária no Rio Grande do Sul: a origem, a evolução recente dos rebanhos e a produção de leite. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 6., 2012, Porto Alegre. **Trabalhos apresentados...** Porto Alegre: FEE, 2012. Disponível em: <[http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa13/A\\_Pecuaria\\_no\\_RS-A\\_origem\\_Evolucao\\_Recente\\_dos\\_Rebanhos\\_e\\_a\\_Producao\\_de\\_Leite.pdf](http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa13/A_Pecuaria_no_RS-A_origem_Evolucao_Recente_dos_Rebanhos_e_a_Producao_de_Leite.pdf)> . Acesso em: 22 abr. 2015.

MATTOS, Ely José de. **Pobreza rural no Brasil: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

\_\_\_\_\_. Caracterização do “Estado a Arte” sobre Índices de Condições de Vida para subsidiar a proposição de um instrumento de acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa de Territórios da Cidadania. In: BRASIL. **Elaboração da proposta do Índice de Condições de Vida para aplicação nos territórios rurais (ICV-Territórios Rurais)**. Relatório com a proposição do Índice de Condição de Vida. Brasília, 2007. p. 5-9.

\_\_\_\_\_; WAQUIL, Paulo Dabdab. Pobreza rural no Rio Grande do Sul: comparando abordagens. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. especial, 2008. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2149/2533>>. Acesso em: 14 dez. 2015.

MAYER, André. Prefácio à nona edição. In: CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1984. p. 5-11.

MELLO, Janine. A inclusão produtiva rural no Brasil Sem Miséria: o desafio da superação da pobreza no campo. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, n. 23, 2015. Disponível em: <[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023\\_%20FINAL\\_910.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Caderno%2023_%20FINAL_910.pdf)> . Acesso em: 20 mar. 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

- MERTEN, Gustavo; MINELLA, Jean Paolo. Qualidade da água em bacias hidrográficas rurais: um desafio atual para a sobrevivência futura. **Agroecol. e Desenvol. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, out./dez. 2002. Disponível em: <[http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3\\_n4/artigo2.pdf](http://taquari.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n4/artigo2.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2015.
- MINELLA, Jean Paolo Gomes et al. Identificação e implicações para a conservação do solo das fontes de sedimentos em bacias hidrográficas. **Revista Brasileira Ci. Solo**, [S.l.], v. 31, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcs/v31n6/39.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2015.
- MIRANDA, Carlos. Globalização e territorialidade. Diálogos do IV Fórum. Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Org.). **Reflexões sobre políticas de desenvolvimento territorial**. Brasília: IICA, 2010. p. 29-30. (Desenvolvimento Rural Sustentável, 11). Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Serie-DRS-vol-11-Reflex%C3%B5es-sobre-pol%C3%ADticas-de-desenvolvimento-territorial.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2015.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a09.pdf>> . Acesso em: 20 mar. 2016.
- NIEHOF, Anke. The significance of diversification for rural livelihood systems. **Food Policy**, [S.l.], v. 29, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S030691920400048X>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- NISBET, Robert. **História da ideia de progresso**. Brasília: EdUNB, 1985.
- PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, [S.l.], v. 24, n.1-2, 2005. Disponível em: <[http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo\\_53.pdf](http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_53.pdf)>. Acesso em: 27 fev. 2015.
- PEREIRA, Márcio de Araújo; SOUZA, Marcelino; SCHNEIDER, Sergio. Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais. **Revista IDeAS**, [S.l.], v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/Sergio%20Schneider/pereira-marcio-de-araujo-souza-marcelino-e-schneider-sergio-meios-de-vida-e-livelihoods-aproximacoes-e-diferencas-conceituais-revista-ideas-v-4-n-1-p-203-224-jun-jul-2010>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- PERONDI, Miguel Ângelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.



\_\_\_\_\_; SCHNEIDER, Sergio. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2032>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - PTDRS. **Território da Cidadania Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul**. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2009.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS – PNUD. **Relatório de desenvolvimento humano 2010**. A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. Nova York, 2010. Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD\\_HDR\\_2010.pdf](http://www.pnud.org.br/hdr/arquivos/RDHglobais/PNUD_HDR_2010.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório de desenvolvimento humano 2014**. Sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar as resiliências. Nova York, 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

\_\_\_\_\_; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA; FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

RAMBO, Anelise G et al. Apreendendo dinâmicas territoriais de desenvolvimento por meio da análise escalar: um estudo do Proinf e das emendas parlamentares no Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, ed. esp. Geografia Agrária, 2013. Disponível em: <<http://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/1956>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. et al. O Índice de Condições de Vida (ICV): construindo metodologias de análise e avaliação de dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 68-94, dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/regis/article/view/17174>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. et al. Território e desenvolvimento na escala humana: condições de vida e gestão territorial no Sul do Rio Grande do Sul. Apresentação Oral. In: CONGRESSO SOBER, 50., 2012, Vitória. **Trabalhos apresentados...** [S.l.]: SOBER, 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/marcelo-conterato/rambo-anelise-graciele-conterato-marcelo-antonio-schneider-sergio-del-re-megui-gomes-carla-aldrighi-territorio-e-desenvolvimento-na-escala-humana-condicoes-de-vida-e-gestao-territorial-no-sul-do-rio-grande-do-sul-50-congresso-da-sober-vitoria-es-2012>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ROBEYNS, Ingrid. **The capability approach**: an interdisciplinary introduction. Paper presented for the Training Course preceding the 3rd International Conference on the Capability Approach, Pavia, Itália, 2003. Disponível em: <[http://commonweb.unifr.ch/artsdean/pub/gestens/f/as/files/4760/24995\\_105422.pdf](http://commonweb.unifr.ch/artsdean/pub/gestens/f/as/files/4760/24995_105422.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ROCHA, Jefferson Marçal da. **As raízes da crise da Metade Sul**: estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul. Jaguarão: Federação Universidade Federal do Pampa, 2011.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SARTORELLI, Anderson; RAMBO, Anelise. Os meios e as condições de vida dos agricultores familiares produtores de tabaco: um estudo no município de Laranjeiras do Sul/PR. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 4, 2014. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/extensaorural/article/view/10801>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n11/n11a06.pdf>> . Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Agricultura familiar e industrialização**. (Pluriatividade e Descentralização no Rio Grande do Sul). Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS**, Campinas, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/Sergio%20Schneider/schneider-s-reflexoes-sobre-diversidade-e-diversificacao-agricultura-formas-familiares-e-desenvolvimento-rural-ruris-v-4-n-1-p-85-131-marco-2010>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Trabalho apresentado no XXII Congress of the European Society for Rural Sociology, Wageningen, Holanda, ago. 2007.

\_\_\_\_\_. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS**, [S.l.], v. 18, n. 51, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v18n51/15988>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

\_\_\_\_\_; FREITAS, Tanise. Qualidade de vida, diversificação e desenvolvimento: referências práticas para análise do bem estar no meio rural. **Olhares Sociais**, [S.l.], v. 2, p. 121-142, 2013. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/Sergio%20Schneider/schneider-s-freitas-d-t-qualidade-de-vida-diversificacao-e-desenvolvimento-referencias-praticas-para-analise-do-bemestar-no-meio-rural-olhares-sociais-v-2-p-121-2013>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. et al. **Relatório analítico célula de acompanhamento e informação - CAI - Zona Sul do estado do Rio Grande do Sul**. Projeto de Pesquisa e Extensão Tecnológica. Brasília: MDA/SDT/CNPq, 2012.

SCOONES, Ian. **Sustainable rural livelihoods a framework for analysis**. [S.l.], 1998. (IDS Working Paper, 72). Disponível em: <<https://www.staff.ncl.ac.uk/david.harvey/AEF806/Sconnes1998.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

SEN, Amartya. **Commodities and capabilities**. New York: Oxford University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, n. 28-29, São Paulo, 1993. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451993000100016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade reexaminada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

\_\_\_\_\_. **Poverty and femines**. New York: Oxford University Press, 1981.

\_\_\_\_\_. **The standard of living: the tanner lecture on human values**. 1985. Lecture delivered at Cambridge University. Cambridge, 1985.

SEPÚLVEDA, Sérgio. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005. Disponível em: <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Desenvolvimento-Sustentavel-Microrregional.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_; CHAVARRÍA, Hugo; ROJAS, Patricia. **Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible de los territorios rurales (El biograma)**. San José: IICA, 2005.

SOARES, Sergei S. D. **Metodologia para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas e multidimensionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. (Texto para discussão, 1381). Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1381.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1381.pdf)>. Acesso em: 28 nov. 2015.

SOUZA, Marcelo L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

\_\_\_\_\_. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Elizeu S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP, 2009. p. 57-72. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20OS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

STREETEN, Paul. Foreword. In: UL HAQ, Mahbub (Ed.). **Reflections on human development**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

TEVES, Nilda. O imaginário na configuração da realidade social. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Imaginário social e educação**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992. p. 3-33.

TOIGO, Camila H. **Desenvolvimento humano e sustentável sob uma ótica conjunta**: o que o IDH, o EPI e a Pegada Ecológica têm a revelar. 2013. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

TORRONTEGUY, Teófilo. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto; IEL, 1994.

UL HAQ, Mahbub. O paradigma do desenvolvimento humano. In: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS - PNUD. **Desenvolvimento humano**: leituras selecionadas. Belo Horizonte: IDHS-PUC Minas; PNUD, 2008. p. 20-39.

\_\_\_\_\_. **Reflections on human development**. New York: Oxford University Press, 1995.

UNITED NATIONS. **International definition and measurement of standards and levels of living**. New York, 1961. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/pubs/gesgrid.asp?id=284>>. Acesso em: 05 out. 2014.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND - UNICEF. **Situação mundial da infância 2008**. Nova York, 2007. Disponível em: <[http://www.unicef.org/brazil/pt/sowc2008\\_br.pdf](http://www.unicef.org/brazil/pt/sowc2008_br.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2015.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME - UNDP. **Human development report 1990**. New York, 1990. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr\\_1990\\_en\\_complete\\_nostats.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Human development report 2014**. sustaining human progress: reducing vulnerabilities and building resilience. New York, 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/rdh2014.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS - UCPEL. Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria. Banco de Dados Zona Sul. **Setor Secundário**. Pelotas, 2010. Disponível em: <<http://www.bancodedadoszonasul.com.br/content/?secao=banco-de-dados&id=18>>. Acesso em: 16 out. 2015.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

\_\_\_\_\_. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 391-408, 2000. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9523.00156/abstract>>. Acesso em: 21 mar. 2016.

VEIGA, José Eli. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 51, 2004.

\_\_\_\_\_. Do crescimento agrícola ao desenvolvimento rural. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). **Desenvolvimento em debate**. v. 2. Rio de Janeiro: Mauad; BNDES, 2002. p. 383-409.

Disponível em: <[http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/2002\\_Do-crescimento-agricola-ao-desenvolvimento-rural.pdf](http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/2002_Do-crescimento-agricola-ao-desenvolvimento-rural.pdf)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: PIQUET, Rosélia; OLIVEIRA, Elzira de. **Economia e território no Brasil contemporâneo**. [S.l.], 2007. Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT01112013174944.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2015.

\_\_\_\_\_. Perspectivas nacionais do desenvolvimento rural. In: SHIKI, Shigeo; GRAZIANO DA SILVA, José; ORTEGA, Antonio Cesar. **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade do cerrado brasileiro**. Uberlândia: UFU/CNPq/FAPEMIG, 1997. p. 101-118.

\_\_\_\_\_. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE – IICA (MDA/CNDRS/ NEAD), 2001. Texto Provisório para Discussão. Disponível em: <[http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Brasil\\_rural\\_precisa\\_estrategia\\_desenvolvimento\\_2.pdf](http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Agronegocios/Brasil_rural_precisa_estrategia_desenvolvimento_2.pdf)> . Acesso em: 21 mar. 2016.

VIEIRA, Euripedes; RANGEL, Susana. **Rio Grande do Sul: geografia física e vegetação**. Porto Alegre: Sagra, 1984.

WALTER, Maria Inez Machado T. **Estimação do ICV em 37 territórios rurais**. Relatório conjunto da pesquisa de campo das Células de Acompanhamento e Informação. Brasília: IICA/MDA/SDT, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **O mundo rural como um espaço de vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS, 2009

WAQUIL, Paulo et al. **Avaliação de desenvolvimento territorial em quatro territórios rurais no Brasil**. [S.l.], 2007. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/508.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2014.

WIGGINS, Steve; PROCTOR, Sharon. How special are rural areas? The economic implications of location for rural development. **Development Policy Review**, [S.l.], v. 19, n. 4, 2001. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/227802163\\_How\\_Special\\_Are\\_Rural\\_Areas\\_The\\_Economic\\_Implications\\_of\\_Location\\_for\\_Rural\\_Development](https://www.researchgate.net/publication/227802163_How_Special_Are_Rural_Areas_The_Economic_Implications_of_Location_for_Rural_Development)>. Acesso em: 21 mar. 2016.

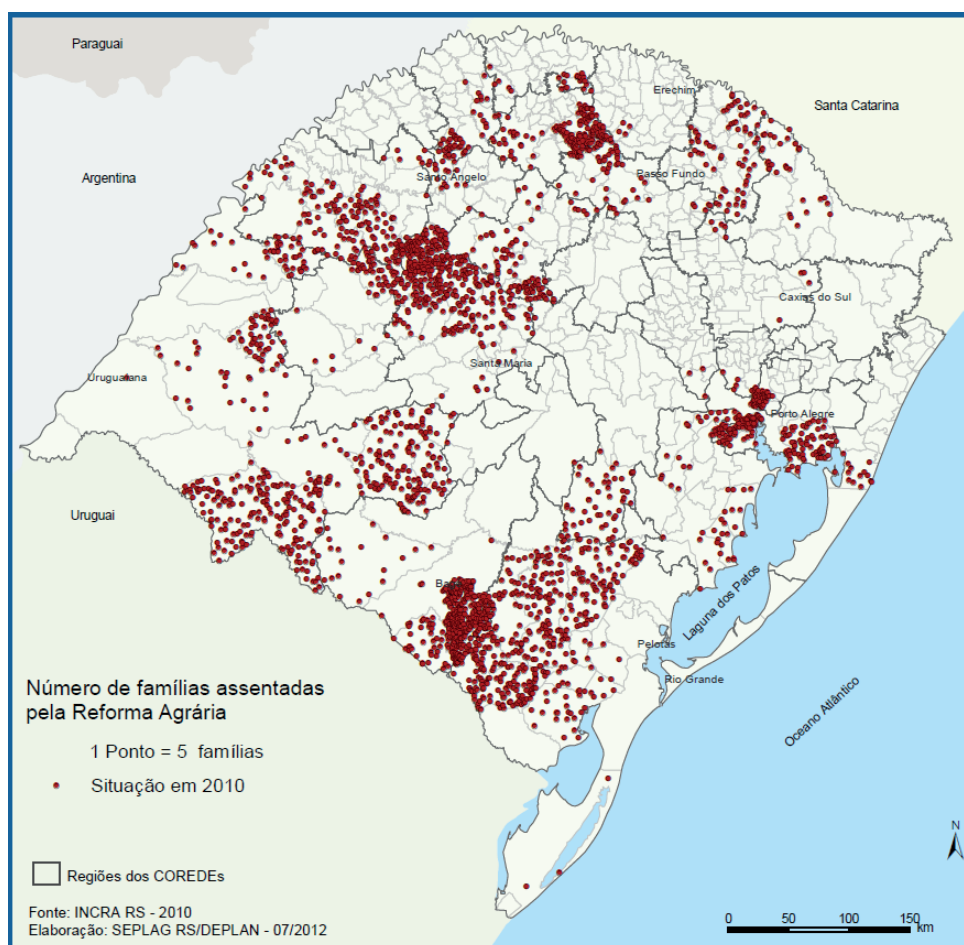
## APÊNDICE A – COMPLEMENTAÇÕES

Tabela 33 – Número de famílias assentadas da reforma agrária por município do TZS

Municípios	Número de famílias assentadas
Aceguá	186
Arroio Grande	142
Candiota	679
Canguçu	408
Capão do Leão	33
Cerrito	12
Herval	392
Hulha Negra	806
Pedras Altas	233
Pedro Osório	24
Pinheiro Machado	176
Piratini	490

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Incra (2015).

Mapa 6 – Distribuição das famílias assentadas no Rio Grande do Sul para o ano de 2010



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2015).

## ANEXO A - QUESTIONÁRIO

## ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA - ICV

Código do Setor Censitário do IBGE:											
UF:	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Município: _____								
Nome do Território: _____											
Número da família:				<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Horário de início: _____				

---

i) Qual é o seu nome? \_\_\_\_\_

ii) Sua idade? \_\_\_\_\_ iii) Telefone: \_\_\_\_\_

iv) Sexo da pessoa entrevistada (*sem perguntar, marque a apenas uma resposta*)

<input type="checkbox"/>	1. Masculino	<input type="checkbox"/>	2. Feminino
--------------------------	--------------	--------------------------	-------------

v) Você é: (*leia as opções e marque apenas uma resposta*)

<input type="checkbox"/>	1. Chefe da família
<input type="checkbox"/>	2. Esposa /marido do(a) chefe da família
<input type="checkbox"/>	3. Filho(a) do(a) chefe da família
<input type="checkbox"/>	4. Outro membro da família
<input type="checkbox"/>	5. Não é membro da família

(*Anote as quantidades nos quadrados em cada linha. Se a resposta for nenhum, anote 0 (zero)*)

vi) Quantas pessoas fazem parte da família e moram neste estabelecimento/domicílio?	<input type="text"/>
vi.1) Quantas dessas pessoas trabalham apenas neste estabelecimento/domicílio?	<input type="text"/>
vi.2) Quantas dessas pessoas trabalham apenas fora do estabelecimento/domicílio?	<input type="text"/>
vi.3) Quantas dessas pessoas trabalham no estabelecimento/domicílio e também em outro local, permanente ou temporário?	<input type="text"/>

vii) Você tem alguma produção\* no seu domicílio ou estabelecimento? (*anote o código da resposta no quadrado*)

1. Sim	2. Não ( <i>vá para a questão 17 – pág. 5</i> )	<input type="text"/>
--------	---	----------------------

\* Produção agropecuária – vegetal, animal, extrativista, pesqueira, florestal, aquicultura etc.

viii) Qual a área de sua produção? ( <i>Menos de 4 Módulos Fiscais – ver área no Anexo B do Manual – ou reservatórios de água de até 2 Hectares?</i> )	1. Sim	0. Não	<input type="text"/>
ix) Quem trabalha nessa produção é principalmente a família?	1. Sim	0. Não	<input type="text"/>
x) A renda da família vem principalmente dessa produção?	1. Sim	0. Não	<input type="text"/>
xi) É a família que administra o estabelecimento?	1. Sim	0. Não	<input type="text"/>
xii) Tem até dois empregados permanentes? ( <i>de zero até dois empregados</i> )	1. Sim	0. Não	<input type="text"/>

xiii) Anote no quadrado o tipo de estabelecimento

1. Agricultura familiar (SIM para TODOS os itens viii a xii)	2. Produção não familiar	<input type="text"/>
--	--------------------------	----------------------

xiv) O que você produz no estabelecimento é... (*anote no quadrado o código da resposta*)

1. Somente para consumo	2. Somente para vender	3. Para consumo e para vender	<input type="text"/>
-------------------------	------------------------	-------------------------------	----------------------

**NÃO LER – Primeira Instância: Fatores, recursos ou acessos que condicionam o desenvolvimento (intitulentos)**

1.1) Na sua opinião, em relação à quantidade de pessoas de sua família que está trabalhando\* a situação está... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótima	4. Boa	3. Regular	2. Ruim	1. Péssima	
----------	--------	------------	---------	------------	--

\* no estabelecimento ou fora

1.2) Em relação às características\* da mão de obra da família que está trabalhando\*\*, acha que a situação está... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótima	4. Boa	3. Regular	2. Ruim	1. Péssima	
----------	--------	------------	---------	------------	--

\* idade, escolaridade, capacidade etc.

\*\* no estabelecimento ou fora do estabelecimento

2) Como está a situação da área\* utilizada para a sua produção\*\*? (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótima	4. Boa	3. Regular	2. Ruim	1. Péssima	
----------	--------	------------	---------	------------	--

\* área – terra, lago, mangue, floresta, rio etc.

\*\* tamanho e a possibilidade de aproveitamento da área

(Leia as opções e anote o código da resposta nos respectivos quadrados)

3.a) Todos os membros da família maiores de 15 anos são alfabetizados?	1. Sim	0. Não	
3.b) Todos os adultos completaram o ensino fundamental (1º Grau)?	1. Sim	0. Não	
3.c) Todas as crianças e adolescentes em idade escolar estão matriculados e frequentam regularmente a escola?	1. Sim	0. Não	9. NSA*

\*NSA = Não Se Aplica se não há crianças e adolescentes em idade escolar na família

3) Sobre a escolaridade\* dos membros da família, você acha que a situação está... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótima	4. Boa	3. Regular	2. Ruim	1. Péssima	
----------	--------	------------	---------	------------	--

\* grau de escolaridade; o quanto os membros da família estudaram; se os que estudam frequentam normalmente a escola.

A casa da família tem... (leia cada item e anote o código da resposta nos respectivos quadrados)

4.a) Energia elétrica?	1. Sim	0. Não	
4.b) Água dentro ou próxima de casa?	1. Sim	0. Não	
4.c) Banheiros dentro de casa?	1. Sim	0. Não	
4.d) Fogão a gás?	1. Sim	0. Não	
4.e) Geladeira?	1. Sim	0. Não	
4.f) Telefone?	1. Sim	0. Não	
4.g) Computador?	1. Sim	0. Não	

4) O que você acha das condições de moradia da família? (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótimas	4. Boas	3. Regulares	2. Ruins	1. Péssimas	
-----------	---------	--------------	----------	-------------	--

5.a) Você vende seus produtos para cooperativas ou por meio de associações? (anote o código da resposta no quadrado. NSA = Não Se Aplica – família não produz para vender ou produz apenas para o próprio consumo)

3. Sempre	2. Às vezes	1. Nunca	9. NSA	
-----------	-------------	----------	--------	--



(Leia cada item e anote o código da resposta no respectivo quadrado. NSA = Não Se Aplica: família não produz para vender, produz apenas consumo próprio, não vende ou não compra insumos)

5.b) Como avalia a atuação de intermediários/atravessadores?	1. Mais para bom	2. Mais para ruim	9.NSA	
5.c) Como avalia as condições* para ir até os mercados? (*distância, facilidades de deslocamento etc.)	1. Mais para bom	2. Mais para ruim	9.NSA	
5.d) Como avalia as condições para a compra de insumos? (sementes, adubo, medicamentos, rações, equipamentos etc.)	1. Mais para bom	2. Mais para ruim	9.NSA	
5.e) Como avalia a venda de produtos?	1. Mais para bom	2. Mais para ruim	9.NSA	

5) Na sua opinião, as condições de acesso aos mercados são... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótimas	4. Boas	3. Regulares	2. Ruins	1. Péssimas	
-----------	---------	--------------	----------	-------------	--

6.a) A família participa ou já participou de algum programa do Governo\*? (anote o código da resposta no quadrado)

1. Sim	2. Não	(não ler) 9. Não Sabe	
--------	--------	-----------------------	--

\*por exemplo, PRONAF, Bolsa-Família e outros federais, estaduais ou municipais

6) Sobre os programas do Governo, você acha que as condições para conseguir participar são... (anote o código da resposta no quadrado. Não leia a opção Não Sabe)

5. Muito simples	4. Simples	3. Mais ou menos	2. Complicadas	1. Muito complicadas	(não ler) 9. Não Sabe	
------------------	------------	------------------	----------------	----------------------	-----------------------	--

7.1) Sobre as condições para ter crédito/financiamento\* para a sua produção, acha que são...\*\* (anote o código da resposta no quadrado. Não leia a opção Não Sabe)

5. Muito simples	4. Simples	3. Mais ou menos	2. Complicadas	1. Muito complicadas	
------------------	------------	------------------	----------------	----------------------	--

\* formal ou informal

\*\* mesmo que não use linhas de crédito

7.2) As condições para receber assistência técnica para a sua produção são...\* (anote o código da resposta no quadrado)

5. Muito simples	4. Simples	3. Mais ou menos	2. Complicadas	1. Muito complicadas	
------------------	------------	------------------	----------------	----------------------	--

\* mesmo que não use ou não necessite de assistência técnica

8) Como avalia a atuação de instituições e organizações\* em sua localidade? (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótima	4. Boa	3. Regular	2. Ruim	1. Péssimas	
----------	--------	------------	---------	-------------	--

\* cooperativas, associações, sindicatos, grupos de troca de experiências, movimentos sociais

**NÃO LER – Segunda Instância: Características do desenvolvimento (elementos de conversão)**

9) O que você acha da situação de renda\* de sua família? (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótima	4. Boa	3. Regular	2. Ruim	1. Péssima	
----------	--------	------------	---------	------------	--

\* quantidade de dinheiro que sobra para a família

10) Como está o resultado da produção levando em conta a quantidade de trabalho utilizada\*? (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótimo	4. Bom	3. Regular	2. Ruim	1. Péssimo	
----------	--------	------------	---------	------------	--

\* produtividade do trabalho: capacidade de produzir, quantidade e qualidade

11) Como está o resultado da produção levando em conta a área\* utilizada? (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótimo	4. Bom	3. Regular	2. Ruim	1. Péssimo	
----------	--------	------------	---------	------------	--

\* área – terra, lago, mangue, floresta, rio etc. Produtividade da área: quantidade produzida por área

12) Você acha que sua produção é... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Muito variada	4. Variada	3. Mais ou menos variada	2. Pouco variada	1. Nada variada	
------------------	------------	--------------------------	------------------	-----------------	--

A renda ou os ganhos em dinheiro de sua família vêm de... (leia as opções e anote as respostas)

13.a) Produção agrícola / pecuária / pesqueira / extrativista própria	1. Sim	0. Não	
13.b) Trabalho agrícola para terceiros (safrista, temporário etc.)	1. Sim	0. Não	
13.c) Trabalho não agrícola (serviço, comércio ou indústria)	1. Sim	0. Não	
13.d) Artesanato / manufatura	1. Sim	0. Não	
13.e) Turismo rural / ambiental / ecológico / aventura	1. Sim	0. Não	
13.f) Processamento ou beneficiamento de produtos	1. Sim	0. Não	
13.g) Aposentadoria ou pensão	1. Sim	0. Não	
13.h) Programas de transferência de renda (Bolsa Família etc.)	1. Sim	0. Não	
13.i) Arrendamento de áreas	1. Sim	0. Não	
13.j) Remessas de familiares, amigos etc. (doações)	1. Sim	0. Não	
13.l) Outras fontes de renda	1. Sim	0. Não	

13) As fontes de renda ou de ganhos em dinheiro em sua família são... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Muito variadas	4. Variadas	3. Mais ou menos variadas	2. Pouco variadas	1. Nada variadas	
-------------------	-------------	---------------------------	-------------------	------------------	--

14) A conservação da(s) fonte(s) de água que abastece(m) seu estabelecimento está(ão)... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótima	4. Boa	3. Regular	2. Ruim	1. Péssima	
----------	--------	------------	---------	------------	--

15) A conservação da área de produção (solo, água etc.)\* no estabelecimento está... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótima	4. Boa	3. Regular	2. Ruim	1. Péssima	
----------	--------	------------	---------	------------	--

\* controle de erosão, cultivo em contornos, cobertura verde, correção do teor de matéria orgânica, da acidez e dos níveis de nutrientes / manejo de dejetos e poluição da água

16) A preservação da vegetação nativa\* em seu estabelecimento está... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótima	4. Boa	3. Regular	2. Ruim	1. Péssima	
----------	--------	------------	---------	------------	--

\* nativa: vegetação natural, excluindo a plantada; preservação: manutenção de áreas de preservação permanente, áreas de reserva florestal etc.

**NÃO LER – Terceira Instância: Efeitos do desenvolvimento, nas suas múltiplas dimensões (capacitações e funcionamentos)**

17) As condições de alimentação e nutrição\* de sua família estão... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótimas	4. Boas	3. Regulares	2. Ruins	1. Péssimas	<input type="text"/>
-----------	---------	--------------	----------	-------------	----------------------

\* quantidade e qualidade da alimentação

18) As condições de saúde de sua família estão... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótimas	4. Boas	3. Regulares	2. Ruins	1. Péssimas	<input type="text"/>
-----------	---------	--------------	----------	-------------	----------------------

19) Os membros da família tiveram de sair do domicílio/estabelecimento para trabalhar fora? (anote o código da resposta no quadrado)

5. Nenhum membro	4. Poucos	3. Boa parte	2. Quase todos	1. Todos	<input type="text"/>
------------------	-----------	--------------	----------------	----------	----------------------

20) Você acha que a situação econômica\* de sua família nos últimos cinco anos... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Melhorou muito	4. Melhorou	3. Não mudou	2. Piorou	1. Piorou muito	<input type="text"/>
-------------------	-------------	--------------	-----------	-----------------	----------------------

\* condições financeiras, de dinheiro

21) Você acha que a situação ambiental\* do domicílio/estabelecimento nos últimos cinco anos... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Melhorou muito	4. Melhorou	3. Não mudou	2. Piorou	1. Piorou muito	<input type="text"/>
-------------------	-------------	--------------	-----------	-----------------	----------------------

\* preservação das fontes de água, do solo, da vegetação, destino do lixo etc.

22) A participação de sua família em organizações comunitárias\* está... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótima	4. Boa	3. Regular	2. Ruim	1. Péssima	<input type="text"/>
----------	--------	------------	---------	------------	----------------------

\* LER: participa, por exemplo, de cooperativas, associações, igrejas, clubes, grupos etc.

23) A participação política\* de sua família está... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótima	4. Boa	3. Regular	2. Ruim	1. Péssima	<input type="text"/>
----------	--------	------------	---------	------------	----------------------

\* LER: participa, por exemplo, de eleições, conselhos, sindicatos, assembleias, reuniões etc.

24) A participação de sua família em atividades culturais\* na localidade está... (anote o código da resposta no quadrado)

5. Ótima	4. Boa	3. Regular	2. Ruim	1. Péssima	<input type="text"/>
----------	--------	------------	---------	------------	----------------------

\* LER: participa, por exemplo, de grupos de danças ou de cantos, preservação de tradições etc.

MUITO OBRIGADO(A)!

Horário de término: \_\_\_\_\_